

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
CURSO DE DOUTORADO**

**POLÍTICA, ESTÉTICA E ATIVISMO AMBIENTAL: um  
estudo sobre as ações do Greenpeace no contemporâneo**

**FLORIANÓPOLIS**

**2014**

**MARCELA DE ANDRADE GOMES**

**POLÍTICA, ESTÉTICA E ATIVISMO AMBIENTAL: um  
estudo sobre as ações do Greenpeace no contemporâneo**

Tese apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Doutor em Psicologia,  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,  
Curso de Doutorado, Centro de Filosofia e  
Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kátia Maheirie

Co-Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio  
Máximo Prado

**FLORIANÓPOLIS**

**2014**

## **Banca Examinadora**

---

Profª. Dra. Kátia Maheirie (Orientadora)

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (Co-Orientador)

Universidade Federal de Minas Gerais

---

Profª. Dra. Andréa Vieira Zanella (Examinadora)

Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profª. Dr. Frederico Viana Machado (Examinador)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (Examinador)

Universidade Federal de Alagoas

---

Prof. Dr. Paulo José Duval da Silva Krischke  
(Examinador)

Universidade Federal de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

Tarefa um tanto quanto emotiva e desafiadora: como sintetizar em uma folha as múltiplas vozes, corpos e experiências que atravessaram e constituíram esta trajetória acadêmica? Certamente, muitas delas não estarão aqui, de forma direta, mas farão parte da minha memória, para as quais deixo meu registro de gratidão por terem surgido em uma fase tão importante de minha vida.

Em primeiro lugar, e como não podia ser diferente, à minha família: companheiros calorosos de todo e qualquer momento, personagens indispensáveis a esse percurso. Seu apoio e afeto foram fundamentais para meu curso e para a conclusão desta jornada. Em grande parte, esta tese também pertence a eles. À minha mãe, Lucia Helena de Andrade Gomes, pela inspiração dos estudos, da vida acadêmica e da arte de educar; ao meu pai, Claudio Garcia Gomes, pelos pensamentos provocativos no campo da política; ao meu irmão, Luis Claudio de Andrade Gomes, meu alicerce, pela leveza e doçura de sua companhia.

Aos meus queridos(as) orientadores(as): Profa. Dra. Kátia Maheirie, por compartilhar minha trajetória acadêmica há dez anos; por ter me mostrado os aspectos sociais e políticos da psicologia; pelas cuidadosas orientações; pelos ensinamentos, e, mais, pelos momentos de acolhimento, que tanto superavam as questões teóricas, os quais foram fundamentais durante essa trajetória. Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, por ter aceitado o convite de co-orientar esta tese, pelo consequente, dedicado e árduo acompanhamento deste estudo, assim como por compartilhar seu ilustre conhecimento no campo da política, determinantes para o deslocamento e ampliação desta tese a outros patamares.

Ao Prof. Lupicínio Igñez Rueda, orientador estrangeiro, por ter me recebido “de braços abertos” na Universidade Autônoma de Barcelona, assim como por ter, de fato, acompanhado uma parte importante deste estudo. Agradeço-o por suas intrigantes e importantes contribuições.

À CAPES, por ter me cedido a oportunidade de realizar um movimento exotópico em relação à pesquisa e à minha vida, possibilitando que esta tese realizasse determinados giros e deslocamentos, os quais, sem essa experiência, dificilmente seriam alçados. Em última instância, por ser um dos raros setores do Estado que, de fato, aposta e incentiva a formação do cidadão, qualificando, ainda que de maneira a atender apenas uma parte privilegiada da sociedade, a Educação Brasileira.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina- minha calorosa morada acadêmica desde a Graduação- por tamanho dinamismo, eficiência e qualidade acadêmica.

Ao Greenpeace, em especial, aos participantes deste estudo, pela disponibilidade e abertura, os quais, além de contribuir, foram protagonistas desta pesquisa.

Aos colegas do NUPRA (Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais: relações éticas, estéticas e processos de criação), os antigos e atuais, que participaram e contribuíram demasiadamente nas discussões sobre estética e política.

Ao casal ambientalista, Leandra Gonçalves Torres e Pedro Henrique Torres, pessoas que, também em grande parte, foram responsáveis por esta pesquisa. Além da profunda amizade, agradeço à imensa colaboração no tocante às informações necessárias, por terem me apresentado a rede do Greenpeace, e, ainda, pela qualificada interlocução acadêmica e ambiental nesses dois anos de estudo. Em especial, à minha amiga-irmã Leandra, pelos nossos longos anos de amizade, trocas e aprendizagens, pela sua constante presença, embora geograficamente distante, e, por fim, por ter inserido o Greenpeace em minha vida, muito antes de torná-lo objeto de estudo.

Às amigas-irmãs da Psicologia com a quais, desde a graduação, compartilhamos os saberes, ignorâncias, afetos, companheirismo, descobertas e repetições: Manuelle Andreani, Michaela Accorsi e Michelle Siqueira.

Às grandes e belas amizades construídas no Doutorado Sanduíche em Barcelona e que perduram até hoje: o casal Juan Carlos Hernandez Amaral e Rafaella Lenoir Improta, por terem me recebido de forma extremamente calorosa e pelas infinitas colaborações nas traduções acadêmicas e cotidianas; à doçura e leveza de Martina Hooper; o constante e enriquecedor debate acadêmico e aos momentos de descontração com a querida amiga Marcela Montalvão Teti.

Um agradecimento especial à grande amiga e companheira de todos os momentos, da glória à angústia, Rita Flores Muller que, via Skype, acompanhou, de forma íntima, o desenrolar desta tese, auxiliando-me acadêmica e afetivamente neste percurso.

Agradeço à querida amiga Lia Vainer Shucman, por compartilharmos nossa trajetória na e pela Psicologia Social, por não ter se esquecido, tampouco me deixado esquecer o “social” da Psicologia; aos nossos enriquecedores debates acadêmicos e aos divertidos momentos de lazer.

Agradeço à grande amiga Taiana Pererira Brittes, por suas saudáveis interrogações subjetivamente destituídas; as quais foram essenciais para a conclusão desta tese.

À amiga Adriana Rodrigues, por sua incansável escuta e apoio em momentos conturbados e, também, pelas risadas e sátiras a esse respeito, propiciadas por sua hilaridade.

Um carinhoso e saudoso obrigado às amigas de infância de Jundiaí-SP, por existirem em minha vida, pela torcida e companheirismo em minha trajetória profissional e por me fazerem distanciar da vida acadêmica, mostrando-me a beleza contida em diversas outras áreas da vida: Ana Dias Ferreira, Flávia Morasco Geraldini, Mariana Kalaf, Thaís Alvarenga, Carolina Magro, Rubia Bianchi e Priscila Prebianca.

À vida, por, mesmo em momentos embaraçosos e tempestivos, mostrar-me o quanto é linda e aprazível!

*“As pessoas não deixam de dizer que é belo ter certezas.  
Parecem ter esquecido completamente a beleza mais sutil da  
dúvida.  
Crer é bastante medíocre.  
Duvidar é muito mais absorvente.  
Permanecer vigilante é viver; ser acalentado pela certeza é  
morrer”.*

(Oscar Wilde, “O Retrato de Dorião Grey”)



GOMES, Marcela A. (2014). **POLÍTICA, ESTÉTICA E ATIVISMO AMBIENTAL: um estudo sobre as ações do Greenpeace no contemporâneo**. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

## RESUMO

A heterogeneidade das formas de ativismo e resistência tem inscrito na esfera pública uma multiplicidade de atos e cenas políticas na atualidade. A polifonia e polimorfose do sujeito político contemporâneo têm incitado inúmeros debates acadêmicos em torno das possibilidades e alternativas à intensificação dos processos democráticos. A partir de um estudo qualitativo, buscamos investigar e analisar as diferentes ações do Greenpeace- uma ONG ativista no campo das lutas ambientais-, a partir da perspectiva teórica do filósofo Jacques Rancière e, também, de outros autores desta área de pesquisa. O campo empírico desta investigação ocorreu no Greenpeace do Brasil (São Paulo, Manaus, Rio de Janeiro) e da Espanha (Madri e Barcelona), em âmbito presencial e virtual. Por meio de entrevistas com sujeitos que possuem ou possuíam algum vínculo com esta ONG (voluntários, ativistas ou funcionários), bem como por meio da realização de um rastreamento virtual nos sites desta organização, buscamos nos aproximar da dimensão empírica do Greenpeace de forma a analisar suas diferentes ações no contemporâneo. A partir dos dados coletados, construímos 4 categorias de análise que, de alguma maneira, nos dizem algo sobre a complexidade da esfera pública na contemporaneidade, em especial, no que tange ao Greenpeace. Na primeira categoria, analisamos as potencialidades, desafios e paradoxos anunciados pelos entrevistados relativos à organização, funcionamento e ações desta ONG; na segunda categoria, realizamos um debate sobre as relações estabelecidas com a mídia e com o ativismo na rede virtual (*cyberativismo*); na terceira, problematizamos a posição ocupada pelo Greenpeace na esfera pública, a saber, um hiato entre distintos lugares: da governança ao dissenso; por fim, analisamos 8 ações diretas realizadas pela organização, trazendo o profícuo debate entre

a política e a estética, discorrendo sobre o uso do exagero, do escândalo e da dramaturgia como formas e estratégias de inscrever cenas políticas na esfera pública. Em síntese, podemos pensar que o Greenpeace se configura, em alguns momentos, como um dispositivo de subjetivação política no campo das lutas ambientais; em outros, como uma organização midiática que se utiliza de ações espetaculares para atrair colaboradores e participar ativamente na formação da opinião pública; e, ainda, como um interlocutor do Estado, operando como um parceiro na elaboração da legislação e políticas públicas ambientais.

**Palavras-chave:** política; estética; contemporaneidade; Greenpeace.

GOMES, Marcela A. (2014). **POLITIC, ESTETIC Y ENVIRONMENTAL ACTIVISM: a study on Greenpeace's actions in the contemporary.** Doctoral's Thesis, Graduate Program in Psychology, University Federal of the Santa Catarina (UFSC), Florianopolis, Brazil.

## ABSTRACT

The heterogeneity of forms of activism and resistance has entered the public sphere a multiplicity of actions and policies scenes today. The multiplicity of the voices and forms of the contemporary political subject has prompted numerous academic debates on the possibilities and alternatives to the intensification of democratic processes. From a qualitative study, we sought to investigate and analyze the different actions of Greenpeace, an activist NGO in the field of environmental struggles - from the theoretical perspective of the philosopher Jacques Rancière, and also by other authors in this area of research. The empirical research in this field took place in Greenpeace 's Brazil (São Paulo, Manaus , Rio de Janeiro ) and Spain ( Madrid and Barcelona) , attendance and virtual context. Through the use of open interviews, guided by a roadmap , with subjects who have or had some connection to this NGO ( volunteers , activists or officials ) as well as by performing a virtual screening sites in this organization , we seek to approach the empirical dimension of Greenpeace in order to analyze their different actions in the contemporary. From the data collected, we constructed 4 categories of analysis that somehow tells us something about the complexity of the public sphere in the contemporary world , in particular in relation to Greenpeace. In the first category, we analyze the potential, challenges and paradoxes announced by respondents concerning the organization, functioning and activities of this NGO., in the second category, we held a debate on the relations established with the media and with the activism in virtual network (cyber activism) ; in third problematize the position occupied by Greenpeace in the public sphere, namely a gap between different places : the governance or dissent., finally , analyze 8 direct actions undertaken by the organization, bringing meaningful discussion between politics and aesthetics, discussing the use of

exaggeration, scandal and drama as forms and strategies subscribe political scenes in the public sphere . In summary, we think that Greenpeace is configured, at times, as a means of political subjectivity in the field of environmental struggles, in others as a media organization that uses spectacular actions to attract employees and actively participate in shaping opinion public, and also as an interlocutor of the state operating as a partner in the development of environmental legislation and public policies.

**Key words:** politic; aesthetics; contemporaneity; Greenpeace.

## Sumário

<b>Considerações introdutórias:</b> contextualizando a questão de pesquisa .....	17
<b>1. Breves apontamentos sobre estética e política</b> .....	23
<b>2. Greenpeace: uma luta ambientalista pautada na “desobediência civil não violenta”</b>	
2.1 Tipos e estilos das ações .....	36
2.2 Os voluntários e os ativistas .....	52
2.3 A organização dos protestos: o planejamento das ações diretas.....	57
2.4 Uma ONG ativista na luta ambiental.....	61
2.5 A luta ambiental: uma luta política? .....	69
<b>3 Métodos e procedimentos de pesquisa</b>	
3.1 Uma escolha epistemológica e política .....	79
3.2 Aspectos teóricos-metodológicos: as experiências com o Greenpeace .....	81
<b>4. Entre vozes, sujeitos e imagens: um olhar sobre o campo de pesquisa</b>	
4.1. Os participantes da pesquisa .....	93
4.2. Greenpeace: possibilidades, desafios e paradoxos .....	100
4.3. A mídia e o ativismo na rede virtual .....	121
4.4. As fronteiras entre a política e a polícia .....	140
4.5. As ações diretas: um enlace entre a estética e a política .....	156
<b>5. Considerações Finais</b> .....	207

<b>Referências .....</b>	<b>213</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>225</b>

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Intercepção de baleeiros na Antártica.

**Figura 2:** Instalação de gelo na Avenida Paulista (Brasil, São Paulo, 2013).

**Figura 3:** *Photo Opportunity* em prol da conservação das Savanas Africanas (África do Sul, Durban, 2011).

**Figura 4:** Ação “¡Baila por la Amazonia!” (Espanha, Barcelona, 2012).

**Figura 5:** Audiência Pública sobre “Angra 3” (Brasil, Ubatuba, 2008).

**Figura 6:** Navios e expedições do Greenpeace.

**Figura 7:** Ações em diversos país em prol da libertação dos 30 ativistas presos na Rússia (2013).

**Figura 8:** Slogan da ação em Copenhagen (2008).

**Figura 9:** Ação Direta em prol da conservação dos oceanos (México, Puerto Vallarta, 2007).

**Figura 10:** Ação Direta em prol da conservação dos oceanos (México, Cidade do México, 2007).

**Figura 11:** Ação Direta em prol da conservação de Abrolhos-Bahia (Brasil, Rio de Janeiro, 2011).

**Figura 12:** Ação Direta em prol das questões climáticas na reunião do G-20 (Brasil, Rio de Janeiro, 2009).

**Figura 13:** Ação performática em prol da conservação do Polo Ártico (Brasil, São Paulo, 2013).

**Figura 14:** Ação performática em prol da não utilização de produtos químicos tóxicos na produção de roupas (realizada em 19 países, 2013).

**Figura 15:** *Photo Opportunity* em prol da conservação do Polo Ártico (realizada em 280 cidades, 2013).

**Figura 16:** Ação Direta contra a instalação da usina hidroelétrica de Belo Monte (Brasil, Brasília, 2011).

**Figura 17:** Ação performática em prol da não utilização de carvão na produção de energia pelo Estado (Brasil, Brasília, 2013).



### **Considerações introdutórias:** contextualizando a questão de pesquisa

Tornar a política objeto de estudo tem sido meu interesse ao longo da minha trajetória acadêmica. Além de considerá-la como uma dimensão fundamental aos processos sociais, ela se revela como um campo de estudos fértil, amplo e complexo, ainda mais em tempos de intensa pluralidade e hibridismo nas formas de resistência, que nos convoca a querer estudá-la, debatê-la e problematizá-la.

Embora a esfera institucional da política, ou seja, o sistema político formal, possua uma dimensão de suma importância para a construção do espaço público, meu interesse recaiu, desde o mestrado, em estudar canais de participação política não-institucionalizados, fazendo com que eu tivesse que redimensionar o conceito de política, de forma a abarcar uma série de possibilidades que não seriam contempladas em uma visão mais tradicional desta.

Na minha pesquisa de mestrado, investiguei de que maneira os processos subjetivos se entrecruzavam com a militância política em um movimento social específico: Movimento Passe Livre (MPL) da cidade de Florianópolis. A escolha por este movimento deveu-se, em parte, por ter-se configurado em um momento político importante desta cidade, algo como um “reavivamento” da esfera pública desde o episódio da Novembrada<sup>1</sup>, pois, até então, não se via uma mobilização coletiva tão intensa e ampla como foram as manifestações do MPL.

Outro motivo, não menos importante, esteve atrelado ao formato por meio do qual este movimento social objetivava suas

---

<sup>1</sup> Este episódio foi marcado por um protesto contra o regime da ditadura militar no Brasil, realizado na visita do ex-presidente da República na

manifestações públicas, as quais, marcadas por danças, dramatizações, músicas, capoeira, entre outros elementos mais estéticos- por ora, entender a estética como algo relacionado à sensibilidade humana (Rancière, 2005, 2012c)-, revelavam algo de irreverência e criatividade, demarcando um sentimento de alegria e leveza nestes momentos políticos. Seria ingênuo supor que as manifestações fossem apenas marcadas por este ritmo harmônico e descontraído; evidente que muitos outros momentos foram de conflitos, violência, inscrevendo, outrossim, uma certa dureza também nos processos políticos.

O ponto é que meu interesse foi se direcionando para esta reinvenção do político na atualidade, demonstrativa de que algumas práticas políticas na atualidade estariam se revelando de forma mais estética, ou seja, como ações mais vinculadas aos processos afetivos e sensíveis das pessoas. Não compreendemos que o processo de crítica esteja desvinculado dos aspectos racionais, até porque seria incongruente dicotomizar razão/emoção, mas, que o processo de subjetivação política tenha uma dimensão estética, ou seja, que ocorre por meio de uma experiência sensível (Rancière, 2007, 2009, 2011, 2012a).

No estudo acerca do MPL, investigamos os processos de significação os quais os militantes atribuíam ao seu engajamento neste movimento social de Florianópolis. Recorremos ao conceito de estética, principalmente sob a leitura de Sanchez Vazquez (1991) e Lev S. Vygotsky (1998, 2001), para nos auxiliar na compreensão da relação entre militância e afetividade por parte dos sujeitos singulares, bem como sobre a forma de construção, organização e objetivação do MPL, trazendo a estética como auxiliar no entendimento da formação desse sujeito coletivo, cujas formas de ações e resistência revelavam-se distintas das de outros movimentos sociais.

Neste período, tive um frequente contato com a ONG Greenpeace, responsável por despertar em mim o interesse e a curiosidade, de modo a buscar maior compreensão no que se refere à forma peculiar de inserção e ocupação do espaço público. Até aquele momento, eu conhecia o Greenpeace, fundamentalmente, por meio

de suas ações diretas, possuidoras de um caráter performativo as quais, recorrentemente, são veiculadas pelos canais de comunicação.

Estas ações se revelavam de forma inusitada e criativa, algo um pouco próximo do que eu encontrava nas manifestações do MPL, contudo, também completamente delas distantes. As ações diretas do Greenpeace, em linhas gerais, são pautadas no princípio desta organização que é a “desobediência civil e não violenta” (Campos, 2006; Gabeira, 1988; Lycarião, 2010; Oliveira, 2006) e são, normalmente, destinadas ao Estado e às grandes multinacionais que, sob o ponto de vista do Greenpeace, estão cometendo algum dano ou negligência contra o meio ambiente.

As ações diretas são performáticas, ousadas, irreverentes e irônicas, provocando, em alguns momentos, um embaraço para o público, pois, é um modelo tão diferente das formas mais tradicionais de intervenção política, que, muitas vezes, as pessoas demoram para entender que se trata de um protesto de caráter político<sup>2</sup>. Um certo fascínio foi me causando a ponto de torná-las meu objeto de estudo para a tese de doutorado, de forma a dar continuidade e conseguir aprofundar e discutir as possíveis relações entre estética e política.

No percurso desta pesquisa deparei com a obra de Jacques Rancière, pela qual me deixei seduzir, não apenas pelo fato de este filósofo abordar a questão da estética e da política, mas, justamente por entender que a política é, por condição, estética. Neste sentido, Rancière trazia alguns apontamentos e discussões que vinham ao encontro de minhas interrogações desde minha pesquisa com o MPL.

Um deslocamento teórico foi se realizando no percurso desta pesquisa, pois, inicialmente, recorremos aos autores Vazquez,

---

<sup>2</sup> Tendo em vista a complexidade do conceito de política, por ora entenderemos “política” como uma forma de protesto ou resistência a uma compreensão naturalizada dos fenômenos sociais. Este conceito será debatido e problematizado ao longo deste trabalho (Rancière, 1995, 2006, 2011, 2012c).

Vygotsky e Rancière, para discorrermos sobre o conceito de estética. Contudo, ao aprofundarmos o estudo sobre a estética na obra destes 3 autores, percebemos que, embora possuam pontos de aproximação, olham para este conceito de lugares e perspectivas distintas.

Vygotsky e Vazquez realizam uma leitura do marxismo no início do século XX. Rancière, filósofo contemporâneo, foi discípulo de Althusser até final da década de 60 quando, em meio aos estilhaços de Maio de 68, coloca em questão o marxismo e realiza uma ruptura com tal perspectiva (Pellejro, 2009). A compreensão de estética entre estes autores não se anula, mas são leituras que priorizam diferentes dimensões da estética: Vygotsky e Vazquez discorrem sobre a experiência estética que surge a partir da relação entre sujeito e objeto; dito de outro modo, a forma com que o sujeito vai se apropriar e se relacionar com um determinado objeto pode, ou não, se configurar em uma experiência estética. Já Rancière, compreende a estética como uma configuração sensível da vida coletiva, a qual engendra determinadas possibilidades de inteligibilidades e sensibilidades por parte do sujeito, ou seja, a estética como um recorte sensível do real que possibilita a emergência de determinadas experiências e processos de subjetivação.

Para todos estes autores é inviável dicotomizar o singular/coletivo, mas, podemos pensar que Vygotsky e Vazquez estão mais focados nos aspectos singulares da relação estética, ainda que sejam entendidos como socialmente construídos no coletivo. Já Rancière, possui uma preocupação em compreender a relação dos processos de subjetivação (sujeito singular) que se estabelece com a configuração da vida coletiva, problematizando de que maneira ela pode ocorrer, sustentada em uma lógica pautada no princípio da igualdade<sup>3</sup> ou da dominação.

---

<sup>3</sup> O conceito de igualdade é central na obra de Rancière (1996, 2011 a, 2011b, 2012c, 2007) e será debatido ao longo desta tese. Por ora, cabe destacar que a igualdade está atrelada à condição humana de todo e qualquer ser humano em deter a condição de ser falante, ou seja, os humanos se igualam por possuírem a capacidade do *logos*. Contudo, por

Para Vygotsky (1998, 2000), a reação estética ocorre por meio de um curto-circuito que funda uma potência de ação criativa no sujeito, ou seja, o prepara para uma possibilidade de atuar de forma criativa. Na leitura de Vazquez (1991), a relação estética ocorre quando há uma ampliação e descristalização dos significados tradicionais e historicamente atrelados a um determinado objeto. Quando o sujeito rompe a relação prática-utilitária do objeto e cria novas possibilidades de sentidos em relação a ele, podemos pensar que aí se configura uma relação estética. Para Rancière, a estética diz respeito à configuração sensível da experiência coletiva que possibilitará determinadas formas históricas de constituição e apreensão do real por parte do sujeito.

Os três autores atrelam o conceito de estética ao campo artístico, contudo, não o limitam a ele. Pelo fato de Rancière (2007, 2012a, 2012c) levar o conceito de estética ao campo da política, defendendo a necessidade de incluir a estética no debate sobre a democracia, optamos por usar este autor para substanciar esta tese de doutorado, já que sua obra vem ao encontro dos nossos questionamentos e indagações sobre o Greenpeace.

Assim sendo, em um primeiro momento, o objetivo geral desta tese era o de analisar as ações diretas do Greenpeace, problematizando o entrelaçamento entre a estética e a política nestas intervenções. Ao nos aproximarmos do campo de pesquisa, por meio das entrevistas, rastreamento virtual dos sites e documentos desta ONG, fomos tateando este objeto de estudo de tal forma que, ainda que esse objetivo tenha se mantido, outros interesses foram sendo gerados e trabalhados sob a leitura de Rancière e, também, de outros teóricos e pesquisas realizadas no campo da política. Em linhas gerais, este estudo busca analisar as diferentes ações realizadas pelo Greenpeace, com intuito de problematizar as (im)possibilidades de inscrição da política na esfera pública contemporânea a partir deste campo empírico.

---

uma questão historicamente contingencial, ocupam posicionamentos hierarquicamente diferentes na partilha do sensível.

Em síntese, para desenvolver esta tese, realizamos um estudo qualitativo, na qual utilizamos, como recurso, o uso das entrevistas com um roteiro norteador, nas quais funcionaram em forma de diálogos. No que diz respeito à análise das informações aí produzidas, recorreremos ao uso da análise crítica do discurso (Gracia, 2011; Rojo, 2011; Rueda, 2011) com inspiração em alguns pressupostos de Bakhtin (2010), já que este autor entende que o signo é ideológico por condição e, além disso, que reflete e refrata a realidade do sujeito; ou seja, por meio da palavra, conseguimos nos aproximar da dimensão sensível e dos modos de subjetivação de nosso objeto de estudo.

O campo empírico deste estudo foi realizado no Greenpeace do Brasil e da Espanha. O intuito não é realizar um estudo comparativo, mas, fundamentalmente, ampliar e complexificar o nosso olhar em relação às ações desta ONG. No total, entrevistamos 8 pessoas envolvidas com o Greenpeace, a saber: ativistas, funcionários, voluntários, ex-funcionários (estas categorias serão explicadas no item 2.2). Os participantes possuíam relação com os escritórios de São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Madri e Barcelona.

No que diz respeito ao formato desta tese, buscamos restringir os capítulos teóricos para tentar usar, ao máximo possível, os operadores teóricos na própria discussão dos resultados. Sendo assim, construímos apenas um capítulo teórico (“Breves apontamentos iniciais sobre estética e política”) descolado da discussão dos resultados, que busca, em alguma medida, iniciar a definição dos conceitos chaves da obra de Rancière.

Em seguida, trazemos a história oficial do Greenpeace- principalmente coletada nos sites e documentos da organização- bem como, a história extraoficial, relatada pelos participantes desta pesquisa e por outros estudos realizados sobre esta ONG. Juntamente com a história do Greenpeace, iremos discutir, ainda que brevemente, sobre a emergência do discurso ambiental, na tentativa de argumentar de que maneira podemos pensá-lo, ou não, como um movimento político.

Posteriormente, trazemos os aspectos metodológicos deste estudo, descrevendo os recursos e ferramentas utilizadas e, fundamentalmente, narrando o desenrolar da relação estabelecida com o Greenpeace durante estes 2 anos. Além disso, buscamos realizar uma descrição de cada participante, respeitando os preceitos éticos de uma pesquisa científica.

Após a descrição dos métodos e procedimentos, iniciamos a apresentação das unidades temáticas de análise, que estão organizadas da seguinte maneira: em primeiro lugar, esboçamos uma categoria denominada “Greenpeace: possibilidades, desafios e paradoxos”, remetendo aos discursos que, de alguma maneira, traduziam as potencialidades, alcances, limites e ambiguidades desta ONG. Em segundo, temos “A mídia e o ativismo na rede virtual”, em que discutiremos a relação da ONG com a esfera virtual e comunicacional, em especial, o *cyberativismo*. Em terceiro, temos o “As fronteiras entre a política e a polícia”, na qual debateremos, a partir de Rancière, o hiato em que o Greenpeace pode estar localizado entre a política e a polícia. Por fim, esboçamos a categoria “As ações diretas: um enlace entre a estética e a política”, buscando analisar algumas ações específicas do Greenpeace, com o objetivo de problematizar o enlace entre a estética e política nestas ações empíricas.

## **1. Breves apontamentos iniciais sobre a estética e política**

A discussão sobre o conceito de estética surge na Grécia Antiga com Platão e Aristóteles e, embora a estética tenha sido estudada há 25 séculos, somente no século XVIII, conforme Vazquez (1991), a estética passa a ser estudada de forma autônoma e sistematizada, tendo como marca, conforme o autor, a publicação do livro de Baumgarten, denominado *Aesthetica* (Vazquez, 1991; Pino, 2006).

O conceito de estética tem origem na palavra *aisthesis* que remete à dimensão do sensível, da sensibilidade humana. Desde a

época grega, conforme Pino (2006), a estética esteve ligada à produção artística, ocupando, no pensamento europeu moderno, o centro do debate entre arte e ciência, ou entre sensibilidade e racionalidade. De acordo com Vazquez (1991), a estética esteve, inicialmente, relacionada ao conceito de belo no modelo classicista, em especial, naquilo que se refere às formas, modelos e conteúdos que, por meio da sensibilidade, torna-se belo para o homem.

Tradicionalmente, desde a Antiguidade Clássica, a estética foi entendida como a filosofia da arte. Contemporaneamente, alguns autores têm polemizado esta questão e deslocando a estética para outras áreas do conhecimento e da vida. Sob o ponto de vista de Vazquez (1991), a estética diz respeito a um modo específico de se relacionar com um objeto, o qual ocorre quando este é retirado de seu contexto usual e quando sua função prática-utilitária é superada, possibilitando emergir novos processos de significação em relação a ele.

Sendo assim, a relação estética pode ocorrer em qualquer lugar, e não apenas no âmbito artístico, sendo definida por uma maneira nova de se apropriar e de se relacionar com determinado objeto. Para este autor, o universo da estética diz respeito a “um mundo específico de relações humanas com a realidade e, portanto, um tipo de objetos, processos e atos humanos” (Vazquez, 1991, p.35) que se caracterizam por ser estéticos pelo fato de desconstruírem a funcionalidade do objeto. Nas palavras de Zanella, *et.al.*, (2006):

não podemos senão conceber a estética a partir das relações que sujeitos estabelecem com a realidade, relações estas que ultrapassam o âmbito artístico, pois não são exclusivas dele. A estética caracteriza-se assim como dimensão fundamental do ser humano, mas só existe conquanto este ser humano está em uma perspectiva de relação com o mundo que transcende sua dimensão prático-utilitária. (p.5)

A estética, conforme Vazquez (1991), se caracteriza por um tipo específico de relação entre sujeito e objeto, o que se distingue das demais relações (teórico-cognitiva, prático-utilitária e prático-produtiva), justamente por se sustentar na desconstrução de um



significado cristalizado e instaurar múltiplas possibilidades de significação em relação ao mesmo, fazendo com que o sujeito reveja seus significados, valores e práticas (Zanella, 2010., Maheirie., 2006., Maheirie, 2010., Pino, 2006., Hinkel, 2013).

A estética, conforme Rancière (2005), também não se limita ao campo artístico. Para o autor, não se trata da teoria geral da arte ou dos possíveis efeitos que uma obra pode causar na esfera do sensível, mas, sim, “um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia de efetividade do pensamento” (p.13). Neste sentido, para este filósofo, as práticas estéticas não são necessariamente artísticas, mas sim, atos que, de alguma maneira, constituem “formas de visibilidade... do lugar que ocupam do que ‘fazem’, no que diz respeito ao comum” (Rancière, 2005, p.17).

Sob esta leitura, a estética está relacionada ao sensível, à “forma pela qual os corpos se encontram em comunidade” (Rancière, 1996, p. 19), ao ritmo, aos sentidos, a um *sensorium* e pelas maneiras de configurar uma experiência (Rancière, 2005). A partilha da comunidade se dá de maneira estética, ou seja, por meio de experiências que possuem uma determinada visibilidade, audibilidade, inteligibilidade. Assim, a estética é “tornar-se manifesta, tornar-se um *aisthesis*” (Rancière, 1996, p. 55), “es más bien un modo de configuración sensible, un reparto de lugares y cuerpos cuya ruptura o emergencia determina la cosa misma de la política” (Vila, 2011, p.20).

Por compreender que a estética está atrelada a um determinado recorte do tempo e do espaço e, também, a uma forma de apreender a realidade, o conceito de estética, para Rancière (1996), está intrinsecamente relacionado com o de política, logo, com o de linguagem. Ao retomar o postulado de Aristóteles o qual aponta que a diferença fundamental do animal e do homem é que este último tem a capacidade do *logos*, isto é, da fala reflexiva e da capacidade de elaborar discursos, Rancière (1996) entende que a inserção do ser humano na partilha do sensível se articula com o *aisthesis* que a palavra provoca na ordem simbólica, pois, cada

palavra está articulada não apenas a uma fonia, mas também a uma cadeia discursiva que constitui uma determinada experiência. Para Rancière (1996), Aristóteles entende que não somos apenas animais fônicos, mas também lógicos:

O homem é o único animal político pois é o único ser que tem a capacidade do logos, da palavra. Por meio dela, o homem pode manifestar o útil e o prejudicial, exprimir dor e sofrimento, falar do que é justo e injusto e, dessa forma, subverter a ordem normal das coisas. (Rancière, 1996, p. 371)

O agenciamento das palavras sustentam uma gramática interpretativa do sensível que gera determinadas inteligibilidades acerca do real (Rancière, 1996), criam esquemas de interpretação que nos governam, sustentando “maneras de configurar y reconfigurar una comunidad, de definir su naturaliza y de dibujar el rostro de a quienes ella incluye o excluye” (Rancière, 2011, p.11).

A partir dessa leitura, o sujeito constitui-se na medida em que se encontra inserido em uma ordem sensível, simbólica e discursiva que inscreve as (im)possibilidades de vivenciar, visibilizar, escutar, pensar, agir, sentir e compreender determinadas experiências (Chaves, 2012). Por tal, a partilha do sensível, do comum, da vida coletiva “significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas” (Rancière, 2005, p.7).

Para Rancière, a política não é entendida como uso e luta do poder, mas sim, um campo litigioso em que uma diversidade de visões de mundo disputam lugares de reconhecimento e legitimidade na partilha do sensível, definida como sendo:

o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas... fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Esta repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum

se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (Rancière, 2005, p.15)

A partilha do sensível possui uma base paradoxal, pois, ao mesmo tempo que significa o “viver em comum”, implica, também, inversamente, a separação, “a distribuição em quinhões” (Rancière, 2005, p.7). Sendo assim, a partilha do sensível ocorre de forma dissensual, já que “faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço” (Rancière, 2005, p.6). Assim, a partilha do sensível ocorre de maneira conflituosa justamente por inscrever os grupos em lugares de contados/não-contados, visíveis/não-visíveis, marcando o litígio como inexorável à experiência coletiva. Na leitura de Pallamin (2010):

O sensível diz respeito ao estético e ao político simultaneamente, e a sua partilha é sempre de caráter polêmico, atingindo os modos de ser e as maneiras com que se distribuem as ocupações... Neste mundo há presenças que não adentram a seu campo de visibilidade, dizeres que não contam, perfazendo-se como um solo sempre controverso de relações sociais. Nesta articulação de formas a priori que também atuam no âmbito do sentido (palavra) e do sem-sentido (ruído) dando forma à comunidade, definem-se competências e, ao mesmo tempo, quem as desfruta e opera. (p.6)

Ainda que compreenda que a ordem social é estruturada hierarquicamente, logo, cedendo legitimidades diferenciadas aos corpos e vozes na partilha do sensível, Rancière (1995) defende que, embora o desentendimento seja condição das relações humanas, portanto, impossível de ser extinto, ele não deixa de ser tratável.

Conforme o autor, é possível, ainda que de maneira transitória, inscrever espaços democráticos quando garantimos que “as parcelas da comunidade estejam em estrita proporção com a *axial* de cada parte da comunidade: ao valor que ela traz para a comunidade e ao direito que esse valor lhe dá de deter uma parte do poder comum” (Rancière, 1996, p.21).

Ou seja, ainda que na democracia não seja possível dar legitimidade de forma igualitária a todos os corpos e enunciados, já que, para Rancière (1996, 2012a), sempre há um resto, o autor

entende que é possível construir espaços e experiências que funcionem mais pela lógica da igualdade e menos pela lógica da dominação. Sendo assim, para o autor, pensar em “revolução” seria pensar em uma reconfiguração estética que ocorre nas cenas cotidianas, chamada pelo autor de “micropolítica” (Rancière, 2009, 2011).

El escenario de la revolución estética se propone transformar la suspensión estética de las relaciones de dominación en principio generador de un mundo sin dominación... la revolución política ... concebida como formación de una comunidad del sentir (Rancière, 2012a, p.49).

Nos escritos de Rancière (1996, 2006, 2009) ele evidencia duas maneiras de partilhar o sensível, sendo uma relacionada “ao curso ordinário das coisas”, “ao curso normal dos assuntos humanos”, e, outra, articulada a uma experiência que suspende, rompe, interpela este “curso normal” e inscreve no tecido social novas experiências, imagens, palavras, corpos e vozes. Esta última forma de inserção e partilha do sensível é uma forma política pois realiza “la redistribución de los objetos y de las imágenes que forman el mundo común ya dado, o la creación de situaciones dirigidas a modificar nuestra mirada y nuestras actitudes con respecto a ese entorno colectivo” (Rancière, 2009, p.5).

A política, além de uma maneira específica de partilharmos o sensível e configurarmos nossas experiências, intervém na distribuição geral dos corpos nos espaços, funções e competências. Conforme Rancière (2010b), “temos de pensar a estética em sentido largo, como modos de percepção e sensibilidade, a maneira pela qual os indivíduos e grupos constroem o mundo. É um processo estético que cria o novo, ou seja, desloca os dados do problema” (p.9), provoca uma “desconexão das condições normais de experiência” (2005, p.9), possibilitando novas formas de experienciar e subjetivar a partilha do sensível, a comunidade, o comum.

Contudo, como nos alerta Pallamin (2010), não podemos deduzir que qualquer reconfiguração estética seja política, ainda que esta seja fundamentalmente estética, não podemos estabelecer uma relação biunívoca entre elas, já que:

A reorganização dos atributos perceptíveis pode, como bem atestam os impasses presentes na cena contemporânea, reforçar os referencias em ação na partilha em vigor, ao invés de aí operar efetivamente uma outra figuração política, de interromper os efeitos da sua maquinaria. (p. 7)

Os dois modelos clássicos da razão política são criticados por Rancière (2006): tanto a perspectiva que entende a política como a reunião de indivíduos ligados entre si por força de sua sociabilidade natural (Aristóteles), como aquela que a define como a forma de o ser humano superar sua insociabilidade natural para garantir sua conservação (Hobbes). Para Rancière (2005, 2006), a política não está relacionada ao uso e disputa pelo poder, às formas consensuais de convivência, ou a modelos de governança e gestão da sociedade.

Para o autor, a política se ocupa daquilo que se vê e o que pode ser dito sobre estas visibilidades (2005a), produz novas relações entre realidade e aparência (2012), rompe uma lógica de dominação vista de forma naturalizada desviando o curso ordinário da vida (2006), inscrevendo novos agenciamentos discursivos causando uma distorção na partilha do sensível (2009).

A política emerge por meio de cenas inéditas, introduzindo novas formas de apreender o sensível, o reconfigurando de tal modo que as visibilidades, sensibilidades e audibilidades se revelam de uma outra maneira e de um outro lugar para o sujeito. Tendo em vista que a gramática intersubjetiva é, por condição, conflituosa, a política é sustentada por uma lógica litigiosa na medida em que:

não é em primeiro lugar maneiras como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível. (Rancière, 2006, p.368)

O autor afirma que os modelos clássicos utilizados para compreender a política recalcam o modo próprio da racionalidade desta, destacando que, desde a Antiguidade Clássica, o que os modelos de governabilidade têm realizado é justamente negar a

própria política: negar sua racionalidade litigiosa e assumir a parte dos sem-parte (1996). A crítica que o autor realiza sobre alguns modelos ditos democráticos, é que eles buscam dizimar justamente o fundamento da política, ou seja, o dissenso (2012b).

Em suma, o consenso suprime todo cômputo dos não-contados, toda parte dos sem-parte. Ao mesmo tempo, pretende transformar todo litígio político num simples problema colocado à comunidade e aos que a conduzem. Pretende objetivar os problemas e determinar a margem de escolha que comportam, os saberes requeridos e os parceiros que devem ser reunidos para sua resolução (Rancière, 2006, p.379)

A lógica do funcionamento do Estado Moderno é transformar a política em um sistema de identificação de problemas que devem ser solucionados. Rancière (1995) entende que, a partir do apoio dos sistemas midiáticos, há uma administração ideológica em que ocorre uma gestão de opiniões e sentimentos, a criação de um “sentimento flutuante” que legitima as decisões do Estado e a criação de estruturas de gestão estatal.

A “bela hierarquia dos *axiais*” aparenta uma estruturação harmônica da *arkhé*, fazendo o consenso ser apreendido como emancipatório e democrático. Contudo, é um acordo pactuado, “é um modo de simbolização da comunidade que visa excluir aquilo que é o próprio cerne da política: o dissenso, o qual não é simplesmente o conflito de interesses ou de valores entre grupos, mas, mais profundamente, a possibilidade de opor um mundo comum a um outro”. (Rancière, debate, p.20).

Neste sentido, o litígio não é da ordem da disputa de classes, mas às (im)possibilidades de tomar parte na divisão do sensível, de operar por meio de determinados equipamentos sensoriais e intelectuais (2011a) que podem (in)viabilizar a presentificação de determinados corpos e vozes. Rancière aponta que o fato de negar que há um dano (sem-parte), não o extingue da esfera social, e, o risco que os modelos de gestão política que se pautam no consenso correm é, justamente por negar o conflito, fazer com que ele volte de forma mais voraz e caótica:

O consenso quer suprimir a política, seu povo e seus litígios arcaicos. Quer substituí-los pela população, suas partes e os simples problemas de repartição dos esforços e das riquezas. Mas o povo político não desaparece sem resto. Quando se quer suprimir o povo dissensual da política pela população consensualmente gerida, vê-se aparecer em seu lugar um outro povo, mais antigo, mais intratável... vê-se reaparecer o conflito sob uma forma mais radical, como impossibilidade de coexistir, como puro ódio do outro. (Rancière, 2006, p.378)

Esta compreensão consensual de política sustenta-se em alguns pressupostos de Aristóteles e Platão que Rancière retoma com intuito de instaurar uma compreensão menos racionalista e contratual de política. O conceito aristotélico de “cidadão” é entendido a partir de um par de contrários que é “aquele que participa do ato de governar e ser governado” (p. 369). A partir da leitura de Rancière (1996, 2002), para Platão há 3 regimes de contrários que define quem governa e quem é governado: o princípio de natureza (velhos/jovens, pais/filhos...); a capacidade do indivíduo (ciência/ignorante); e, por fim, um último princípio que vem romper com a lógica de comando que define a distribuição “natural” dos papéis sociais em função da qualidade que cada parte contém: o princípio do acaso, a democracia. “Para Platão, tal estado (a democracia) só pode significar acaso ou loucura” (p.369), pois é o único princípio sem princípio, o princípio impróprio.

Rancière (1996, 2012b) relembra que o termo “democracia” (*demos*) foi, inicialmente, elaborado como uma forma de insulto. O termo não foi criado pelos democratas, mas, sim, por seus adversários, que a entendiam como algo grotesco e impensável. Destaca que democracia tem origem na palavra *demos* (o povo), que em Atenas significava os pobres. Surge, então, o principal paradoxo da política: justamente aqueles que não possuem título para governar, ou seja, os pobres, são os governantes. De acordo com Rancière, isso exemplifica o fundamento paradoxal da política: o poder não pertence ao nascimento, à riqueza, aos títulos... mas sim à contingência, ou seja, “la constatación histórica de esos repartos excluyentes de voces, así como de la asignación ordenada de funciones, lugares y tiempos” (Vila, 2011, p.15).

A hierarquia, então, é estruturada a partir destes princípios, ou seja, a dominação se sustenta pelo título de nascimento, da riqueza e do conhecimento, revelando a “pura contingência de toda ordem social” que sustenta a *arkhé*. A política é o título do sem-título, a condição que marca o *demos* que é aquele que não tem título para governar, é a “propriedade imprópria”, pois, “o fundamento da política... é ausência de fundamento... Há política simplesmente porque nenhuma ordem social está fundada na natureza, porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas” (1996, p.30), mas, sim, o princípio da contingência, que não significa acaso ou aleatoriedade, mas um processo histórico.

Neste sentido, cabe ao povo o poder de governar por meio da instauração de um litígio que vem quebrar a harmonia do *arkhé*, revelando, ainda que fugazmente, “a mentira que inventa uma natureza social para dar à comunidade uma *arché*” (1996, p.31), apontando a aparente rigidez e solidez das instituições e agenciamentos que sustentam a hierarquia nas quais podem ser, a qualquer momento e, em qualquer lugar, rompidas pelo princípio do *anarkhué*, revelando a “anarquia última sobre que repousa toda hierarquia” (p.30).

A possibilidade de instaurar a democracia não está calcada na busca de equilíbrio de lucros e perdas na partilha do sensível, na reparação dos danos, na redistribuição das trocas de mercadorias-jogo aritmético das dívidas e lucros-, nem na associação de uma qualidade a uma determinada posição- lógica identitária operada pela geometria. Os momentos democráticos são possíveis a partir da inscrição de um novo agenciamento de palavras que instaura uma nova gramática discursiva e interpretativa, de modo a reconfigurar a divisão do comum, associando novas qualidades, competências, funções e posições aos sujeitos, rompendo com a “bela hierarquia dos *axiais*”.

A política começa justamente onde se pára de equilibrar lucros e perdas, onde se tenta repartir as parcelas do *comum*, harmonizar segundo a proporção geométrica as parcelas de comunidade e os títulos para se obter essas parcelas, as *axiai* que dão direito à comunidade. Para que a comunidade política seja mais do que um



contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam. (Rancière, 1995, p. 21)

Ao mesmo tempo em que entende que a política pode emergir em qualquer lugar e que qualquer sujeito ou dispositivo pode encarnar o *demos*, ele destaca o risco de cairmos no "tudo é político", principalmente quando se mistura o conceito de poder com o de política, pois, “nenhuma coisa é em si política, pelo único fato de exercerem-se relações de poder” (Rancière, 1996, p.44).

Ao cindir estes dois conceitos, coloca a política como um ato que aparece exatamente quando as relações de poder são, ainda que de maneira efêmera, suspensas ou interpeladas. Em outras palavras, para que uma cena política se inscreva no simbólico da polis, é necessário que ela suspenda, desregule, desestabiliza e interrompa *arché*, portanto, não é algo que ocorra recorrentemente, ao contrário, acontece “muito pouco e raramente” (1996, p.31).

O processo de subjetivação política é um conceito fundamental na obra de Rancière (2007, 2011b, 2012c) o qual está intimamente relacionado com aquilo que o autor denominou de “emancipação” e “democracia”. A emancipação, como afirma Rancière (1995), é o nome moderno para se referir ao efeito da igualdade, ou seja, é a lógica que sustenta o processo de subjetivação política, que possui a igualdade como um operador lógico no tratamento da injustiça.

Para o autor, o único universal em política é a igualdade: igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Neste sentido, Rancière (1995) deduz que a desigualdade dos níveis sociais só funciona por causa da própria igualdade dos seres falantes (p.60), ou seja, que a “desigualdade só é, em última instância, possível pela igualdade” (p. 31).

Afirma ainda que a igualdade não é uma essência que a política busca aplicar, um objetivo que se pretende atingir, ou uma lei que se tenta encarnar. Ela é, antes de tudo, uma pressuposição,

um operador lógico que norteia a política: “é preciso que o vazio apolítico da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa produza o vazio de uma propriedade política” (p. 46). Esta pressuposição não se inscreve no social de forma espontânea, mas, sim, por meio do dissenso, por meio de uma “perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (Rancière, 2006, p.371). Sendo assim, para que ocorra a verificação da igualdade, é necessário que um dano seja revelado e inscrito na ordem simbólica:

O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade assume figura política. Há política por causa apenas de um universal, a igualdade, a qual assume a figura específica do dano. O dano institui um universal singular, um universal polêmico, vinculando a apresentação da igualdade, como parte dos sem-parte, ao conflito das partes sociais. (Rancière, 1995, p.51)

Neste sentido, pensar em subjetivação política implica concebê-la como uma experiência que suspende, ainda que de forma fugaz, as relações das formas ordinárias da experiência comum, rompendo, dessa maneira, uma determinada forma de articulação das evidências que estruturam a *arkhé*. A partir deste movimento, é possível elaborar novos agenciamentos discursivos e gramáticos interpretativos norteados pelo princípio da igualdade.

A experiência da subjetivação política amplia o regime dos possíveis favorecendo a criação de novos modos de sensibilidade, visibilidade e inteligibilidade. Este processo é possibilitado por um conjunto de atos realizados por sujeitos ou “dispositivos de subjetivação” que litigiam e reconfiguram a partilha do sensível, inscrevendo espaços democráticos que, embora de forma transitória, realizam um “desvio do curso normal dos assuntos humanos, da vida ordinária” (Rancière, 2006, p.381).

Ao contrario da perspectiva habermasiana, para Rancière não há consenso no processo de emancipação, pois, para este autor, não há comunicação sem danos. Isso se justifica, pois, de acordo com esta leitura, na lógica da subjetivação está sempre implicada uma

impossível identificação completa; ou seja, há sempre um resto, uma parcela que não se verá identificada no todo, fazendo emergir, necessariamente, conflitos e disputas. Neste sentido, define que a lógica da subjetivação política é “um polêmico lugar comum para o tratamento da injustiça e a demonstração da igualdade” (Rancière, A, p.9), fazendo este processo ser marcado pelo antagonismo, transitoriedade e incompletude.

Ao aproximar a política do conceito de experiência, pensar em “revolução”, para Rancière (1996, 2010b), não significa encará-la como um processo de conscientização de uma determinada classe social, já que esta não ocorre por meio de uma “tomada de consciência”, tampouco, dirigida pela “classe social”. Mas, sim, por meio de uma reconfiguração da experiência, do *sensorium* comum, que não ocorre por um processo de conscientização, mas, sim, por um processo estético. E, ainda, não é realizado por um sujeito entendido como classe, mas pela “não-classe” (Rancière, 2009, 2011), por dispositivos de subjetivação que inscrevem novas cenas, vozes, corpos, inteligibilidades e audibilidades.

Um sujeito político não é um grupo que "toma consciência" de si, se dá voz, impõe seu peso na sociedade. É um operador que junta e separa as regiões, as identidades, as funções, as capacidades que existem na configuração da experiência dada, quer dizer, no nó entre as divisões da ordem policial e o que nelas já se inscreveu como igualdade, por frágeis e fugazes que sejam essas inscrições. (Rancière, 1996, p.52)

O sujeito político, entendido como um dispositivo de processos de subjetivação política, não une, mas desune a comunidade; não ocorre por um processo reflexivo e crítico, mas sim, estético; não se dá de uma maneira geral, estrutural e estável, mas por “uma série de atos que não eram identificáveis no campo da experiência” (Rancière, 1995, p.47), que emergem de forma precária e transitória, inscrevendo no simbólico “outros existentes, outros sujeitos do litígio político” (p.47), criando novos recortes do sensível que:

desfaz e recompõe as relações entre os modos do fazer, os modos do ser e os modos do dizer que definem a organização sensível da

comunidade, as relações entre os espaços onde se faz tal coisa e aqueles onde se faz outra, as capacidades ligadas a esse fazer e as que são requeridas para outro. (Rancière, 1996, p.51)

A partir das contribuições deste autor, buscamos problematizar algumas ações realizadas pelo Greenpeace, nos questionando se, e de que maneira, podemos encontrar entendê-las como “como configurações da experiência, que ensinam novos modos do sentir e induzem novas formas da subjetividade política” (Rancière, 2005, p.11). Ao trazer a estética como elemento constitutivo da política, nos questionamos acerca de algumas ações do Greenpeace na produção de um novo *sensorium* na luta ambiental, operando como um dispositivo possibilitador de subjetivações políticas, inscrevendo e ampliando modos de sensibilidades, visibilidades e inteligibilidades na esfera pública.

## **2. Greenpeace: uma luta ambientalista pautada na “desobediência civil não-violenta”:**

### **2.1 Tipos e estilos das ações**

A história do Greenpeace teve início no final da década de 60, em que 7 mil manifestantes convergiram para Douglas, na fronteira ocidental do Canadá com os Estados Unidos, para protestar contra os testes nucleares na ilha de Anchitka, de propriedade estadunidense, próxima ao Alaska (VIDE ANEXO A). Alguns manifestantes ficaram profundamente desapontados com o resultado do bloqueio- já que o teste nuclear acabara por ser realizado- e, um grupo de 12 pessoas- fotógrafos, jornalistas, pacifistas, ecologistas...-, decidiram realizar uma ação exatamente no local onde mais um teste nuclear seria realizado. O referido grupo, utilizando-se de uma embarcação alugada e com a vela verde decorada com os símbolos da paz e da ecologia, seguiu rumo a tal ilha, lançando o nome *Greenpeace*. Na época, este ato foi amplamente coberto pelos meios de comunicação e esta ONG

começou a ser conhecida mundialmente (Gabeira, 1988; Campos, 2006; Marzochi, 2009; Lycarião, 2010).

Aqui nasce a ideia de atuar diretamente “frente ao inimigo”, porém, sem ações violentas, buscando com este ato tentar impedir o teste nuclear, bem como dar visibilidade ao mundo sobre o que estava sendo realizado. Uma característica que marca as ações do Greenpeace é, nas palavras de uma das participantes deste estudo, *“tornar-se testemunha ocular de uma ação irregular ou prejudicial ao meio ambiente, e jogar isso para o mundo, para que todos fiquem sabendo do episódio, sobre quem e o quê está fazendo...”* (Luana).

A tática utilizada pelo grupo remetia à prática Quaker<sup>4</sup> de dar testemunho – *bearing witness* –, que consiste na responsabilização daquele que presencia uma injustiça e, por isso, passa a ser responsável por ela, podendo tomar alguma atitude a fim de resolvê-la ou permanecer inativo, mas não ignorá-la. Neste sentido, a resistência do Greenpeace nasce baseada na presença física e na ação direta dos sujeitos (Campos, 2006; Oliveira, 2006; Marzochi, 2009).

Desde o início de sua história, o Greenpeace busca realizar protestos que sejam amplamente veiculados nos meios de comunicação, entendendo que seja de suma importância para a luta ambientalista, levar as informações e conhecimentos para a população. Assim, buscam criar ações espetaculares, irreverentes e originais com intuito de atrair o interesse da mídia e da opinião pública e, dessa maneira, poder divulgar e expandir suas mensagens e ideias.

Outra marca que emerge neste ato e passa a nortear as ações do Greenpeace, desde então, é o caráter pacífico e “não violento” de suas ações, aquilo que eles irão denominar de “desobediência civil não violenta”. Conforme Gabeira (1988), a ética do Greenpeace é a da responsabilidade individual diante de uma injustiça ambiental, e tornar-se atuante em relação a ela. O Greenpeace emerge, portanto, conforme o autor, “com uma ampla consciência de todo o processo de degradação do meio ambiente e com uma base filosófica apoiada

---

<sup>4</sup> Nome dado a grupos religiosos, cuja a origem está no movimento protestante britânico do século XVIII, que defendem o pacifismo e a igualdade.

substancialmente nas concepções ecológicas, no novo e revolucionário paradigma que nascia com a decadência das velhas ideias”. (p.16)

Referindo-se a crise dos ideais do modelo capitalista (“velhas ideias”) e à emergência de um novo modo de viver na sociedade, Gabeira (1988) destaca que o Greenpeace, mais do que aglutinar pessoas que estavam preocupadas e fornecer uma outra valorização para a natureza dentro do sistema industrial e capitalista, foi formado por pessoas que compartilhavam uma determinada forma de viver em sociedade.

A união do “verde” e da paz referem-se tanto ao movimento e prol da defesa do meio ambiente, como a oposição ao incremento armamentista de alguns países. O inimigo central do Greenpeace é o estilo de vida aos moldes capitalistas, o qual exclui o princípio da sustentabilidade e não se preocupa com o desenvolvimento global desenfreado e suas respectivas consequências sociais, econômicas e ambientais. (Castells, 2004; Oliveira, 2006; Lemos, *et.al.*, 2008., Marzochi, 2009; Lycarião, 2010).

O Greenpeace surge em meio aos movimentos sociais dos EUA na década de 70 (feminista, hippie, negro, ambientalista...) e se caracteriza, conforme Marzochi (2009), como um herdeiro da contracultura ocidental. Os chamados “novos movimentos sociais” emergem pautados nos princípios da gestão horizontal e participativa, bem como do apartidarismo.

Esta última característica perdura até os dias atuais, contudo, a partir da década de 80, o Greenpeace sofreu uma reestruturação interna do seu modo de gestão e organização que se aproximou mais de um modelo empresarial do que dos moldes de uma instituição participativa, o que favoreceu a ONG superar uma crise econômica que estava colocando em risco sua própria existência. Este novo modelo de gestão possibilitou uma rápida expansão que se efetivou na criação, em 1979, do Greenpeace Internacional (GI) e na instalação de diversos escritórios em diversos países (Castells, 1999; Gabeira, 1988; Lycarião, 2010; Campos, 2006).

Em 1979, sete países possuíam um escritório do Greenpeace e foi criado o Greenpeace Internacional, sediado em Amsterdã (Holanda), para supervisionar e coordenar as ações em caráter mundial. Conforme Campos (2006), o Greenpeace internacional é financiado pelos escritórios-nacionais autosuficientes que repassam 18% de sua verba ao Greenpeace internacional, e este, colabora economicamente para subsidiar os escritórios que não possuem recursos suficientes para se manterem.

Atualmente, conforme dados retirados no relatório de prestação de contas disponível no site, e na revista trimestral da organização, o Greenpeace atua em caráter mundial (possui uma rede de escritórios presente em 43 países), conta com 3.875.000 de colaboradores no mundo e 37.149 no Brasil (pessoas físicas que realizam doações financeiras de forma mensal, semestral ou parcela única), com 18 mil voluntários no mundo e 2.240 no Brasil (que são as pessoas que voluntariamente realizam as ações na esfera pública), com 2000 funcionários no mundo e 110 no Brasil (VIDE ANEXO B).

A forma da ONG se sustentar economicamente advém exclusivamente da doação de pessoas, sendo vetado o recebimento de doação financeira de entidades jurídicas. O Greenpeace surge no Brasil durante a reunião da ECO-92 e teve como um ato para marcar este momento a instalação de 800 cruzeiros no pátio de Angra dos Reis (VIDE ANEXO C), para “comemorar” o aniversário do acidente de Chernobyl (Lycarião, 2010; Oliveira, 2006; Campos, 2006, Lemos, *et.al.*, 2008., Marzochi, 2009).

A destruição ambiental possui múltiplas frentes e, para qualificar a capacidade operacional da organização, o Greenpeace, no início de sua história, elegeu 3 setores que sofrem degradação ambiental: denúncia de experiências nucleares; a defesa do mar e de seus habitantes (principalmente campanhas contra a morte de baleias e contra a captura de focas); e, por fim, a luta contra substâncias químicas tóxicas na alimentação e no meio ambiente (Gabeira, 1988). Atualmente, o Greenpeace elege algumas frentes de trabalho que são revistas anualmente em uma reunião coordenada pelo Greenpeace Internacional (ainda localizado em Amsterdam), na qual

participam os diferentes escritórios espalhados pelo mundo, com intuito de discutir e elaborar as estratégias e organizar um calendário de atividades.

No início desta pesquisa, em 2010, os focos de luta da ONG no Brasil eram: “Amazônia”; “Transgênicos”; “Oceanos”; “Clima e Energia”; “Nuclear”. Atualmente, as únicas campanhas que estão sendo operadas são “Clima e Energia”; “Amazônia”. Na ONG localizada na Espanha, existem, atualmente, as campanhas de “Florestas”; “Mudanças Climáticas”; “Fim da energia nuclear”; “Conservação dos oceanos”; “Barrar a contaminação”; “Conflitos sociais e ambientais”; “Trabalho pela paz”; “Agricultura e Transgênicos”.

Em linhas gerais, os entrevistados afirmam que o Greenpeace tem como meta *“lutar por um mundo mais justo e verde”* (Luana), *“espalhar uma mensagem, imagino que seja um canal, um meio político, um canal de comunicação, o Green é um forte canal de comunicação para chegar mais clara uma determinada mensagem, que são as questões que o Green acha mais importante”* (Paulo), *“es de movilización, creo que el poder del cambio está en las personas para conseguir más gente y alcanzar nuestros objetivos* (Verônica), *“hacer con que la gente tenga consciencia de los problemas ambientales para el planeta, para nuestra vida, y que les hagan algo para cambiar!”* (Martin), *“fazer as pessoas se darem conta de que estamos correndo sérios riscos por não vivermos em uma sociedade mais pautada na sustentabilidade, isso não é alarmismo, são riscos sérios mesmos, e muita gente não tem ideia disso...”* (Jairo)

Na pesquisa sobre diferentes movimentos de resistência na atualidade, Oliveira (2006) discorre sobre o Greenpeace, destacando que é uma ONG que coloca corpos indisciplinados em ação, afirmando que:

As imagens que vêm à mente, como símbolos das ações espetaculares empreendidas pelos ativistas do Greenpeace, são sempre a de corpos frágeis em enfrentamento direto, pequenos e inseguros botes de borracha tentando alcançar navios gigantescos, corpos minúsculos escalando torres imensas, correntes humanas



formadas por corpos balançando de pontes bloqueando a passagem de embarcações” (p.165)



Esta foto retrata um ativismo que marca o “DNA” do Greenpeace, como afirmam alguns participantes desta pesquisa, que é a intervenção direta para impedir a caça às baleias. A pluralidade de formas (comunicação, abaixo-assinado, ações diretas, audiência pública, performances, entrevistas, filmes, “pontos verdes”...) e locais de ação- no mar, no ar, na TV, na internet, na rua...- exige que o Greenpeace invista de forma maciça no seu quadro de funcionários, voluntários e ativistas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Esta definição não foi pacífica e muito clara entre os participantes do estudo e, também, nas informações coletadas no site da organização. Contudo, podemos sintetizar da seguinte maneira: os “voluntários” participam de todas as ações do Greenpeace, com exceção das ações diretas- aquelas que envolvem uma cena conflitiva e implica em mais riscos pessoais para o sujeito. Quem realiza as ações diretas são chamados de “ativistas”, ou seja, além de serem voluntários, realizam as ações de protestos públicos. Os funcionários são pessoas que trabalham de forma

De acordo com Gabeira (1988), o Greenpeace aposta na qualificação de núcleos bem formados para executar suas ações. Conforme Lycarião (2010), o investimento que a organização faz na produção de conhecimento e na contratação de pessoal altamente especializado em diversas áreas do conhecimento passa a ser um componente fundamental para fazer com que seu “capital discursivo ganhe dimensões mais robustas” (Lycarião, 2010, p. 62).

A partir das entrevistas, notamos que isso ocorre no Greenpeace do Brasil e da Espanha, já que em ambas as bases a capacitação dos profissionais e ativistas é realizada de maneira permanente, tanto em termos técnicos, políticos, científicos, bem como no que se refere às atividades destinadas às ações diretas, como curso de mergulho, oratória, escalada, agir de forma pacífica frente ao opositor, entre outros.

A formação técnica e a especialização são aspectos que aparecem recorrentemente nos diferentes atores coletivos que participam da luta ambiental, os quais, inicialmente eram marcados por traços mais científicos e menos políticos, algo que foi se transformando ao longo da história destes movimentos. O fato de a questão ambiental não ser algo tão facilmente visível, como o objeto de luta de outros coletivos, demanda por parte destes atores um investimento em pesquisas científicas para detectar, mensurar, demonstrar e argumentar estes dados com finalidade de visibilizar e problematizar a causa em questão (Castells, 1999, 2010; Carvalho 2001; Bacelar, 2009).

Não significa que todos os atores coletivos ambientalistas apresentem estas duas dimensões entrelaçadas, contudo, o que nos parece é que quando se trata da luta ambiental, ciência e militância se misturam, tensionando ainda mais este espaço, na medida em que a

---

remunerada para a ONG, podendo estar ideologicamente relacionado a causa ambientalista ou não. Por fim, tem-se os colaboradores que são pessoas físicas que doam dinheiro (de forma mensal, semestral ou em parcela única para a ONG).

ciência não é neutra e nem desinteressada, o que faz das questões ambientais uma arena de disputa pautada nas relações de saber-poder.

Esta questão foi trazida pelo participante Jairo que afirma ser bastante recorrente o Greenpeace ser acusado por cientistas de estar inventando informações e criando um “*clima alarmista*” falacioso para a população, atuando de forma não científica. Conta que isso, muitas vezes, reflete disputas políticas partidárias em que, por interesses particulares, as autoridades públicas se inserem em uma guerra de informações “científicas”, seja para alertar o mundo sobre os efeitos dos riscos ambientais, seja para afirmar que essas informações são invenções do Greenpeace.

O Greenpeace apresenta uma articulação interessante entre estética, ciência e política, pois, busca, por meio de atos performativos e divulgação de relatórios científicos, criar dissensos, cenas litigiosas e desmontar uma determinada partilha do sensível instituída. Há um investimento maciço tanto nas ações diretas (são as ações mais performáticas que requerem um alto investimento econômico), assim como na elaboração de pesquisas.

Uma das entrevistadas, bióloga marinha, foi contratada para ser pesquisadora durante 4 meses para realizar pesquisas sobre as baleias na Antártica. Paulo conta-nos que a Ciência “*é um instrumento político pra gente*”, afirmando que é um recurso indispensável para o Greenpeace conseguir dialogar com Estado e alertar a sociedade. Outro tipo de trabalho comumente realizado são os voos para detectar e mapear as áreas de desmatamento, tanto para produção de relatórios científicos, como também para levar jornalistas e expandir esta informação na mídia (*mediashering*). Os exemplos são inúmeros, revelando-nos que a produção do conhecimento científico é um recurso amplamente usada pelo Greenpeace, pautando sua luta por meio das ações de protestos e por meio da disputa de conhecimento.

Diferente de partidos políticos, Gabeira (1988) afirma que o Greenpeace não busca agregar um grande número de pessoas sendo que apenas poucas delas é que possuem um alto grau de

especialização; ao contrário, aposta em pequenos núcleos, porém, altamente preparados para realizar as intervenções políticas. Por meio desta pesquisa, podemos perceber que este quadro mudou significativamente desde a década de 70, já que o Greenpeace, hoje, agrega um alto número de pessoas, conta com uma vasta rede de escritórios e faz um forte investimento em “times” de pessoas para qualificar suas intervenções.

Na pesquisa realizada sobre o Greenpeace, Marzochi (2009) destaca a importância da dimensão científica para esta ONG, ressaltando que a “tecnologia intelectual” é usada como uma forma de legitimar o fazer político e o movimento de contrapoder na sociedade. Paulo e Jairo apontam na entrevista que um dos elementos que julgavam importantes para o engajamento nesta ONG é o incentivo que esta realiza na produção do conhecimento científico. A geração de conhecimento e aprendizagem sobre as questões ambientais foi bastante destacada por estes dois participantes, os quais destacaram tanto o gosto pelos estudos, quanto a importância da aquisição de conhecimento para se tornar um “ambientalista”.

*“E o mais fantástico é tudo que você aprende lá dentro, minha faculdade foi o Greenpeace, o que aprendi lá dentro tenho certeza que não teria aprendido em um curso de graduação. O que estudo, vivo, troco e aprendo no Green, me dá uma base sólida para ser um ambientalista que acho que uma faculdade não me traria...”*  
(Jairo)

Gabeira (1988) hipotetiza, no final da década de 80, que o Greenpeace não teria intuito de ocupar um lugar no Estado. Um discurso recorrente, no Movimento Ambientalista e no Greenpeace (Gabeira, 1988), diz que “não estamos nem a direita, nem a esquerda, estamos a frente” (sic), sugerindo o apartidarismo do movimento ambiental e do Greenpeace.

A partir das entrevistas, notamos que tanto o Greenpeace do Brasil como o da Espanha, há uma relação muito próxima com o Estado, seja por meio de um trabalho de *lobby*, de negociação ou acordos. Ainda que se autoconsiderem apartidários, o Greenpeace não apenas busca, mas entende (como afirmam alguns participantes) que é importante manter um canal estreito com o Estado, que pode se

efetivar por meio de uma aproximação de um político (vereador, deputado, senador...) ou de um partido político.

A partir do contato que foi sendo estabelecido com o Greenpeace, foi possível constatar que esta ONG possui diversas formas e estratégias de ação que vão desde a coleta de assinaturas até as chamadas “ações diretas”- são aquelas ações realizadas no espaço público que, geralmente, são as mais veiculadas na mídia. Na leitura de Marzochi (2009), as ações do Greenpeace possuem, de forma geral, um caráter propagandístico para atrair e cativar a opinião pública, já que depende substancialmente desta para sobreviver.

Podemos resumir as ações da seguinte maneira: ações voltadas para a conscientização ambiental (instalação de postos informativos sobre o meio ambiente, os chamados “pontos verdes”); coleta de assinaturas para ingressar com alguma ação que pode ser realizada tanto de forma presencial como virtual (no próprio site da organização há várias petições, abaixo assinados, fóruns de discussão...); instalações em pontos estratégicos da cidade; a chamada “*photo oportunity*” que tem como objetivo montar uma foto com corpos humanos para elaborar uma mensagem que seja veiculada na mídia para chamar a atenção pública; busca de diálogos com o Estado, com intuito de participar na gestão das políticas públicas ambientais; o trabalho junto ao Ministério Público Federal, tanto para entrar com uma ação civil pública, como para participar em audiências públicas; a produção de relatórios científicos; e, por fim, as ações diretas, que se caracterizam pela inserção presencial no espaço público de modo a protestar de forma pacífica e não violenta, as quais são ações de caráter espetacular e midiático.

A seguir, mostramos algumas imagens coletadas no site da organização que exemplificam estas diferentes intervenções realizadas pelo Greenpeace. A primeira imagem retrata uma instalação colocada na Avenida Paulista (São Paulo-SP) que se caracteriza por uma estatura de gelo (4X 2 metros) que busca, conforme o relato descrito no site da organização (VIDE ANEXO D), levar ao público uma experiência visual de derretimento do gelo, fazendo referencia ao degelo da região Ártica.



A imagem a seguir retrata uma *photo opportunity* que foi realizada em uma praia na África do Sul (Durban) em dezembro de 2011. Conforme a informação retirada do site da organização, “O artista John Quigley elaborou a imagem aérea enfileirando milhares de jovens, em um apelo por ações urgentes contra as mudanças climáticas”. Em defesa da proteção e conservação das savanas africanas, o rosto de um leão foi elaborado a partir dos corpos humanos:



A próxima imagem retrata uma ação realizada na cidade de Barcelona (Espanha), em 2012, na qual uma das participantes desta pesquisa atuou em sua elaboração (Verônica). Esta ação (VIDE ANEXO E) teve como objetivo levar informações sobre a floresta Amazônia, conversar sobre o Código Florestal que estava sendo debatido no Senado neste período e, por fim, coletar assinaturas contra o código florestal e apoiar a Lei do Desmatamento Zero. O convite realizado pela organização chamava a população para “dançar pela Amazonia”. A atividade foi composta por uma roda de capoeira, uma “batucada”, uma oficina de cabelereiro (“taller creativo de peluquería amazónica”) e pelo apoio virtual de dois famosos jogadores de futebol da Espanha e do Brasil (Dani Alvez e Kaká).



Conforme Luana, há várias formas de você atuar e não há “uma regra geral, acho que é a cada caso”, revelando que algumas ações “*você quer jogar uma mensagem para o mundo, como a do Eike Batista...*” (esta ação será descrita nas análises dos resultados (Vide ANEXO F ) e, em outras, “*você quer falar com aquelas pessoas que estão ali no local que será afetado, sem necessariamente jogar isso na imprensa..*”, exemplificando este caso com uma ação em que participou, junto com outros ativistas, de uma audiência pública que tinha como pauta a implantação da usina nuclear Angra II. Luana afirma que julga ser importante este tipo de participação, pois, elas ocorrem, em geral, no local em que a ação



será executada, junto à comunidade local (de forma geral, pessoas de camadas populares e com pouco acesso ao conhecimento e informação), que irão sofrer o impacto da execução de alguma medida.

*“A ideia ali não era chamar atenção da imprensa, mas mostrar para aquelas pessoas o que a instalação de uma usina nuclear pode causar de impacto. Tinha a mídia ali? Tinha. Mas o alvo não era necessariamente a mídia, mas sim as pessoas que estavam participando da audiência”.*  
(Luana)

Conta que foi uma ação *“criativa e muito pontual”*: o Greenpeace contratou maquiador e fotógrafos para simular que os ativistas fossem vítimas do incidente de Chernobyl. Luana era uma mulher de 30 anos, mas aparentava ter 45 (já que um dos impactos da usina nuclear é o envelhecimento das células), que carregava um feto com duas cabeças dentro de um pote de vidro (*fake*). Relata que entrou na audiência para se manifestar, como qualquer pessoa pode fazer, só que de maneira criativa, buscando mostrar para as pessoas *“como elas poderiam ficar caso um incidente ocorresse... enfim, que o impacto é grande quando se instala uma usina nuclear”*.



Assinala que não saiu na mídia, mas tinha 500 pessoas nesta audiência: *“Então, as pessoas olhavam, viam o carrinho, e olhavam, ‘nossa, então pode acontecer mesmo isso?’ A ideia era impactar, e as pessoas ficaram preocupadas... então, é uma forma que fornece este tipo de informação, que eu acho isso muito legal”* (Luana).

Outro aspecto destacado sobre a forma de operacionalização das ações do Greenpeace foi apontado por Pâmela e Luana quando ressaltam a importância do trabalho em rede que o Greenpeace realiza. Algumas ações possuem caráter global e são executadas de forma simultânea por todos os escritórios do Greenpeace presentes nos 43 países. Contudo, cada base também possui demandas locais, neste caso, cada escritório possui autonomia para pensar e eleger suas prioridades e estratégias de forma a melhor alcançar seus objetivos.

Cada escritório possui uma demanda (Pâmela cita como exemplo: Estados Unidos com o problema do carvão, Argentina com o problema dos Portos e Catalunya com problemas na costeira.). Esta agenda é definida na reunião internacional, onde *“todos os coordenadores de campanha que são as pessoas com conteúdo, que acompanham o cenário político, econômico e científico do seu próprio país, participam desta reunião para definir a agenda de atividades para aquele ano”*, explicando que esta reunião serve para definir a *“linha madre, mas o principal é você ter o global, esta linha madre, e você aplicar este global no local”* (Luana), destacando o trabalho realizado em rede e, simultaneamente, contextualizado de acordo com as demandas de cada país.

Paulo e Pâmela apontam que, primeiramente, o Greenpeace busca conseguir alcançar as transformações almejadas por meio do diálogo e da negociação (Paulo) ou por meio dos canais políticos institucionalizados (Pâmela), mas, se isso não apresenta resultados, ele partem para a ação direta:

*“A manifestação é o último ato, tem um processo muito grande, de início meio e fim, e o ato político da manifestação, para o Greenpeace é o último. Diferente de outros movimentos em que o ato é o start, é o principal. A tática aí é diferente. O Greenpeace usa a manifestação como o último recurso possível”.* (Paulo)

*“cuando no funciona el juego político, cuando no funciona los canales normales de mejorar las políticas ambientales, tenemos una herramienta maravillosa, que es sacar los colegas en centrales nucleares directivas de protección ambiental, sacar las colores en hoteles sobre las playas que no se deban construir , y estas*

*herramientas contribuyen para que tengamos un mejor futuro para todos.” (Pâmela)*

Martin também aponta neste sentido, assinalando que há uma linha vermelha que delimita a fronteira entre o legal-ilegal: *“imagínate una línea roja, de este lado de la línea roja no pasa nada, es legal, aquí está permitido. Pero muchas veces, muchísimas veces, saltamos esta línea roja y vamos donde no está permitido”,* explicando que, se o Greenpeace reivindica algo que não é escutado, eles ultrapassam esta linha vermelha com intuito de *“que el mundo se entre de lo que ha pasado... el objetivo final es que nos escuchen y no lo hagan”*. Portanto, explica que há intervenções que se encontram nos limites do que é legal e permitido pela sociedade, e outras ações que são conflitivas e que beiram as fronteiras da legalidade/ ilegalidade.

Outro recurso que o Greenpeace conta é uma rede de advocacias que se interessam pela causa ambiental ou possuem outros interesses em colaborar com a ONG- como, por exemplo, cumprir a responsabilidade social-, realizando, dessa maneira, a orientação jurídica de tal maneira que minimize os efeitos judiciais da mesma (multas, indenizações e prisões). Nas ações diretas, por exemplo, um advogado acompanha a ação no momento para, se for o caso, intervir com seu conhecimento técnico, como no caso de prisões em que o mesmo já vai para a ação com o “cheque-fiança” para libertar os ativistas.

O Greenpeace Internacional conta com 3 navios (Rainbow Warrior, Esperanza e Artic Sunrise) que possuem um cronograma de atividades que vão desde a realização de pesquisas, postos informativos, expedições contra a caça de baleias, exposições, instalações, etc.





## 2.2 Os voluntários e os ativistas

O Greenpeace possui um “setor” em seu quadro que é de fundamental importância para sua existência, como diz Paulo, a “*alma da organização*”: os voluntários. Estas pessoas representam a “*a alma militante*” (Paulo) da organização, “*são pessoas que no seu dia a dia reciclam lixo, evitam usar o carro, eles acreditam naquilo com todo o coração*” (Luana). Ou seja, são pessoas que, de alguma maneira, compartilham um determinado modo de vida, ainda que marcado por uma profunda heterogeneidade, mas que revela o caráter não apenas político, mas também cultural dos movimentos ambientalistas (Carvalho, 2001; Kriskche, 2000). Na entrevista com o ativista Jairo, ele diz que um dos aspectos que o faz se interessar pelo Greenpeace é que “ *você conhece muita gente legal, porque você tá numa galera que compartilha uma ideologia, que pensa de forma parecida. Então você faz amizades com pessoas que tem tudo a ver com você*” (Jairo), revelando, dessa forma, alguns pontos de identificação entre seus membros.

Os voluntários, sejam ativistas ou não, não recebem salário ou outro retorno objetivo para participar das ações do Greenpeace. Por outros motivos, eles se engajam nestas que vão desde uma simples coleta de assinatura, posto de informação e divulgação de determinado problema ambiental, até se arriscarem para barrarem uma petroleira ou um baleeiro, colocando sua própria vida em risco. No olhar de Verônica, os voluntários:

*“Creo que son personas más conscientes de este problema, de como el medio ambiente afecta nuestra vida cotidiana y quieren*

*cambiar, quieren hacer algo para este cambio. Los voluntarios dedican tiempo libre para la organización, y el tiempo en nuestra época de tanto trabajo, el tiempo posee un valor muy importante en las personas. Y no solo el tiempo, también, muchas veces, cuando estás como activista, está jugando, pues te pongas en consecuencias legales que afectan a tu vida. En este sentido, para mí los activistas del Greenpeace tienen mucho mérito porque no solo el tiempo que les dedican a la organización, también algo que afecta su vida personal”. (Verónica)*

Ser ativista do Greenpeace implica em riscos de diversas ordens, seja na esfera da legalidade ou na esfera da própria vida. Luana, ao relatar sua experiência na Antártica, conta que, em geral, os navios japoneses reagem com um esguicho de água (como demonstra a foto anterior) com intuito de contra-atacar os ativistas e que, se um dos mesmos caírem na água (como ocorreu nesta expedição na qual Luana estava presente), a pessoa tem que ser retirada em 3 minutos sob o risco de morte.

Outro risco presente está no âmbito da criminalização destas ações. Recorrentemente os ativistas são presos, mas, em geral, por meio da fiança e da atuação do advogado, conseguem ser liberados. Como aponta Luana, *“tem ativista que é tão militante, que tem orgulho de falar que foi preso pela causa”*. A diferença entre ser um voluntário e um ativista é que este último, além de atuar de forma voluntária para o Greenpeace, ele se dispõe a participar das ações diretas que são aquelas que, em geral, apresentam mais riscos:

*“Ele é voluntário mas é um ativista, ele não tá ali sozinho e não tá à toa. Neste momento ele faz parte do time do Greenpeace, está ali por uma causa e sabe que também tá correndo riscos. Ele pode eventualmente ser preso, apanhar... então o cara não pode ser passivo nisso, ele tem que saber porque tá ali...” (Paulo)*

Na entrevista com Paulo, o mesmo destaca que, após o ataque terrorista ocorrido em Nova Iorque, o chamado “11 de setembro”- episódio em que fundamentalistas da rede Al Qaeda atacaram 2 aviões nos edifícios do World Trade Center em Nova

Iorque, em 2001- e, ainda, por conta do acirramento da violência que vem ocorrendo na atualidade, o sistema de controle e de vigilância das instituições de segurança pública está, cada vez mais, rigoroso. Paulo exemplifica contando uma ação que os ativistas invadiram o aeroporto de Londres (Vide ANEXO H), mostrando que, atualmente, isso seria inviável. Complementa afirmando que hoje, o Greenpeace dos Estados Unidos, após o “11 de setembro”, possui muito receio de realizar ações diretas.

Interessante que Paulo anuncia em sua entrevista uma preocupação com o “DNA do Greenpeace”, afirmando que “*nós teremos que rever este modelo de atuação, pois tá cada vez mais difícil e perigoso este nosso estilo de ação direta...*”, e, após, aproximadamente, um ano (setembro de 2013), ocorreu um episódio em que 30 ativistas do Greenpeace foram presos e acusados de pirataria e vandalismo pelo Governo Russo (Vide ANEXO I).

Dois ativistas escalavam um navio petroleiro da empresa Gazprom que, segundo o Greenpeace, possui um longo histórico de vazamentos na Rússia, para estender um *bunner* em defesa ao Polo Ártico. No dia seguinte, a guarda costeira invadiu o navio Artic Sunrise e prendeu toda a tripulação. Após este episódio, inúmeros protestos foram realizados pelo Greenpeace em prol da libertação dos ativistas, bem como a intervenção de Órgãos Internacionais (ONU, Tribunal Internacional de Direito do Mar, Anistia Internacional...) para mediar o debate com o Governo Russo. Se acusados pelo crime de pirataria, poderiam pegar até 15 anos de prisão. Contudo, sob pressão do Tribunal Internacional do Direito do Mar, conseguiram ser anistiados pelo Governo Russo mediante o pagamento de fiança, após quase quatro meses de detenção.



Há um processo seletivo para a entrada deste voluntário que, tanto no Brasil como na Espanha, se caracteriza, inicialmente, por um cadastramento e uma entrevista. Em seguida, conforme nos conta Jairo e Verônica, o voluntário participa de uma formação básica (conhecer a história e princípios da organização, as campanhas em andamento, questões jurídicas, técnicas para realizar as ações públicas...) e realiza observações junto aos voluntários mais antigos.

O Coordenador de Voluntários, ao longo deste processo, avalia o perfil do mesmo e qual seria o(s) tipo(s) de ação(ões) mais indicadas para ele. Conforme Verônica, para se tornar um voluntário *“solo hay que tener ganas, un poco de compromiso y creer en lo que haces”*. Conforme Jairo, o Coordenador avalia tanto o perfil do voluntário, como seu engajamento (se é assíduo, se aceita realizar os diferentes tipos de ações...).

Este voluntário participa periodicamente de treinamentos técnicos, esportivos, científicos e tecnológicos, dependendo dos tipos de atividades que irá realizar. Quando vão elaborar uma ação, o Coordenador de Voluntários busca um determinado perfil: por exemplo, o perfil para ficarem acorrentado durante horas; ou para se atirar em frente a um arpão de caça às baleias; ou para mergulhar; ou

para dar entrevistas nos meios de comunicação; ou para escalar; ou para ficar meses morando em alto-mar; ou para realizar trabalho de conscientização ambiental; etc.

Os voluntários são caracterizados por alguns participantes de maneira paradoxal: se, por um lado eles são detentores de um amplo conhecimento empírico sobre a ONG (*“quando estamos passando por uma crise eu pergunto para o cara que é voluntário há dez anos, eu estou há 5 anos, ele sabe bem mais do que eu. Ele diz ‘relaxa, já vi crises bem piores no Green’*”- Paulo); por outro, torna-se bastante difícil lidar com suas demandas, pois eles se engajaram no Greenpeace por uma determinada causa e, se por questões políticas, econômicas e institucionais o Greenpeace decide encerrar uma campanha, os funcionários, mesmo que discordando, acabam aceitando, pois ali também é o espaço de seu trabalho. Para os voluntários isso ocorre de maneira diferente, afinal, não estão ali por conta de um cargo ou salário.

Esta mistura de ativismo e profissão, denominada por Carvalho (2001) de ‘*militância profissional*’, é um elemento presente na luta ambiental em decorrência da necessidade da especialização e formação por parte de seus militantes, imprimindo novos aspectos que nos convocam a repensar o que seria militância nestes contextos, já que a mesma passa a ser interpelada por outros elementos oriundos do universo empresarial e institucional.

Em síntese, os participantes apontam uma relação de *“muita dependência, proximidade e conflitos com a rede de voluntariados”* (Paulo). Um exemplo trazido por Luana foi quando o Brasil encerrou a campanha contra os transgênicos e, de forma irônica, remetendo ao pensamento dos voluntários, diz: *“ah, legal, então agora podemos comer transgênicos que não há problemas...”*.

A partir destes discursos, podemos apreender que a relação estabelecida com os voluntários é paradoxal, já que, se por um lado eles são elementos que alimentam a ONG, por outro, possuem pouca participação nas deliberações desta organização. O Greenpeace se, por um lado, busca atrair e cuidar ao máximo dos voluntários (como



Paulo, Saulo e Luana nos relatam na entrevista), por outro, para garantir um certo nível de objetividade e resolutividades em suas ações, exclui uma participação mais efetiva de sua rede de voluntários.

Este aspecto foi destacado nas pesquisas de Campos (2006) e Lycarião (2010), ressaltando que, se por um lado, há um ganho na eficiência organizacional, por outro, há um enfraquecimento de uma gestão mais horizontal e mais democrática. Contudo, Lycarião (2010) destaca que isso não faz do Greenpeace um ator cívico desimportante para a esfera pública, ao contrário, aponta que justamente por esta eficiência organizacional, consegue atingir sua meta que é provocar visibilidade e discutibilidades de temas ambientais na esfera pública:

Isso significa, portanto, de que não é da capacidade de operar em plena horizontalidade que se constitui o primado da vocação da entidade em sustentar debates públicos. Tal evocação se estabelece, de modo mais adequado, em sua capacidade de fazer com que suas contribuições alimentem a esfera pública no sentido de fazer com que as demandas políticas aí decorrentes sejam munidas de visibilidade e discutibilidade. (p. 58)

Na entrevista, Jairo diz que o voluntário participa na discussão das decisões sobre a maneira com que a atividade irá ser elaborada e executada na rua. Porém, as decisões relativas às campanhas, ficam no âmbito institucional (coordenadores e diretores).

### **2.3 A organização dos protestos: o planejamento das ações diretas**

As chamadas “ações diretas” são realizadas no espaço público e ganham destaque nos veículos de comunicação. Estas ações são que, inicialmente, despertaram o interesse para o desenvolvimento desta tese, pois, por serem marcadas pela irreverência e criatividade, anunciavam uma possibilidade de

enlaçarmos, teórica e empiricamente, a estética e a política para discutirmos as ações do Greenpeace.

Conforme Campos (2006), as ações diretas do Greenpeace possuem um caráter de irreverência e dramaticidade que buscam chamar a atenção do sistema midiático para enviar suas mensagens à população. As ações diretas são estratégias elaboradas com o intuito de provocar, denunciar, pressionar e visibilizar alguma questão relacionada ao meio ambiente. São ações de caráter performático que, por meio do uso de fantasias e objetos lúdicos, fazem emergir uma cena estética que, algumas vezes, se aproxima das características de um espetáculo. A irreverência e a criatividade são norteadores deste tipo de ação, já que buscam *“fazer algo que não se faz todos os dias, tem que fazer sair da rotina, sair da bolha, é o inesperado, é o fator surpresa”* (Paulo). Luana destaca que no início da história do Greenpeace:

*“não tinha muita criatividade, não tinha gente fantasiada....o que já tinha era esta coisa da identidade da organização que é de você ir até o local e ser testemunha ocular, você ir ali e barrar aquilo que estava acontecendo. Mas, passado alguns anos, pra você barrar aquilo ali você precisava usar a criatividade. Uma coisa é você tentar interceptar os baleeiros e você vai e se coloca na frente de um arpão. Isso sempre foi feito e sempre vai ser feito. Agora, precisou de uma certa criatividade para você ver como você ia conseguir parar certas coisas. Hoje isso faz parte do DNA do Green, tem essa identidade de realizar protestos criativos, é algo intencional, uma maneira de contagiar as pessoas que não sabem ou não ligam para a causa em questão...”*

Na pesquisa de Lycarião (2008) sobre o Greenpeace, o autor entende que as ações diretas são marcadas pela criatividade e irreverência, sendo denominadas de “ações espetaculares” na teoria da comunicação, caracterizadas pelo forte apelo visual e dramático e que buscam ganhar visibilidade e gerar notícia na mídia.

Além de se orientarem pelo princípio da “desobediência civil não violenta”, as ações diretas se norteiam por meio do “efeito surpresa”, ou seja, elas são elaboradas em caráter sigiloso para que consigam montar a cena de forma inusitada e inesperada. Como nos

relata Martin, Luana e Paulo, esta é uma estratégia fundamental para conseguirem atingir grandes incorporações que possuem um sistema de vigilância bastante rigoroso.

*“O fator surpresa é fundamental, ninguém imaginava que, por exemplo, ir em uma audiência pública e levar na mala o cabeção da Dilma, aí você tá de terno, todo arrumado, mas, do nada, no meio da audiência, você tira o cabeção da Dilma, bota aquele cabeção e faz uma ilustração... é o efeito surpresa, né? Quando você tem o efeito surpresa você neutraliza o poder de ação, você acaba com a possibilidade da pré-ação. Com este efeito surpresa nós estamos 5 passos na frente da segurança, e é o tempo que precisamos para fazer nossa ação. Pois nossa ação não precisa, necessariamente, ser feita a longo prazo, as vezes uma ação é só uma intervenção. Aí o cara nem sabe o que fazer... os seguranças ficam se olhando, tipo, o que a gente faz? Eu espanco? Não pode espancar... eu atiro? Mas aí vai parecer que a gente é truculento... eles não tem ordem para agir, até chegar a tal ordem, já acabou a ação”... (Paulo)*

Na entrevista, Luana e Jairo contam que o Greenpeace aciona uma rede de jornalistas que possui contato, uma espécie de “banco de dados” com os contatos de diversos jornalistas, enviam uma mensagem contendo um horário, local e o escrito: “garantia de boa imagem”:

*“O cara não sabe do que se trata, não tem ideia do que vai rolar na acaso... se você vai acorrentar, bloquear ou só entregar um panfletinho. Num protesto, você não pode avisar uma Monsanto, Eike Batista, Shell avisando que você tá indo lá, se não, eles vão chamar mais seguranças e você não vai conseguir realizar o seu protesto. Porque um protesto ele invade, ele tem que causar o efeito surpresa..”. (Luana)*

Para explicar a importância do “elemento surpresa”, Paulo conta a ação realizada no escritório da empresa OGX apontando que conseguiram algo que

*“não é fácil, você conseguir ocupar o prédio de um cara tão importante como Eike? Mas conseguimos graças ao fator surpresa. Porque logicamente, você entrar com 12 baleias, se acorrentar nas catracas, sendo que tem uma super equipe de*

*seguranças preparadíssima... se fosse um bando de bandidos, o cara ia resolver na hora, mas o que fazer com um monte de baleias? Ele não entende o que são estas baleias.. não sabem o que as baleias vão fazer... é sex shop? Alguma propaganda? Entendeu? Pode ser qualquer coisa. Até o cara ver que você tá com algema, na catraca, impedindo a barreira e sujando tudo... já foi". (Paulo)*

A organização dos protestos é um trabalho longo e árduo. Ela é elaborada por um time de funcionários do Greenpeace: o Coordenador de Campanha que *"é o cara que mais manda no protesto, que tem conteúdo técnico, científico e político"* (Luana), logo, somente ele é quem fornece entrevistas aos meios de comunicação); o Coordenador da Comunicação que acompanhará todo o processo de retratação e divulgação de um protesto, por exemplo, *"acionar os meios de comunicação, ver de que maneira uma foto fica melhor para o jornal, ver a cor e mensagem do bunner, ver de que maneira a mídia vai se interessar mais pela ação"* (Luana)...; o Coordenador de Logística é responsável por selecionar os voluntários, preparar as fantasias e outros materiais; O Coordenador da Captação de recursos é quem vai avaliar a forma que o protesto deve ser realizado de tal maneira que eles consigam atrair mais colaboradores para *"a gente continuar fazendo o trabalho que a gente faz"* (Luana). Na entrevista, Luana ressalta que o cuidado maior é com o voluntário, pois, *"ele saiu de casa para realizar uma ação coordenada por você"*.

Paulo relata que uma ação demanda muito tempo de trabalho da equipe que, *"só vai para a rua se tudo estiver muito bem planejado... pois não podemos colocar os nossos ativistas em risco"*. Além disso, pontua que uma ação *"é caríssima, uma ação custa 100 mil, 200 mil, você não consegue fazer uma ação com menos de 30 mil, uma ação pequena é 30 mil, uma ação grande é 150, 200 mil. É uma bica!"*. Ou seja, as ações diretas envolvem um árduo engajamento da equipe, tanto em termos de trabalho, de planejamento, quanto econômico, o que faz com que, conforme Paulo, em um ano você pode fazer *"seis ações ou não fazer nenhuma"*.

Pâmela aponta que o Greenpeace tem uma maneira de fazer política que “*es más creativo*”, e que pode dar a impressão que estas ações não dão trabalho e que o Greenpeace só faz este tipo de ação, pontuando que “*nosotros también estamos en espacios de lunes a viernes trabajando mucho...*”, ressaltando o caráter político e empresarial do Greenpeace, pois, além de ser uma ator coletivo na luta ambiental, é, também, uma organização do terceiro setor (isso será melhor discutido no próximo item).

## 2.4 Uma ONG ativista na luta ambiental

O Greenpeace surge a partir de um protesto realizado por um grupo de pessoas e, posteriormente, alguns destes manifestantes o fundam enquanto uma ONG. Atualmente, notamos que há no Greenpeace aspectos tradicionalmente presentes nas organizações (quadro de funcionários, cargos e salários, disputas internas, hierarquias...), como, também, alguns aspectos presentes em alguns coletivos políticos, em especial, o engajamento político- por parte de alguns sujeitos- e os protestos realizados na esfera pública - as ações diretas-, demarcando o caráter ativista desta ONG.

A heterogeneidade de elementos que compõe o Greenpeace, referente às suas formas de ação, quanto aos atores envolvidos (ativistas, funcionários, voluntários, colaboradores e *cyberativistas*), bem como das estratégias de ação executadas (protestos, propagandas, vídeos, lobby, palestras, instalações, etc.), faz com que esta ONG se revele de forma complexa e se inscreva de maneira peculiar na esfera pública.

Do ponto de vista histórico, a emergência dos movimentos sociais e populares nos anos 70 e 80 possibilitou a entrada de novos atores na cena política, demarcando um novo campo de atuação e participação da sociedade civil na vida pública. Neste cenário, há um processo de intensificação do terceiro setor e, fundamentalmente, das ONGs, que, desde então, é marcado por uma pluralidade de perspectivas teóricas, políticas e ideológicas (caráter político,

assistencial, religioso, filantrópico...). As ONGs surgem no Brasil enquanto instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, auxiliando na luta contra o regime militar e buscando fornecer canais de participação e representação da sociedade civil (Neves, 2000; Gohn, 2000, 2005; Scherer-Warren, 2006a)

O processo de institucionalização dos movimentos sociais fez com que muitas ONGs, como o Greenpeace, se configurassem como um campo no qual há um atravessamento de ativismo (engajamento político) e questões organizacionais/empresariais, já que se trata de uma instituição. Esta mistura de ativismo/instituição se revela como um desafio e, também, como para um dos participantes, um “*desapontamento*”. De acordo com o discurso de um dos entrevistados (anonimato), ele “*sempre sonhou trabalhar no Greenpeace*” por se considerar um “*idealista*” e por ter se atraído pelo “*idealismo e radicalidade*” desta ONG. Contudo, afirma que, após ter se transformado em funcionário desta organização, percebe que:

*“O Greenpeace não é ONG, é uma empresa... Pelas coisas que eu via no dia a dia, a maneira de operacionalizar as coisas, a questão das relações pessoais, as panelinhas que tem lá dentro... a visão do Green hoje é visão de empresa, pelo menos aqui no Brasil, não sei como está lá fora...os meus ideais eram muito mais acentuados que do Green, né? E ainda continuam muito mais acentuados... Quando eu comecei a ver que o Greenpeace quer fazer o papel do Estado, este negócio de acordos, moratórias, eu vi que tinha alguma coisa de errada. Não é isso, porque, você critica os acordos que faz, mas vocês fazem as mesmas coisas através dos seus acordos?”* (anonimato)

Notamos que há uma diversidade de posições ocupadas pelo Greenpeace em sua relação com o Estado: ora de forma conflitiva, ora em forma de parceria. Este participante entende que o Greenpeace perde seu “DNA” quando se aproxima do Estado de forma a realizar acordos, pois, em sua leitura, o Greenpeace se transforma, nestes casos, mais em um órgão de fiscalização e menos de transformação. Para este participante, o Greenpeace, em alguns momento, não funciona apenas próximo ao Estado, mas, exatamente da mesma maneira que este, propondo ações que são inviáveis de

serem efetivadas. Será que a relação de parceria com o Estado esvazia o teor político e desregulador das ações do Greenpeace?

Por outro lado, este participante também entende que a ONG realiza com maestria “*o lado da porrada*”, referindo-se ao fato dela conseguir flagrar e denunciar as falhas cometidas por grandes empresas:

*“Aí isso o Greenpeace faz perfeito... esse modo de operar da linha do Greenpeace é maravilhoso.... achar as falhas operacionais, as ilegalidades, os desvios de métodos, as inconstâncias legais que as empresas fazem... porque é muito difícil hoje em dia uma empresa andar inteiramente na linha... Isso é foda no Greenpeace, eles jogam bosta no ventilador com nome de grandes empresas,... isso o Green faz muito bem feito, né? Então, acho que esta coisa de bater tem que continuar sim, acho legal... (anônimo)*

A mistura de militância/instituição é um tanto quanto paradoxal nesta ONG, pois, se por um lado há um forte componente ativista no Greenpeace, que “*luta de frente contra o inimigo*” (Jairo), por outro, ela também funciona como uma empresa no sistema capitalista. Como nos aponta Gohn (2005), as ONGs, em geral, possuem um quadro hierárquico, assalariamento e obrigatoriedade de atender as expectativas das agências de fomento, que não estão presentes em um movimento social ou outras formas menos institucionalizadas de ativismo político.

No caso do Greenpeace, conforme os dados disponibilizados pela organização e pelos entrevistados, ainda que não haja esta relação de dependência com os órgãos e empresas financiadoras, possivelmente, há uma relação de dependência com sua rede de colaboradores, sendo necessário prestar suas contas para que consiga perpetuar e ampliar sua rede de doações. Embora, por um lado, nos pareça que o Greenpeace consiga ter uma maior liberdade para definir sua agenda de prioridades e seus princípios organizativos, por ser uma organização que se diz independente do fomento do Estado e de empresas (“pessoa jurídica”), por outro, há uma forte dependência, como nos sugere Marzochi (2006), da opinião pública e da rede de colaboradores.

O fato do Greenpeace não atuar de forma a cumprir, de forma exclusiva, uma responsabilidade do Estado, bem como sobreviver sem o auxílio do dinheiro público ou de outras empresas, esta ONG apresenta características peculiares que a distancia dos modelos predominantes de ONGs no Brasil. A forte presença deste caráter reivindicativo e relativamente autônomo, para um dos ativistas, o aproxima de ações realizadas por movimentos sociais. Então, conforme Paulo, isso tem se tornado um desafio para o Greenpeace:

*“o Greenpeace fica neste meio, não consegue se definir nem como uma ONG nem como movimento social, mas, formalmente, somos uma ONG. Uma coisa muito doida, porque a gente não consegue se aproximar das ONGs, porque chega uma hora que uma ONG muito legal, como a SOS Mata Atlântica, quer fazer trabalhos com a gente, mas não dá, porque a gente não aceita dinheiro de pessoas jurídicas, de bancos e tal. Qual ONG no Brasil não recebe dinheiro de partido político, de empresas, de Governo? Eu não conheço. E os movimentos sociais, por outro lado, acha que a gente é ONG, eles olham pra gente e fala, o Paulo recebe dinheiro, ele é um CLT, é um especialista. Não necessariamente ele acredita naquilo, os caras do MST desconfiam, pô, esse playboy de Copacabana, será que realmente ele é da luta? (Paulo)*

As contradições se acirram quando o Greenpeace busca realizar parcerias, pois, por seus princípios organizativos, acaba “*ficando uma nave, algo isolado*” (Saulo). A articulação em forma de rede, seja de atores institucionalizados ou não, tem sido defendida por alguns autores, pois podem aumentar a visibilidade e força destes coletivos em suas respectivas lutas (Rueda, 2003; Scherer-Warren, 1993, 2006 a., 2006b; Marteleto, 2001), algo que tem sido inviável no caso do Greenpeace.

Além das contradições existentes na forma com que o Greenpeace se relaciona ou não se relaciona com os outros coletivos, Paulo também nos fala de uma intensa “*disputa interna*” que ocorre no Greenpeace entre “*ativistas*” e “*não ativistas*”, ou seja, pessoas que estão no Greenpeace por se engajarem pela causa ambiental, e pessoas que estão ali por conta do próprio emprego. Isso, conforme seu ponto de vista, faz o Greenpeace se distanciar,



fundamentalmente, do que seria um movimento social ou outro grupo político:

*“... e o Greenpeace também não é um movimento social, porque num movimento social, o que faz de um movimento social, é justamente uma luta política. A luta política não tem uma organização definida por si só, é um movimento construído a partir da luta, e não o contrário. (Paulo)”*

A definição de movimento social, longe de ser consensual entre os autores, pode ser resumida como uma unificação, pautada em divergências, de sujeitos em torno de uma(s) causa(s) comum(s) que os mobilizam para diversos tipos de ações reivindicativas no campo dos direitos materiais e simbólicos. O sentimento de pertença em um movimento social está pautado em uma identidade coletiva e em um sentimento de solidariedade- transitórios e conflituosos- que mantém estas pessoas (des)identificadas em torno desta luta. A forma de organização e a bandeira de luta dos movimentos sociais na América e na Europa vêm se diferenciando ao longo da história, e dentro dos próprios movimentos sociais específicos, sendo difícil estabelecer critérios concisos que definam um movimento social (Scherer-Warren, 1984, 1993, 2006a, 2006b; Scherer-Warren e Luchmann, 2003; Melucci, 1991; Touraine, 1999; Castells, 2002; Prado, 2002, 2002, 2005; Maheirie, 1997).

Ainda que a identidade coletiva possa estar presente em uma organização, isso não garante a existência da mesma, já que uma ONG necessita de elementos institucionais para sobreviver. Embora o quadro “militante” do Greenpeace (em tese, os voluntários, ativistas e *cyberativistas*) sejam fundamentais para a organização, ela necessita de outros elementos para a garantia de seu funcionamento. Conforme Rueda (2003), uma organização “no captura, en realidad, los procesos de interacción mediante los cuales actores con diferentes identidades y orientaciones llegan a elaborar un sistema de valores y creencias compartido y un sentido de pertenencia” (p.30), sendo composta por uma heterogeneidade de motivos e interesses que a compõe, diferenciando-a substancialmente de um movimento social.

De acordo com Rueda (2003), a maneira e o nível de implicação dos indivíduos em uma organização e em um movimento social é extremamente diferente, visto que “los movimientos sociales no tienen miembros, sino participantes” (p.31), que estão integrados, fundamentalmente, por meio de um sentimento de pertença e compartilhando valores e significados, ainda que de maneira conflituosa e transitória, o que não ocorre, necessariamente, em um organização.

No Greenpeace isso é notável, pois, há uma heterogeneidade de sujeitos e motivos que os fazem pertencer ao Greenpeace. Nesta organização há pessoas que trabalham neste espaço por compartilhar os ideais do discurso ambientalista, outras trabalham apenas pela garantia do emprego, há os colaboradores (doam dinheiro mensalmente) que podem ou não estar atrelados ao discurso ambiental e, ainda, há os voluntários e ativistas participando das ações diretas que, em tese, nos leva a crer que compartilham os ideais do discurso ambientalista.

Além disso, há um entrecruzamento destas categorias, ou seja, há funcionário que é ativista e colaborador, há funcionário que é apenas funcionário, há colaborador que é voluntário, há colaboradores que não são voluntários. Enfim, o Greenpeace conta com uma rede social complexa e diversificada que institui níveis e formas de participação e engajamento completamente distintos.

*“Os profissionais ficam perdidos porque eles têm que ter uma ética e responsabilidade que não têm, porque a gente não pode obrigar que o nosso setor financeiro pense ecologicamente correto, a gente não pode obrigar que a faxineira, a tia Beth, que ela separe o lixo, não tem como obrigar isso a ela, porque até a própria cultura do país não faz questão, você não pode obrigar que o pessoal da comunicação faça isso, porque eles são profissionais, né? então isso gera uma confusão. Quando chegar as 6 horas, ele for embora, o Green não serve pra nada. Isso gera uma confusão muito grande”. (Paulo)*

A partir desta fala, notamos uma confusão que ocorre nesta ONG entre universo empresarial X universo ambientalista, gerando, possivelmente, conflitos internos entre os funcionários, voluntários e

ativistas. Esta mescla entre empresa e militância é o que, em grande medida, torna o Greenpeace um campo atravessado por contradições, em sua forma de operacionalizar (*“Como uma ONG ambientalista usa papel toalha?”* - anonimato), marcada pela diversidade de interesses que aglutinam diferentes sujeitos a esta ONG.

A mistura da militância e de especialização ocorre de forma frequente, de acordo com Carvalho (2001), nos grupos ambientalistas por se tratar de uma questão que não se apresenta, em geral, de maneira aparente, necessitando a realização de pesquisas, divulgações e relatórios para compreender e divulgar a mesma. Conforme o autor, as ONGs, em sua maioria, realizam um trabalho mais de especialista (realização de pesquisas, confecção de relatórios...) ou de ativismo. Contudo, no Greenpeace, encontramos ambos os aspectos presentes em um mesmo espaço institucional.

Além disso, Paulo nos fala que há um embate constante entre funcionários X voluntários/ativistas/colaboradores, pois, embora esta rede de pessoas não seja incorporada na hierarquia interna dos processos deliberativos, nem por isso deixam de afetar o funcionamento da própria organização. Os conflitos entre funcionários e rede de voluntários/ativistas são bastante acentuados, tendo em vista o poder de decisão do primeiro grupo e o lugar de espectador do segundo, como Marzochi (2006) aponta em seu estudo sobre o Greenpeace. Contudo, em alguns casos, o poder de conhecimento de um voluntário/ativista é maior do que de um funcionário, pois, como nos conta Paulo, há ativistas que estão há mais de vinte anos na organização. Com relação a este grupo, Paulo diz:

*“um cara que não ganha, que não tem relação direta, não tem o dia a dia, um cara que sequer mora na mesma cidade da sede da organização, ele tem um olhar da organização mais complexo, às vezes, do que dos funcionários. Isso não existe numa ONG no Brasil. E este voluntário, por isso que falei que é mais complicado, ele não consegue fazer diferença entre ser voluntário em uma ONG normal entre aspas, e o trabalho de militância em um movimento social. No Green ele é militante, o que é o militante, ele tem uma causa própria, isso não é um voluntário, é o cara da causa, né? você não vai voluntariar para ser um ativista dos*

*direitos humanos, você é o ativista dos direitos humanos, você quis fazer isso.” (Paulo)*

Há uma mistura de militância e universo empresarial que, muitas vezes, traz descontentamentos por parte dos voluntários/ativistas, em especial, por não terem participação nas decisões da ONG. A confusão entre ser um voluntário em uma ONG “tradicional” e ser voluntário no Greenpeace ocorre, conforme Paulo, como fruto de um choque entre ser “*o cara da causa*” em um movimento social, em que ele se mistura ao próprio movimento social e tem uma liberdade maior de atuação e espontaneísmo, e ser “*um cara da causa*” em um espaço institucional, onde há princípios e limites organizacionais previamente delimitados.

*“em qualquer movimento social, o cara que vai ficar ali no front da luta, se tiver que quebrar coisa, ele vai quebrar. Se tiver que invadir ele vai invadir. Se tiver que comer mal, vai comer mal... O voluntário do Greenpeace não, ele é geralmente de classe média e alta, ele vai fazer aquilo que o funcionário da organização vai definir, ele não tem essa autodeterminação, auto-gestão que nem se tem em um movimento social. Se o ativista não quer fazer alguma coisa na ação, por exemplo, ‘Ah mas vai prejudicar o andamento... não tem problema!’ A gente não vai cobrar do ativista que ele fique 40 e tantas horas bloqueando uma plataforma de petróleo... no movimento social, ele tem que ficar porque é a vida dele, se não ficar o movimento vai pagar caro, o militante se mistura ao movimento social, ele é o movimento social, é orgânico. O Green não é orgânico, o Greenpeace é alguém além da vida dele .... O militante vai na ação e depois, meio dia, vai pra aula. De manhã barra uma petroleira e depois vai pra faculdade. Um militante de movimento social não, naquele dia não tem aula, a aula é o terceiro plano.” (Paulo)*

Notamos que há uma confusão entre militância/instituição/trabalho bastante presente no Greenpeace que, por um lado, traz descontentamentos e conflitos entre funcionários/ativistas/voluntários/colaboradores e, por outro, faz com que esta ONG tenha um leque amplo de intervenção na esfera pública, seja por meio da capacitação e especialização de seu quadro,

seja pela diversidade de ações (relatórios científicos, protestos, trabalho de lobby, expedições, etc.) que exige de seus participantes.

Por fim, entendemos que o Greenpeace é uma ONG ativista que possui uma maneira peculiar de existir e se manter na esfera pública, realizando intervenções de caráter cultural e, às vezes, político, funcionando como um formador da opinião pública na arena da luta ambiental. Nesta ONG encontramos uma heterogeneidade de atores e tipos de envolvimento com a mesma: há pessoas identificadas com a causa ambiental e outras não, ora funcionando como um coletivo atuando em pequenos grupos (como a expedição que Luana fez para a Antártica em que *“todos estavam ali para salvar baleias”*), ora não funcionando como coletivo e se colocando mais próximo de uma empresa (*“depois das seis o cara sai do escritório e tem uma atitude de merda... Paulo”*); e, em alguns momentos, por meio de suas ações ativistas, pode se configurar, ao menos potencialmente, como um sujeito político, quando busca visibilizar, protestar, litigar e problematizar questões da luta ambiental na esfera pública.

## **2.5 A luta ambiental: uma luta política?**

O discurso ambientalista é incitante de ser analisado, pois, além de ter irrompido de forma intensa na sociedade, ele circula em espaços e foi apropriado por dispositivos e instituições completamente distintos, alguns inclusive antagônicos, em nossa sociedade. O debate sobre as questões socioambientais ocupa na atualidade quase todos os espaços públicos e privados, pois, de acordo com Lima (2010), as questões como mudanças climáticas, consumo, acesso à água e energia, terremotos, secas, enchentes, entre outros, deixaram de ser assunto apenas dos “verdes” e ingressaram na agenda internacional, como no Fórum Econômico Mundial, devido a seus impactos socioeconômicos. Conforme a autora, a indústria cultural e midiática também reflete o destaque dado para a crise ambiental, apontando o alto número de filmes, documentários, revistas, livros e propagandas sobre a temática que têm circulado na atualidade.

A “preocupação” com a natureza se alastrou para além dos diferentes atores coletivos (movimentos sociais, ONGs, OSCIPs, partidos políticos, empresas...) que nasceram em prol da causa ambiental. Atualmente, nos deparamos com o discurso ambiental nos comerciais de televisão, nas grandes incorporadoras, no supermercado, no posto de gasolina, no banco financeiro, enfim, lugares que tradicionalmente não estavam atrelados a uma preocupação ambiental (Bartmannovicz, 2010). Esta expansão da questão ambiental, conforme destaca Bacelar (2009), vem ocorrendo de forma contraditória a tal ponto que “tudo ou nada quer dizer ‘sustentabilidade’ e ‘ecologicamente correto’, revelando a capacidade que o discurso do meio ambiente possui de dar suporte a diferentes projetos políticos”, nos fazendo problematizar o que há de político no discurso ambiental já que o mesmo tem sido usado, também, de forma propagandística e mercadológica (Bartmannovicz, 2010).

Se por um lado vemos emergir uma preocupação ambiental disseminada pela mídia, e por atores diversos, tal universalização do discurso ambiental parece caminhar bem com quase qualquer companhia, seja o estado, o mercado, ou os movimentos sociais. Dessa forma conceitos como sustentabilidade aparecem ligados a atores e contextos muito diversos. (Bacelar, 2009, p 11.)

Nesta arena ambígua em que o discurso ambiental circula e é capturado, nos questionamos se é possível entendermos que a busca por uma sociedade sustentável se caracterizaria por uma luta política no sentido que Rancière atribui a este significante. Podemos entendê-lo como um discurso que imprime no social uma nova reconfiguração na partilha do sensível, funcionando enquanto um dispositivo desregulador da *arkhé*? É possível afirmar que os diferentes coletivos ambientalistas, como o Greenpeace, que se preocupam em preservar o meio ambiente, vêm provocar um litígio na partilha do sensível? Podemos pensar que o discurso ambientalista é contra hegemônico<sup>6</sup>, ou o mesmo já teria sido demasiadamente

---

<sup>6</sup> Embora existam divergências substanciais entre a obra de Rancière e Gramsci, o conceito de hegemonia deste, nos auxilia a compreender o conceito de “regime estético hegemônico” de Rancière (2005). O

capturado e enquadrado pela lógica policial perdendo o seu fôlego político?

A questão se torna ainda mais espinhosa quando tentamos compreender o(s) movimento(s) ambientalista(s) a partir da noção de política de Rancière que possui, por condição e por princípio, a igualdade. Quando o autor defende a ideia de que a política tem que operar a partir do princípio da igualdade, está se referindo a condição de todo ser humano possuir a linguagem. Ou seja, por deter a capacidade do *logos*, tem a possibilidade de questionar e problematizar a ordem social. Como pensar em igualdade no(s) movimento(s) ambientalistas se entendermos que o mesmo luta em prol da natureza, ou seja, reivindica direitos para um “sujeito” sem *logos*? Como isso seria possível? Se as diferentes teorias sobre movimentos sociais e práticas políticas entendem que os mesmos são formas, estratégias e tentativas de denunciar formas plurais de dominação, reivindicando direitos sociais materiais e simbólicos, na busca por instaurar e manter a cidadania, como pensar o(s) movimento(s) ambientalista(s) enquanto sujeitos políticos?

Historicamente, o discurso ambientalista surge no final da década de 60 e início da década de 70 em resposta aos efeitos ambientais desastrosos provocados pelo intenso avanço do

---

entendimento gramsciano de hegemonia está calcado em seus aspectos gnossológicos e culturais, em que uma determinada concepção de mundo, historicamente constituída, torna-se um regime de sustentação das interpretações as quais substanciará determinadas maneiras de o sujeito encarar, sentir e agir na sociedade. O conceito de hegemonia está intrinsicamente relacionado com o de dominação e supremacia na medida em que há um embate de hegemonias presentes na sociedade (forças hegemônicas e contra hegemônicas), ideologicamente construídas. A ideologia, neste sentido, é uma forma de interpretação plasmada e penetrada, de maneira não coercitiva e, muitas vezes, imperceptível ao sujeito, que se adentra em todas as esferas sociais (Gramsci, 1987; Gruppi, 1978). Dessa forma, conforme Gramsci (1987), a hegemonia se caracteriza por uma ideologia dominante que se define por um “sistema dogmático de verdades absolutas e eternas” (p.117) que se homogeneiza na medida em que “interpretações dogmatizadas de uma certa concepção de mundo”(p.113), se alastra pela sociedade e guia a vida dos sujeitos.

capitalismo, logo, do individualismo, consumismo e industrialização. Conforme Loureiro (2003), o movimento ambientalista surge com os grupos pacifistas, antinucleares e de contra cultura que colocaram em discussão as formas de apropriação, material e simbólica, da natureza, no âmbito do modo de produção capitalista, bem como o estilo de vida pautado no consumismo.

Ainda que seja difícil circunscrever ao discurso ambientalista um significado geral, pode-se, de início, entendê-lo como problematizador da exaustão acelerada dos recursos naturais não renováveis e a rápida extinção de espécies de animais e vegetais, recorrentes das intervenções humanas que, com o avanço do capitalismo, tornam-se, cada vez mais, voltadas para a lógica do mercado e menos para a lógica da sustentabilidade. O discurso ambientalista possui, conforme Castells (1999), algumas variações que vão desde os mais radicais que lutam exclusivamente pelo “verde” aos mais moderados- linha que o autor localiza o Greenpeace- os quais defendem a preservação do planeta, entendido como composto pelo ser humano, todas as demais espécies vivas do planeta e os recursos naturais. Nesta perspectiva do discurso ambiental, é preciso alertar para os desastres naturais e para os efeitos desastrosos que estes causam na vida humana. Como nos relata Verônica:

*“Para mí, el medio ambiente es un tema que no podría quedarse en segundo plano, y hay mucha gente que le preocupa porque es una cuestión que afecta muchas variantes en nuestra vida, no solo a nivel económico, a nivel social, como también a nivel de la salud. Entonces el medio ambiente es algo que impregna todo... Creo que la gente ha percibido que el medio ambiente afecta mucho más nuestra vida como no se pensaba antes”. (Verônica)*

Embora o conceito de sustentabilidade seja polêmico, podemos entender, de acordo com Lima (2010), que há um consenso de que o desenvolvimento da sociedade pautada no princípio da sustentabilidade compreende a necessidade de diminuir a extração de recursos naturais não renováveis, aliada a mecanismos de inclusão social, ou seja, possibilitar um acesso democrático aos bens e serviços públicos. A autora questiona a visão chamada “antrópica” que responsabiliza os males causados ao meio ambiente à espécie



humana como se esta fosse homogênea, ressaltando que há um acesso de forma desigual aos recursos naturais, dimensionando lugares diferentes aos grupos sociais, tanto em termos de causar como sofrer os impactos ambientais. Em geral, as pessoas em situações desvantajosas economicamente, encontram-se mais expostas aos riscos e desastres naturais.

Esta visão vem sustentar o conceito de justiça ambiental que surge na década de 60, nos Estados Unidos, empreitado pelas organizações que lutavam pelos direitos civis das populações afrodescendentes, os quais representavam o setor socialmente discriminado e mais exposto aos riscos ambientais. No Brasil, esta visão vem sustentar o surgimento de alguns movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os movimentos dos trabalhadores extrativistas (seringueiros no Acre, e as quebradeiras de babaçu no Maranhão), revelando a inviável separação das questões ambientais e econômicas.

Atualmente, em linhas gerais, a luta ambiental questiona, antes de tudo, a maneira como as sociedades se organizam e na forma como o homem se relaciona com os recursos naturais, ou seja, tudo aquilo que compõe a vida no planeta, em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais (Krischke, 2000; Carvalho, 2001; Bel, 2000; Bacelar, 2009; Gabeira, 1988).

Os setores que defendem a ecologia e o meio ambiente, apesar de diferenças internas, convergem no sentido de criticar o individualismo materialista, com o intuito de preservar a natureza como um todo. Estes grupos têm sido estudados como movimentos sociais, pois, geralmente surgem como um grupo de indivíduos em torno de uma causa temática (ambiental): “os movimentos e partidos ecológicos são, portanto, movimentos temáticos, já que, ao redor de seu tema central, descortinam e debatem soluções mais gerais para os problemas humanos” (Krischke, 2000, p.17).

Na leitura de Krischke (2000), há um caráter político-cultural nos debates sobre a ecologia já que estes se contrapõem ao discurso capitalista que possui uma perspectiva materialista, individualista e indiferente aos problemas coletivos da humanidade. Destaca ainda

que, as políticas de industrialização, em geral, buscam “satisfazer a qualquer custo os seus próprios interesses materiais imediatos, independente dos efeitos de longo prazo de suas ações e do ônus social para a humanidade, que certamente essas ações vêm sempre acarretar” (Krischke, 2000, p.13). Neste sentido, podemos pensar que há uma lógica hegemônica de pensamento na ordem vigente calcada no consumismo, individualismo e satisfação imediata, valores recorrentes do sistema capitalista, que são problematizados pelo discurso ambiental que busca inscrever outros valores e formas de existência na sociedade.

Desde o processo de industrialização até os tempos atuais de globalização, Castells (2010) afirma que o capitalismo vem se expandindo de forma desenfreada e desordenada que pouco inclui em sua proposta o princípio da sustentabilidade. Desde este período, o individualismo, consumismo, imediatismo, produtivismo são valores que vem se expandindo e se tornando valores supremos na ordem dominante, ao passo que valores como os direitos humanos e o meio ambiente são tidos, nesta lógica mercadológica, como valores não supremos.

Podemos apreender que os movimentos ambientalistas buscam instaurar uma tensão contra hegemônica nesta lógica dominante capitalista, com intuito de inscrever novos referenciais e esquemas interpretativos que encarem a natureza, não sob o ponto de vista produtivista, mas sobre o ponto de vista cultural, a qual possui uma relação intrínseca com a vida humana. A luta ambiental, então, pode ser entendida como a tentativa de instaurar uma nova ideologia que engendre outros processos de subjetivação referentes à vida no planeta, incidindo fissuras na ordem imperante do sistema capitalista.

O ambientalismo não é uma corrente homogênea, tanto em termos teóricos, políticos, éticos e ideológicos. Além disso, ela é composta por uma pluralidade de atores coletivos (ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, etc.) que possuem diferentes formas de se apropriar do conceito de “meio ambiente” e “sustentabilidade”, o que irá substanciar diferentes formas de se relacionar com a natureza. Na leitura de Bacelar (2009), os ambientalistas

talvez mais do que qualquer outra grupo social do momento, apresentam uma heterogeneidade na qual se incorporam dimensões espirituais e inflexões materialistas, tanto um discurso universal, conclamando a mudança do mundo, quanto o pedido encarecido para que você recicle o seu lixo, tanto a legitimidade do saber científico quanto a relevância dos saberes selvagens dos povos das florestas (p.41)

Neste sentido, torna-se mais coerente utilizarmos o termo “movimento(s) ambientalista(s)” no plural para expressar e abarcar a multiplicidade ideológica presente nestes diferentes coletivos. Ainda que extremamente heterogêneos, eles podem ser entendidos por meio de ações realizadas em prol da defesa da natureza e dos recursos do planeta e, dessa forma, questionando, antes de tudo, a maneira como as sociedades se organizam, em especial, a relação estabelecida entre homem e natureza (Krischke, 2000; Carvalho, 2001; Bel, 2000; Bacelar, 2009; Gabeira, 1988).

A pluralidade de acepções ideológicas do movimento ambientalista, conforme Bacelar (2009), está relacionada com a própria noção de natureza que é polissêmica, sendo entendida por alguns como tudo aquilo que compõe a vida no planeta (incluindo a dimensão social e cultural) ou pelo seu contrário, sendo compreendida como aquilo que é oposto a civilidade humana, a natureza como algo “natural”.

No início da luta ambiental, predominava uma concepção de ambiente como algo dicotômico da esfera social, ou seja, a natureza como algo natural e oposta à civilidade ou, como nos diz Luana na entrevista, a luta era apenas “*pelo verde*”. A partir da década de 80, quando ocorre uma explosão do número de militantes e organizações ambientais no Brasil, a luta ambiental articula-se com questões econômicas, sociais e culturais, isto é, a natureza passa a ser entendida em sua dimensão simbólica, fruto da relação social e histórica estabelecida entre homem e natureza.

A partir desta reformulação na compreensão de natureza, a preocupação ambiental se vincula ao social, configurando, cada vez mais, um caráter socioambiental para o movimento ambientalista, em que a sustentabilidade - ainda que não haja um consenso sobre este

conceito-, pode ser entendida como “a transmissão para as gerações futuras de um estoque igual, e preferencialmente aumentado, do capital econômico, natural, social e humano das sociedades contemporâneas” (p.38), em que as esferas econômica, social e ambiental estejam entrelaçadas sem que nenhuma prevaleça sobre a outra, garantindo o desenvolvimento da sociedade de modo que estas três esferas estejam protegidas.

*“Hoje isso é muito claro, na década de 70 não... Meio ambiente e sociedade são muito próximos, não dá pra você falar em erradicação da pobreza, sem você falar de desenvolvimento sustentável. Então hoje, a parte social e ambiental ela é muito junta, muito misturado, não era visto assim na década de 70. Na década de 70 era o movimento verde... Então hoje a gente acredita que você não vai conseguir preservar o meio ambiente se você tem um monte de gente passando fome. Então precisamos ter este arcabouço que gere este meio ambiente saudável para as futuras gerações” (Luana)*

Atualmente, Loureiro (2003) aponta a existência de duas principais perspectivas teóricas que sustentam o discurso ambiental: a primeira, denominada como comportamentalista e conservadora, possui uma compreensão naturalista, a-histórica e economicista da crise ambiental; a segunda, chamada de crítica ou emancipatória, busca polemizar e publicizar a temática ambiental. Se a primeira biologiciza o que é histórico e social, a segunda historiciza o que é “natural”.

Dentre as linhas teóricas da perspectiva ambiental “crítica e emancipatória” temos a corrente ecossocialista que busca articular as ideias do socialismo marxista com a crítica ecológica. Esta perspectiva compreende que há uma ausência do princípio da sustentabilidade no desenvolvimento da sociedade capitalista, uma vez que este tem como base a acumulação de riquezas a partir da exploração da natureza e do trabalho humano.

Esta perspectiva marxista, a qual sustenta alguns movimentos ambientalistas na atualidade, critica a postura adotada por alguns setores da sociedade que se consideram “ambientalistas”, mas que, conforme este ponto de vista, estariam mais preocupados

em uma certa “ecoeficiência” do que em um desenvolvimento sustentável propriamente dito. Para os ambientalistas-marxistas, estes grupos (em especial, os empresários-ambientalistas), incorporam o discurso ambientalista na lógica mercadológica, transformando a postura ambientalista em uma mercadoria para gerar lucro e consumo, e não para instaurar novos modos de existência na sociedade.

A partir de uma leitura pautada em Gramsci para conceituar a proposta ambientalista, Lima (2010) defende que a mesma, para assumir uma posição crítica e emancipatória na sociedade, deve romper com a lógica hegemônica capitalista que usa e explora os recursos naturais de forma imediatista, voltada aos interesses exclusivamente econômicos e negligenciando os aspectos socioambientais. De acordo com esta autora, a luta por uma sociedade sustentável deve incorporar de forma crítica a relação que nossa espécie estabelece com as demais espécies, as relações historicamente construídas entre os próprios seres humanos, e suas respectivas consequências socioambientais. Neste cenário, a luta ambiental se configura como um movimento contra hegemônico que busca democratizar o acesso e direitos dos seres humanos em suas dimensões sociais e ambientais.

Ao retomarmos nossos questionamentos iniciais, ou seja, o que há de político no discurso ambiental, pensamos que há a possibilidade do político se inscrever neste movimento quando pensamos a natureza a partir de sua dimensão simbólica, superando a cisão entre ambiente e sociedade, já que tudo que está presente nesta última é, por condição, semiotizado pela cultura. Neste sentido, podemos compreender que a luta pela natureza (dimensão sem *logos*) pode ser inserida no campo da política (dimensão com *logos*), já que ela está interpelada pela complexa rede de aspectos culturais, sociais, subjetivos e econômicos, sendo incorporada de diversas maneiras e por diversos setores na partilha do sensível.

A pesquisa de Bacelar (2009), ao investigar os discursos e formas de ação de jovens engajados em diferentes coletivos ambientalistas, problematiza em que sentido e extensão o discurso ambiental é de fato político. Em outras palavras, investiga em que

sentido estes jovens constroem posições críticas frente “ao estado de coisas da vida social”, se o mesmo conduz, ou não, a “uma visão crítica da sociedade” e é pensado e colocado em ação por estes jovens ativistas. Concordamos com o autor no sentido de que o discurso ambiental não é a priori nem político, nem não-político, o que vai definir esta fronteira é a forma com que um coletivo vai se apoderar e operar por meio dele:

o ambientalismo como qualquer outro discurso não é algo inerentemente político, ele é político no momento em que traça e cruza as dimensão do público e do privado, das redes de dominação e de igualdade, quando mostra conflitos entre mundos. A política existe quando temos que nos a ver com um fato paradoxal. Quando vemos alojado num mesmo espaço, mundos distintos. Para um mundo uma árvore é madeira, é obstáculo para estradas, para outros ela é um ser vivo, dotado de alma, é o pulmão do mundo, é uma lembrança da infância. (Bacelar, 2009, p.150)

A partir da lógica teórica de Rancière, entendemos que o discurso ambiental pode se transformar em um dispositivo político quando, a partir do princípio da igualdade, busca inscrever no tecido social novas possibilidades de viver o comum que rompem com a lógica hegemônica, realizando, neste sentido, um novo recorte do tempo e do espaço, reconfigurando os lugares e funções que homem/natureza ocupam na partilha da vida coletiva.

Quando surge na década de 70, o discurso ambiental busca trazer uma nova forma de compreender e organizar a sociedade que, até então, não tinha sua parte na divisão do sensível sustentada pela lógica capitalista (desenvolvimentista, individualista, imediatista, consumista). O que alguns movimentos ambientalistas buscam é desregular esta maneira de apreender a sociedade, revelando que há um dano (a forma que os homens se apoderam dos recursos naturais sem se pautar no princípio da sustentabilidade), provocando um desentendimento entre dois mundos (capitalista X ambientalista) que vão litigar a legitimidade e o lugar de seus respectivos universos.

Embora o discurso ambiental tenha sido capturado por diversos setores e instituições com interesses não políticos, não significa que não exista sujeito coletivos que, sustentados por este

paradigma, operem como sujeitos políticos. Estes buscam transformar o ruído ambientalista em uma voz que, só conseguirá conquistar um lugar na hierarquia do *arkhé*, por meio da encarnação do *demos*- atualmente, representado pelos diferentes sujeitos coletivos que lutam por uma sociedade sustentável-, já que a mesma não possui o princípio nem do *oligoi* (poder e domínio por meio da riqueza), nem do *aristoi* (poder e domínio por meio do conhecimento), tendo que se revelar por meio de atos litigiosos que fissuram a ordem vigente, ampliando as possibilidades de ocupação e inscrição do discurso ambientalista na partilha do sensível.

Ainda que não tenha *logos*, para os ambientalistas, a natureza faz parte da sociedade e deve ser tratada com o mesmo respeito que se trata o animal com *logos*, conferindo a ela uma dimensão humana. Por fim, pensar na lógica da igualdade neste contexto, significa abrir espaço para um discurso que é barulho para a ordem vigente, significa possibilitar que a árvore, além de ser significada como madeira, possa também ser apreendida como um ser vivo. A partir desta lógica, compreendemos que o Greenpeace, em parte, funciona como um sujeito político na medida em que posiciona a natureza em um lugar de litígio na esfera pública, polemizando a maneira com que a sociedade se relaciona com os recursos naturais, constituindo uma arena conflitiva entre os discursos capitalista X ambientalista.

### **3. Métodos e procedimentos de pesquisa**

#### **3.1 Uma escolha epistemológica e política**

Com intuito de atendermos aos objetivos de uma pesquisa, precisamos recorrer a um suporte teórico que estará, inexoravelmente, atrelado a determinados limiares de métodos de pesquisa. A escolha dos aspectos teóricos-metodológicos configura-se como o cerne de uma pesquisa, pois, mais do que fornecer ferramentas para compreendermos o objeto de estudo selecionado, ela o constitui enquanto tal. Na medida em que engendra um

determinado posicionamento, o recorte teórico-metodológico não apenas irá sustentar o olhar do pesquisador, mas, também, constituir o seu objeto de estudo.

Neste sentido, a partir de um determinado recorte teórico-metodológico, instaura-se uma gama de (im)possibilidades de compreendermos o objeto de estudo, logo, de suas respectivas formas de inteligibilidade. Conforme Rancière (2011b), a ciência, entendida como um ato intelectual, pode se caracterizar como um ato de natureza política na medida em que opera como “una repartición entre nombres, ocupaciones y modos de ser”, já que pode realizar uma subjetivação polêmica e manifestar uma contradição da sociedade, tornando perceptível o imperceptível, sensível o que era indiferente.

Sendo assim, escolher um determinado objeto de estudo, bem como eleger um caminho teórico-metodológico, implica em assumir uma função não apenas epistemológica, mas, potencialmente, política, pois, “toda teoría política es un discurso de circunstancia sobre las circunstancias de la política, una manera de decir do lugares y los momentos de su intervención, los objetos que conciernen a su acción, los sujetos que forman parte de ella” (Rancière, 2011a, p.15).

Como nos aponta Rancière (1995, 2002, 2006), ao retomar os princípios que sustentam a concepção aristotélica de política, temos o conhecimento como um dos pilares do *arché*, ou seja, a ciência instaura diferentes lugares de poder e reconhecimento na hierarquia na medida em que (des)legitima discursos sobre os objetos da sociedade, podendo se revelar como um instrumento hegemônico ou contrahegemônico, disciplinar ou emancipatório, ou quem, sabe, tudo isso junto.

Torna-se importante problematizar quais objetos de estudos têm tomado parte na comunidade acadêmica, ou, a partir de uma perspectiva bakhtiniana (Amorim, 2003), quais estudos tem se posicionado de forma “não-indiferente”, bem como, de que maneira estes têm sido (in)visibilizado, fazendo com que alguns se tornem audíveis, contados e conhecidos, outros aparecem como ruídos, não-



contados e desconhecidos. Groff, Maheirie & Zanella (2010) afirmam que:

produzir conhecimentos requer assumir uma posição de responsabilidade e responsividade pelo que se produz, como também problematizar o próprio lugar social de onde se fala. Afinal, a produção de conhecimentos não é neutra, o(a) pesquisador(a) é um agente que intervém e transforma os contextos onde atua na medida em que produz discursos e saberes sobre estes contextos e sobre os sujeitos com os quais pesquisa. (p.99)

Neste sentido, assumir que não há um modelo prescritivo de democracia, que a política não se instaura a partir de um modelo consensual de governança e que o sujeito político pode emergir em qualquer espaço e por qualquer sujeito, nos deparamos com uma implicação tanto epistemológica quanto política, já que cada modelo teórico irá sustentar diferentes formas de visibilidade e legitimação na sociedade, e seus respectivos efeitos nesta.

Portanto, a escolha do lugar teórico-metodológico não é realizada de forma ingênua e desinteressada, ao contrário, revela o caráter implicado de toda pesquisa, já que, a partir dele, determinadas gramáticas discursivas e interpretativas serão produzidas, circuladas e inscritas sobre tal objeto. Sendo assim, tem-se a implicação que os textos acadêmicos possuem, já que os mesmos se situam em um polêmico espaço no qual as manifestações do poder ou emergência do sujeito político são objetos de uma “guerra de interpretações” (Rancière, 2011, p.16).

### **3.2 Aspectos teóricos-metodológicos: as experiências com o Greenpeace**

A partir da leitura que realizamos na obra de Rancière (1995, 2006, 2012c, 2011 a, 2011b), acreditamos que seja profícuo estudar o campo da política não apenas por meio dos seus dispositivos

institucionalizados, mas, fundamentalmente, por meio das experiências do sujeito. Neste sentido, não buscamos compreender o Greenpeace apenas por meio de suas ações institucionais, mas, fundamentalmente, por meio das experiências singulares dos sujeitos que estão, ou estiveram, vinculados ao Greenpeace.

Realizamos um estudo qualitativo sobre o Greenpeace de modo a problematizar o conceito de política na contemporaneidade, em especial, sua interface com o conceito de estética. Na medida em que fomos nos aproximando do campo empírico, outros questionamentos surgiram e substanciaram o desenvolvimento desta tese. De forma geral, podemos dizer que este estudo busca dados empíricos que confrontem, provoquem e problematizam o aporte teórico selecionado, do mesmo modo que este nos auxilie a complexificar o nosso olhar sobre nosso objeto de estudo.

Buscamos diferentes estratégias metodológicas que nos possibilitassem conhecer o Greenpeace sob diversos ângulos: o Greenpeace em sua dimensão institucional – os valores e preceitos oficialmente assumidos; o Greenpeace em sua dimensão virtual – poder acessar o Greenpeace de forma cotidiana e internacional, rompendo as barreiras geográficas por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação; e o Greenpeace por meio de sua experiência- as vivências empíricas da ONG, a partir e relatadas por seus atores.

Com intuito de saciar estes objetivos, pensávamos, inicialmente, usar como técnicas de pesquisa a entrevista aberta, o grupo focal, a observação participante e o levantamento virtual dos documentos elaborados pelo Greenpeace. Contudo, o próprio campo de pesquisa foi redelineando estas escolhas metodológicas de tal maneira que-mais adiante, isto será mais bem explicitado- a ideia do grupo focal e da observação participante foi abandonada.

Desde o início deste estudo, apenas dois elementos foram delineados: objeto de estudo (Greenpeace) e uma problemática (o enlace da estética e política). Os demais elementos, os quais são fundamentais para subsidiar uma pesquisa- os objetivos, perspectiva

metodológica e técnicas de pesquisa- foram, de fato, se constituindo por meio do desenrolar da própria pesquisa de campo.

Na medida em que fomos nos aproximando do Greenpeace, tanto em sua dimensão presencial quanto virtual, nosso olhar, interesses e interrogações foram se transformando e se construindo, fazendo-nos buscar novos suportes teóricos e estratégias metodológicas. A cada dado novo no campo de pesquisa (uma fala, uma reportagem, uma foto, uma imagem, uma ação...) que nos deparávamos nestes últimos 2 anos de doutorado, nossa relação com o Greenpeace foi se solidificando e, dessa forma, possibilitando a construção de uma leitura cada vez mais complexa e profunda sobre os diversos aspectos que compõem esta ONG.

Meu primeiro contato com o Greenpeace, muito tempo antes de eu pensar em elegê-lo como objeto de estudo de minha tese, foi por meio de uma amiga que trabalhava nesta ONG e que me colocava, cotidianamente, em contato com esta instituição, por meio de amigos que também eram funcionários/ativistas, das petições, e-mails, relatórios, vídeos... Como tínhamos um interesse em comum (discutir sobre a militância)- ela preocupada com a questão ambiental, e eu sob um ponto de vista acadêmico- trocávamos muitas informações que foram me aproximando do Greenpeace. Neste processo foram surgindo interesses, questionamentos e curiosidades que desembocaram nesta tese de doutorado.

Inicialmente, optamos pelo uso de entrevistas abertas, observação participante e grupo focal com pessoas envolvidas com o Greenpeace, justamente por compreendermos que por meio da fala e dos atos poderíamos acessar a experiência destes sujeitos junto a esta ONG. A partir do contato institucional, primeiramente, com o Greenpeace de São Paulo, percebemos que seria inviável a elaboração do grupo focal por dificuldades de horário com os participantes da pesquisa. A observação participante também começou se mostrar inviável, tanto pela questão do caráter sigiloso das ações diretas- para garantir o efeito surpresa-, como, também, pelo fato delas serem inconstantes, ou seja, poderiam ocorrer inúmeras ações deste tipo ou nenhuma durante meu campo de pesquisa.

Além disso, fui constatando o caráter internacional do Greenpeace que me incitava a investigá-lo de uma forma mais ampla, fazendo-me perceber que realizar apenas um olhar local (Greenpeace de São Paulo) poderia ficar restrito frente à intensidade e amplitude da atuação internacional do Greenpeace. Esta vivência direcionou minha investigação para o campo virtual do Greenpeace, o que me permitia acompanhá-lo de maneira mais global.

A pesquisa online tem crescido consideravelmente na última década e, dentre algumas vantagens do seu uso, está na maior agilidade e no maior alcance no processo de coleta de dados, permitindo ao pesquisador alcançar um patamar que, possivelmente, sem o recurso digital não o conseguiria. Além disso, o uso da ferramenta digital possibilita ao investigador acompanhar cotidianamente seu campo de pesquisa, o aproximando do dinamismo deste, permitindo-lhe acompanhar as mudanças e nuances de seu objeto de estudo. Por fim, pelo fato da linguagem da internet possuir diversas semioses (imagens, textos escritos, sons, vídeos, movimentos...), fazendo emergir novas formas de discursos, possibilita uma multiplicidade de formas discursivas ao pesquisado e, por conseguinte, ao pesquisador (Freitas, *et.al.*, 2004; Mendes, 2009).

O que antes se configuraria como um recurso metodológico coadjuvante, o rastreamento virtual se tornou uma estratégia de coleta de dados fundamental para elaborar a categoria que discutimos o possível entrelaçamento da estética e política nas ações do Greenpeace. O uso do grupo focal perdeu importância não apenas pela dificuldade de operacionalizá-lo, mas, fundamentalmente, pelo fato de outros recursos metodológicos terem se mostrado mais interessantes para acessar o Greenpeace e discorrer sobre nossas inquietações acadêmicas.

Este percurso virtual teve como objetivo buscar elementos empíricos para substanciar a discussão entre estética e política, pois, tendo em vista as dificuldades de participar de forma presencial nas ações diretas realizadas pelo Greenpeace, o rastreamento possibilitou um acompanhamento virtual destas atividades.

Bakhtin (2010) defende a ideia de que há diversas formas de enunciação na sociedade (“comunidade semiótica”) instaurando diversos estilos discursivos (artístico, literário, científico...). O Greenpeace recorre ao uso de mensagens verbais (relatórios científicos, notícias, dados sobre o meio ambiente...) e não-verbais (as ações diretas realizadas na rua de forma performática e retratadas a posterior no site da ONG). Ao montar uma cena, expor um desenho ou elaborar um cartaz, o Greenpeace se comunica com os outros, fazendo refletir e refratar uma realidade, já que estas ações são signos linguísticos, logo, semióticos e ideológicos.

(...)toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e refratar, numa certa medida, uma outra realidade. (Bakhtin, 2010, p.31)

A partir desta leitura, entendemos que as performances realizadas pelo Greenpeace se configuram como signos que produzem determinados enunciados atrelados à luta ambiental. Os relatos elaborados sobre as ações, compostos por imagens e textos-disponíveis nos anexos desta tese-, foram utilizados como dados de pesquisa, pois, a partir de Bakhtin (2010), entendemos que tanto a imagem como o relato são formas de enunciado que expressam e constituem determinadas realidades, histórica e ideologicamente construídas.

O rastreamento virtual nos permitia acompanhar as ações realizadas pelo Greenpeace de forma internacional, algo que não poderia ser feito sem o uso das tecnologias da informação e comunicação. Evidente que é um recurso metodológico extremamente diferente de uma observação participante por, fundamentalmente, ser uma exposição elaborada pela própria instituição e não uma leitura realizada a partir da experiência do pesquisador. Porém, isso não desqualifica este recurso metodológico desde que tenhamos clareza que a veiculação das ações emitidas pelo próprio Greenpeace não são desinteressadas, ao contrário, articulam-se a um campo discursivo ideologicamente construído. Mesmo virtualmente, a partir de meu olhar enquanto pesquisadora, também

não escapamos de uma fonte de dados ideologicamente construída, já que o pesquisador também se encontra atravessado por um olhar cultural e histórico.

Quando nos deparamos com o caráter internacional do Greenpeace, percebendo a importância da rede internacional para seu funcionamento, surgiu o interesse de nos aproximarmos de algum Greenpeace no exterior. A partir disso, foi possível realizar o “doutorado sanduíche” na Universidade Autônoma de Barcelona, onde pudemos nos aproximar do Greenpeace de Madri e Barcelona, conhecendo novos sujeitos e experiências que, ora se aproximavam, ora se distanciavam do Greenpeace do Brasil.

Não buscamos elaborar um estudo comparativo entre o Greenpeace da Espanha e do Brasil. O contato com o Greenpeace da Espanha possibilitou expandir a nossa experiência em relação ao Greenpeace, logo, favorecendo a construção de um olhar mais amplo, profundo e complexo em relação a esta ONG.

Recorremos ao site do Greenpeace/Brasil no link “últimas atualizações” e ao site do Greenpeace/Espanha no link “últimas actualizaciones” nas postagens referentes ao período entre agosto de 2007 a janeiro de 2013, na qual selecionamos algumas ações que nos incitavam a pensar nas possíveis relações entre estética e política. O critério de seleção destas ações foi o caráter de irreverência e criatividade que faziam delas, aos nossos olhos, como ações potencialmente estéticas e políticas. Inicialmente, 36 ações nos chamaram atenção, contudo, para compor esta tese de doutorado, selecionamos 8 intervenções como foco de nossas análises.

Com relação à realização da entrevista, o roteiro (VIDE ANEXO J) não foi fixo e igual para todos os participantes, ainda que tivesse um conjunto de questões norteadoras que se repetiam, o roteiro foi se refazendo a cada encontro com um novo entrevistado, constituindo-se de maneira dialógica entre pesquisador-pesquisado-contexto.

A partir de uma perspectiva bakhtiniana, Freitas (2003) entende que a entrevista se configura como uma construção dialógica

em que pesquisador e pesquisado são autores dos processos de significação construídos, logo, não podemos “colocar” o sentido veiculado nem no participante, nem pesquisador, mas na relação estabelecida entre eles neste contexto de pesquisa. Sendo assim, toda e qualquer interpretação elaborada por parte do pesquisador está relacionada à sua forma singular de se apropriar e articular os diferentes enunciados escutados e visualizados, demarcando que o sentido atribuído às falas e imagens é subjetivo, singular e histórico. De acordo com a autora:

O pesquisador é um dos principais instrumentos da pesquisa porque, sendo parte integrante da investigação, sua compreensão se constrói a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa e depende das relações intersubjetivas que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa. (Freitas, 2003, p.28)

Nesta perspectiva, o “objeto” de estudo não ocupa um lugar coadjuvante na investigação, mas sim, protagonista tal como o pesquisador, já que entende que a pessoa investigada é “possuidora de uma voz reveladora da capacidade de construir um conhecimento sobre sua realidade que a torna co-participante do processo de pesquisa” (Freitas, 2003, p.29). Sendo assim, a relação que o pesquisador possui ou constrói com o pesquisado não é apenas importante para a produção do conhecimento que dali irá emergir, mas sim, um dos aspectos constitutivos dos resultados desta pesquisa.

Isso foi perceptível na condução das entrevistas que realizamos com pessoas conhecidas ou amigas destas pessoas que são próximas à pesquisadora, favorecendo a abertura e espontaneidade do diálogo, já que havia se estabelecido uma relação de confiança, possibilitando uma produção de informações de forma mais aprofundada e complexa. Por outro lado, as entrevistas realizadas com pessoas que eu conheci apenas por meio da própria pesquisa, tiveram uma conotação mais formal e uma certa desconfiança sobre os usos que eu faria destas falas, a ponto de se negarem a responder algumas questões por receio de ferir algum princípio da ONG.

Um exemplo é quando perguntei de que maneira as ações diretas eram elaboradas e uma funcionária/ativista do Greenpeace de Barcelona (Espanha) disse que não poderia me responder pois esta é uma informação sigilosa. Já com um funcionário/ativista do Greenpeace de São Paulo (Brasil), que conheci por meio da pesquisa, mas que é bastante próximo da amiga que me apresentou o Greenpeace, tiveram momentos da entrevista que ele pedia para eu desligar o gravador, pois, a informação poderia prejudicar judicialmente o Greenpeace e a si mesmo. Mas, como não queria deixar de me fornecer tal informação, solicitava a não gravação desta.

Conforme a leitura de Amorim (2003), esta postura não neutra requer, para Bakhtin, um dos movimentos essenciais por parte do pesquisador que é a exotopia que significa “desdobramento de olhares a partir de um lugar exterior” (p.14). Este movimento, para a autora, se define pelo deslocamento do pesquisador para a elaboração de um olhar exterior em relação ao pesquisado, algo que ele mesmo não tem possibilidade de realizar.

Neste sentido, conforme Amorim (2003), o papel do pesquisador na perspectiva bakhtiniana é tentar captar algo do modo como o pesquisado se vê e vê o seu entorno, para depois assumir o lugar exterior e dali elaborar sua apropriação sobre o quê o pesquisado lhe forneceu de sua visão (*“nunca havia pensado nisso antes...”* Saulo., *“que pergunta filosófica, me parece que no tengo una respuesta para ahora, necesito reflectir mejor sobre eso...”* Verônica)

Este lugar exterior do pesquisador permite que o pesquisado se veja de outra forma até então nunca vista por ele mesmo. A exotopia, então, pressupõe uma diferença de lugares, logo, de valores. Por fim, o próprio movimento da exotopia possibilita a criação de objetivações por parte do pesquisador, pois “objetivar é justamente aquilo que a exotopia torna possível e que constitui a especificidade da criação (Amorim, 2013, p.15), no caso, uma elaboração teórica.



Foram realizadas entrevistas no Brasil e na Espanha com funcionários/ativistas, ex-funcionários, ativistas e ex-ativistas. Apenas a primeira participante foi selecionada pela pesquisadora, o restante, foi sendo indicado pelos próprios participantes. De forma geral, as entrevistas funcionaram em forma de diálogo, ocorreram em diferentes lugares (escritório do Greenpeace, rua, casa, em uma ação em Barcelona, *Skype*...), foram gravadas e transcritas.

Todos os participantes foram esclarecidos dos princípios éticos e objetivos da pesquisa, e autorizaram a gravação e uso de suas falas em publicações científicas. Para garantir o anonimato dos entrevistados, utilizamos nomes fictícios e não especificamos o escritório específico o qual possui ou possuía vínculo. Com exceção de 2 entrevistas que foram realizadas durante uma ação do Greenpeace em Barcelona, as entrevistas variaram entre 40 a 140 minutos. No total foram realizadas 8 entrevistas cujas unidades temáticas foram categorizadas conforme os enunciados produzidos neste estudo.

O uso da entrevista, bem como a análise empregada sobre as mesmas, sustentaram-se no modelo teórico de Ranciére, em alguns pressupostos inspirados em Bakhtin (2010) e na chamada Análise Crítica do Discurso (Rueda, 2011; Rojo, 2011). Partimos do entendimento da chamada Análise Crítica do Discurso (ACD)- uma corrente europeia orientada por uma tradição mais política e sociológica (Rueda, 2003)- a qual a linguagem não é apenas reflexo ou expressão dos processos sociais, mas os constituem e os fundamentam. A ACD compreende o discurso como um conjunto de enunciados produzidos a partir de determinadas condições sociais e ideológicas que é constitutivo da realidade, em outros termos, a palavra é vista como uma forma de ação.

Sob esta perspectiva, o discurso é entendido como uma prática social, já que está dialeticamente relacionado aos processos sociais, e engloba a dimensão textual (dimensão linguística) e discursiva (produção textual localizada em determinado espaço e tempos histórico) de um enunciado. Assim, pensar em prática discursiva significa conceber “la regulación social de la producción,

recepción y circulación de los discursos en función del contexto sociopolítico, lo que supone considerar cuales son las implicaciones sociales y políticas de las ideologías y de las representaciones de los acontecimientos y los actores sociales que emanan del discurso” (Rojo, 2003, p.164) , tornando-se inviável dicotomizar as esferas social e discursiva.

Recorremos à perspectiva de Bakhtin (2010) para nos auxiliar a compreender teoricamente a produção discursiva realizada neste estudo. Embora seja um autor localizado epistemologicamente em um lugar diferente de Rancière, ele nos auxilia a pensar em uma possível forma de analisar os discursos produzidos durante esta pesquisa. Pensamos que este diálogo de autores, apesar de suas diferenças, pode se fazer profícua, já que para ambos os autores, o sujeito se constitui por meio da linguagem, ou seja, é por meio dela que os processos subjetivos, sociais e políticos se configuram e constituem um determinado tipo de sociedade.

A partir daí, não há sujeito e sociedade em essência, mas sim frutos de uma construção histórica e simbólica que se efetiva por meio do uso da linguagem. Neste sentido, a linguagem deixa de ser apenas uma forma de comunicação e passa a ser entendida como um instrumento simbólico que constitui e semiotiza os corpos, seus respectivos lugares, funções e competências na sociedade, revelando o caráter ideológico inexorável aos processos discursivos. Estes, por sua vez, ao criarem e legitimarem determinadas ações, não se encontram dicotomizados delas, ao contrário, os discursos e práticas estão emaranhados de tal maneira que se torna inviável pensar em uma realidade discursiva e outra empírica, uma vez que toda palavra reflete e refrata uma determinada realidade: “... a palavra, como sabemos, reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social” (Bakhtin, 2010, p.47).

A ACD busca superar o modelo positivista, funcionalista e linguístico de compreensão de discurso, rompendo com a dicotomia entre prática/discurso, subjetividade/realidade. De acordo com Rueda (2003), a ACD não é propriamente uma modalidade da análise de discurso, mas uma maneira específica de articular a teoria e a análise em que a primeira não pré-determina o campo da exploração e da

indagação, mas a utilizamos como “una caja de herramientas que permite urdir y abrir nuevas miradas y nuevos enfoques, donde el/la analista se convierte en artífice a través de la implicación con aquello que estudia” (Rueda, 2003, p.93).

Na ACD o pesquisador se distancia do modelo daquele que realiza descrições e constatações neutras, para uma posição de um olhar interpretativo, que busca, por meio do discurso, compreender a realidade que está atrelada ao mesmo, seja de forma explícita ou implícita, na qual assume “una postura problematizadora, que permite abrir nuevas perspectivas de estudio y haga emerger nuevos objetos de investigación” (p. 93).

Tanto pesquisador como pesquisado ocupam um lugar na produção discursiva que se construirá na situação de pesquisa, conotando a intertextualidade de qualquer discurso, “ningún discurso existe con independencia de otros, nunca un discurso existe por si mismo sin estar anclado en algún otro” (Rueda, 2003, p.107). De acordo com Rojo (2003), a ACD pressupõe:

(...) los discursos como la propia tarea del analista son considerados socialmente situados y se les atribuye un papel en la (re)construcción y reproducción recursiva y recurrente de las estructuras y de la organización social. De manera que los discursos, pero también los análisis que de ellos se hacen, son considerados prácticas sociales. (p.157)

O signo para Bakhtin é “um produto ideológico ... que reflète e refrata uma outra realidade” (p.34), tornando-se não apenas produto, mas também produtores da realidade. Conforme o autor, “os signos só podem aparecer em um terreno interindividual” (p. 35), revelando que os mesmos não se localizam no sujeito (falante) ou no interlocutor (ouvinte), mas na relação estabelecida entre eles. Sendo assim, sob esta leitura, o discurso é entendido como uma cadeia ideológica que “só emerge, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra... A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico

(semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social”(p. 34).

Sendo assim, a análise está relacionada com um processo de tematização dos discursos produzidos de maneira dialógica entre pesquisador/pesquisado, na qual tentamos tornar visíveis os processos sociais que ocorrem e constituem o nosso objeto de estudo (Greenpeace), bem como problematizá-los e refleti-los sob os princípios de nosso aporte teórico.

A partir desta perspectiva, só é possível pensar na produção dos resultados como fruto da relação estabelecida entre pesquisador/pesquisado, dos significados construídos de forma dialógica no processo de pesquisar, da articulação com os demais enunciados (teorias, outras entrevistas, outros dados da pesquisa...) e da interpretação que o pesquisador construirá daquilo que viu, escutou e vivenciou.

O processo de interpretação não consiste em uma “mera compreensão hermenêutica ou uma pura captação de sentido” (Rueda, 2003, p.99), mas uma atividade que articula os conceitos teóricos com os discursos produzidos que venham ao encontro das questões que sustentam tal pesquisa, ou discursos que suscitem novas indagações. Como em qualquer outra situação comunicacional, na pesquisa as mensagens emitidas também são polissêmicas, logo,

requieren el esfuerzo interpretativo del/a investigador... el rol del investigador es interactuar con los argumentos inherentes a lo que dicen las personas y, usando la gama de herramientas analíticas a su disposición, sacar a la luz todo aquello que no está explicitado. El investigador es, en un determinado sentido, un profesional escéptico encargado de escrutar la realidad social a través de la interrogación del lenguaje que usan las personas. (Rueda, 2003, p. 100)

Neste sentido, não compreendemos os enunciados produzidos nesta pesquisa a partir do binômio falso-verdadeiro, mas sim, como processos de significação construídos de forma dialógica

entre os sujeitos envolvidos neste estudo e em um determinado contexto espacial e temporal. Por isso, concordamos com Rueda (2003) quando diz que a análise “se convierte en un ejercicio más de negociación que de exposición, en el sentido de estar siempre abierto al debate y a la discusión de las interpretaciones realizadas” (p.115), configurando-se em um terreno de tensionamento entre fluxos discursivos.

Entendemos estas falas como produções discursivas endereçadas a uma pesquisadora que são marcadas por elementos históricos e ideológicos que atravessam os lugares de pesquisador/pesquisado, revelando “uma construção possível de uma época, possível a um sujeito e à cultura que o constitui, com as variadas vozes que participam deste diálogo” (Groff *et.al.*, 2010, p.99).

A partir daí, elaboramos 4 categorias temáticas de análise: 1. Greenpeace: possibilidades, desafios e paradoxos; 2. A mídia e o ativismo na rede virtual; 3. As fronteiras entre a política e polícia; 4. As ações diretas: um enlace entre a estética e a política?

#### **4. Entre vozes, sujeitos e imagens: um olhar sobre o campo de pesquisa**

##### **4.1 Participantes de pesquisa**

Todos os participantes consentiram a gravação da entrevista sendo que todos os nomes são fictícios para que não sejam identificados. No total, entrevistamos 8 sujeitos que eram funcionários ou ex-funcionário, voluntário ou ativista.

Com o intuito de proteger a não identificação dos participantes, não será relatado o escritório que o mesmo faz ou fazia parte na época da entrevista. Contudo, é possível afirmar que os participantes faziam parte do Greenpeace do Brasil (Rio de Janeiro, Manaus e São Paulo) e da Espanha (Madri e Barcelona). De todos os entrevistados, 1 deles solicitou que nenhuma informação fosse

descrita na pesquisa. Dessa forma, não descreveremos este participante com as informações de idade, sexo, entre outros, para proteger o seu anonimato. Neste caso, usaremos o signifiante “anonimato” quando citarmos algum trecho do discurso deste entrevistado.

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Nacionalidade</b>	<b>Ocupação/formação</b>	<b>Tipo e tempo de relação com o Greenpeace</b>
Paulo	30	brasileiro	História Ciências Sociais Especialização em Política Urbana Coordenador de Campanha	Foi voluntário por 3 anos e depois se tornou funcionário. Trabalha na ONG há 2 anos.
Luana	30	brasileira	Biologia Mestrado em Biologia Doutoranda (Relações Internacionais e meio ambiente) Coordenadora de Campanha	Foi funcionária por 5 anos, havia saído do Greenpeace há 3 meses, mas continuava como colaboradora
Saulo	-	brasileiro	Superior incompleto	Ingressou como estagiário e depois se tornou Coordenador. Estava para se desligar da ONG e se mudar para o exterior.
Martin	45	espanhol	Coordenador das ações diretas	Foi voluntário por 3 anos e depois se tornou funcionário. Trabalha na ONG há 2 anos.
Pâmela	37	espanhola	Bióloga	Trabalha há 5

			Máster em Recursos Naturais Coordenadora de Campanha	anos.
Verônica	34	espanhola	Jornalista	Foi voluntária, depois se tornou ativista e agora está como funcionária do Greenpeace há um ano. Inicialmente atuava no setor de comunicação e imprensa, atualmente está trabalhando com a mobilização de voluntários/ativistas há 3 meses.
Anonimato	-	-	-	-
Jairo	40	brasileiro	Superior Incompleto	Ingressou em 2008 como colaborador e voluntário., depois se tornou ativista. Foi Coordenador de Voluntários durante 3 anos e continua atuando como voluntário da organização. Atualmente trabalha em uma ONG vinculada à questão ambiental.

Paulo, brasileiro, trabalhava como Coordenador de uma das Campanhas do Greenpeace/Brasil há 2 anos na época da entrevista. Paulo teve seu primeiro contato com o Greenpeace quando morava nos Estados Unidos em 2007. Durante o período de 2007 a 2010, atuou no Greenpeace como ativista e voluntário até que foi chamado pela ONG para trabalhar como Coordenador dos Ativistas que, segundo ele, *“é uma galera muito complexa, única, rara...”*. Paulo é formado em História e Ciências Sociais, desenvolveu uma pesquisa de mestrado na temática meio ambiente e cidade e, também, fez uma especialização em política urbana.

A primeira abordagem que Paulo recebeu do Greenpeace o deixou *“puto”*, pois uma ativista, que realizava o trabalho de captação de colaboradores na rua, perguntou se ele conhecia o Greenpeace. Porém, ainda que o conhecesse de forma superficial, ele opta por *“testar”* a pessoa, com intuito de investigar o que ela falaria a respeito desta ONG. Quando foi questionado se morava naquela cidade, o qual responde de forma negativa, afirmando que morava no Brasil, a pessoa atrelada ao Greenpeace retorna dizendo que *“não fazia sentido continuar a conversa”*. Paulo ficou *“puto”*, afinal, queria continuar a conversa sobre meio ambiente. Indignado com a situação, Paulo foi até o Greenpeace e disse o que havia ocorrido:

*“Aí eu fui lá e falei, achei um absurdo o que fizeram, absurdo, eu tava me interessando, sou estrangeiro, tudo bem, mas eu queria entender mais. Aí todo mundo ficou perplexo, ficaram me olhando... Aí disseram, não, calma, me explicaram como funciona toda a organização, me contaram toda a história do Green, me explicaram tudo detalhadamente... foi fascinante” (Paulo).*

Em seguida, o Greenpeace forneceu o contato do Coordenador de Voluntários do Brasil e, a partir de então, inicia a relação de Paulo com o Greenpeace. Na realização da primeira entrevista, Paulo ainda trabalhava no Greenpeace, contudo, no momento em que a segunda entrevista foi realizada, ele havia saído da organização pois queria estudar doutorado (sobre política e ação social) e voltar a morar na sua cidade de origem.



Luana, brasileira, é bióloga de formação, realizou seu mestrado em comportamento animal e trabalha com a biologia marinha desde sua graduação, em especial, com a preservação dos oceanos e proteção às baleias. Trabalhou no Greenpeace/Brasil durante 5 anos e, no momento da entrevista, havia acabado de sair da organização por vontade própria. Afirma que sua principal identificação com o Greenpeace era a questão dos “oceanos” e, como esta campanha fora encerrada, para ela, *“não fazia mais sentido ficar ali, já que eu entrei para salvar as baleias e preservar os oceanos...”* Mas, revela em seu discurso que ainda se sente pertencente ao Greenpeace quando diz que *“por exemplo, eu saí do Greenpeace, mas eu não consigo deixar de falar nós, é um envolvimento muito grande com a causa...”*. Luana optou por buscar outro lugar para trabalhar e saciar sua vontade militante. Conta que foi para uma *“organização bem menos ativista, não tem ações diretas, criativas, aventuras, não é independente, mas faz ações efetivas para preservação dos oceanos, e isso é que é importante para mim”*.

Antes de ingressar no Greenpeace, trabalhava em outra ONG que também atuava na conservação marinha de grandes cetáceos (baleias). Neste período, uma vaga foi aberta no Greenpeace destinada à conservação dos oceanos e, em especial, das baleias. Luana relata que era um projeto que duraria apenas 3 meses, porém, ela diz que se envolveu bastante com o Greenpeace e que *“sentia que as ações no Green tinham muito mais efeito do que na outra ONG que eu trabalhava, era uma ONG pequena... Acabei me envolvendo muito, gostava muito, estava sofrendo porque o projeto ia acabar...”* No final, o diretor da Luana abriu a possibilidade para ela escrever um projeto mais amplo, que englobasse a conservação do oceano brasileiro e, assim, poderiam levantar subsídios para financiar esta campanha.

Na época da entrevista, além de trabalhar na ONG ambiental supracitada, Luana realizava doutorado em relações internacionais na área ambiental com este intuito, ou seja, usar os dados da pesquisa para desenvolver uma aplicabilidade da mesma, gerando subsídios para a elaboração de políticas públicas.

Saulo, brasileiro, no momento da entrevista trabalhava no Greenpeace/Brasil e estava para se desligar da ONG. . Ele ingressou no Greenpeace em 2009 como estagiário e, depois, se tornou Coordenador de Voluntários e trabalhava no Núcleo de Mobilização *Off line*, cargo que ocupava no momento da entrevista.

Martin, espanhol, trabalha no Greenpeace de Madri há dez anos, se considera um *“ecologista por toda minha vida”*, e tudo que faz no Greenpeace é em prol *“de Espanha y planeta Terra”*. Conhecia o Greenpeace pelos meios de comunicação (televisão, jornal, revista...) até que um dia conheceu uma pessoa que trabalhava nesta ONG e contou que abriria um escritório em sua cidade: *“pues entonces voy me hacer voluntario...”* Ficou 2 anos como voluntário, *“era bueno escalando, era bueno comunicando, era bueno hacer las cosas con el Greenpeace...”*. A ONG o convidou para trabalhar e, atualmente, trabalha com a função de coordenar as atividades na rua, colaborando na elaboração, logística e execução das ações diretas.

Pâmela, espanhola, bióloga marinha, trabalhou em indústrias e outras ONGs, mas opta por trabalhar no Greenpeace *“porque es la mejor manera para cuidar y mejorar el planeta, por su independencia económica y política”*. Atualmente é coordenadora de uma das Campanhas no Greenpeace de Madri e trabalha nesta ONG há 5 anos.

Verônica, espanhola, jornalista, era voluntária do Greenpeace, depois foi se inteirando e participando cada vez mais das atividades desta ONG e se tornou uma ativista. Há um ano abriu uma vaga para jornalista e começou a trabalhar no Greenpeace. Inicialmente trabalhava no setor de Comunicação e imprensa e, atualmente, na Coordenação dos Voluntários.

Jairo, brasileiro, ingressou no Greenpeace como colaborador e voluntário no ano de 2008. Depois, por achar que esta posição era *“muito cômoda para quem quer de fato se tornar um ambientalista”*, se tornou um ativista, posição que ocupa até hoje nesta ONG. Foi também Coordenador de Voluntários durante 3 anos, função que teve que abandonar pois mudou-se de cidade e, conforme ele, para ser um Coordenador de Voluntários, *“tem que estar próximo o tempo todo,*

*pois são muitas demandas”*. Atualmente, vive em uma cidade que é distante das 8 bases (escritórios) do Greenpeace Brasil o que, em tese, inviabilizaria dar continuidade ao seu trabalho de voluntário/ativista. Contudo, como não quis se distanciar do Greenpeace, conversou com a organização sobre algumas possibilidades dele dar continuidade às atividades desta ONG, mesmo não possuindo um escritório da mesma perto de sua nova cidade.

Assim, atualmente, Jairo realiza atividades de engajamento público (palestras nas escolas, instalação de “pontos verdes” *(o que a gente chama de Ponto Verde, que é você colocar um ponto do Greenpeace com informações, bunnners, fotos, coisas pra você dialogar com a população sobre uma determinada campanha...)* e alguns protestos pontuais- atualmente, relacionados à campanha Desmatamento Zero e Polo Ártico). Ingressou no Greenpeace por ter ficado “*mexido*” ao assistir o documentário “Uma verdade inconveniente” e foi buscar “*mais informações, fui estudar, vi outros documentários e comecei a ver como a questão climática é coisa séria, e não o que muitas tentam dizer que isso é invenção de ambientalista alarmista. Fui vendo que temos que fazer algo pois o planeta e a nossa vida tá correndo sérios riscos*”. (Jairo)

Decidiu entrar no Greenpeace pois acredita que é a “*maior organização ambiental do mundo*” e diz que é “*apaixonado pelo Green, não apenas pelo o que ele faz, mas pela forma que ele faz, pela seriedade, por todo este trabalho de staff que faz do Green ser uma organização sólida, por estudar mesmo a questão ambiental, investir em pesquisas, investir na formação dos voluntariados, ter um leque de tipos de ações de engajamento público, desde as ações mais simples, aparentemente, de ir na zona leste de São Paulo dar uma palestra em uma periferia, até as ações mais espetaculares... sou um verdadeiro apaixonado e por isso não consigo ficar longe do Greenpeace*”. Atualmente trabalha em uma ONG também vinculada à questão ambiental.

## 4.2 Greenpeace: possibilidades, desafios e paradoxos

Elaboramos esta categoria para contemplar os discursos que apontam para as potencialidades e desafios vivenciados pelo Greenpeace no contemporâneo, revelando os paradoxos existentes e suas ações e modos de operacionalizar na esfera pública.

No discurso de Jairo, ele destaca que o Greenpeace é uma organização que amplia as possibilidades de existência ao sujeito, funcionando como um lugar de trocas e encontros para os voluntariados e ativistas:

*“Acho que o Greenpeace abre muitas portas pro voluntário... quem começa a fazer parte da nossa equipe, tem uma gama de possibilidades brilhantes para a vida, desde questões profissionais, de conhecimento, de amizades, de viagens... isso é uma coisa muito bacana mesmo! Por exemplo, a galerinha que entra no Green que tá saindo do Ensino Médio, acaba optando por determinadas carreiras que de alguma forma estão ligadas ao trabalho que eles fazem no Green. E aqui dentro é muito comum um voluntário se transformar em um funcionário, você pode fazer uma carreira aqui no Green... Além disso, tem as viagens, você tem a possibilidade de fazer intercâmbio, trabalho de imersão, viajar para as ações, ou seja, é uma troca de experiências muito legal. Por exemplo, se eu chego hoje na Suécia, bato na porta lá e falo que sou do Green do Brasil, eles vão me acolher muito bem” (Jairo)*

Um aspecto destacado por Verônica, Luana e Paulo é o fato do Greenpeace ser uma organização mantida apenas por pessoas físicas, ou seja, não possui relação de dependência com instituições, sejam públicas ou privadas. Paulo destaca que *“as ONGs tem que se juntar com quem não gosta para sobreviver”*, ressaltando a peculiaridade do Greenpeace que, embora seja uma ONG, consegue ser independente do Estado ou de qualquer outra instituição.

*“tengo una especial atención por todos los temas ambientales, me preocupa mucho lo que está pasando al planeta, yo quiero tomar parte de este cambio, de toda esta transformación... entiendo que el Greenpeace es la mejor organización para hacerlo, pues es una organización abierta a la gente, se puede participar cualquier persona, porque Greenpeace es independiente, no recibe dinero de*

*empresas, gobiernos... me gusta por esta independencia que tiene, y la parte del tema ambiental que es una parte especial para mí.*  
(Verônica)

Outro aspecto destacado por Luana é a amplitude e extensão das ações do Greenpeace. Esta participante afirma que uma das razões que faz ela “*apostar de fato*” no Greenpeace, é que para ela é “*a organização ambiental mais conhecida no mundo*”, diferenciando-a, por exemplo, da organização Sea Shepherd<sup>7</sup>: “*‘você vai dizer, tem o seashapper’, mas o seashapper só foca nas baleias, o Greenpeace não, ele protege as baleias, ele quer salvar as florestas, ele não quer a energia nuclear, é contra a transgenia. Então assim, é de fato a organização ambiental mais potente do mundo!’*”

Luana aponta que o Greenpeace consegue ter esta “*potencia de ação*” por atuar em forma de rede, tornando-se um importante protagonista na luta ambiental e fomentando transformações em nível mundial. A articulação em forma de rede tem sido bastante utilizada por diferentes atores coletivos, pois, por meio da transversalidade de suas reivindicações, diferentes grupos buscam, de maneira solidária e estratégica, se articular de forma a receber mais notoriedade e legitimação na esfera pública (Scherer-Warren, 1993, 2006a, 2006b; Marteleto, 2001).

*“E ele tem esta atuação global, ele atua em 40 países. Toda parte de formulação de política internacional, ou até mesmo nacional, ela é feita a partir de uma identidade. Então, por exemplo, a gente quer reduzir a produção de CO2 em 40%, todos estes países vão buscar reduzir 40%. Então você tem uma força de pressão política muito grande, tem um caráter global. Sem falar que a maioria dos problemas ambientais que a gente tem hoje são causados por grandes multinacionais que ocorrem em vários países. Então, se eu brigo com a Monsanto, a Shell aqui no Brasil, eu tenho uma*

---

<sup>7</sup> Conforme o site da organização, a Sea Shepherd é uma ONG, fundada em 1977 por 2 ex-integrantes do Greenpeace, que visa proteger os mares de forma ativista.

*rede de países que vai me ajudar a fazer pressão nestas empresas, não só as 40 mil pessoas que apoiam o Greenpeace aqui, mas as 3 milhões de pessoas brigando com esta organização. Pelo fato do Greenpeace ser uma organização que recebe ajuda de pessoas físicas, o que acontece, estas pessoas dão sua contribuição e de fato acreditam também no trabalho. Então elas também são grandes multiplicadores. Existe esta rede em todos os países, então acho que isso traz uma força muito grande". (Luana)*

A rede que o Greenpeace realiza, segunda esta entrevistada, é interna, justificando que, por buscar proteger sua autonomia e independência, fica inviabilizado de se articular com a rede de movimentos ambientais, ou de outros coletivos por meio da transversalidade (Scherer-Warren, 2006 a) de suas temáticas. Contudo, a forma de se gerenciar e se manter, social e economicamente é, fundamentalmente, sustentada por uma articulação em rede composta por seus colaboradores, voluntários, ativistas, *cyberativistas*, funcionários e escritórios.

Seria ingênuo supor que esta rede interna seja harmônica e apenas mantida pela solidariedade e preocupação com o ambiente, pois, como nos aponta Scherer-Warren (2006b), toda rede implica em uma hierarquia e relações de poder. No que diz respeito ao Greenpeace, alguns participantes apontam, por exemplo, que os escritórios europeus possuem funções e status superiores em relação aos que se encontram na América Latina. Apontam ainda que há uma hierarquia entre os diferentes escritórios quanto ao poder de tomada de decisões, ou seja, isso nem sempre ocorre de maneira tão solidária e democrática.

Outro ponto destacado é a “marca” Greenpeace, algo que poderíamos compreender como um dos elementos indenitários deste coletivo. A identidade coletiva é entendida como um processo psicossocial em que ocorre uma elaboração de significados e práticas coletivas que criam um sentimento de pertença, pautado na lógica da diferenciação e indiferenciação grupal, nas quais sujeitos compartilham, de forma conflituosa, crenças e valores que sustentarão uma significação interpretativa da sociedade (Prado, 2005).

Notamos que há, de forma parcial, a presença de uma identidade coletiva por parte, principalmente, dos voluntários e ativistas que compartilham, de maneira disensual, uma gramática interpretativa da sociedade que está sustentada na lógica da sustentabilidade. São sujeitos que se identificam entre si por entenderem que a natureza é tão importante quanto a vida humana, não dicotomizando estas duas esferas, assumindo discursivamente uma postura mais próxima dos movimentos ambientalistas posteriores a década de 70 (Bacelar, 2009; Carvalho, 2002; Loureiro, 2003). Um elemento em comum a todos estes participantes é que o trabalho e a militância se misturavam, tornando Greenpeace um espaço profissional e de luta política:

*“Para mí es algo que va mucho más allá que mi trabajo, para mí es algo que tiene un valor muy sentimental, que me conecta directamente con lo que yo creo que debe ser la sociedad, de cómo se debe actuar frente a los problemas que enfrentamos actualmente en el planeta”. (Verónica)*

Martin entende que há uma predominância dos interesses econômicos em detrimento da preservação ambiental, nos apontando a disputa de dois universos paradoxais existentes na contemporaneidade:

*“Los arriba, el gobierno, no digo todos, más la grande mayoría, lo que hacen es pilotar el planeta y absorber todos los recursos naturales para enriquecerlos, y no para el bien general. Entonces, llegará un día que todos los recursos desaparezcan y esta gente que lo ha absorbido, estarán en sus casa forradas de dinero... y yo lucho contra eso. Y la gente del Greenpeace son personas que quieren ir para las calles y decir: ‘hei, eso no me gusta! Y hay otras que prefieren se callar, y Greenpeace no se calla... Soy feliz haciendo lo que hago, siento que colaboro con el planeta tierra, siento que gracias a nosotros, no solo la gente que pertenece al Greenpeace, la gente que decide tirar la basura y colocar en el lugar que corresponde, es un acto amigo con la madre naturaleza. Esto es mi vida, es algo que me alimenta, que dame gana de vivir...” (Martin)*

Assim como Martin, Luana significa a natureza, em especial, os oceanos, como algo tão importante quanto à vida humana,

demonstrando em sua fala o envolvimento afetivo que possui com as baleias, o qual está inexistente no universo mercadológico das baleias, principalmente, no Japão, onde o consumo deste animal é algo culturalmente bastante valorizado. No discurso de Luana, fica subjacente uma visão não pragmática dos efeitos que uma ação ativista possa vir alcançar. Como nos aponta, em termos efetivos, a caça à baleia não foi estancada por causa da expedição na qual participou com o Greenpeace, mas, subjetivamente, esta participante sente que algo foi produzido por meio de suas ações e, de alguma maneira, alterou o âmbito coletivo:

*"De fato eu acredito que deva existir indivíduos e organizações que protejam os oceanos... Eu sempre gostei muito das baleias, trabalho com baleias desde minha graduação... acho que só quem já esteve perto de uma sabe a emoção que é.. é um animal encantador....é um absurdo o que, por exemplo, os japoneses fazem com as baleias... E pra baleia... por ser um mamífero que se reproduz 1 vez ao ano, um filhote, que você nem sabe se vai chegar na vida adulta, é um grande ganho quando você pode ajudar a preservar isso... então, eu dediquei 4 meses da minha vida para salvar as baleias. Parou a caça às baleias? Não parou. Mas cem baleias não foram caçadas devido ao nosso trabalho. Essa pra mim foi a ação que deu um maior resultado". (Luana)*

Outro aspecto importante é o status que o Greenpeace alcançou nestes 40 anos de história, principalmente por se articular de maneira maciça com a mídia, fez com que esta ONG conquistasse aquilo que Luana chamou de “*poder desta marca*”:

*"Acho que o Greenpeace tem uma marca forte internacional, e com ela vem uma independência e credibilidade forte. Por exemplo, um centro de conservação marinha, ou a bióloga diretora do projeto baleia de Bryde, fornecem uma informação, ela vai ter um peso técnico-científico, sem dúvida nenhuma. Mas ela não vai ter uma força internacional como tem o Greenpeace. Uma organização que está presente em vários países, atua junto ao governo, e tem a capacidade de fazer uma pressão política e pública. Isso a ONG menor não tem, não tem nem recurso para isso... por mais que tivesse recurso, acho que não consegue atrair tantas pessoas, tanta atenção pública como o Greenpeace consegue, o Greenpeace tem o poder da marca que é muito forte*



*mesmo.” (Luana)*

Luana também acredita que o “poder” da marca Greenpeace advém da credibilidade que ela possui por atuar, fundamentalmente, com base nos conhecimentos científicos. O poder do conhecimento também foi apontado no estudo de Marzochi (2009) como uma forma do Greenpeace interpelar o poder disciplinar e participar ativamente na construção da opinião pública. Castells (2010) defende que a produção do conhecimento científico, bem como sua ampla divulgação pelos meios de comunicação, têm se revelado em um importante e recorrente instrumento utilizado pelos movimentos ambientalistas na atualidade.

Devido à extensa rede de colaboradores, o Greenpeace investe bastante na produção de pesquisas que o coloca em uma posição privilegiada na hierarquia (*arkhé*) por meio do princípio do conhecimento. Outra recorrência desta credibilidade, que Luana acredita ser uma dos grandes traços da “marca” Greenpeace, é a acessibilidade em relação ao Estado e ao poder que o Greenpeace possui de influenciar a imagem pública dos políticos:

*“Pelo Greenpeace ser uma organização forte, você tem fácil acesso ao alto escalão do governo, então você consegue agendar e marcar reuniões com os ministros. Eles recebem você, porque você não é você, você não é Luana Araújo, você é a Luana do Greenpeace que tem atrás de você 40 mil pessoas te apoiando. E como o Greenpeace tem muita credibilidade, qualquer coisa que um político fale de errado, você pode contar para um jornalista, e vai sair nos principais jornais, Estadão, O Globo, Folha... Por esta ação midiática, todo mundo tem muito receio de não receber o Greenpeace, de falar algo contrário ao Greenpeace. Isso nos dá uma certa força.” (Luana)*

Por outro lado, Saulo aponta que o “Greenpeace acaba sendo uma organização muito isolada, por causa da força de sua marca não consegue se articular com outras organizações. Ele ganhou tanto poder e reconhecimento que parece que assusta as outras organizações... A ideia é tentar aos poucos se abrir mais, ser um pouco mais orgânica, mais adaptada às realidades que ela se

*insere, não ficar uma nave assim, né? Afirma que a ideia do Greenpeace é repensar suas formas de articulação e buscar “sair mais da porta do escritório, buscar articulação com outros movimentos e organizações, tentar interagir um pouco mais com a sociedade”.*

Neste sentido, é possível pensar que, se por um lado, a “marca” Greenpeace tem possibilitado um lugar legitimado na sociedade, garantindo uma proximidade maior com o Estado, gerando interesse na mídia e atraindo as pessoas da sociedade civil, por outro, gera uma lacuna entre esta ONG e os demais sujeitos coletivos, desfavorecendo sua articulação e interlocução com os mesmos. Este foi um ponto paradoxal que surgiu como resultado desta pesquisa, pois, Paulo aponta a inviabilidade de se aproximar destes outros coletivos por conta da proteção do princípio da autonomia, porém, Saulo diz que é um interesse do Greenpeace modificar esta forma de (des)articulação, mas não explica como a questão da independência seria trabalhada neste contexto.

A aderência das pessoas ao Greenpeace é um fato intrigante, afinal, conforme os dados divulgados pela organização, é uma organização presentes em 43 países e mantida exclusivamente por meio das doações financeiras (quase 4 milhões de pessoas). Ou seja, há uma dependência de sobrevivência da ONG em relação à aderência destas pessoas, tanto em relação às doações financeiras como, também, da participação dos voluntariados nas ações.

Este aspecto torna-se intrigante, pois, mesmo vivendo em uma sociedade marcada por valores individualistas e pautada na lógica desenvolvimentista, há muitas pessoas que apostam no ideário coletivo e em uma sociedade mais sustentável (Bacelar, 2009; Bell, 2000; Carvalho, 2002; Castells, 1999, 2002, 2010; Gabeira, 1988; Kriskhe, 2000; Lima 2010; Loureiro, 2003; Marzochi, 2009; Oliveira, *et.al.* 2010; Santos, *et.al.* 2013). Seria ingênuo pensar que todos estes colaboradores são pessoas engajadas pela luta ambiental, e, mais ainda, partir do pressuposto que aqueles, os quais se autodenominam “ambientalistas”, possuem uma visão e ação totalmente calcados pela lógica da sustentabilidade, já que a identidade coletiva é permeada por conflitos, apropriações, recusas,

partilhas e dissensos.

*“eu acredito que as pessoas que pagam o nosso trabalho, elas veem o resultado do dinheiro que elas estão investindo, porque elas veem isso na televisão. Elas estão vendo que o dinheiro que elas estão dando tá ajudando a salvar o planeta. Então o cara tem uma postura de merda no dia a dia, ele não separa o lixo, usa o carro para ir até a padaria, consome produtos transgênicos, mas ele se sente confortável por pagar alguém que tá fazendo a parte dele para salvar o planeta. E acho que tem uma outra parte das pessoas que gostaria de ser ativista do Greenpeace e não tem condição, então ele paga para alguém ser ativista para ele, pois é a única organização no mundo que faz isso.” (Luana)*

Ainda que conte com sujeitos engajados pela luta ambiental, o Greenpeace, conforme os entrevistados, também é mantido por pessoas que não aderem a esta causa, mas, por diferentes motivos, colaboram financeiramente com a existência desta ONG. Além do Greenpeace trazer o entrecruzamento entre militância/profissão, nos traz outro elemento que nos faz repensar o modelo de militância presente nos sujeitos coletivos não institucionalizados, ou seja, militância/dinheiro.

Concordando com Marzochi (2006) e Rigitano (2003), evidente que entendemos que não há qualquer tipo de militância em doar mensalmente um dinheiro para uma organização dar continuidade a sua luta política, mas isso nos revela características peculiares desta ONG que é interpelada por questões políticas, institucionais, empresariais, científicas e econômicas, transformando, em alguma medida, a militância em mercadoria, ou seja, algo que possa ser comprado e consumido.

Outro aspecto destacado por Luana, Jairo e Paulo diz respeito a algo de “aventura”, “heroísmo” e “frio na espinha” que as ações diretas, marcadas pela criatividade, improvisado e riscos, provocam nas pessoas. A militância no Greenpeace é citada em alguns estudos (Marzochi, 2006; Oliveira; 2009; *et.al.*, 2010) como um tipo de engajamento político que rompe com os modelos clássicos de engajamento político, imprimindo no mesmo uma

espécie de entretenimento, diversão e adrenalina.

Este tipo de militância foi significado como um aspecto convidativo à militância, como se esta atuação mobilizasse o desejo de aventura destas pessoas. Esta forma de se fazer política, para Paulo, é bem mais atrativa do que a militância em um movimento social, pois:

*“Porque tem um heroísmo, esta é a diferença, uma abertura, um potencial até plástico, estético de ação, que você não tem no MST, você não tem na luta do movimento feminista, a luta pelos direitos humanos, ribeirinhas, quilombolas. Nesses casos, é você vivendo a sua história, o sentimento é tão grande que faz você botar sua vida em risco.” (Paulo)*

*“E tem o lance da adrenalina, da emoção de fazer uma ação direta... dá um frio na espinha, e quem sente isso uma vez, geralmente vai querer de novo. (Jairo)*

*“Acho que as pessoas se identificam muito com esta coisa da coragem do Greenpeace. Aquilo que faz parte do DNA do Green, que são os protestos criativos. Então você sai na rua e pergunta ‘você conhece o Greenpeace?’ ‘Ah, conheço, aquele bando de maluco que vai com um inflável na frente do arpão. Isso identifica muito o Greenpeace. Acho que esta coisa da coragem mexe muito com as pessoas, esta coisa de você ter força, de fato, para fazer parar uma multinacional. Acho que isso faz com que as pessoas sigam e vão atrás do Greenpeace”. (Luana)*

A reinvenção das manifestações políticas na cena contemporânea pode estar atrelada, dentre outros, a um desinteresse dos sujeitos em se engajarem em práticas que foram se engessando e fazendo da política um espaço pesado, burocrático e tedioso. Parece-nos que alguns coletivos da atualidade vêm demonstrando que a política não precisa estar separada da diversão, da criatividade, da irreverência e do entretenimento, sem com isso perder o rigor e seriedade de suas reivindicações.

O discurso tão reiterado da apatia política da juventude na atualidade pode estar mais atrelado a uma insatisfação a

determinados modelos e formas de ação política (Bacelar, 2009; Maheirie, *et.al.*, 2011; Maheirie, *et.al.*, 2012; Mayoraga, *et.al.*, 2012; Oliveira, 2006; Prado & Perucchi, 2011; Vinade & Guareschi, 2007; Zanella 2012 a, 2012b) o que nos convoca a problematizar se, não estariam estes sujeitos apáticos não no que diz respeito à política propriamente dita, mas a uma determinada maneira de concebê-la e executá-la?

Estes discursos de Luana e Paulo podem estar apontando para o fato de que o Greenpeace possibilita um novo modelo de militância que atrai as pessoas por romper com formas mais clássicas e cristalizadas de ação política. Pode ser que a mistura de rebeldia (em relação às normas da sociedade), riscos, aventura, irreverência, sátira e criatividade fazem deste tipo de militância se tornar uma experiência atrativa e desejada pelos sujeitos, conectando a militância não mais em um espaço formal e engessado, mas a algo que a faz, de fato, se tornar uma experiência ao sujeito, inscrevendo-se em seu modo de subjetivação de maneira significativa.

Uma crítica apontada por um participante (anonimato) diz respeito a um enfraquecimento do que ele chama de “*idealismo*” por conta de questões institucionais que, em muitos momentos, acabavam sobrepondo-se aos valores ambientalistas que, no seu entendimento, deveriam sustentar a cultura do Greenpeace.

Na visão deste participante, há 3 aspectos que ele destaca como uma “*falta de idealismo*” no Greenpeace: o primeiro, como já citado, seria o fato da própria organização, segundo ele, não adotar em seu cotidiano preceitos da luta ambiental (uso de papel toalha, descarga de água, etc.). O segundo aspecto que o participante avalia como negativo do Greenpeace é o fato dele ter crescido muito e estar criando metas que são muito grandes, porém, utópicas. Neste ponto que ele realiza uma crítica afirmando que “*O Green não tem que funcionar como o Estado, fazer acordos e moratórias que depois não terá como fiscalizar, se nem o Estado consegue, quem dirá o Green...? Funciona como o Estado e nega pra si mesmo que faz isso...*”.

Assim, para este participante, o Greenpeace deveria elaborar outras estratégias de intervenção mais próximo do cotidiano da sociedade, e não atuar em uma esfera mais macrossocial, que ele entende que seria dever do Estado. Ele justifica este argumento apontando que esta ONG tem que funcionar de uma maneira diferente do Estado, ou seja, realizar um trabalho de caráter mais ambiental e menos formal, deixando esta responsabilidade de construir moratórias, fazer acordos e fiscalizar para o Estado.

O intenso surgimento de ONGs no Brasil, em especial a partir da década de 80, inaugura novas relações entre público-privado na qual ocorre uma privatização do público pela sociedade civil, entendida, de forma equivocada na leitura de Lima (2010), como sinônimo de ONGs. Esta confusão ocorre, segundo a autora, tanto pela intensificação do número e do poder decisório das ONGs no Brasil, como pelo fato do Estado repassar sua função, responsabilidade e dinheiro para estas instituições ditas sem fins lucrativos. Isso ocorre, de acordo com a autora, de forma recorrente nas ONGs ambientalistas que passa, cada vez mais, a operar como o Estado, e menos como deve operar a sociedade civil na leitura de Gramsci (Gramsci, 1987; Gruppi, 1978), ou seja, funcionando como um lugar desprovido de hegemonia que, de forma dialética ao Estado, atua na disputa e correlações de forças e interesses públicos e privados.

A fala deste participante (anonimato) pode estar revelando um desapontamento quando o Greenpeace se aproxima deste modelo de sociedade civil pautado na lógica hegemônica, revelando que seu engajamento nesta ONG se dava justamente por apostar no seu papel de fazer resistência e buscar subverter este modelo hegemônico instituído. Alguns participantes significam as ações desta ONG como movimentos contra hegemônicos, mas, para este participante, a mesma começou, cada vez mais, a se igualar, e não diferenciar, do Estado, justificando que talvez esta “*perda de idealismo*” tenha como um de seus motivos a proporção que o Greenpeace alcançou nos últimos anos:

*“é uma ONG linda, tem ideais, mas tomou uma proporção muito maior que ela consegue operacionalizar... uma ONG não pode*

*ficar olhando para a lógica do mercado exclusivamente, ela tem que trabalhar com conscientização, o trabalho da microfísica da consciência das pessoas, chegar nas pessoas e tentar reeducar as pessoas. É através da comoção, da interação, através do dia a dia que a pessoa vai mudando. Como uma pessoa paciente, que vai dar uma aula, que vai pegar uma criança, que vai levar numa horta... então, este papel social que eu achava que o Greenpeace tinha que fazer mais e infelizmente não fazia. Além da porrada que tem que ter, ele tem que ter esta parte social também que eu sentia muita falta disso. Ele não olhava para o lado social quando a gente tava lá dentro. Não olhava nem um pouco, e isso é triste cara... Nunca olhou para isso, pelo menos até quando estive lá...” (anonimato)*

Diferente da visão de Luana, que entende que o Greenpeace não separa a luta ambiental da luta social, este participante acredita que o princípio atual que sustenta o discurso ambientalista no qual ambiente e sociedade não são esferas dicotômicas, não tem sido efetivado nas ações do Greenpeace. Conforme a visão deste sujeito, o Greenpeace estaria funcionando mais próximo ao discurso ambiental da década de 70 em que a natureza era entendida como “natural”, excluindo suas dimensões sociais, históricas e políticas, e a colocando de maneira exclusiva no cerne de suas intervenções, negligenciando todos os aspectos e danos sociais que um problema ambiental pode causar na sociedade.

*“O Greenpeace fica só cuidar de terras grandes e gado e a parte social não estavam nem aí! Uma das coisas que mais via quando estava no Greenpeace era que, pô, essas campanhas de mercado não tem resultado mesmo social, você protege as florestas, mas fode o social? não adianta fuder o ser humano, o ser humano é meio ambiente, cara! O problema do desmatamento não é um problema da floresta, ele é um problema social. Se você quer resolver um problema que a floresta passa por conta do social, você tem que trabalhar com o social”. (anônimo)*

Durante a entrevista, conta que quando trabalhava no Greenpeace, a divulgação de um relatório produzido por esta ONG, bem como as pressões realizadas frente ao Estado para tomar um

posicionamento diante dos dados contidos neste relatório, desestabilizou dois grandes frigoríficos e que, por recorrência disso, inúmeras pessoas foram demitidas. Neste sentido que ele problematiza a cisão do social/ambiental, pois, focando-se exclusivamente na questão ambiental, o Greenpeace acabou por gerar um grave problema social: o desemprego em massa:

*“Não é só identificar uma empresa que tá fazendo a merda, jogar a merda no ventilador e pronto... ‘Ah, por conta do Greenpeace (Moratória da Soja), a área plantada de soja no bioma Amazônia num cresce mais esdruxulamente, né?...’ Beleza, o Greenpeace colocou o seu limite aí... mas, e aí? E os plantadores de soja? Tão indo pra onde? O Greenpeace olhou pra isso? Não, não olhou... (em tom de ironia...). O cerrado tá lá sendo comido pela soja...isso é o que chamamos de vazamento, a moratória da soja seguiu o desmatamento aqui na Amazônia, mas esse desmatamento possivelmente vazou para o cerrado...”*

Aquilo que chama de “vazamento”, o participante explica que se trata de um mecanismo que ocorre quando há um bloqueio de algo em determinado lugar, você tem o risco de deixar vazar em outro espaço. Neste sentido, além de achar que este trabalho escapa do “*idealismo*” que ele esperava do Greenpeace, ele também é ineficaz em termos ambientais e sociais.

Outro aspecto destacado por Paulo e Saulo diz respeito a certo esvaziamento do modelo irreverente que marca os protestos do Greenpeace, o tornando não mais algo inédito na cena pública, mas, sim, capturado e gerenciado por outros coletivos o tornando tão comum e tradicional como outras formas de ação política. Como nos contam nas entrevistas, este foi um modelo bastante original e impactante em um determinado momento histórico em que nenhum coletivo adotava esta marca identitária da irreverência e criatividade. Contudo, eles apontam uma preocupação com relação a este “DNA” do Greenpeace, pois, outros coletivos têm utilizado estas mesmas estratégias, desmontando, de alguma maneira, o caráter criativo e original dos protestos do Greenpeace.

*“Eu não acredito no Greenpeace como vanguarda, acho que ele já foi vanguarda, ocupou um espaço importante, que é importante*



*que se mantenha, mas ele não tem mais condição de propor um caminho novo que a gente precisa tomar. Acho que isso só vai ser feito por gente que está engajado de forma legítima e que sente o problema acontecendo". (Saulo)*

Os dois participantes citam um fato que nos auxilia a problematizar a militância na atualidade e pensar até que ponto ela tem sido um canal de subversão da ordem vigente, ou, se também não está sendo captada pela ideologia o que nos levaria a pensar em uma certa mercantilização da militância política. Ambos os participantes citam que algumas pessoas, ex-funcionários do Greenpeace, fundaram uma “*escola de ativismo*” que tem como objetivo formar ativistas, ou seja, ensinam como elaborar uma ação, quais estratégias, logísticas e ferramentas têm sido mais adequadas:

*“eu acho super estranho isso, sou super cético em relação a isso. Criar ativistas? Isso me parece uma banalização do ativismo... o cara vai receber diploma? Vai por no lattes? Contra o quê? Baleia? LGBT? Não, não sabe.... mas sou ativista! Greenpeace virou uma escola de referencia para os movimentos ambientalistas, virou uma disputa de know-how e de poder (Paulo)*

Esta escola de ativismo causa estranhamento ao deslocar a militância de uma lógica subversiva para uma lógica de mercado, esvaziando qualquer possibilidade que há de política em uma militância, tornando a mesma mais um produto do mercado que pode ser consumido, adquirido e comprado. Da irreverência, do escândalo e do inusitado da política, este tipo de “militância” não apenas forma e prescreve o ato “político”, como também o esvazia de qualquer possibilidade de se tornar um dispositivo de subjetivação política.

Como pensar em militância política a partir de uma lógica mercadológica que a torna exatamente o avesso do que se entendem por política? Ou seja, tal prática pode estar aniquilando qualquer possibilidade de destituir os dispositivos regulatórios e operar de forma emancipatória no viver em comum. Além de correr o risco de perder qualquer capacidade política, uma escola desta natureza funciona sob o mesmo modelo da ordem vigente, ou seja, não apenas deixa de fissurar o instituído como também legítima e opera exatamente sob este sistema referencial.

Outro elemento visto como um atual desafio para o Greenpeace é o fato de sua “marca” ter ficado tão conhecida que as instituições alvos dos protestos, principalmente o Estado, possuem uma capacidade maior de prever a ocorrência das ações diretas, desmontando um elemento chave que sustenta: o “efeito surpresa”. Aquilo que Luana apontava como um fator atrativo para as pessoas aderirem ao Greenpeace- o fato desta ONG possuir, atualmente, uma “*marca muito forte*”- paradoxalmente, pode também ser um elemento dificultador para o funcionamento desta: “*A marca ficou muito conhecida, jogando contra ela mesmo, o maior sucesso virou seu próprio inimigo, o fato dela ser tão conhecida faz com que o mundo inteiro espere que o Greenpeace apareça em determinados eventos...*” (Paulo).

A forma de intervenção do Greenpeace já capturada pela ordem policial, seja por sua recorrência, seja por outros coletivos também a adotarem, fazem deste tipo de ação não ser mais tão criativo e irreverente, já que se localiza no campo dos possíveis do Estado e da ordem vigente. Talvez, o que estes discursos nos apontam, é que esta estratégia de ação adotada pelo Greenpeace já não seja mais tão inusitada e imprevista como era em outros tempos, desmobilizando o caráter desregulatório e disensual da mesma. O que nos parece é que, em alguma medida, este tipo de ação já esteja inscrita no campo do visível, não operando mais como um ato e uma palavra que não tinham seu lugar na partilha do sensível.

Longe de deslegitimar as ações do Greenpeace, há um indício de que esta ONG possivelmente terá que reinventar seu “DNA”, de modo a criar novas práticas que tenham o poder de irromper no simbólico de maneira litigiosa e perturbadora, podendo propiciar processos de subjetivação política e seus respectivos efeitos no fortalecimento da democracia por meio de outras estratégias e instrumentos, reinventando, mais uma vez, o cenário político contemporâneo.

Outro aspecto que emerge justamente pelo fato do Greenpeace ter conquistado uma certa notoriedade que o coloca em um status de grande visibilidade por parte de vários outros sujeitos coletivos, torna-se alvo de inúmeras críticas por parte destes os

quais, em alguns momentos, identificam o Greenpeace como uma instituição de grande renome e poder que teria a capacidade de gestionar e lutar por várias causas.

*“as críticas vêm de todos os lados que você pode imaginar, do poder público, do poder da sociedade civil, dos colaboradores, de estudantes, de velhinhos, de drogados... de qualquer um. A gente é muito criticado por aquilo que a gente não faz. É incrível, a gente recebia 500 telefonemas cobrando coisas que a gente não faz. Você não tem ideia de como a gente recebe crítica todos os dias, por telefone, e-mail, na rua, dizendo... ‘pô, porque vocês pararam de falar de transgênicos? Pô, vocês não vão na marcha da maconha? Por que o Ártico agora? Por que a baleia Jubarte e não a De Bride? Por exemplo, um deputado liga e diz: ‘eu preciso de apoio de vocês para a lei dos animais...’ aí a gente diz, ‘desculpe, mas a gente não tá trabalhando com isso no momento’... aí o cara não entende, tipo, ‘como assim? Vocês não são o Greenpeace? Não é em prol da ecologia?’ O cara não entende que a gente tem que elencar algumas campanhas, fazer uma agenda, um planejamento... não dá pra trabalhar dessa forma... aí vem os discursos ‘Porra, o Greenpeace não é mais o mesmo...’” (Paulo)*

Este discurso de Paulo pode estar dizendo sobre algo relacionado aos desafios que o Greenpeace enfrenta por ser um coletivo político e, ao mesmo tempo, uma instituição, ou seja, possui bandeiras de lutas, mas, também, um planejamento organizacional. Além disso, nos parece que esta marca, por ter se tornado tão forte, faz com que as pessoas e instituições coloquem o Greenpeace em um status de poder que vai além de sua capacidade de operacionalizar, sendo excessivamente demandado e idealizado por parte de outros sujeitos, singulares e coletivos.

Um fator que, na compreensão de Paulo, tem sido um desafio para o Greenpeace é a elevação dos padrões de violência que, após o ataque conhecido como “11 de setembro, tem se acirrado de forma contundente. Tendo em vista que as ações diretas ocorrem, fundamentalmente, de forma a interpelar a segurança instaurada em um determinado local, este acirramento coloca, ainda mais, em risco às ações e os próprios ativistas: *“o mundo ficou mais violento em termos de dar respostas para algumas ações, a violência está mais*

*cruel ou visível por causa da globalização e comunicação... e os padrões de segurança aumentaram absurdamente depois de 11 de setembro” (Paulo)*

Paulo aponta que o reforço da segurança depois de 11 de setembro fez com que o Greenpeace apostasse menos nas ações mais arriscadas com receio de um acidente fatal. Conta que o Greenpeace dos Estados Unidos não realiza mais as ações diretas confrontivas, pois, a lei deste país permite que o segurança atire caso ele suspeite que aquela pessoa está trazendo riscos. Exemplifica que as petroleiras vêm, cada vez mais, reforçando a segurança de suas bases, citando que a noite na Baía de Guanabara você visualiza as pessoas escoltando as embarcações possuindo armas de fogo, algo não esperado em um cais de porto.

Interessante que Paulo aponta este elemento desafiador para a operacionalização do Greenpeace, um ano antes do episódio o qual 30 ativistas foram detidos pelo Governo Russo ao realizar uma ação direta em uma petroleira russa (ANEXO I). Outro incidente violento comentado por Paulo na entrevista foi o episódio ocorrido no mar Mediterrâneo, em 2010. Neste, 20 ativistas do Greenpeace, utilizando botes de borrachas, buscavam liberar atuns de uma grande rede de pesca em alto mar e foram surpreendidos por um contra-ataque a base de arpões, ganchos e rojões por parte dos pescadores. Conforme o site da organização (Vide ANEXO L), um bote afundou, um ativista ficou severamente machucado (um arpão entrou em sua perna), mas todos foram resgatados com vida.

O Greenpeace também se tornou mais uma marca transformada em uma mercadoria no qual algumas pessoas desejam consumir, transformando, em alguns casos, a militância em modismo. Isso está relacionado tanto ao modo de funcionamento simbólico do sistema capitalista, como também às próprias ações do Greenpeace (confeção de produtos, como calendários, camisetas, adesivos, etc.). Conforme Campos (2006), assim como grandes corporações, o Greenpeace utiliza artifícios para fixar sua marca na sociedade, como o logotipo, publicidade em diferentes canais de comunicação, produtos com sua marca, *email marketing...* ,

sustentando, também, uma lógica propagandística para divulgar sua marca e suas propostas.

Sob a leitura de Marzochi (2009), há uma contradição no Greenpeace que, simultaneamente, se revela como anticapitalista, mas também funciona de forma capitalística para cativar a opinião pública. Conforme a autora, há a criação de um universo simbólico articulado à marca Greenpeace que faz com que o colaborador “deseja consumir produtos ecológicos, ficar sócio do Greenpeace, ganhar seus brindes, comprar bolsas, camisetas e bonés com sua marca, afirmar-se como ‘ecologicamente correto’” (p. 218). Esta “militância”, conforme a autora, faz com que a organização se ofereça como mercadoria, fazendo o discurso político se fundir ao discurso publicitário.

Na visão de Saulo, que trabalha diretamente com os voluntariados e ativistas, isso coloca em risco o que ele chama de “*engajamento legítimo*” em detrimento de um certo modismo de se tornar um ativista do Greenpeace.

*“alguns vêm porque lutam pela questão ambiental e outros vêm seduzidos pela marca, pelo que a gente representa. O Greenpeace é pop, né? Dentre vários movimentos, o Greenpeace é muito conhecido e é muito popular. Essa coisa da ousadia, da audácia, da coragem... a gente carrega alguns estigmas, e acho que as pessoas procuram muito a gente por causa disso. Ai eu acho que as pessoas estão mais buscando alguma identidade pra ela, ela tá procurando uma identidade, ela não tá procurando um movimento. Ai ela acha um movimento pra ilustrar uma identidade que ela quer ter, buscando mais um estilo de vida do que uma causa política. Essa é a grande parte dos nossos voluntários. E uma pequena parte são ambientalistas que usam o Greenpeace de fato como uma ferramenta... (Saulo)*

*“As ações diretas são o filé do Green, todo mundo quer! Primeiro porque elas são as que surtem mais resultados, você vê os efeitos mais rápidos... é diferente do resultado de você passar um dia inteiro em um parque, em baixo do sol, conversando com as pessoas... a ação direta mexe com peixe grande, sai na mídia, dá uma confusão que alguma providência terá que ser tomada... a ação direta te possibilita muitas coisas, você viaja, aprende muitas*

*coisas, conhece muita gente legal, tem a chance de negociar com pessoas que de fato tem o poder de mudar as coisas... (Jairo)*

Os discursos de Saulo e Jairo nos fazem questionar sobre as fronteiras entre o conceito de identidade coletiva e identidade política, pois, como sugere o participante, parece que muitos participantes do Greenpeace estão identificados entre si por um compartilhamento de determinados significados que sustentam o discurso do “politicamente correto” que, conforme Bartmannovicz (2010), em muitos casos, tal discurso funciona com finalidades propagandísticas, publicitárias e de modismos. Para que esta identidade coletiva se transforme em uma identidade política necessita, de acordo com Prado (2002), de um processo de desnaturalização das relações sociais que vêm antagonizar a lógica da imutabilidade diferencial. Se, isso não ocorre, podemos pensar em uma identidade social, mas não política.

Outro aspecto que merece ser analisado no discurso de Saulo, refere-se a um importante questionamento que tem sido levantado no âmbito acadêmico que é a relação entre a militância e as redes sociais. Ele cita como exemplo o caso veiculado nas redes sociais sobre as precárias condições da tribo indígena Kaiowá no Mato Grosso do Sul que estão em uma condição de desamparo sofrendo problemas como desnutrição, alcoolismo, depressão, violências, entre outros, que têm gerado um alto índice de suicídio e mortalidade.

Conforme relatados nas redes sociais, este desamparo deve-se a um profundo interesse em transformar esta região em plantação de soja e criação de gado. Na época, ocorreu um certo modismo no *facebook* que, os usuários desta rede social, acoplaram sem seu nome o significante “Kaiowá”. Por exemplo, “Carla Kaiowá, Tiago Kaiowá...”. Saulo olha este tipo de movimento com certa desconfiança pois se questiona:

*“até que ponto dá pra entender que estas pessoas estão engajadas? Até que ponto esta galera se preocupou de fato, será que algum dia foi buscar entender a política higienista que a gente tem no país, entende? Talvez tenha uma coisa muito mais pop, muito mais de marca, de modismo, do que de engajamento. Que*

*não deixa de ser uma ferramenta, um capital político, a gente usa isso de alguma maneira, não de manipular, se o cara quer vir junto, a gente aproveita” (Saulo)*

O discurso de Saulo vem ao encontro da polêmica recorrente entre militância e virtualidade. É possível pensar em uma militância no campo virtual? Como se daria este engajamento? Até que ponto os chamados *cyberativistas* realizam algo de político em seu ativismo pela rede? Não é possível estabelecer uma resposta única e geral para estes questionamentos que são demasiadamente complexos, contudo, importantes de serem pensados.

*“se eu conseguisse trabalhar com esta galera que tá de fato engajado com a causa, aí sim, o movimento teria uma resiliência muito maior. Se pensar sob o ponto de vista da resiliência, se o movimento fosse legítimo mesmo, não precisaríamos nos preocupar com mobilização, não teríamos que fazer nada para mobilizar e garantir esta coesão. A mobilização é intrínseca, espontânea. E aqui não, a gente trabalha pra manter a galera mobilizada. O nosso dilema aqui é como manter o interesse destes voluntários mobilizado. Então, você consegue mobilizar, mas se você não tiver um elemento legítimo para todos, que todos compartilhem, que saibam o que querem e para onde querem ir, o movimento tá fadado ao fracasso. ” (Saulo)*

Interessante notar que o discurso de Saulo vem ao encontro de uma perspectiva que compreende a militância de uma forma essencialista, como algo “interno” do sujeito, quase que uma capacidade que emerge de forma espontânea e se torna uma prática estável, ileso de ambiguidades e interrupções ao longo da vida do sujeito. Conforme este participante, a militância está no nível de uma necessidade: *“Acho que o potencial de luta é quase fisiológico, de sobrevivência, de conforto. Qualquer povo, um africano, um inglês... se você colocar em uma panela quente, ele vai tentar pular ali de dentro. Agora, a forma como a gente se organiza que é diferente”,* significando a militância de uma maneira próxima a perspectiva sociobiológica, como a de Trotter que sustentou inúmeros estudos no início do século XX (Gomes, 2006).

Nesta visão fica subjacente uma visão de identidade coletiva estável e homogênea que, como sabemos, não existe empiricamente. Mas, este sujeito, como um profissional que trabalha com a mobilização das pessoas no Greenpeace, possui isso como um ideal a ser alcançado, ou seja, ativistas inteiramente e integralmente engajados com a causa ambiental, de forma espontânea e permanente. Sabemos que isso é um tanto quanto difícil de ocorrer, pois, a militância não é espontânea, se não contingencial, e, ainda, o processo de constituição do sujeito singular e coletivo é, por condição, instável, ambíguo e paradoxal.

*“Ai tem uma terceira linha que é a aquela galera mais sonhática, entendeu? Que o cara enxerga talvez muito longe e ele entra numas... ele quer vim para o Greenpeace porque a ‘vibe’ é boa... as amizades é um elemento importante para conectar e segurar o movimento, passa a ser a vida do cara. Ali naquele grupo eles se divertem, eles fazem sexo, eles choram, enfim, cria um clube. Muitos voluntários eu vejo que estão de fato ali mais pelas amizades do que para militar...” (Saulo)*

Outro ponto instigante que destacamos no discurso de Saulo é que o mesmo encara a política e a rede socioafetiva deste coletivo como instâncias pouco conciliáveis. Já para Jairo, a possibilidade de fazer novas amizades é um fator mobilizador de engajamento político, pois, para ele, ao mesmo tempo em que *“se conhece muita gente legal, você também está ajudando a preservar o planeta”*.

Historicamente, a política foi entendida como uma dimensão distante, se não incongruente, com as questões afetivas, o que resultou, inclusive, em um afastamento da psicologia nos estudos sobre práticas políticas (Sawaia, 1997). Além de serem instâncias não dicotômicas, a racionalidade não seria suficiente para mobilizar um sujeito a participar em uma ação ou um coletivo político, há algo afetivo que o seduz, afeta, atrai e o convida para a militância.

No estudo de Gomes (2006) sobre o Movimento Passe Livre de Florianópolis, as amizades e os namoros/paqueras foram o que, em grande medida, incitaram os militantes a participarem das



primeiras ações coletivas. No decorrer da relação com este coletivo, os mesmos foram construindo novos olhares e questionamento sobre a questão da mobilidade urbana, revelando a não espontaneidade da “consciência política”, como também, a falaciosa ideia de que política se faz apenas com razão. Além disso, por meio da pesquisa foi constatado que a rede socioafetiva que, neste campo de pesquisa se mostrou bastante sólida e intensa, era um dos elementos que alimentava a participação do sujeito nas atividades deste movimento social.

### **4.3 A mídia e o *cyberativismo* no Greenpeace**

Na contemporaneidade, muito tem se discutido sobre a relação que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm estabelecendo com as diferentes esferas da vida social, como o acesso à informação, educação, trabalho, entretenimento, e até mesmo à cidadania. Desde a criação dos tipos móveis de comunicação no século XV, o advento dos meios eletrônicos, como a TV e rádio no século XX e, mais recentemente, o surgimento da internet, têm diversificado as formas de comunicação na sociedade, bem como as relações sociais estabelecidas por meio delas entre as pessoas. A partir destas transformações- ampliação, diversificação e barateamento das TICs, o número de mensagens, a velocidade e o público que elas vêm atingindo tem se ampliado consideravelmente (Castells, 1999, 2010; Campos, 2006; Mazetti, 2007; Santos, *et.al.*2013; Marzochi, 2009; Rigitano, 2003).

Castells (2010) aponta que os diferentes meios de comunicação possuem um papel central para a construção dos processos sociais, configurando uma nova velocidade, dinâmica e complexidade para as relações sociais. O autor destaca que após a “era da indústria”, vivemos agora na “era da informação”, a qual os meios de comunicação penetraram na vida das pessoas (trabalho, lazer, conhecimento, entretenimento, acesso às agências e serviços estatais...) de uma forma substancial, ainda que de maneira

heterogênea frente aos diferentes grupos sociais<sup>8</sup>, conferindo-lhe um papel fundamental na construção do espaço público. Conforme o autor, as redes comunicacionais, “precisamente porque son multimodales, diversificadas y omnipresentes, (...) pueden incluir y abarcar la diversidad cultural y la multiplicidad de mensajes en mayor medida que ningún otro espacio público en la historia” (Castells, 2010, p.396), provocando um processo de desterritorialização e descentralização do poder do Estado na sociedade globalizada.

As TICs vêm também adentrando o espaço da militância política, gerando inúmeros questionamentos sobre as possibilidades de avanços, retrocessos, incremento ou esvaziamento da cena política quando inserida no campo virtual. Grosso modo, o chamado *cyberativismo* pode ser entendido como um espaço, no qual grupos recorrem ao uso da internet para divulgar informações, denúncias e fomento de debate sobre uma causa, com o intuito de lutar contra injustiças, promover protestos públicos e alcançar transformações sociais. A chamada *cybercidadania* busca introduzir temáticas e fatos que são raramente veiculados nos meios de comunicação tradicionais (Campos, 2006; Mazetti, 2007; Marzochi, 2009; Santos, *et.al.*2013; Lima, 2013; Sakamoto, 2013).

---

<sup>8</sup> Seria incorrer em um erro ingênuo supor que a expansão dos meios de comunicação tem corrido de forma homogênea e democrática para todos os grupos sociais. Ao contrário, os mesmos são produções humanas, logo, marcado pelas contradições dos processos históricos, revelando-se em ferramentas que podem possibilitar tanto a ampliação das experiências humanas, bem como reproduzir as relações de dominação. Além disso, os alcances, custos, efeitos e regulamentação de cada tipo de veículo de comunicação constituem uma determinada hierarquia no que diz respeito à sua acessibilidade e disponibilidade (Lycarião, 2010), cada veículo de comunicação apresenta determinados potenciais e limites no que diz respeito a sua divulgação, conteúdo e amplitude (Campos, 2006) e, ainda que seja notável um significativo avanço no uso dos meios de comunicação desde 2000, Castells (2000) aponta que este “avanço” vem ocorrendo de maneira desigual entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como reproduzindo o acesso desigual aos bens capitalistas conforme a raça, etnia, classe e gênero.

O *cyberativismo* tem sido apontado tanto como um propulsor, assim como um desmobilizador da militância. O primeiro aspecto se justifica na medida em que o uso das TICs amplia as possibilidades e atores do ativismo, podendo se configurar em um instrumento mobilizador da ação off-line, atrair novos adeptos às causas veiculadas e realizar boicotes virtuais como estratégias de enfrentamento (*hackerativismo*). Por outro lado, também é apontado como uma forma de esvaziamento político, em especial, devido ao alto volume, velocidade e diversidade das notícias e bandeiras de lutas, acabando por gerar um “engarrafamento” e superficialidade das informações (Rigitano, 2003).

Alguns estudos têm problematizado as relações que as TICs vêm estabelecendo com os diferentes tipos de militância, construindo um novo espaço para as ações políticas que se configuram como virtuais e não presenciais, inscrevendo novos modelos e formas de atuação na esfera pública (Lima, 2013; Sakamoto, 2013; Santos, *et.al.*, 2013). Sobre esta temática, duas principais perspectivas são destacadas no estudo de Campos (2006) nas quais uma se caracteriza por uma linha que compreende as tecnologias digitais da comunicação como importantes potenciais na resolução de problemas da sociedade, e outras que as concebe como um esvaziamento da política e um simulacro da democracia.

A partir do contato com o site do Greenpeace, bem como por meio dos relatos de alguns entrevistados, notamos que a relação que esta ONG estabelece com as TICs é de suma importância para o funcionamento da mesma, bem como para garantir a amplitude e os alcances de suas lutas. Conforme o trabalho de Santos, *et.al.*, (2013), o Greenpeace realiza um intenso trabalho de *cyberativismo*- por meio de seu site, comunidades nas redes sociais (*Orkut, twitter, facebook*), fóruns *on line* de discussão, envio de boletins eletrônicos e divulgação de projetos de leis e petições, etc.- ampliando a acessibilidade e gerando uma expansão das informações e questões polêmicas sobre as questões ambientais, tornando-se um importante mediador na (re)elaboração dos discursos em torno do meio ambiente.

Na pesquisa de Marzochi (2009), a autora afirma que um dos principais motores do funcionamento do Greenpeace é o setor de comunicação, já que a dependência da opinião pública a obriga responder, direta ou indiretamente, a comentários, acusações, análises veiculadas na mídia, fazendo com que a organização tenha que “refazer constantemente sua imagem junto aos meios de comunicação” (p. 235). Neste estudo, a ONG é considerada como um dispositivo de coleta, processamento e transmissão das informações, funcionando, em alguma medida, muito próximo de uma agência de imprensa especializada em temas ambientais.

Por compreender que na “sociedade da informação” as relações de poder e contra poder são, fundamentalmente, comunicacionais, Castells (2002, 2005) defende que “as políticas insurgentes” (movimentos sociais, grupos políticos de resistência...) possuem, tanto como um desafio e quanto uma alternativa, a inserção na esfera pública por meio da veiculação de mensagens e imagens de modo a provocar a opinião pública e pressionar os agentes do Estado a realizar determinadas deliberações, tornando o processo de globalização<sup>9</sup> mais justo.

O movimento antiglobalização, iniciado em 1998 em Seattle – possui como bandeira de luta a oposição ao modo capitalista de vida estabelecido na ordem vigente, dentre eles, os aspectos econômicos e ambientais da sociedade globalizada (Gohn, 2005)- é uma referência a ação *cyberativista* pois, conforme Campos (2006), é apontado como um dos pioneiros na articulação por meio das tecnologias digitais.

O Greenpeace é citado por Castells (2002, 2005) como uma das principais organizações ambientais em nível mundial por, dentre outros, ser uma das grandes responsáveis em popularizar estas

---

<sup>9</sup> O processo de globalização se caracteriza por uma conexão global dos países em termos econômicos, culturais, científicos e tecnológicos, viabilizada pelas tecnologias de informação e comunicação. A globalização é marcada pela interação de fluxos, globais e locais, entre indivíduos e instituições, entre mercados financeiros, geopolíticos e midiáticos (Castells, 2010).

questões nos meios de comunicação por meio de suas ações diretas destinadas à mídia. Além disso, o autor entende que esta ONG se caracteriza por ser um importante ator social na agenda pública contemporânea, tanto por escolher uma temática de fundamental importância para romper com o avanço caótico e desigual do sistema capitalista globalizado- a questão ambiental-, bem como, por realizar um “contra- poder” na medida em que cria uma nova plataforma comunicacional na sociedade. Conforme o autor, os veículos de comunicação não seriam o “quarto-poder”, mas:

Son mucho más importantes: son el espacio donde se crea el poder. Los medios de comunicación constituyen el espacio en el que se deciden las relaciones de poder entre los actores políticos y sociales rivales. Por ello, para lograr sus objetivos, casi todos los actores y los mensajes deben pasar por los medios de comunicación. (Castells, 2010, p. 262)

O Greenpeace entende, conforme Gabeira (1988), que os grandes temas só se transformam em temas políticos quando passam pelo crivo da mídia, principalmente a televisão- momento em que Gabeira escreve sua obra-, e, atualmente, destacamos a internet como um poderoso instrumento de divulgação, discussão e trocas de experiências e informações entre os ativistas e colaboradores, tanto nas redes sociais (*facebook, twiter, My espace...*), como também no site da própria organização, a qual emite relatórios, notícias, protestos, petições, vídeos, imagens, debates virtuais, fóruns, jogos e outros, que são diariamente comentados e alimentados pelos *ciberativistas*.

Parece-nos que para o Greenpeace um dos principais canais de ação política é por meio da comunicação, entendendo que a mesma pode operar como um instrumento de informação, divulgação e esclarecimento, como também de provocar questionamentos críticos e problematizações por parte do espectador. Conforme Lycarião (2010), o Greenpeace “é uma das organizações que mais abertamente trabalha com as linguagens, agentes e modos de operação da comunicação de massa para fazer com que suas demandas ganhem visibilidade na cena midiática” (p. 54). Conforme o autor, o Greenpeace e outros atores cívicos realizam uma função

importante na esfera comunicacional, pois abrem canais para determinados fluxos informacionais que são democraticamente saudável a esfera social, polemizando o mal estar no sistema-mídia visto, exclusivamente, como um obstáculo à produção e substanciamento da esfera pública (Lycarião, 2010).

O Greenpeace se assemelha aos coletivos políticos que foram designados por Blisset & Brunzels (2006) como pertencentes à guerrilha da comunicação, ou seja, são grupos que compreendem que a comunicação é uma forma de enfrentamento político, já que pode realizar uma “utilización y interpretación discordante y disidente de los signos” (p.24), problematizando e desnaturalizando as estruturas de poder da ordem imperante. Para estas autoras, a comunicação não pode ser entendida apenas como um ato de emissão de informação, mas é necessário compreendê-la como um processo complexo, social, histórico, cultural e político que envolve sujeitos, meios de comunicação, uma gramática cultural e formas de interpretação.

Independendo do contexto da comunicação, as autoras ressaltam que todo ato comunicativo diz respeito à inserção de uma mensagem que é, por condição, polissêmica e será interpretada a partir de uma gramática cultural e singular de cada espectador. Dito de outro modo, ainda que uma comunicação seja elaborada com determinados objetivos e metas (como são as comunicações realizadas nos media, nas propagandas, na guerrilha da comunicação...), é impossível prever e controlar os efeitos da mesma na vida das pessoas e na sociedade.

La situación de comunicación de un acto público puede ser mejor comprendida si se recurre a la ‘gramática cultural, que es la que determina la coreografía de lacto y los roles de los participantes. El sentido de un acto ritualizado no se ha de buscar, principalmente, en la palabra hablada y en los argumentos intercambiados, sino ante todo en quién y cuándo puede tomar la palabra, quién tiene derecho a hablar y ser oído. La gramática cultural no regula esto mediante una coacción ejercida de manera abierta, sino fijando un orden de figuración, un reparto de espacios y unos transcurros, o sea, escenificando y ordenando el espacio, los cuerpos y la palabra. (Blisset & Brunzels, 2006, p. 25)

A partir da leitura de Rancière, podemos pensar que a mídia é um dispositivo que inscreve mensagens e cenas no real, as quais serão incorporadas na partilha do sensível. As diferentes formas de inscrição destas, e apropriações por parte do espectador, escapam de qualquer análise prescritiva, tendo em vista a pluralidade de formas da primeira e o caráter ativo do segundo. Sendo assim, a partir da perspectiva de Rancière, podemos compreender a mídia como um dispositivo que ensaja diferentes modos de subjetivação, podendo inscrever modos mais políticos e/ou policialescos de existência; atuando na produção de espaços e formas de relação calcadas em lógicas mais igualitárias ou mais de dominação, operando de forma litigiosa ou consensual.

Como nos aponta a fala de Paulo, a comunicação foi usada pelo Greenpeace como um instrumento para dar visibilidade e espalhar uma mensagem na sociedade desde o início de sua história. Em sua fala, é possível pensar que as imagens elaboradas pelo Greenpeace não são criadas de forma espontânea ou desproposita, ao contrário, são construídas de determinada maneira que busca afetar e mobilizar a opinião pública:

*“Não faz sentido para o Greenpeace fazer uma ação política sem comunicação, não existe ação política sem comunicação para o Greenpeace. Isso negaria o Greenpeace, não adianta nada... como é que surge o Greenpeace na década de 60, 70? Como é que o Greenpeace bomba? Porque os caras foram lá tentar parar o teste nuclear na América do Norte, pegaram o barquinho e foram até lá. Ninguém soube disso, mas eles filmaram, mas, na hora que o vídeo rolou, todo mundo passou a conhecer o Greenpeace. A cena do barquinho, pequeninho, um bote, lutando contra um teste nuclear, é uma visão que mexe com o mundo inteiro”. (Paulo)*

Gabeira (1988) aponta que a organização aposta no fato de que disseminar fotos e filmagens de pequenos botes de borracha enfrentando imensos navios em mares tempestuosos, tentando evitar que jogassem tonéis de lixo atômico no mar, eram imagens fortes que mobilizariam a sociedade. É neste sentido que a utilização de recursos imagéticos tem sido um instrumento extremamente usado pelo Greenpeace, imprimindo na manifestação uma tática nova- ao

menos no início da história da ONG- na intervenção política: a criatividade e a surpresa que caracterizam as ações deste coletivo. Como nos traz Gabeira (1988), o objetivo do Greenpeace não era liquidar fisicamente o adversário, mas, sim “capturar, com boa qualidade de imagem e de som, as barbaridades que estavam fazendo e lançá-las para que todo mundo visse na tevê” (p.47). Nesse sentido, o autor afirma que o “lírico, romântico, poético, utópico” são expressões que estiveram, de alguma forma, ligadas à história do Greenpeace.

Uma das funções das organizações de base dos movimentos ambientalistas, conforme Castells (2010), é chamar a atenção dos meios de comunicação e utilizá-los como canais de expressão de suas mensagens e propostas, suscitando, desta forma, o debate sobre tais questões<sup>10</sup>. De acordo com o autor, o incremento de veiculação de mensagens, está relacionado com o aumento da possibilidade da sociedade debater e refletir sobre as mesmas. Assim, estes grupos precisam transformar suas ações em “acontecimientos públicos y golpes de efecto que pueden captar la atención de los medios globales y contribuir a popularizar los temas medioambientales”, citando que o Greenpeace “fue capaz de transformar la imagen de la caza de ballenas de un acto heroico en una carnicería” (p.436).

O uso de ações irreverentes e criativas- debatidas no capítulo 4.5- é apontado por Luana como elementos que despertam o interesse da mídia, espetacularizando estas ações de tal forma que se tornem midiáticas. Estas ações se caracterizam por serem dotadas de apelo e improbabilidade que fazem um fato tornar-se notícia (Campos, 2006):

*“A criatividade é necessária pra você atrair a atenção das pessoas, atrair a atenção da mídia. Se você não chamar um jornalista, fizer uma ação e não causar nada, ninguém vai*

---

<sup>10</sup> O autor entende que o aumento da circulação das informações nos meios de comunicação, amplia as possibilidades desse assunto se tornar público e exercer alguma influência nas decisões políticas. Importante ressaltar que esta relação não é vista de forma linear e direta, já que o simples fato de criar visibilidade não pressupõe a discutibilidade e transformação social da temática.



*divulgar... só os 5 ativistas do Greenpeace, 15 pessoas que passaram perto da empresa vão saber e ter conhecimento da causa. Então, acho que a criatividade serve para expandir essa informação. E com esta criatividade você faz o negócio ser menos agressivo". (Luana)*

Os atores sociais têm, cada vez mais, utilizado as redes de comunicação para avançar seus projetos, defender seus interesses e reafirmar seus valores. Para que a mídia se interesse por um determinado fato, este tem que ser espetacularizado, e exagerado para que atraia a atenção e interesse da audiência (Castells, 2010). Conforme Campos (2005), o ato espetacularizado é uma marca dos movimentos ambientalistas que necessitam da veiculação midiática para garantir sua ação planetária e, também, para serem vistos e ouvidos diante de um turbilhão de informações que são cotidianamente e velozmente jorradas, por meio dos diferentes meios de comunicação, no nosso cotidiano.

*"A mídia trabalha muito com a novidade, então, toda vez que a gente vai elaborar um protesto a gente pensa, temos que ter uma novidade, se não, a mídia não vai cobrir seu evento. A mídia vive de notícia, e a notícia, o que ela é? É novidade. Se não, ela não vai. Você tem que gerar fato novo. Então, toda vez que a gente vai pensar em um protesto, uma marcha, uma ação pacífica e não violenta, você pensa de que forma vai atrair a mídia até lá. Porque o jornal, o Globo, Estadão, estas grandes cadeias de televisão, elas sim são assistidas por milhões de pessoas. Você consegue expandir, você consegue divulgar muito mais do que se só conseguisse divulgar para as pessoas que estão passando pelo local. Um monte de gente que passou ali na frente do escritório do Eike Batista viram as baleias sujas de óleo. Só que quando foi para a televisão, milhões de pessoas a mais viram a intervenção. Então, toda a ação é pensada também dentro dos critérios para despertar o interesse da mídia, você tem que fazer a mídia se interessar". (Luana)*

Conforme Lycaryão (2010), o sistema dos *media* são fundamentais para o debate público, revelando-se como uma arena discursiva de extrema importância na contemporaneidade. Neste estudo sobre o Greenpeace, em que busca analisar o impacto das ações do Greenpeace na esfera pública em termos discursivos e

mediáticos, o autor afirma que para esta ONG, “a conquista de uma visibilidade midiática será vista como fundamental para a conquista de influência política” (p.12). Além disso, destaca que o uso da internet tem se constituído uma ferramenta extremamente utilizada pelo Greenpeace e tem se revelado como um novo caminho possível de inserção da ONG na esfera pública, já que “seus materiais políticos disponibilizados na internet possuem capacidade de servir como um caminho concreto de novas possibilidades de contato com a esfera pública ofertadas pela ecologia midiática da comunicação digital” (p.14)

Ao se contrapor ao argumento de que as ações espetacularizadas esvaziariam a potência política de uma determinada comunicação, Lycarião (2008, 2010) defende que o Greenpeace, por meio de diferentes recursos comunicativos (as ações espetaculares veiculadas na mídia, o site da própria organização, a produção de relatórios científicos, a revista trimestral da ONG...) produz insumos para sustentar um debate na esfera pública sobre as questões ambientais. O autor entende que estas ações não são puramente midiáticas e desprovidas de uma argumentação mais aprofundada, mas sim, que elas alcançam uma certa visibilidade- por meio dos atos espetacularizados-, e discutibilidades na esfera pública- por meio da comunicação digital interna do Greenpeace-que possibilita, de forma mais consistente, níveis mais densos e complexos de discussão, fomentando um processo crítico e argumentativo sobre as temáticas defendidas pela ONG.

Os movimentos ambientalistas, por buscarem conectar o global e o local com o intuito de se operar uma efetiva preservação ao meio ambiente, necessitam construir ações que tenham alcance internacional, necessitando, neste sentido, de cobertura dos veículos de comunicação, tendo que se aproximar do formato e da linguagem midiática. Por meio das entrevistas, esta intenção ficou bastante evidente, contudo, efetivá-la de forma satisfatória é um trabalho árduo, já que não se tem previsão do efeito que a mensagem vai gerar no público que, conforme Rancière (2010b, 2012b) e Castells (2010), tem por condição de ser ativo e criativo na elaboração da mesma.

Na entrevista com Saulo, ele nos conta de uma ação que não obteve o resultado esperado pela ONG- atrair a atenção pública e gerar discussão sobre a temática- fazendo com que a mesma repensasse sobre suas estratégias comunicacionais. Na ação preparatória para a 15ª Conferência sobre o Clima que seria realizada em Copenhague, em 2008, o Greenpeace elaborou o seguinte slogan: “é agora ou agora”! A imagem atrelada a este enunciado é o planeta Terra derretendo:



*“A gente usou um discurso completamente alarmista que depois se voltou contra a gente, porque não deu nada, o mundo não acabou, não derreteu...a gente ficou meio de calça curta e aprendemos a não ser tão alarmista” (Saulo)*

Isso pode nos revelar o paradoxo desta dependência do Greenpeace com os veículos de comunicação, pois, se por um lado, eles possibilitam um alcance espacial e temporal que só se torna possível por meio dos mesmos, por outro, a busca de tornar uma ação com caráter midiático pode se tornar um obstáculo a qualquer oportunidade de criar um espaço de reflexão e questionamento por parte da audiência.

Assim como qualquer outro evento veiculado na mídia, as ações diretas do Greenpeace também são inseridas na lógica de mercado<sup>11</sup> embutida na arena comunicacional, funcionando mais próximo a um produto a ser consumido (necessidade de gerar audiência), do quê de um ato político, que poderia se tornar um mediador na construção de novas visibilidades e inteligibilidades em relação à temática veiculada.

Os movimentos ambientalistas, conforme Castells (2010), são grupos de resistência que demonstram um intenso empenho em articular suas ações por meio das tecnologias digitais, pois, de maneira geral, buscam conectar o local e o global com a finalidade de preservar o planeta. O autor cita alguns grupos ambientalistas, dentre eles o Greenpeace, que usam as redes sociais para facilitar a porta de acesso ao ativismo, consolidar o perfil da campanha em questão, atrair recursos e participantes para as manifestações.

Um dos desafios apontados por alguns autores (Castells, 2010; Lycarião, 2010) que os movimentos ambientalistas enfrentam é o de traduzir a complexidade da questão ambiental para o senso-comum. Por se tratar de constatações que necessitam do suporte científico e por, muitas vezes, não serem tão facilmente perceptíveis (*“lidar com questões tão subjetivas como a gente lida, por exemplo, o aquecimento global, porque hoje tá calor, mas ontem tava frio... como fazer as pessoas apoiarem o Greenpeace?”*- Saulo), há a necessidade de aproximar este conhecimento científico ao cotidiano das pessoas.

Duas estratégias que têm sido amplamente utilizadas, apontadas por Castells (2010), é aproximar os efeitos dos desastres ambientais no cotidiano da vida das pessoas, e, também, utilizar

---

<sup>11</sup> Os meios de comunicação foram criados sob a égide do sistema capitalista nos quais vendem a informação e entretenimento (produto) para as pessoas (consumidores). O lucro buscado pelos meios de comunicação é conquistado por meio da venda dos produtos às audiências, e, respectivamente, da venda das audiências aos anunciantes.

pessoas famosas (atores, cantores, modelos...) para veicularem mensagens nos veículos de comunicação. Ambas as estratégias são amplamente utilizadas pelo Greenpeace.

*“A gente precisa muito da mídia pra atingir o público comum, então, nosso público não é necessariamente um cara conhecedor da causa, é um público mais comum, e pra atingir este público você precisa de uma ação mais midiática, né? Não adianta você jogar um relatório que traz uma verdade implacável mas que, enfim, não vai ler, não vai conseguir mobilizar com isso”. (Paulo)*

O uso dos famosos para atrair o interesse da mídia, bem como da linguagem midiática, talvez sejam formas de favorecer a democratização do conhecimento científico sobre as questões ambientais, possibilitando que esta comunicação possibilite a construção de novas gramáticas interpretativas e reflexivas sobre a temática veiculada.

Como nos apontou Pilar na entrevista, a missão da Campanha de Proteção ao Ártico busca, incessantemente, mostrar às pessoas que, embora seja um local extremamente distante de nosso cotidiano, os possíveis desastres ambientais, por conta da exploração de petróleo, terão impactos diretos não apenas na biodiversidade, mas na própria forma de organização da sociedade (como inundações, despejos, mortes, sumiços de algumas regiões geográficas, desabrigo, falta de energia e água, proliferação de doenças...).

O uso das tecnologias da comunicação e informação pode ser um grande desafio atual para o Greenpeace, pois, como nos traz um participante (anonimato), a divulgação dos relatórios científicos é bastante precária, apontando que até pessoas que estão relacionadas de alguma maneira com a ONG (colaboradores, voluntários e *cyberativistas*) possuem dificuldades para acessá-los. Saulo também aponta que a comunicação virtual do Greenpeace, embora seja algo extremamente valorizado pela ONG, ainda precisa realizar melhorias para qualificar suas atividades e funcionamento.

*“o nosso site é meio bagunçado, se você quer achar uma ação antiga, uma campanha que a gente fazia, é difícil de achar, ele não*

*é bem uma biblioteca. Como a gente tem uma história muito legal nestes 20 anos aqui no Brasil, eu gostaria de ver esta história organizada no site, mas acaba que a gente só consegue passar o que tá rolando na hora...” (Saulo)*

Este é um aspecto paradoxal existente no Greenpeace, pois, ao mesmo tempo em que demonstra uma grande preocupação em manter uma relação vibrante e satisfatória com a comunicação digital, há, conforme alguns participantes, melhorias a serem realizadas em seu próprio sistema de comunicação. Qualificar a esfera interna comunicacional do Greenpeace é uma tarefa importante, já que se caracteriza por ser um canal fundamental para manter a organicidade da rede interna desta ONG, a qual sustenta a própria existência do Greenpeace, ou seja, os colaboradores e *cyberativistas*.

Embora não seja alvo desta tese discorrer sobre a (des)importância do uso da internet para o fomento da militância, pensamos que seria interessante ao menos tratar esta temática, ainda que de forma superficial, já que há uma relação intrínseca entre as TICs virtuais e o funcionamento do Greenpeace. Isso aparece de forma substancial quando o Greenpeace organiza e realiza duas formas de mobilização- *online e off-line*-, tanto para agregar apoio às suas causas, atrair mais colaboradores, quanto para organizar as ações diretas.

As TICs têm sido amplamente utilizadas nas “rebeldias contemporâneas” em diferentes regiões como a África, Europa, Ásia e América Latina, e teve um papel fundamental nas chamadas “jornadas de junho” (2013) no Brasil e na Primavera Árabe<sup>12</sup>, movimentos de resistência e oposição às ditaduras instaladas em países como Egito, Tunísia, Iêmen, Omã e Síria.

Um dos aspectos destacados para o abandono da velha mídia (TV, rádio, jornal e revista) e o uso, cada vez mais frequente, das tecnologias digitais e virtuais de comunicação é o fato delas

---

<sup>12</sup> Nome dado ao conjunto de protestos e manifestações públicas, iniciadas em 2010, realizadas no Oriente Médio e no Norte da África, contra regimes ditatoriais e totalitários.

apresentarem maior espaço de autonomia, liberdade e participação por parte de audiência- o que Castells (2010) vai chamar de autocomunicação de massas-, em oposição às velhas mídias que, de acordo com Lima (2013), diferente de outros modelos democráticos, no Brasil se oferece poucos espaços para o debate de questões de interesse público. A autora aponta que da mesma maneira que há um descontentamento e uma crise no sistema de representação política institucional, os brasileiros também se sentem não acolhidos, representados e escutados na velha mídia.

Este argumento também é sustentado por Sakamoto (2013) quando afirma que no Brasil não temos na prática um debate público profícuo nos canais tradicionais de comunicação. Esta lacuna, aliada à uma crise no paradigma do sistema político representativo, têm atraído as pessoas, em especial, os jovens, a participarem das redes sociais não apenas por entretenimento, mas como um canal de discussão e debate. O uso das redes virtuais, conforme o autor, além de alterar as formas de participação política, também possibilita a construção de

plataformas de construção política, onde vozes dissonantes ganham escala, pois não são mediadas pelos veículos tradicionais de comunicação- ou seja, onde você encontra o que não é visto em outros lugares...Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. (p.95)

Na entrevista, Saulo explica que o Greenpeace já tem uma *expertise* muito grande para realizar as “mobilizações online/digital”, que são executadas pelos *cyberativistas* (assinar uma petição, curtir, comentar ou encaminhar uma notícia ...). Explica que o Greenpeace realiza um mapeamento do acesso dos *cyberativistas*, investigando o número de “cliques” em uma postagem, quanto tempo cada pessoa ficou em determinada página, elaboram as mensagens orais com um tamanho e uma linguagem que seja atrativa e acessível... Enfim, usam diversos recursos para aprimorar a mobilização *online* para que a mesma seja atrativa, logo, acessada e visibilizada por um maior número possível de pessoas.

Se, por um lado, Saulo entende que na atualidade é fundamental que os grupos políticos usem os recursos virtuais para a mobilização política, por outro, também aponta uma questão que tem sido bastante polêmica na atualidade: até que ponto se pode considerar a participação virtual- seja por um “clique”, um “curtir”, um comentário, uma divulgação de notícia, uma assinatura por meio da rede virtual...- uma forma de resistência e enfrentamento?

*“o site acaba dinamizando e atraindo muita gente, acho que hoje nós temos mais de 1 milhão de cyberativistas na nossa base de dados, que são os que assinam as petições, e acho que 400, 500 mil seguidores no facebook, considero isso um número bacana..., mas, até que ponto podemos considerar um click como engajamento político?” (Saulo)*

No estudo de Marzochi (2009), a autora problematiza este tipo de “militância” virtual no Greenpeace, destacando que nela não há um engajamento efetivo e o caracteriza como uma militância “robotizada”. A autora defende a ideia que a militância no *cyberativismo* é frágil por não possuir representatividade e um projeto de sociedade, tornando-se uma prática eminentemente individual e atomizada. Tendo em vista que o *cyberativista* não possui participação efetiva nas decisões do Greenpeace, ela considera que a organização transforma o militante em um espectador.

Na época da entrevista, Saulo trabalhava no Núcleo de Mobilização Off-line, e conta que o principal desafio era encontrar um elo entre a mobilização *online* e a *offline*:

*“A internet é uma ferramenta muito importante pra gente. E aí tem um elo que a gente ainda não encontrou, que é como você converte a participação do cara neste universo online em participação off-line, como você leva o cara pra rua quando você quer que o cara vá pra rua”. (Saulo)*

Saulo conta que tem feito alguns testes para tentar “encontrar este elo” entre a “militância” virtual e presencial. Conta que utilizam as tecnologias digitais para mobilizar aqueles que já fazem parte do quadro militante do Greenpeace, e, também, aqueles



que não possuem relação com o Greenpeace ou com a própria causa ambiental:

*“Aquele que sofre mesmo quando tá vendo a mata desmatada, aquele que sofre mesmo quando vê que a gente tá tomando um rumo muito desenvolvimentista, um rumo burro, este é uma coisa, é fácil mobilizar... ele sente esta necessidade, ele sente este desconforto. Mas, o difícil é mobilizar aqueles que não têm noção nenhuma de nada na sociedade, que não tão nem aí para a pobreza, para o meio ambiente, para a política. Este é o nosso atual grande desafio, como fazer com que este cara se interesse minimamente pelas questões políticas...” (Saulo)*

Na tentativa de buscar “o elo” entre a mobilização off-line e on-line, Saulo cita 2 atividades para exemplificar que há uma lacuna entre estas duas dimensões, tornando difícil delimitar as fronteiras do que seria, ou não, um engajamento político. Conta sobre uma atividade realizada para protestar contra o Código Florestal, na Campanha “Desmatamento Zero”, em Porto Alegre (RS). A proposta era instalar um posto informativo para falar da temática, dialogar com a opinião pública, mostrar os aspectos problemáticos do Código, coletar assinaturas... Foi enviado um convite, de forma *on line*, para todos os colaboradores e *cyberativistas* da região, totalizando mais de dez mil convites enviados. No dia do evento, apareceram 2 pessoas. Cita outro exemplo que foi uma “bicicletada” na Avenida Paulista (SP), na qual enviaram mais de 20 mil convites – anunciavam que dariam um *bottom* ou um adesivo para quem comparecesse no evento: *“a gente conseguiu 8 pessoas. A grande questão hoje para nós é como levar estas pessoas para a rua”* (Saulo).

Saulo conta que o Greenpeace possui um sistema de monitoramento que permite acessar o número de pessoas que receberam e abriram o convite de forma *online* e que, em ambos os casos, este número foi alto, contudo, as ações tiveram uma aderência presencial extremamente baixa de participantes. A “participação” política online é problematizada por Martínez (2002), pois, entende que “no es lo mismo suponer un efecto movilizador a partir del uso del correo electrónico o en un foro virtual, que salir a la calle y hacer algo concreto. Son dos instancias distintas de acción política, con

lógicas distintas y que no siempre convergen” (p.6).

Para Martínez (2002), as tecnologias da informação e comunicação virtuais estão contribuindo mais para um efeito desmobilizador da militância, do que, como sugere alguns estudos (Lycarião, 2010; Castells, 2010; Campos, 2006; Santos, 2013; Mazetti, 2007), possibilitando a inserção, ampliação e debate dos problemas da sociedade na esfera pública. Com o advento e a intensificação dos veículos de comunicação, Martínez (2002) aponta que, atualmente, a censura não vem ocorrendo por uma privação da informação, mas justamente pelo seu contrário, por um excesso de mensagens que faz com que muito seja falado e pouco seja, de fato, escutado, criando, ao invés de um *cyberativismo*, uma despolitização da esfera pública por meio das relações virtuais, ou, como nos aponta Rigitano (2003), um excesso e uma superficialidade das informações.

Para este autor, o uso das TICs tem operado como mais um modismo da sociedade que tem possibilitado a criação de identidades que estariam supostamente conectadas na rede de “ativismo”. Contudo, aponta que, em muitos casos, esta múltipla presença se revela em ausência, quando o sujeito se mantém conectado virtualmente em diversos locais de militância, e presencialmente em nenhum deles, pode tornar este “*cyberativismo*” um fetiche que nada revela sobre as concretas condições e problematizações da militância em questão, pouco ou nada contribuindo com uma ação prática mais efetiva.

la institución generada localmente a partir de la virtualidad, genera un efecto de supuesta actualidad encarnada en aparatos, procedimientos, dispositivos: la Red misma como un fetiche, la "comunidad virtual" como una nueva entequeia que desmoviliza, que despolitiza, que encubre con supuestos tecnocientíficos la acción política efectiva. (Martínez, 2002, p.8)

Por outro lado, Oliveira, et.al., (2010), em seu estudo sobre o *cyberativismo* do Greenpeace, entende que a rede virtual da

organização permite uma maior circulação de informações e interesses, permitindo ao *cyberativista* estar engajado em diversas causas de forma simultânea e, além disso, tem a possibilidade de transmitir suas reivindicações nas múltiplas redes as quais participa. No caso do Greenpeace, conforme este estudo, o *cyberativismo* também serve para atingir pessoas que não conhecem ou não se interessam pelo assunto, assim como para conseguir mais adeptos e colaboradores para a organização.

Não propomos aqui assumir uma postura na qual as TICs são, a princípio, instrumentos catalisadores da militância política contemporânea, ou o seu avesso, ferramentas que se tornaram mercadorias e modismos, recheadas de discussões superficiais que acabam por despolitizar a militância. O que buscamos destacar é que há uma penetração substancial destas tecnologias na diferentes formas de resistência e protesto existentes atualmente na cena pública e, dignificá-las ou demonizá-las de forma a priori, seria não apenas reducionista como pouco profícuo para o avanço dos estudos sobre as diferentes formas de práticas políticas na contemporaneidade.

O Greenpeace, como inúmeros outros coletivos, se adentram na esfera do *cyberativismo* o que nos leva a polemizar as fronteiras entre político/não-político, presencial/virtual, contudo, não é nosso objetivo expor e esmiuçar uma resposta ou um argumento a estes desafios que têm se apresentado em termos empíricos quanto acadêmicos.

O que nos parece possível afirmar é que as TICs são utilizadas como meios para o Greenpeace divulgar e expor suas propostas e ideias, favorecendo fluxos informacionais que talvez não teriam visibilidade nos veículos de comunicação hegemônicos, possibilitando o espectador construir novas inteligibilidades acerca das questões ambientais, transformando, em alguns momentos, a comunicação em potencializadores de atos políticos.

Podemos compreender que o *cyberativismo* não é por si *a priori* um dispositivo de subjetivação política ou não, pois, como

afirma Rancière (2011 a), até uma greve de operários pode não ser política. Mas, entendemos que os limiares das (im)possibilidades da emergência de um sujeito político não está no fato de um coletivo ter um projeto de sociedade ou não, ou se ocorre de forma presencial/virtual, mas sim, se o mesmo se configura como um ato de desregulação da lógica vigente, fazendo fissurar o modelo de partilha predominante, instaurando novas possibilidades de subjetivação pautados em uma lógica mais igualitária. Neste sentido, entre o caráter desmobilizador (Marzochi, 2009., Martínez, 2002) e redentor (Campos, 2006; Oliveira, *et.al*; 2010; Santos, *et.al*; 2013) das tecnologias da comunicação e informação, podemos encontrar uma pluralidade de possibilidades e paradoxos no *cyberativismo*.

#### **4.4 A fugacidade da política e a governança da polícia**

“A sabedoria consensual repete de bom grado que o sono de uma razão embriagada por sua força engendrava os monstros da guerra. Opõe a isso a figura ‘modesta’ de uma letargia da razão: um sono sem sonhos que deve engendrar a paz” (Rancière, 2006)

O Greenpeace possui uma maneira peculiar de se relacionar com o Estado que nos fez pensar na relação existente entre política e aquilo que Rancière (2006) denominou de polícia. Contrariando as perspectivas procedimentalistas e contratuais, Rancière (2006, 2011a, 2011b) critica a visão tradicional de política, a qual se daria por um processo consensual de gestão das populações, ou pela gestionabilidade da divisão das riquezas.

Ao contrário, o autor define política como a instauração de dois mundos litigiosos em que um deles busca sair do lugar invisível e do “sem-parte” na partilha do sensível, para se tornar um ser audível e contado no computo da ordem social, incidindo uma ruptura a uma determinada maneira de apreender, pensar e sentir a realidade. Ela se “manifesta pelo dissenso, no sentido mais originário

do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável (p.372)”.

Aquilo que as teorias tradicionalmente denominam de política, Rancière (1996, 2006) “reservou o nome de polícia”, defendendo que não se trata de conotar um tom pejorativo, mas, sim, de dar nome ao modo de gestão e governança da população. A polícia, então, se define por: “um conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação desta distribuição” (Rancière, 2006, p. 372).

O autor propõe, neste sentido, restringir o conceito de política e ampliar o conceito de polícia, compreendendo que a racionalidade conflitiva da política não se localiza na relação entre governo/pessoas, mas, sim, na própria configuração do sensível que, desigual por condição, favorece a emergência das “manifestaciones radicales del poder igualitario” (2011, p. 10).

Na perspectiva de Rancière, o político se constitui por um tripé composto pela política (ato precário de causar o dissenso), a polícia (uma forma de governança) e a igualdade (compreendida como o operador lógico da política que se pauta na condição igual de ser falante de todo ser humano).

Portanto, pensar na possibilidade de se construir uma comunidade política democrática, é necessário incluirmos estes dois processos heterogêneos: a política e a polícia, pois, se um existe para organizar, classificar e nomear, o outro emerge com intuito de desorganizar, desclassificar e renomear e, somente com a presença destes dois movimentos, de “politizar” e “policiar”, é que podemos instaurar caminhos democráticos, ainda que instáveis, na ordem vigente<sup>13</sup>. (Rancière, 1995)

---

<sup>13</sup> Tradução livre realizada por Dr. Marco Aurélio Máximo Prado da obra “Politics, Identification, and Subjectivization” de Jacques Rancière.

A partir dos discursos coletados, notamos um paradoxo presente na maneira do Greenpeace se (des)articular com o Estado<sup>14</sup> que, podemos pensar, é o próprio paradoxo da política apontado por Rancière (1995, 1996). De acordo com este autor, a política se sustenta em um paradoxo que se configura como uma arena conflitiva entre a polícia e a política, em outras palavras, entre um consentimento das coletividades, pautados em um sistema de legitimação que define lugares e funções e, também, por atos intermitentes que desregulam e subvertem estes lugares, funções e identidades, denunciando o caráter contingencial da hierarquia estruturante da sociedade.

Esta relação paradoxal foi constatada, por meio das entrevistas, como um elemento presente tanto no Greenpeace da Espanha, como no do Brasil. Em ambos os países, conforme os ativistas/funcionários, ao mesmo tempo em que esta ONG busca pressionar, denunciar e se opor ao Estado, compreende que é, fundamentalmente, por meio dele, que se torna viável alcançar transformações substanciais na sociedade, já que “para que haja política, é preciso que a lógica policial e a lógica igualitária tenham um ponto de encontro” (1996, p.46).

Em ambos os países, o Greenpeace ocupa um lugar agonístico frente ao Estado – quando realiza ações diretas contra suas decisões- e, também, um lugar de parceria em relação ao mesmo, buscando um diálogo constante com ele. Verônica aponta em sua entrevista que o Greenpeace da Espanha possui reuniões periódicas com o Ministério do Meio Ambiente, o mesmo também foi relatado por Paulo no caso do Greenpeace do Brasil.

---

<sup>14</sup> Embora não partimos da compreensão de que o Estado seja um bloco hegemônico e estável, chamaremos de “Estado” todos aqueles atores e setores que estão vinculados ao modelo de governança e gestão das populações. Ainda que tenhamos clareza de que a concepção de “polícia” é algo mais amplo e complexo do que a noção de Estado, trataremos de analisar a lógica policial encarnada na figura do Estado por ter sido um aspecto interessante emergido no campo de pesquisa.

A pesquisa de Marzochi (2009) afirma que o Greenpeace se destaca por ser um órgão consultivo no Sistema da ONU, algo que foi ressaltado por um dos participantes de sua pesquisa que, na época, era funcionária do Greenpeace. Para esta participante, tal parceria com a ONU é um trabalho “*extremamente vital*” e, para que se consiga concretizar “*campanhas efetivas*”, segundo ela, “*é necessário que sejam acompanhadas de fortes acordos ambientais internacionais, políticas e leis*”. Ou seja, notamos tanto uma relação de oposição e dissenso, como de parceria e consenso entre o Greenpeace e o Estado.

Esta posição paradoxal é significada de diversas maneiras pelos entrevistados. Paulo e Pilar compreendem que esta relação nós/adversário é fundamental para conseguirem transformações substanciais na sociedade no campo das lutas ambientais:

*“o Green é um forte canal de comunicação para chegar mais clara uma determinada mensagem, que são as questões que o Green acha mais importante... é uma forma de fazer denúncia, de mostrar para a população o que as grandes incorporadoras, e até o próprio Estado, estão fazendo sem considerar a biodiversidade. Ao mesmo tempo que nosso principal alvo é o Estado, ele pode ser também um de nossos aliados, principalmente o presidente da república. Acho que é a partir de um movimento político, de fazer pressão... então, a presidente tem um status, um alvo importante para a gente atingir. Então, a gente acha que para fazermos política, é fundamental esse espaço de diálogo com a câmara e com a presidente. Isso ficou cada vez maior pra gente... A gente viu que no Brasil, a gente pode mexer com as incorporações, mas o poder do Estado ainda é muito forte, e se o poder do Estado é muito forte, a gente tem que conversar com o Estado”.* (Paulo)

*“nos nutrimos de la política, somos un grupo político porque trabajamos con los políticos para conseguir los cambios, no hay que negar que en las democracias sanas, y tan poco las insanas, que los políticos son vehículos para cambiar las leyes, sobretudo son los que poden conseguir para mejorar el Estado. Entonces, tenemos que actuar contra y junto del...”* (Pâmela)

Importante destacar que para Rancière (1996) é preciso superar a visão dicotômica entre Estado e sociedade, já que não

estão em oposição, e deixar de concebê-lo “como uma máquina, um monstro frio que impõe rigidez e ordem à vida da sociedade: a distribuição dos lugares e funções que define uma ordem policial depende tanto da suposta espontaneidade das relações sociais quanto da rigidez das funções de Estado” (p.42). Em outras palavras, a ordem social se funda tanto nas leis do Estado, como também nos processos de subjetivação que configura a experiência humana.

Quando os ativistas escalaram a ponte Rio-Niterói- ação que será descrita no item 4.5-, estendendo uma grande faixa com um discurso em defesa da inserção da questão climática na agenda dos principais países do mundo em termos econômicos, buscam deslegitimar a função e a palavra da polícia- encarnada no G-20- e imprimir um novo agenciamento discursivo, embaralhando, por meio deste ato político, os lugares, funções e competências neste jogo.

Neste caso, quem é que possui título, capacidade e competência para eleger as principais preocupações mundiais? Por meio da perturbação da partilha do sensível, o Greenpeace visibiliza um objeto (questão climática e seus efeitos na sociedade) no cotidiano das pessoas, com o intuito de que elas criem uma determinada forma de inteligibilidade sustentada em uma lógica mais ambientalista e menos desenvolvimentista.

Dessa maneira, “os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não tem aí o seu lugar (Rancière, 2006, p.373)... “falam num mundo que não existe e de coisas que não existem, coisas para cujo enunciado eles não possuem nenhum título” (idem, p.376), revelando a inapropriedade de todo ato político (a política ocorre quando os que não têm propriedade para governar, governam).

Na ação em que o Greenpeace protesta contra a exploração de petróleo na região de Abrolhos (Vide ANEXO F), a ONG cria um litígio entre dois mundos (ambientalistas X capitalistas). Nestes atos exagerados e escandalosos realizados na esfera pública – características típicas dos atos políticos (Rancière, 2006, 2011a) – o Greenpeace busca desregular o agenciamento discursivo relativo à



extração dos recursos naturais. Hegemonicamente, sob a lógica capitalista, este regime discursivo é entendido como propulsor do desenvolvimento e próspero à sociedade, já que o sistema produção depende, fundamentalmente, do petróleo para existir. Assim, a lógica sustentável de produção de energia, dessa forma, não possui um lugar inscrito na ordem simbólica vigente. Por meio da inserção de um objeto que existe (as baleias) somente no mundo do Greenpeace, a ONG busca configurar um novo sensorium, uma nova forma de partilhar o sensível, de modo a polemizar o (não)lugar desta forma de ver, pensar e sentir a exploração de petróleo no universo das empresas petroleiras.

Sendo assim, os atos do Greenpeace funcionam como um sujeito político, pois, se colocam no lugar de “um operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura policial que se opõe aos corpos em seu lugar, em sua função, com a parte que corresponde a essa classe e a essa função” (2006, p.378). Por meio deste ato, o Greenpeace busca fazer existir aquele que não deveria existir sob a lógica vigente e, de acordo com Ranciére (2006), os não-contados “... só existe através das formas de manifestação pelas quais ela se faz contar” (p.378).

A possibilidade de a política emergir é por meio de um ato que, por ser um movimento de erupção, pois, só assim consegue escapar da captação da polícia (o princípio do “efeito surpresa” do Greenpeace busca burlar estes dispositivos de controle), torna um ato político como algo inusitado, fugaz, precário e instantâneo. A efemeridade é marca da política já que, possivelmente, em seguida, será identificada e incorporada à partilha do sensível, mas, a partir de uma outra lógica de configuração estética.

Manifestações de atos executados pelo sujeito político possibilitam movimentos de emancipação, ou seja, criam uma redistribuição dos dados da realidade, fomentando novos lugares, competências e funções, abrindo um espaço de indeterminação. Emancipar significa romper com “una adecuación entre cierto tipo de ocupación y cierto tipo de equipamiento intelectual y sensorial de tal manera que:

1) la asignación previa de lugares, funciones y cuerpos se vea quebrada. 2) se afirme así la capacidad que tiene cualquiera de ocuparse (pensar, hablar) de temas que, por naturaleza o consenso, no le corresponderían. 3) la igualdad como principio de lo común se despliegue y se multiplique... (p.21).

As ações diretas do Greenpeace encarnam o *demos*, possibilitando os movimentos de subjetivação política na medida em que (i)rompem esta divisão “adequada” e “harmônica” da ordem policial, revelando a fragilidade do *arkhé*. Como na ação retratada, escalar uma das principais pontes do Brasil, em horário “de pico” e estender uma faixa imensa, revela a rigidez falaciosa das estruturas do Estado. Neste momento, ainda que de forma instantânea, podemos pensar que há um deslocamento do discurso ambientalista, do lugar de ruído para o lugar de discurso, reconfigurando a partilha do sensível de tal modo que o G-20 necessite incluir um novo dado em seu *sensorium*.

Evidente que isso não significa que, a partir desta ação, o G-20 incorporou a questão climática em seu debate. O efeito de um ato político não deve ser avaliado em termos pragmáticos, pois, seus alcances são muito mais complexos e processuais do que uma avaliação de caráter funcional possa abarcar. Seus efeitos estão na ordem da experiência, da inscrição de novas cenas, palavras e discursos que realizam, ainda que de maneira transitória, a verificação da igualdade:

Os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis. Existem como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto, são sempre atos precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização de sua parte. (Rancière, 2006, p.378)

O Greenpeace provoca uma perturbação na ordem do sensível, transformando a rua, entendida como espaço de circulação pela polícia, em espaço político, em que se discutem assuntos da comunidade, fazendo tornar voz o que antes era ruído, e deslocando as funções das partes da comunidade. Neste caso, a ONG toma para

si a posição de gestionabilidade e exerce o comando, interpelando a distribuição hegemônica do sensível, já que o Greenpeace não foi destinado a esta função.

Se a base política começa com o cômputo litigioso dos não-contados, isso implica que os sujeitos políticos em geral só existem por sua distinção em relação a qualquer grupo social, a qualquer parte da sociedade ou função do corpo social. O que os constitui é o próprio litígio. Os sujeitos políticos são potências de enunciação e de manifestação do litígio que se inscrevem como algo a mais, algo sobreposto, em relação a qualquer composição do corpo social. (Rancière, 2006, p.377)

Pensamos que os atos do Greenpeace buscam instaurar um litígio por meio de suas ações performáticas que fazem determinados objetos serem visíveis e audíveis na sociedade. Nestas “contradições performativas”, os interlocutores se vêem confrontados e impelidos a ampliarem seus limites discursivos. Por meio destes atos, buscam configurar novas enunciações discursivas que não existem no mundo hegemônico, subvertendo a lógica vigente, reconfigurando a partilha, fazendo existir e ter parte algo que antes não estava no cômputo do sensível. Dessa maneira, inscrevem uma experiência que amplia as formas de inteligibilidades e sensibilidades do sujeito em relação ao regime hegemônico.

Além deste ato conflitivo frente ao Estado e às grandes incorporadoras, o Greenpeace busca, também, construir um canal de diálogo, tentando argumentar e demonstrar seus projetos para a sociedade, aproximando-se de um modelo mais policial (de governança consensual) do que de um ato político.

Se, por uma lado, buscam romper o *arkhé* instaurado pela ordem vigente, tornando-se opositor do Estado, por outro, buscam atuar de forma consensual com o Estado. Se, em alguns momentos o Greenpeace instaura espaços políticos, em outros, acaba por negar a própria política, pois, o consenso “no es simplemente el acuerdo razonable entre las partes, el diálogo de los intereses de acuerdo con el Estado de derecho... El consenso es ante todo la ficción de la comunidad sin política, es decir, una división del arjé” (p.49).

Uma das ferramentas bastante utilizada pelo Greenpeace, conforme Luana, é o trabalho de *lobby*, ou seja, uma articulação com o poder legislativo, judiciário e executivo. Com relação ao *lobby* na esfera executiva, eles fornecem subsídios científicos (“*background*”) para respaldar determinado projeto de lei que será apresentado por um político para a Câmara ou Senado. Afirma que não importa o partido ao qual este político pertença (“*além de independente, somos apartidário*”), já que o objetivo é aprovar determinada lei para garantir que algo do meio ambiente seja preservado.

Este trabalho de *lobby* tem como objetivo “*efetivar em forma de lei algo que almejamos*” (Luana), apontando que é um trabalho de troca, já que o candidato terá eleitores que irão se atrair por causa disso. Na visão desta participante, se o “*Greenpeace falou que tal projeto de lei é legal, provavelmente 40 mil pessoas estarão apoiando este candidato*” (Luana). Por outro lado, o Greenpeace também pode utilizar sua “marca” para “*denegrir a imagem de um político... por exemplo, fulano de tal tá fazendo uma lei para acabar com as florestas... Esse cara vai perder, no mínimo, 40 mil eleitores*” (Luana). Assim, há uma relação um tanto quanto paradoxal entre Greenpeace e Estado que se revela pelos antagonismos entre amigo/inimigo, nós/eles, dependendo do momento, atuando de forma política e, em outros, de maneira gestonária e polícialasca.

Importante destacar que a “marca” Greenpeace ganhou tanta notoriedade e legitimidade que não aceitar negociar com esta ONG, pode implicar em efeitos danosos ao Estado (seja por meio da mídia, da rede de colaboradores, etc.). A marca Greenpeace faz com que o Estado, em alguns momentos, tenha de reconhecer a existência deste outro interlocutor, assumir o dissenso e criar canais de diálogo, sob pena de ter prejuízos caso insista em deixá-lo no lugar do sem-parte.

Com este poderio simbólico que o Greenpeace foi construindo e adquirindo desde a década de 70, faz com que ele consiga realizar atos políticos endereçados aos dispositivos que sustentam a ordem policial- Estado e grandes multinacionais-, desregulando e perturbando, em alguns momentos, de maneira substancial a elaboração da própria partilha da vida coletiva.

Conforme nos conta Paulo, a estratégia da ação direta é o último recurso que o Greenpeace recorre, pois, além de ser algo trabalhoso, caro e arriscado, ela é uma estratégia mais voltada para protestar e visibilizar uma questão, chamando atenção da sociedade e da mídia. Mas, entende que para se efetivar as transformações rumo a uma sociedade mais sustentável, é “*importante e eficiente*” manter um canal de diálogo com o Estado. Por outra forma de significação, outro participante (anonimato) compreende que o Greenpeace “*perde seu DNA*” quando senta para dialogar com o Estado:

*“O Green não tem que funcionar como o Estado... só para estar na mesa, fazendo acordo, muito chique, recebendo dinheiro de doações, porque vai bombar na mídia e atrair mais colaboradores, mas depois não vai ter cacife para controlar e fiscalizar... Acho que o papel do Green é o de ‘jogar merda no ventilador’... mostrar todas as falhas que as grandes empresas fazem...além disso o papel é de fazer um trabalho junto nas comunidades e consumidores em geral, para mudar mesmo a consciência ambiental... não ficar em uma mesa definindo as regras e leis do meio ambiente em Brasília...” (anônimo)*

A problematização que este participante da pesquisa nos aponta pode estar atrelada a um processo de privatização da esfera pública na qual, conforme Gruppi (1978), as ONGs perdem seu caráter contra hegemônico- enquanto um espaço desprovido de hegemonia- e, na medida em que se misturam à função do Estado, enfraquecem o caráter de luta e resistência que a sociedade civil poderia desempenhar, distanciando-se do modelo de ONGs cidadãos (Gohn, 2005), perdendo sua capacidade crítica e transformadora da sociedade.

Portanto, notamos que esta relação paradoxal do Greenpeace, enquanto polícia- participando nas formas de governança e suas respectivas legitimações no que tange às decisões relativas ao meio ambiente- e política - realizando protestos com caráter de denúncia, fazendo ser audível o que até então era ruído...-, é significada de diferentes maneiras por estes 3 participantes (Pâmela, Paulo e anonimato), seja como uma estratégia necessária para efetivar as transformações almeçadas, seja como um esvaziamento do elemento

“idealista” da ONG (anonimato).

O ingresso do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado brasileiro tem trazido novos questionamentos para o Greenpeace que, novamente, são paradoxais, podendo ser fortalecedores tanto da emergência de novos sujeitos políticos, como também de sua própria dissipação no campo da polícia. A relação que vem sendo estabelecida entre o Governo e os diferentes sujeitos coletivos desde o ingresso deste partido político em 2000, foi análise da pesquisa de Machado (2013), ressaltando o risco da diluição do caráter político dos atores quando estes se adentram na lógica policial, em especial, quando suas lideranças passam ocupar cargos públicos e administrativos no Estado.

De alguma maneira, também notamos que houve um efeito na relação entre Estado e Greenpeace/Brasil desde o ingresso do PT na administração do país. Para a participante Luana, o fato de o Greenpeace ser independente o protege dos mecanismos policiais de cooptação:

*“Acho que a independência é um fator bem importante, porque o Greenpeace pode fazer oposição com qualquer empresa pois ele não tem ‘rabo preso’ com ninguém. Por exemplo, o que ocorre muito no nosso atual governo, os movimentos sociais que antes era oposição, hoje muitos deles são cooptados no governo do PT, não são mais oposição, inclusive alguns recebem ajuda financeira do Governo. Com o Greenpeace isso nunca vai acontecer, ele não vai receber ajuda do governo, não vai receber ajuda de empresas, só vai receber ajuda das pessoas...” (Luana)*

Contudo, a partir do discurso de Paulo, notamos que a complexa relação entre política/polícia no Greenpeace é intensificada após a entrada de um partido político mais aberto às manifestações públicas. Ele nos conta que setores do Estado preocupados com a causa ambiental sentem-se muito enfraquecidos diante dos demais órgãos do Estado, e solicita, explicitamente, uma relação de parceria com o Greenpeace:

*“O Estado... deu a impressão nas últimas reuniões, que ele era*

*muito fraco perante o lobby das petrolíferas. Que ele precisaria de algum tipo de pressão social que justificasse ele ter que se indispor com um setor tão importante... ele precisa de uma justificativa, um impulso, uma motivação para fazer esta oposição. Então, é quase que o Governo pedindo para o Greenpeace esta motivação... tipo, olha se vocês conseguirem convencer a opinião pública, convencer a população brasileira, aí sim, o Estado vai ter que fazer, mesmo não tendo isso no nosso plano de governo. Ligavam pra gente e diziam: vocês não estão afim de fazer uma ação? Eu sozinho não estou conseguindo. Eu sento na sala com 30 ministros, só que só tem 1 ou 2 que entende o que eu estou falando, os outro 28 não entendem e são contra. Só eu falando aqui sozinho no Governo, eu não faço barulho. Venham fazer um protesto, a gente dá um jeito. Vem aqui na porta e encham o saco, porque aí eu posso falar: tá vendo, presidente? A sociedade civil tá protestando. E aí eu me coloco na reunião ministerial de uma forma diferente”. (Paulo)*

Este convite e consentimento por parte do Estado para a realização de um protesto, pode, em alguma medida, ser o próprio elemento esvaziador do caráter político das ações do Greenpeace. Se, entendemos que o ato político emerge a partir de um litígio entre dois mundos que disputam diferentes formas de partilhar o sensível, como pensar em um ato político consentido?

*“A gente tem vivido um drama nos últimos dois anos, não só no Brasil, mas no mundo, é que, como a gente sempre faz ação em lugar público, por exemplo, na câmara dos vereadores, eles não querem que apareça na mídia a segurança pegando a gente. Então, vem aquele discurso, geralmente daqueles deputados mais bonzinhos, de pessoas que são articuladas aos movimentos sociais e tal.. ‘ah, deixa os meninos protestarem’, ‘sem bater, sem bater!’ De um tempo pra cá, esta ordem não chega mais (referindo-se a ordem de agir de forma a impedir o protesto). Então a gente faz uma intervenção e qual o efeito: ‘ ah tá... então, continuando...’ assim, entende? A ação perdeu o fim, porque a policia não age mais contra a gente!”*

Um aspecto interessante na teoria do Rancière (1995, 2006, 2007, 2011b) é a necessidade do litígio para que ocorra uma cena política, não apenas para expressar um conflito de dois mundos sensíveis, uma disputa entre dois pontos de vista, mas, sim, “a

constituição mesma de um mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados” (Rancière, 2006, p.374).

Em um relato de Paulo, quando contava sobre a ação realizada na OGX, ele narra que a empresa demorou em chamar a polícia, o que atrapalhou significativamente a ação. Após ocuparem e se acorrentarem no saguão da empresa:

*“ mas aí passou, 15 minutos, meia hora, 40 minutos, 1 hora, 2 horas, 3 horas... caralho, 4 horas... ninguém fazia nada. Aí falei Saulo, ‘o que os ativistas vão ficar fazendo ali? Daqui a pouco vai virar mico, né? Não tá incomodando ninguém, não tem conflito... se não tem conflito, acabou a ação. Mas aí, é aquela coisa, e agora? Vamos desacorrentar e ir embora? Abaixar a cabeça e ir embora no meio de uma ação?’” (Paulo)*

Este relato nos fornece elementos para pensar o quanto a polícia alimenta e fortalece a própria política: no momento em que há um adversário claro e declarado (Eles), ocorre a criação de um sentimento de pertença que fortalece o NÓS e, ao contrário, se não há esta força imposta, o coletivo vai resistir ao quê? Neste sentido, a ausência do adversário pode esvaziar o caráter político de um determinado ato? Tendemos a pensar que, quando não ocorre um tensionamento e disputa entre sujeitos (sujeito político x polícia), possivelmente há a morte do litígio, da argumentação, da demonstração e do dano: morre a cena política.

Interessante que, ao contar sobre esta ação, lembra que iam negociar com a polícia quase que pedindo, implicitamente, para que esta tomasse alguma providência, ou seja, possibilitasse que uma cena de litígio fosse inscrita. Para resolver estas situações imprevisíveis nas ações diretas, é realizado um *brainstorm* no meio da ação com a equipe dos funcionários que estão na coordenação daquela intervenção. Uma ideia que surgiu foi de tentar “*radicalizar*”, como nos conta Paulo, e tentar fechar a outra entrada também para ver se eles “*chamavam a polícia*”.

Eles fecharam a outra saída, mas, não houve reação por parte



da empresa. Conta que os seguranças começaram a satirizar (“*vocês vão ficar aí?*”), os ativistas começaram a ficar com fome, sede e vontade de urinar (aponta que foi um erro de logística ou imaturidade dos ativistas que não quiseram usar as fraldas geriátricas). Contou que o clima foi ficando tenso, cortaram as luzes, “*criaram um terror psicológico*”, e que a situação começou a ficar “*inóspita*” com o cheiro de urina e do falso petróleo usado para sujar o saguão do escritório.

Alguns ativistas começaram a passar mal, vomitar, e alguns começaram a desistir. Ressalta que o Greenpeace não obriga, sempre coloca nas capacitações para os ativistas que eles é quem precisam saber “*respeitar seus próprios limites*” e que “*aqui ninguém é herói, deu limite, chega*”, diz Paulo na entrevista. Após 8 horas, a empresa OGX chamou a polícia, enviaram a tropa de choque a qual retiraram os ativistas à força e alguns foram presos. Conta que no final “*bombou na mídia, afinal, era o escritório do Eike, aquela cena de um monte de baleias sendo levada pela tropa de choque é divertida, chama atenção...*” (Paulo).

Podemos nos questionar o que teria ocorrido caso a tropa de choque não fosse chamada? Como seria o desfecho de uma cena, intencionalmente política, que foi, de forma surpreendente, tomada pela presença do não-litígio? Sem o adversário e o dissenso, há política?

A relação paradoxal com o Estado, ora como amigo, ora como inimigo, não descredencia as ações do Greenpeace que, em alguns momentos, provocam uma desregulação do sensível, fazendo com que as pessoas pensem e sintam a realidade de uma outra maneira e de um outro lugar. Contudo, para que ocorra um processo de subjetivação política, é necessário que a arena discursiva, metaforizada, argumentada e demonstrada, ocorra entre os mundos litigiosos.

Pensamos que os processos comunicacionais da política (argumentação, demonstração e metaforização- Rancière, 1996, 2011, 2012a) ocorrem por meio das ações diretas que criam “contradições performativas” na esfera pública, mas, também, em

outros tipos de atividades do Greenpeace, como a produção dos relatórios científicos, publicação de dados estatísticos, elaboração de materiais denunciando as falhas ambientais de grandes empresas e, fundamentalmente, por meio da interlocução direta com o Estado.

Mas, ao mesmo tempo em que podemos pensar que esta interlocução é o elemento que traria o caráter político das ações do Greenpeace, é justamente aí que a política escapa e é capturada pela polícia. Neste momento, não há mais uma relação de litígio e dissenso entre Greenpeace e Estado - ainda que discordem sobre seus ideais- mas sim, uma relação de parceria para elaborar a governança e gestão da sociedade, ou seja, a polícia.

A impressão que fica é que quando o conjunto destes atos políticos irá alcançar o ponto máximo de argumentação e reconfiguração do sensível- quando conseguem marcar uma reunião com o presidente da República, por exemplo-, a política se dilui nos dispositivos e agenciamentos policialescos que regulam a ordem vigente. Isso, *a priori*, não é nem bom ou ruim, este movimento de intensificação e dissipação é a condição da própria política, pois, às vezes, a política “alcanza entonces un punto en que ella también se anula (Rancière, 2009, p.14), já que o consenso “es la forma de transformación de la política en policía” (2012b, p. 93)

Conforme Rancière (2011), a reabsorção do político pelo estatal seria o fim da própria política, pois se sustenta no governo modesto e gestor da riqueza e da distribuição dos corpos e funções, fazendo desaparecer o exercício do dissenso, deixando de ser “la denuncia del agravio” para se tornar “la asignación ordenada de funciones, lugares y tiempos” (p.15) . A política está sempre ameaçada a se dissipar e seu principal risco não é o desaparecimento, mas sim, a confusão com seu contrário, a polícia: “o risco dos sujeitos políticos é confundir-se de novo com partes orgânicas do corpo social ou com esse próprio corpo” (Rancière, 2006, p.378)

Como nos aponta Rancière (2005b), não há uma lacuna entre a política/polícia, pois, a polícia busca incorporar a política em sua lógica de funcionamento, capturando-a de tal maneira que sua função política acaba por esvair: "O principal desaparecimento da reflexão e

ação política é a sua identificação com o corpo de uma comunidade... mas se a política é algo diferente de polícia, ela não pode se encaixar em tal identificação...” (p.4), pois, se isto ocorrer, o ato político perde seu caráter dissensual, litigioso e fissurador da lógica vigente.

Neste sentido, Rancière (1995b, 2007, 2012c) localiza o sujeito político em um hiato, *in between*, no intervalo entre a lógica de subjetivação e identificação, em que em alguns momentos esporádicos irá conseguir interpelar a ordem policial, mas, em seguida, será capturado por ela. Portanto, pensar em democracia (2012c) significa pensar em processos de emergência de sujeitos políticos que rompem o consenso, desregulam a partilha do sensível, denunciam a hierarquia e provocam novas experiências, ainda que de forma fugaz e instantânea.

O Greenpeace nos revela a precariedade da fronteira entre a política e a polícia, mostrando que esta ONG se situa no intervalo entre estas duas funções, ora como produtor de dissenso, ruptura e desordem da polícia, ora como a própria polícia, elaborando formas e regras de governabilidade. Exatamente no momento em que mais se aproxima de se caracterizar como um sujeito político, a política se esvai e em seu lugar emerge a polícia, demonstrando que, como afirma Rancière (2006), o sujeito político é ocasional, raro e intermitente.

Por fim, ressaltamos que só é possível pensar na criação de processos democráticos quando resguardamos o caos dissensual dos sujeitos políticos, que, mesmo sendo domesticados pela ordem policial, possuem um poder emancipatório de produzir novas maneiras de viver, pensar, entender e sentir o espaço comum. A polícia não inviabiliza a política, já que “não se deve esquecer também que, se a política emprega uma lógica totalmente heterogênea da polícia, está sempre amarrada a ela” (Rancière, 1996, p. 44).

Neste sentido, compreendemos que a articulação que o Greenpeace realiza com o Estado e com as incorporadoras não desqualifica suas ações políticas, ao contrário, multiplicam-se os canais de interpelação da ordem vigente, ampliando os alcances de

suas lutas. Assim sendo, o Greenpeace pode ser entendido como um dispositivo que, em alguns momentos, fortalece a democracia, a qual só é possível ser pensada por meio da garantia de “formas disensuais de combate, de vida y de pensamento colectivos” (2012b, p. 148) que se endereçam à verificação da igualdade.

Retomando a epígrafe inicial, ressaltamos que é importante coexistir a “letargia da razão consensual” e o seu desmonte, ou seja, existir a população e o povo, a vigília e o sono. Se pretendermos construir espaços democráticos e emancipatórios na sociedade, é preciso que esta razão letárgica se faça presente. Porém, é de suma importância que ela vá dormir e se embriague de vez em quando, enfraquecendo seu sistema de controle e de vigília, permitindo que o novo possa emergir, possibilitando que a política construa sonos com sonhos.

Pensar em política a partir do princípio da igualdade é pensar, também, na sua impossibilidade, por isso temos que incluir o ato de sonhar no campo da política, pois, somente a partir do escândalo o qual é sonhar com um mundo igualitário, é que podemos fazer irromper no real fissuras as quais permitam o escoamento do diferente, desenhando novas inscrições no tecido social, tornando-o mais igualitário e emancipatório.

#### **4.5 As ações diretas: um enlace entre a estética e a política?**

“... a questão não é somente ‘como nós iremos encarar os problemas políticos’ mas sim como nós iremos reinventar a própria política”

(Ranicére, 1995, p.9).

Como citado anteriormente, a chamada “ação direta” é um dos tipos das intervenções que o Greenpeace realiza, que se caracteriza por uma ação reivindicativa, pautada no princípio da

“desobediência civil não-violenta”, que tem como propósito visibilizar, denunciar, pressionar, questionar, protestar algum acontecimento ou uma problemática relativos à temática ambiental.

Estas ações de caráter performático se assemelham a arte ativista, surgida em meados da década de 70 que, conforme a pesquisa de Fernández (1999), surge com o intuito de criar táticas e estratégias, por meio de performances ou instalações artísticas, que visam gerar uma denúncia ou um protesto contra os problemas da sociedade.

Embora as ações do Greenpeace não possam ser compreendidas como obra de arte, elas possuem algumas semelhanças com a arte ativista. Conforme Fernandez (1999), a arte ativista busca inserir uma mensagem nos meios de comunicação, provocando, em geral, uma reação enérgica por parte da plateia. A arte ativista busca inserir uma mensagem (texto, imagem, instalação...) que visa ser direta e poderosa diante do olhar do espectador, no intuito de gerar controvérsias e debate público sobre determinadas questões da sociedade. De forma semelhante, as ações diretas do Greenpeace buscam, por meio de atos exagerados, atrair a atenção da plateia de forma a visibilizar determinada temática, podendo funcionar como um formador de opinião e, quem sabe, propiciar um debate na esfera pública.

Alguns movimentos políticos, como a Internacional dos Interacionistas e Grafiteiros de Zurich, são entendidos por Blisset & Brunzels (2006) como grupos que, por se encontrarem insatisfeitos com o modelo de militância mais próxima a um modelo dogmático e militar, criaram ou vêm criando novas práticas subversivas na esfera pública. De acordo com as autoras, estes grupos questionam a premissa a qual a militância deva ocorrer exclusivamente por meio de uma ação política racional, pragmática e esclarecedora. As autoras apontam que outras alternativas têm se mostrado como importantes estratégias de romper com a ordem imperante, retirando a rigidez do modelo de militância e abrindo novas possibilidades de enfrentamento e resistência.

Tais grupos se caracterizam com o que as autoras denominaram de “guerrilha da comunicação”, pois, por meio da inserção de uma mensagem (um cartaz, anúncio, grafite, performance...) buscam problematizar a normalidade e a pretendida naturalidade da ordem imperante com intuito de

cuestionar la legitimidad del poder abriendo de esta manera otra vez es espacio para utopías. Su proyecto es la crítica de la no-cuestionabilidad. Dicha subversidad pretende transformar los discursos cerrados en situaciones abiertas, cuestionando la normalidad mediante un inesperado factor de confusión. (Blisset & Brunzels, 2006, p.7)

O uso do termo “guerrilha” é justificado pelas autoras justamente para criticar a visão de que esta ocorreria de uma maneira prescritiva, organizada, previsível e de maneira oficial; ao contrário, usam este significante com o intuito de desconstruir seu significado hegemônico- a luta armada contra o Estado burguês-, imprimindo nele um sentido mais discursivo e interpretativo. Nesta perspectiva, a guerrilha é compreendida como atos de sabotagem do código cultural imperante, nas quais permitem a criação de novos processos interpretativos acerca da sociedade.

Em geral, de acordo com as autoras, este grupos realizam “cenas contra-informativas” de maneira divertida, na medida em que buscam colocar em cena uma pauta que não tem seu espaço nos veículos de comunicação tradicionais. A chamada “guerrilha divertida” é vista como uma possibilidade de ação reivindicativa e de protesto que podem, ou não, funcionar como atos de sabotagem do código cultural imperante. As autoras defendem que é necessário escapar das perspectivas que as desqualificam- por entenderem-nas apenas como piadas e não atos de resistência-, e, também, daquelas que enquadram qualquer sátira ou brincadeira como atos subversivos.

Um dos aspectos marcantes das ações diretas do Greenpeace é o traço de irreverência e criatividade que as diferenciam de formas mais tradicionais de se fazer política. Este caráter performativo, dramático, lúdico e irônico destas ações se revela como marcas identitárias do Greenpeace e foi significado como o “DNA” desta

ONG por alguns participantes deste estudo (Paulo, Pâmela, Luana e Saulo).

Este modelo de protesto político se assemelha, em alguma medida, ao movimento Internacional dos Interacionistas surgido na década de 50 na Europa Ocidental, tendo como um de seus expoentes Guy Debord. Este grupo surgiu fruto de uma fusão de vários outros coletivos de vanguarda artística, entre eles: Internacional Letrista, Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginária, Comitê Psicogeográfico de Londres (...) e não tinham como proposta elaborar um movimento de crítica às estruturas do poder, ou seja, realizar um trabalho político nos moldes mais tradicionais.

Os situacionistas, por meio da junção da arte, política e ironia, buscaram construir novas formas de subversão e propaganda, buscando provocar transformações culturais no cotidiano das pessoas. Por meio de algumas técnicas artísticas e midiáticas, buscavam, de forma impactante e inesperada, provocar uma nova forma de apropriação acerca do espaço urbano, inscrevendo novas associações de significantes e sentidos no mesmo (Blisset & Brunzels, 2006) .

Justamente por escapar de um modelo mais tradicional de ação política, as ações diretas do Greenpeace vem provocar a teoria por ela não se enquadrar no modelo mais tradicional daquilo que Scherer-Warren (2006b) entende por mobilização coletiva, pois, não se trata de uma multidão, não se caracteriza por uma grande manifestação em praça pública, não emerge de forma espontânea, não possui um formato mais tradicional destas manifestações (pessoas carregando cartazes, faixas, carros de som...). Como afirmam Blisset & Brunzels (2006), os grupos da guerrilha da comunicação, em geral, não necessitam de um grande número de pessoas para realizar suas intervenções, contudo, dependem de um certo nível de tolerância ou aceitação por parte da população que se torna a plateia das mesmas, de forma voluntária ou não.

Diferente de um modelo mais tradicional de ação política, as ações diretas do Greenpeace são cuidadosamente planejadas (“só

*vamos pra rua quando tudo tá muuuuito bem planejado”- Paulo*), conta, em geral, com um número pequeno de participantes, e usa uma diversidade de elementos que torna a ação um tanto quanto irreverente, como fantasias, dramatizações, pinturas, grafite, escaladas, mergulho...

Esta forma mais irreverente de ação política não é exclusividade do Greenpeace, ao contrário, é uma forte marca identitária da cena política contemporânea que tem apresentado múltiplos modelos e formas de resistência. Porém, na perspectiva de Rancière (2010b), atualmente não temos encontrado inovações nas ações políticas, justificando sua afirmativa de que o “presente não é muito alegre” (p.10), pois, defende que necessitamos reinventar as formas de se fazer política.

O autor assinala que o movimento proletariado do século XIX e o movimento estudantil de maio de 1968 foram movimentos que criaram formas de contestação e de ação até então imprevisíveis para a sociedade e para os exercícios do poder daquele momento histórico, possibilitando a circulação de novas “energia, ideias e vontades” (p.12,) elementos constitutivos do processo de emancipação.

Isso nos traz um questionamento importante que tem sido desenvolvido em diversos estudos que diz respeito às possíveis formas de inovação da militância que, além de confundir as fronteiras do político/não político, nos convoca a pensar o que seria a própria militância na contemporaneidade. (Menezes & Castro, 2006; Oliveira, 2006; Vinade e Guareschi, 2007; Gomes, 2008; Maheirie, *et.al.*, 2012; Mayorga, *et.al.*, 2012; Prado & Costa, 2009; Zanella, *et.al.* 2012b).

Rancière (1996) aponta que a “política antiga” contava com um conceito único de *demos*, ao passo que a política contemporânea “exige a multiplicação dessas operações de subjetivação que inventam mundos de comunidade” (p.69), acenando para a necessidade de construir novas formas de desregular o sensível e tornar inteligível um universo que estava invisível. O autor assinala que precisamos pensar nas atuais práticas políticas em termos, não de



suas estratégias, mas do que se transmite, das aberturas provocadas no campo dos possíveis (Rancière, 2010b).

Com intuito de superar as perspectivas funcionalistas e pragmáticas historicamente utilizadas para compreender as ações políticas (Rueda, 2003; Zanella, *et.al.* 2012b), pensamos que as ações diretas do Greenpeace, mais do que reinventar as estratégias políticas, criam uma abertura no campo dos possíveis, inscrevendo uma determinada forma de ação política que nos leva a pensar que:

(...) o contexto atual parece nos apresentar posicionamentos mais oblíquos e híbridos, que criam traçados de conflitualidade e que podem estar gerando mutações na lógica da resistência, indo além das figuras clássicas da recusa. A estética na política pode se apresentar como uma dica interessante, se compreendermos seus movimentos de subjetivação e objetivação no cenário polissêmico que a envolve. Mais do que adereço, a estética se constitui em uma forma de linguagem política, polissêmica por condição. (Maheirie, *et.al.*, 2011)

As ações diretas do Greenpeace nos remetem a um questionamento que tem sido levantado em diversos estudos em que diz respeito às possíveis relações estabelecidas entre a política e a estética (Hinkel, 2013; Gomes, 2008; Gomes, 2010; Gomes & Maheirie, 2010; Maheirie, *et.al.* 2011; Maheirie, *et.al.*, 2012; Zanella, *et.al.*, 2012b). Recorremos ao conceito de estética desenvolvido por Rancière (2012a, 2005a) que a entende como uma maneira de configuração da experiência por meio da *aisthesis*, ou seja, pela forma de ser por ela afetado. Neste sentido, a partilha do sensível ocorre de maneira estética na medida em que este recorte fará emergir algumas formas de visibilidade e sensibilidade que irão definir um regime possível de surgir determinadas experiências, impossibilitando a ocorrência de outras.

A política consiste justamente em “reconfigurar el reparto de lo sensible que define lo común de la comunidad, en introducir sujetos y objetos nuevos, en volver visible aquello que no eran percibidos” (Rancière, 2012, p.35), provocando “redistribución de las relaciones entre las formas de la experiencia sensible” (idem,

p.25), possibilitando a emergência de novos modos de inteligibilidades.

Na tese de Oliveira (2006) são problematizadas as possibilidades de substanciar movimentos de resistência ao poder disciplinar em tempos de globalização. A autora analisa alguns coletivos, dentre eles o Greenpeace, que utilizam a intervenção performática como instrumento de sensibilização, subversão e protesto ao que está instituído na sociedade. Citando o Greenpeace como um dos possíveis “corpos indisciplinados” na contemporaneidade, a autora afirma que as ações desta ONG, tal como a arte performática, utilizam do corpo como um instrumento para configurar uma determinada experiência:

baseia-se na ação direta, no uso do corpo como ferramenta e na intensidade da experiência. Corpos suspensos em cordas, bloqueando passagens, corpos que confrontam grandes embarcações, corpos indisciplinados. O corpo é o *locus* principal da performance, lugar por excelência da experiência... Teatro guerrilheiro que visa sacudir o espectador para levá-lo à reflexão. (p.160)

Conforme esta autora, a performance provoca uma “desterritorialização”, ou seja, coloca o corpo e o signo em estado nômade e, deste modo, produz experiências. Nestes atos performáticos, “a vida é provocada, afetada, abalada, inspirada e, por vezes, detonada” (p.156), criando um palco de poética, subversão e resistência. A aposta é que neste tipo de ato, o foco não está em seu fim, mas sim, no seu processo e nas possibilidades de alargamento do ser, dos vislumbres e das indisciplinas, caminhos para a libertação que está baseada na expressão das diferenças na esfera social.

Trazemos uma ação política organizada pelo Greenpeace, que ocorreu no México em agosto de 2007, em uma praia turística chamada “Playa de los Muertos” em Puerto Vallarta (VIDE ANEXO M). A ação política teve como reivindicação o controle da qualidade das águas das praias do México alertando para o aumento da poluição nestes locais turísticos com a chegada do período de férias. Para visibilizar esta questão, os ativistas inseriram na areia da praia um grande vaso sanitário inflável, com uma faixa contendo a

mensagem “*playas limpias ahora*”. Em uma espécie de dramatização, caminhavam pela praia trajados de roupas especiais para a poluição, buscando metaforizar os riscos que os banhistas estavam correndo ao frequentar estas praias.



Por meio da inscrição de um novo objeto no simbólico, uma questão é encenada e visibilizada, possivelmente, buscando atrair o olhar do espectador. Metaforicamente, um vaso sanitário é utilizado de forma performática para problematizar a forma como as pessoas se relacionam com este ambiente- a praia. Nesta cena, há um encadeamento dos significantes sujeira, vaso sanitário, fezes, dejetos, etc. que compõem uma mensagem de protesto, inscrevendo um novo agenciamento discursivo por meio de um ato estético, operando “un nuevo recorte del espacio material y simbólico” (Rancière, 2012a, p.33), possibilitando a emergência de novos modos de experiência e inteligibilidade sobre a questão encenada, ou seja, a forma com que cuidamos, ou não, da limpeza das praias.

A proposta de afetar sensivelmente a população fica evidente nesta intervenção do Greenpeace, afinal, não é comum nos depararmos com um grande vaso sanitário quando frequentamos a praia. Esta estratégia, conforme nos relatam os participantes nas entrevistas, não são despropositais e espontâneas, ao contrário, são pensadas e elaboradas por uma equipe por meio de um *brainstorm* (“tempestade de ideias”). De acordo com Rancière (2012b), uma

cena política é um ato de desordem já que “la emancipación es una desorden, pero ese desorden no es para nada espontaneo (2012b, p. 135), atribuinto este caráter paradoxal da política: o caos e o cosmos.

Estas micro-situaciones, apenas distinguibles de las de la vida ordinaria y presentadas en un modo irónico y lúdico más que crítico y denunciador, tienden a crear o recrear lazos entre los individuos, a suscitar modos de confrontación y de participación nuevos. (Rancière, 2009, p. 5).

A técnica denominada de “distanciamento” é amplamente utilizada pelos grupos da guerrilha da comunicação que buscam provocar um estranhamento ao existente por parte do espectador. Os atos performáticos, neste sentido, buscam criar o que Rancière denominou de “giro estético” (Rancière, 2012a) que se caracteriza por uma reviravolta em nosso esquema interpretativo. Nas palavras de Blisset & Brunzels (2006):

Los distanciamientos se basan en cambios sutiles en la representación de lo habitual que sacan a luz nuevos aspectos de lo representado, crean espacios para una lectura no habitual de acontecimientos habituales, y producen, por medio de desplazamientos, unas significaciones no previstas ni esperadas. (p. 46)

Ao inserir um grande vaso sanitário na praia, o Greenpeace busca possibilitar a construção de uma leitura não habitual sobre este espaço, visando enfatizar aspectos que, em geral, não estão inteligíveis na vida ordinária. De acordo com Marzochi (2009), o Greenpeace utiliza cenas extraordinárias e incomuns para expressar uma mensagem que se compõe por um arranjo visual. Podemos pensar que, em sentido próximo, a concepção de política para os grupos da guerrilha da comunicação também não parte de uma ideia de movimentos de massa, mas, sim, de politizar o espaço público, ainda que de forma transitória, por meio de cenas e ações cotidianas que convidam a plateia a movimentos de reflexão e questionamento, podendo, desta maneira, imprimir novos sentidos na ordem imperante.

Estas cenas configuram aquilo que Rancière (2009, 2012) denomina de “micro-política” (2009, 2011): inscrições no simbólico que possibilitam a emergência dos processos de subjetivação política. Entendido como um movimento operado pelo princípio da igualdade- aqui podemos compreender a igualdade de possibilidades e espaço de emergência do discurso capitalista/consumista e ambientalista/sustentável-, a subjetivação política ocorre quando há a emergência de um novo campo *sensorium*, uma nova maneira de sentir, entender e pensar a realidade que ainda não tinha o seu lugar, implantando uma nova miríade de possíveis que abre e suspende, ainda que temporariamente, o curso ordinário das coisas:

A política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. (Rancière, 1996, p.47)

Partimos do entendimento que o Greenpeace, bem como outros sujeitos coletivos dos movimentos ambientalistas, buscam produzir uma outra forma de subjetivação no que tange à relação homem/natureza que não possui uma parte legitimada na ordem vigente (capitalista/consumista), a qual não possui o mesmo entendimento de sociedade que estes movimentos. Surge, então, o desentendimento entre dois mundos, em que o mesmo objeto (a natureza, o planeta) é significado e subjetivado de forma antagônica.

Um exemplo do desentendimento (Rancière, 1996) aparece na pesquisa, quando Martin nos fala sobre a pesca de arrasto que acarreta, em média, a morte de 80% dos peixes pescados, que são, em seguida, devolvidos ao mar. Finaliza a entrevista dizendo, com lágrimas nos olhos: *“Eso es muy fuerte, no? es una pena, y el Gobierno lo apoya, no tiene sentido...”*. Para o Estado, o peixe é apenas um animal que entra na lógica mercadológica (este tipo de pesca é substancialmente mais rápida e barata), mas, para Martin, o peixe é um ser vivo que tem de ser respeitado. O litígio configura-se no embate destas duas formas de apreender a realidade que irão disputar seu lugar e sua legitimidade na partilha do sensível.

O desentendimento, conforme Rancière (1996), não se trata de desconhecimento, ignorância ou mal entendido, mas um conflito entre interlocutores em que “aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa” (p.12) que é inerente às relações sociais. Conforme o autor, a comunidade é constituída pelo dissenso já que “o logos que circula nas relações sociais se pauta no desentendimento pois, por condição de partilha do sensível, os modos gramaticais intersubjetivos não se compreendem”(p.35), demarcando a condição inexorável do litígio nas relações sociais e, também, conforme (Pallamin, 2010), a presença da desigualdade como inerente ao vínculo social.

Podemos compreender que o Greenpeace, por meio de uma série de atos, produz uma enunciação que, em geral, não está contabilizada na partilha do sensível, logo, fica impedida de possibilitar a emergência de determinados tipos de experiência. O chamado “momento político” (Rancière, 2011a) configura-se como um ato de palavra em que novas enunciações são inscritas na ordem simbólica e acabam por reconfigurar, politicamente, a divisão do sensível.

A política emerge quando “entra en juego en el mismo momento en que se vuelve claro que los equilibrios- de poblaciones, de presupuestos u otros-, que los poderes manipulan- conllevan- una imagen de la comunidad” (p.10). Na tentativa de descristalizar esta imagem congelada da comunidade, o Greenpeace constrói uma outra cena para evidenciar, colocar em *aisthesis*, uma gramática interpretativa- nesta ação, sobre a preservação dos oceanos- que se encontrava em uma condição de invisibilidade e inaudibilidade.

De forma semelhante aos grupos da chamada guerrilha da comunicação, o Greenpeace, por meio de um ato inesperado e incomum, provoca uma perturbação na gramática prescritiva da percepção, gerando confusões e fissurando a forma hegemônica de compreender os fatos: “(...) si de repente pasa algo inesperado que invierte las reglas, que las ridiculiza o las hace absurdas, tal distanciamiento puede actuar como una oferta, en el sentido de mostrar que lo imposible es posible” (Blisset & Brunzels, 2006, p.48). Atos políticos provocam a partilha do sensível, justamente por

mostrar que esta poderia ser diferente, que o campo dos (im)possíveis são históricos, transitórios e frágeis, revelando a vulnerabilidade da *arkhé*.

Evidente que não há como prever os processos que serão desencadeados pelos sujeitos que se deparam com estas intervenções, contudo, Rancière (2010b, 2012b) aponta a falaciosa ideia de que o espectador possui uma postura passiva, pois, ainda que distante do espetáculo que lhe é proposto, o espectador é sempre ativo na sua interpretação:

Tenemos que suponer a los espectadores la capacidad de percibir la complejidad del dispositivo que proponen y dejarles libres para construir por si mismos el modo de visión y de inteligibilidad que supone el mutismo de la imagen. La emancipación pasa por una mirada del espectador que no sea la programada (Rancière, 2010b, p.5).

Na proposta da guerrilha da comunicação também há um entendimento de que a reação ou recepção do público diante dessas intervenções é imprevisível, tanto em relação à pessoa que é atacada, como, também, em relação aos participantes involuntários, isto é, o público que estava no momento e no local onde foi realizada a ação performática. Justamente por ser marcada pela imprevisibilidade, ela possibilita “tambalear el consenso hegemónico por unos instantes y dividir la opinión pública”, funcionando não como um operador de esclarecimento e informação, mas como “una oferta placentera que les abres nuevos horizontes de reflexión... la crítica resulta de la propia situación” (p. 8), demarcando que “lo importante, pues, no sólo es lo que se critica, sino también el ‘cómo’ de la crítica” (Blisset & Brunzels, 2006, p.10).

Ainda buscando dar visibilidade e problematizar a relação que o Estado (no caso, o Governo do México) estabelece com o controle da qualidade do oceano, o Greenpeace realiza um protesto em frente à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais, localizada na Cidade do México. Os ativistas, utilizando trajes de banho, ocuparam a rua e montaram uma cena em que banhistas desfrutam de um dia de praia, no centro da Cidade do México, e outros se protegem da poluição dela oriunda:



Uma cena incomum, quando inscrita no cotidiano da comunidade, vem desestabilizar os lugares, identidades, funções e competências que estruturam a ordem vigente, possibilitando novas maneiras de (re)partir o sensível, reconfigurando a (des)legitimação da palavra, do corpo, do discurso e da experiência.

Assim, ao usar elementos que propiciam a ruptura da vida ordinária, o Greenpeace pode politizar a esfera pública, possibilitando novos processos reflexivos e críticos por meio da afecção de uma imagem ou de uma cena. Assim, tem a possibilidade de operar como um mediador dos processos de subjetivação política, instaurando momentos democráticos na cena cotidiana.

De acordo com a pesquisa de Lycarião (2008), as ações diretas do Greenpeace, entendidas como “ações espetaculares” na teoria da comunicação (Lycarião, 2008, 2010), são caracterizadas por um forte apelo visual e dramático que buscam receber visibilidade e



gerar notícia nos meios de comunicação de massa. As ações espetaculares são caracterizadas pela utilização de uma “gramática espetacular discursiva”, com forte apelo dramático e visual. Conforme o Lycarião (2010), o Greenpeace se destaca por se inserir no espaço dos *media*, por meio de ações de carácter espetacular, as quais utilizam estratégias e atos comunicativos para mobilizar a opinião pública, combinando imagens irresistíveis às câmeras nas reivindicações políticas.

Nos estudos da comunicação há uma polémica quanto à efetividade das ações espetaculares no que tange a absorção e reflexão por parte do receptor. Lycarião (2010) entende que há um processo de reflexão e profundidade na ação espetacular, pois, ela “oferece as condições semânticas necessárias para conferir uma abordagem do problema político” (Lycarião, 2010), defendendo que o espetáculo não descredencia as práticas comunicativas do Greenpeace como saudáveis à esfera pública. Ao contrário, provocam um “tensionamento da competição discursiva e como consequência a produção de uma esfera pública mais vibrante” (p.16).

Concordamos com a postura teórica de Lycarião (2008, 2010), pois entendemos que as ações diretas do Greenpeace não se configuram como formas espetacularizadas do poder, que buscam, como propunha Walter Benjamin, manipular as sensações no campo político de tal maneira a engessar uma determinada inteligibilidade (Rancière, 2010b). Entendemos que são ações que, por meio da dramaturgia e do escândalo, podem se configurar como desregulatórias da partilha do sensível, ampliando os espaços dissensuais, intensificando os processos democráticos, na medida em que lutam

contra la máquina interpretativa que sin cesar borra la singularidad de las circunstancias y la reinscribe en las categorías de la dominación... La política solo existe por la acción de sujetos colectivos, pero la propia consistencia de los mundos alternativos que estos construyen depende de la batalla incesante de las interpretaciones- estatales, mediáticas, científicas y otras- que se apropian de ellos. (p.13)

Nem sempre o protesto espetacularizado se transforma em mercadoria, como nos aponta Rancière (2012b), já que ele também pode se configurar como um novo *sensorium*, uma nova experiência, uma nova maneira de construir o mobiliário urbano (2012a), servindo de mediador para movimentos de subjetivação política, já que a inscrição de um espetáculo, de palavras, de imagens e de performances “podem mudar alguma coisa no mundo em que vivemos” (p.26) e, quem sabe, romper com a pluralidade de lógicas de dominação e possibilitar a emergência de espaços mais igualitários.

Por meio das ações performáticas, o Greenpeace constrói “práticas estratégicas capazes de chamar a atenção dos agentes midiáticos ou de gerar fatos noticiáveis, através de recursos para agregar importância, impacto e atualidade aos episódios” (Lycarião, 2010, p.65). Além de superar a indiferença sistemática que os meios massivos reservam aos movimentos sociais e às associações civis voluntárias, o Greenpeace inclui estratégias e elementos “não racionais no âmbito da esfera pública normativa” (Lycarião, 2010, p.66)<sup>15</sup>, inscrevendo momentos e cenas políticas no cotidiano da comunidade.

A política não ocorre nas tentativas de equilibrar os lucros e perdas (aritmética) ou quando se busca harmonizar a proporção geométrica das parcelas da comunidade (geometria), mas, sim, quando “a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela” (1996, p.26). E, isso, de acordo com Rancière (1996), só pode irromper de uma maneira litigiosa, configurando a política como um ato escandaloso: “o que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento” (p. 14).

A política, assim, se manifesta por meio de um ato que revela e denuncia o dano com intuito de “estabelecer uma cena para

---

<sup>15</sup> Diferente de Lycarião, entendemos o que ele denomina de “elementos não-racionais” como “elementos estéticos”, já que não partimos de um entendimento dicotômico entre razão/emoção.

o interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la já que ela não existe” (p.39), existindo apenas em determinados momentos: “esto no quiere decir que se dé mediante destellos fugitivos sino mediante la construcción de escenas de *dissensus*” (Rancière, 2011,p.11).

O que fica invisibilizado na partilha do sensível hegemônica é o dano causado no ambiente quando a sociedade não se pauta no princípio da sustentabilidade. Sendo assim, o Greenpeace busca conquistar uma parte nesta partilha de modo a propiciar novas formas de a sociedade se organizar, rompendo com um modelo congelado e naturalizado de existência, pautado na ideologia capitalista. Neste sentido, as ações diretas do Greenpeace buscam “ocupar un lugar donde se redistribuyen las relaciones entre los cuerpos, las imágenes, los espacios y los tiempos” (Rancière, 2012, p.32), reconfigurando a experiência e possibilitando a construção de novas inteligibilidades.

Na entrevista, Saulo cita a ação direta realizada no escritório de Eike Batista e se indigna com o fato de a empresa colocar uma plataforma no limite do Parque Nacional de Abrolhos, onde *“todo mundo sabe que tem uma importância para a biodiversidade brasileira absurda, desde a comunidade pesqueira da região, até o turismo e, enfim, o valor intrínseco do ecossistema”*, e, permitir a exploração de petróleo nesta região *“é no mínimo um absurdo gigante”*:

*“Não estamos falando que não é pra explorar, mas se é pra explorar, vamos ter algum critério. Então, o nível do absurdo é tão grande, que a gente tem que dar uma resposta no mesmo nível, à altura. Então, tanto a ironia como a agressividade cai bem neste sentido. É uma ironia você barrar um prédio, impedir a entrada de funcionários durante um dia inteiro, sujar tudo, ter que ser expulso pela tropa de choque, tem um tom de agressividade, como também é extremamente agressivo colocar uma plataforma no limite do Parque em Abrolhos”.* (Saulo)

A ideia de ocupar um espaço usando a fantasia, correntes, sujeira provoca um certo escândalo que vem perturbar o curso ordinário do funcionamento desta empresa, expressando, de forma

exagerada e escandalosa, sua forma de apreender a exploração de petróleo em Abrolhos. A ONG busca inscrever uma determinada inteligibilidade sobre esta questão no cotidiano do viver comum que, conforme o discurso de Saulo, para lidar com algo tão escandaloso, somente lidando com este de maneira semelhante, ou seja, por meio de um ato escandaloso.

Da mesma maneira, Jairo aponta em sua entrevista que as empresas petrolíferas são *“tão poderosas, possuem tanta influência no mundo, afinal, petróleo é a base da sociedade capitalista”*, que seria ingênuo supor que um pedido oriundo de ambientalistas, por meio de uma carta, trouxesse alguma transformação: *“inviável, né? Tipo, ‘por favor Sr. Shell, S., Repsol, vocês podem parar de explorar esta região pois prejudica a biodiversidade, a saúde dos moradores...’. Sem chance de impacto, né?”* (Jairo)

Na leitura de Rancière, a política não emerge por meio de pedidos, acordos ou consensos, ao contrário, surge por meio de atos paradoxais e escandalosos que buscam revelar o litígio (1996):

um mundo comum efetua-se assim numa encenação paradoxal que coloca juntas a comunidade e a não-comunidade. E uma tal conjunção remete sempre ao paradoxo e ao escândalo que perturba as situações legítimas de comunicação, as divisões legítimas dos mundos e das linguagens, e redistribui a maneira como os corpos falantes estão distribuídos numa articulação entre a ordem do dizer, a ordem do fazer e a ordem do ser. A demonstração do direito ou manifestação do justo é reconfiguração da divisão do sensível. (p.66)

As reivindicações dos diferentes sujeitos políticos ambientalistas, como o Greenpeace, se sustentam na demonstração e argumentação do que é justo no desenvolvimento socioambiental da sociedade. Nestes casos, então, entramos para a arena do conceito de justiça ambiental (Lima, 2010), a qual compreende que a cidadania é composta pela democratização de acesso aos serviços públicos e básicos para a manutenção da vida que são, por condição, sociais e ambientais.

Na ação contra as petroleiras que exploram a região de Abrolhos, uma polêmica se instaura: o que e para quem seria justo e injusto explorar esta área? Quais são as prioridades que têm sido protegidas por estas empresas? Qual o lugar de legitimidade que os moradores desta região e a biodiversidade têm ocupado nesta atividade? Quais os efeitos socioambientais que ocorrem ou poderiam ocorrer por meio desta atividade de exploração?

Sob esta lógica, podemos compreender que a luta ambiental é uma luta política, pois envolve um litígio na partilha do sensível que está atrelado ao campo dos direitos materiais e simbólicos, já que envolve uma disputa por espaço, recursos e reconhecimento. Podemos supor que as ações do Greenpeace visam encenar este mundo paradoxal em que há um litígio sobre as formas de compreender e lidar com o meio ambiente, buscando, por meio desses atos, manifestar a relação do justo/injusto a partir de sua inteligibilidade. Contrapondo-se a visão racional e consensual de política, Rancière (2006) defende que a base da racionalidade política é o dissenso, entendido como algo que vai além do:

simplesmente valorizar diferença e conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou da maneira de sentir que a política deveria respeitar. É a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria... a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão. (p. 368)

Sendo assim, o dissenso não é produzido nestas cenas paradoxais que o Greenpeace e outros coletivos inscrevem no simbólico, ele se localiza anterior a isso, ou seja, a própria forma de partilhar o sensível já está sustentada por uma lógica hierárquica e desigual, recortando o viver em comum de maneira litigiosa e paradoxal. Mais do que um simples conflito de diferentes opiniões, o dissenso é fruto do próprio processo contingencial que rompe com o princípio da igualdade, estabelecendo e legitimando de maneira desigual os corpos, identidades, grupos, funções e competências.

Ainda que por condição a forma de partilhar o sensível seja dissensual, o “mal estar” na/da sociedade pode ser manejado por meio da verificação da igualdade, ou seja “mesmo que este dano não seja solucionável, nem por isso é intratável” (1996, p.51), podendo ser subvertido, deslocado, modificado, suspenso temporariamente por meio de “dispositivos de subjetivação que o fazem consistir como relação modificável entre partes, como modificação mesmo do terreno no qual o jogo é jogado” (1996, p. 51).

Dessa maneira, é possível pensar na emancipação por meio de jogos, cenas e atos de palavras que, através de atos escandalosos e litigiosos- como algumas ações diretas do Greenpeace-, deslegitimam a naturalização da hierarquia, reconfiguram a disposição dos corpos e vozes, alteram a experiência coletiva, fazendo ser aparentes, escutados e sentidos novos campos sensíveis, possibilitando, assim, a elaboração de novos processos de subjetivação que não tinham, até então, seu espaço nesta partilha.

Temos compreendido que algumas ações do Greenpeace têm se mostrado como a encarnação do *demos* que desestabiliza a *arché*, funcionando como um desregulador na partilha do sensível, fazendo emergir discursos e formas de inteligibilidade que estavam inexistentes sob a égide da lógica consensual que camufla o embate de universos litigiosos e que institui o viver comum, naturalizando uma forma de viver sob os princípios capitalistas. Conforme Rancière (2012b), o sujeito político:

es un operador de división del arjé... es un nombre singular de la operación que vuelve a dividir al arjé mediante un nuevo modo de recuento de los no contados o de inclusión al excluido... es un modo de subjetivación que mantiene una brecha entre dos identidades: entre un sujeto de un dispositivo de enunciación... y el nombre de un universal singularizado. (p.48)

Quando questionada sobre uma ação direta que foi significativa, Luana também cita a ação realizada na empresa OGX (Rio de Janeiro). Luana conta que a região marinha do parque de Abrolhos é um local que está ameaçada por blocos de exploração de petróleo e, segundo ela, pouca gente no Brasil possui conhecimento deste fato e suas respectivas consequências (risco de vazamento,

extinção de espécies, riscos de saúde para a população que habita nas proximidades): *“Então, quem vai lá? Só mergulhadores, pesquisadores e ambientalistas. Só este público não vai conseguir jamais fazer parar a exploração de Abrolhos, precisamos de mais gente”*.

Luana traz, em seu discurso, que a exploração de petróleo em Abrolhos - e suas respectivas consequências para o meio ambiente e moradores-, está no campo da invisibilidade, não possui uma *aisthesis* na partilha do sensível da maior parte das pessoas. Neste sentido, para conseguir dar uma parte a este discurso até então sem parte, é necessário dar um corpo, uma voz, um sentido para que seja inscrito na ordem simbólica de forma a revelar o dissenso sobre esta questão (universo dos ambientalistas, do Estado, das petroleiras....), possibilitando que esta seja tensionada e polemizada pela e na sociedade.

Destaca que este *‘mais gente’* não é, em sua maioria, contrário a exploração de petróleo, pois, *“o petróleo move o mundo... para usar seu carro, vestir sua roupa, você precisa do petróleo, o petróleo move o mundo”*. Além de visibilizar e polemizar esta questão, é necessário também sensibilizar, afetar as pessoas que, em geral, não são contra a exploração do petróleo, já que dependem intensamente dele para realizar suas atividades cotidianas.

Neste dilema de querer atrair pessoas adeptas a não exploração do petróleo em Abrolhos, Luana conta que escolheram como alvo do ataque a empresa de Eike Batista – a empresa OGX, que é uma das empresas que explora nesta região, assim como a Petrobrás e Shell- pois pensaram que atacar uma figura tão popular como Eike (*“O Eike Batista foi escolhido por ser um cara vaidoso, altamente popular, milionário e que atrai muita admiração das pessoas”*- Luana), pudessem ganhar mais visibilidade pública.

Neste modelo de formar a ação política, o Greenpeace aproxima-se de uma lógica propagandística, no sentido de buscar uma ferramenta de comunicação- pessoas midiáticas- que gere um nível ampliado de audiência. De acordo com Castells (2010), o uso de pessoas famosas é frequente nos protestos políticos

contemporâneos, seja para gerar apoio ou oposição, com intuito de despertar interesse nos veículos de comunicação e gerar processos identificatórios (positivos e negativos) por parte do espectador.

A ação direta ocorreu na empresa OGX, em 2011, no saguão do edifício onde funciona a empresa na cidade do Rio de Janeiro. Conforme Blisset & Brunzels (2006), a escolha do local onde a ação performática será realizada não é de forma aleatória, ao contrário, está atrelada ao universo simbólico espacial que estrutura as relações de poder na cidade. Neste sentido, a escolha do alvo (Eike Batista e empresa OGX) está relacionada ao status que ele ocupava na ordem simbólica vigente daquele momento histórico.

Luana conta que, antes de realizarem a ação direta, o Greenpeace tentou negociar (via telefone, e-mail e cartas) com a OGX, na tentativa de retirar esta empresa da atividade exploradora em Abrolhos. Como não obtiveram resposta da empresa, os ativistas, fantasiados de baleias e utilizando uma coleira no pescoço e uma máscara do Eike Batista<sup>16</sup>, ocuparam o saguão do edifício e acorrentaram-se entre si, sugerindo o aprisionamento dos animais por causa da exploração de petróleo realizada pela empresa nesta região.

Além disso, jogaram um produto líquido e preto, insinuando ser óleo combustível, metaforizando a sujeira realizada no oceano pela base petrolífera, objetivada nos esguichos de “óleo” no saguão da empresa, que era “*tudo limpinho, branquinho...*” (Luana). Manchar de preto o que era “branquinho” é uma maneira de perturbar o que antes estava organizado, sujar o que estava limpo, desestabilizar o que estava aprumado e, desta maneira, provocar um litígio que venha a escandalizar e polemizar uma determinada questão conflitiva (a exploração em Abrolhos). A política, conforme Rancière (2012b), “es un momento, un desplazamiento de los equilibrios y la instauración de otro curso del tempo” (p. 141), algo intentado e provocado nesta ação específica.

---

<sup>16</sup> A coleira foi utilizada em alusão ao episódio em que a esposa de Eike Batista, Luma de Oliveira, desfilou na escola de samba durante o Carnaval com uma coleira no pescoço a qual estava escrito o nome do seu respectivo marido.





Neste ato, notamos uma universalização, polemização e singularização de determinada questão, elaborando novos recortes do sensível, revelando a distorção sensível que o *arché* inscreve no discurso ambiental- dando a este um determinado (não)lugar, (não)função e (in)competência-, funcionando como um dispositivo de outra miríade de possíveis nas produções de inteligibilidade.

A política é a instituição do litígio que emerge com a aparição do sujeito político- entendido tanto como sujeito coletivo e dispositivos de subjetivação - que rompem com a configuração sensível, na qual se definem as partes e parcelas, ou sua ausência, a parcela dos sem parcela, fazendo ser visto o que não cabia ser visto na ordem vigente:

Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (Rancière, 1996, p.42)

A base da política, de acordo com Rancière (1996, 2006, 2011b), sustenta-se na demonstração argumentativa e na metaforização que são ferramentas linguísticas que criam e redescrevem a experiência comum, funcionando como dispositivos de subjetivação política que possibilitará a erupção de um novo *sensorium*, uma nova forma de experienciar a realidade.

A demonstração e argumentação, processos que sustentam a subjetivação política, faz-se a partir de uma multiplicidade de jogos argumentativos e implica a identificação de um enredo argumentativo a uma voz e a um corpo. A demonstração não “é apenas uma denúncia de uma inconsequência ou de uma mentira do universal, é a encenação da contradição mesma da lógica policial da lógica da política” (p.53), ela submete os enunciados à sua validade, confronta e argumenta produções discursivas, visibilizando e polemizando os regimes discursivos, seus sentidos e suas *aisthesis*.

Podemos considerar que as ações performáticas do Greenpeace realizam a argumentação por meio da encenação do litígio, atribuindo a um corpo (a baleia, o vaso sanitário, o urso polar...) o seu discurso e sua inteligibilidade, inserindo estes objetos em um outro lugar na cadeia discursiva, reconfigurando a partilha do sensível de forma a inscrevê-los em um lugar de legitimidade na hierarquia do *arché*.

A argumentação e a demonstração realizam um reagenciamento da relação entre a palavra e sua contagem- para Rancière (1996), a política não é palavra, mas a contagem da palavra-, reconfigurando o sensível na medida em que “recorta os campos e os poderes do *logos* e do *phoné*, os lugares do visível e do invisível, e articula-os na repartição das partes e das parcelas” (p. 51). Nesta ação, podemos pensar que o Greenpeace busca inserir a

questão da exploração/conservação do meio ambiente em um campo de uma visibilidade pública, rompendo o *topos* de ruído e o elevando ao status de discurso.

Luana conta que o Greenpeace buscava “*achar formas de atrair as pessoas para a questão do petróleo*” e, como o argumento “não use petróleo” é considerado pela ONG como inviável<sup>17</sup>, já que entendem a sua necessidade para operacionalizar as atividades cotidianas, o Greenpeace busca construir uma argumentação demonstrativa que sensibilize a comunidade, de forma a polemizar a maneira com que se relaciona com a produção e o consumo de energia (a proposta dos movimentos ambientalistas é aumentar o investimento nas fontes renováveis de energia). Luana explica que em Abrolhos vivem as baleias Jubarte, que é uma espécie ameaçada de extinção, e, por isso, elegem a baleia como o símbolo da argumentação demonstrativa pois:

*“a gente achava que usar estes animais que são encantadores, que as pessoas acham as baleias bonitinhas, quem já viu uma baleia se encanta... seria uma forma de atrair este outro público, pra que eles apoiassem a ideia de que não tem que haver exploração de petróleo em Abrolhos”.* (Luana)

A criação de uma cena escandalosa, dramática e exagerada busca provocar a forma de apreender o sensível e possibilitar novos agenciamentos de palavras e inscrições de novos sentidos: imprimir à região de Abrolhos não apenas como um lugar paradisíaco, mas, também, um local que está sendo foco de exploração de petróleo, colocando em litígio dois regimes discursivos (capitalista X ambientalista), e polemizar tal questão (os efeitos da exploração de petróleo na região de Abrolhos para o meio ambiente/sociedade). De forma alguma entendemos que a inscrição de um novo sentido na comunidade faz com que a causa em questão seja resolvida, mas, a

---

<sup>17</sup> Sob a perspectiva de Castells (1999), o discurso do Greenpeace é compreendido como moderado, como citado anteriormente, visto de forma positiva pelo autor, pois entende que este possibilita que a incorporação de seus valores e suas metas por partes de grandes empresas do sistema globalizado.

ordem vigente será, em alguma medida, interpelada e questionada, produzindo um outro regime possível de visibilidades:

*“Então você vai lá, se acorrenta na empresa do Eike Batista, você não tá parando a empresa dele, o petróleo continua sendo extraído em Abrolhos, mas você está no escritório dele. Mas, este monte de baleias se debatendo no óleo chama atenção para um problema que é muito sério, mas de uma forma mais divertida. Ai, as pessoas que não estão dispostas a abandonar o carro, mas ficam superpreocupadas com as baleias, que é um animal emblemático, se sentem mais atraídas. Então, você consegue atrair um público que não, necessariamente, é um ambientalista. É uma estratégia para contagiar as pessoas que não estão engajadas com a causa. Isso é uma ação que mistura uma irreverência, uma sátira e tentando com isso atrair outras pessoas.”* (Luana)

Ações como esta, de caráter performático, possuem como meta não um objetivo pragmático a ser alcançado, mas buscam, conforme Oliveira (2006), se configuram como uma experiência que venha afetar, mobilizar e dilacerar a plateia.

O fato de não ter conseguido barrar a exploração de petróleo em Abrolhos por meio desta ação, não a descredencia de ser um instrumento fortalecedor de processos emancipatórios: em primeiro lugar, porque, conforme Rancière (1996, 2012c), a democracia se constitui por um conjunto de atos dissensuais e, em segundo, porque a política se faz por meio da produção e sensação de novas experiências, e não por meio do alcance de determinadas metas- esta visão mais pragmática e assertiva está muito mais próxima ao conceito de política (Rancière, 2011a, 2006, 1996).

Compreendemos que ações desta natureza vem dar visibilidade a uma questão ambiental que não está no cômputo das decisões econômicas internacionais, ela não tem o seu “quinhão” nesta partilha do sensível e, por meio de um ato estético e político, o Greenpeace tem a possibilidade de perturbar a organização e legitimação da disposição dos corpos no viver comum, questionando as (in)competências e funções de falar e decidir sobre os assuntos coletivos. Afinal, quem tem competência, lugar e função de discursar sobre as questões ambientais? Elas estão no grupo dos “contados” no

agenciamento hegemônico do sensível? Ou é uma gramática interpretativa que emerge na ordem vigente como o sem-sentido, o ruído, o *phoné*?

Este tipo de ação na esfera pública possibilita uma experiência sensível que “confunde materialmente a distribuição dos lugares e das funções, é uma experiência que confunde a relação funcional das identidades sociais e dos equipamentos corporais” (Rancière, 2011b, p.3), pois confunde e embaralhara, ainda que de forma fugaz, a relação funcional das identidades sociais e do equipamento corporal: para que chamaram a Tropa de Choque? Qual era o crime cometido? O que a polícia poderia fazer?

Além disso, um ato político redistribui materialmente a posição dos corpos na esfera pública: estavam acorrentados onde não deveriam estar, falando de coisas que não devem ser faladas, mostrando uma cena que devia estar invisível, inscrevendo um “momento político” no cotidiano do Rio de Janeiro, pois, “la temporalidad del consenso es interrumpida, cuando una fuerza es capaz de actualizar la imaginación de la comunidad que está comprometida allí y de oponerle otra configuración de la relación de cada uno con todos” (Rancière, 2011b, p. 11).

Ao interromper o curso ordinário das coisas- dificultando, como nos conta Luana, a entrada e saída de funcionários da empresa OGX, causando tumulto na empresa e na rua...- o Greenpeace atrai uma plateia que, sem termos pretensões e condições de hipotetizar o que significa esta cena para ela, de alguma maneira, são mobilizadas, seja pela curiosidade, estranhamento, interesses... e se aglomeraram em torno do edifício da OGX durante esta intervenção.

A argumentação e a metaforização servem para revelar e inscrever um entendimento que está em litígio. Assim, é preciso montar uma cena argumentativa que inscreva no simbólico o objeto dissensual em questão, fornecendo elementos que possibilitem a criação de novas gramáticas discursivas e interpretativas, ampliando as possibilidades de experienciar a vida coletiva. Por meio destes atos performativos o Greenpeace instaura cenas argumentativas que

são

forma de acción mediante las cuales se modifican las coordenadas de lo posible y la relación de pertenencia a un colectivo... que desarma un monopolio de la palabra legítima... para abrir un espacio de investigación donde se permita hablar a cualquiera, a condición de que someta su palabra a la verificación y ponga a prueba su capacidad de hacer que resuene el poder de una acción y que amplíe el espacio de esa resonancia (2011b, p. 12).

Nestas cenas argumentativas, demonstrativas e metafóricas o universal se impõe como algo da ordem contingencial, colocando “em jogo de maneira singular, sob a forma de casos em que sua existência e sua pertença estão em litígio. Ele sempre está em jogo de maneira local e polêmica, ao mesmo tempo é aquilo que obriga e como aquilo que não obriga” (Rancière, 1996, p.66), conferindo o caráter singular, polêmico, litigioso e paradoxal do universal presente em todo ato político.

O processo de subjetivação política pressupõe uma demonstração em que há, necessariamente, a presença do outro, ainda que este se recuse a aceitar a argumentação, ou evidências deste processo argumentativo. Ao contrário da perspectiva habermasiana que aposta nas “luzes da racionalidade comunicativa” (Rancière, 1996, p.54), para este autor não há consenso no processo de emancipação. Como não há comunicação sem danos, a lógica da subjetivação está sempre implicada numa impossível identificação completa em que há sempre um resto, ou seja, há uma parcela que não será identificada no todo, fazendo emergir, necessariamente, conflitos e disputas. O *demos* (povo) para este autor, não é a soma das partes da população, é justamente o resto que não entra nesta contagem.

Neste sentido, Rancière (2010a) define que a lógica da subjetivação política é “um polêmico lugar comum para o tratamento da injustiça e a demonstração da igualdade” (p.9). Para o Greenpeace, algumas ações do Estado e das grandes incorporadoras são injustas para o desenvolvimento sustentável, sendo assim, por meio de suas intervenções buscam efetivar a verificação da igualdade

no tratamento da injustiça ambiental, fazendo o “barulho” dos ambientalistas se tornarem discurso, ou seja, serem contados nos momentos de tomadas de decisões públicas em níveis internacionais, nacionais e locais.

Entendemos que ações deste tipo podem realizar “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (Rancière, 2005, p.16), constituindo uma nova maneira de apreender o real que possibilita a construção de uma “experiência sensível desconectada das condições normais da experiência sensível e das hierarquias que estruturam” (Rancière, 2005b, p.9). Dessa forma, há a possibilidade de romper momentaneamente os pilares desta estrutura, podendo ensejar novos modos de apreender e constituir a ordem vigente. Um novo recorte sensível, constituído por atos litigiosos, podem reconfigurar a partilha do sensível de um modo mais igualitário.

Ao realizar uma avaliação dos efeitos desta ação, Luana aponta quais são os objetivos do Greenpeace nas ações diretas que é, fundamentalmente, fazer um trabalho de denúncia, protesto, divulgação e expansão das informações que não circulam no cotidiano das pessoas:

*“Então, assim, parou a exploração de petróleo em Abrolhos? Não parou, mas muito mais gente se envolveu na causa. O Diretor desceu para te receber? não desceu, mas deu uma visibilidade maior. Então hoje, as vezes eu tô numa conversa na rua, eu falo algo de Abrolhos, um monte de gente diz, ‘ah, o Greenpeace invadiu o escritório do Eike Batista...’ Então assim, gerou um impacto, um monte de gente viu que nem estava nos arredores da ação... isso é muito legal porque tem impacto! Até o dia desta ação, nós tínhamos 60 mil assinaturas coletadas, depois deste dia, subiu para 120 mil.” (Luana)*

O Greenpeace busca provocar uma perturbação, transformando a rua, entendida como espaço de circulação pela polícia, em espaço político, em que se discutem assuntos da comunidade. Neste tipo de ação, visam tornar voz o que antes era ruído, deslocando as funções das partes da comunidade, já que

aqueles que agora gestam a discussão e exercem o comando- o Greenpeace-, não foram pessoas destinadas a esta função. Sendo assim, o dissenso, antes de ser uma oposição entre o governo e pessoas que o contestam, caracteriza-se por ser um conflito sobre a própria configuração do sensível:

Os manifestantes põem na rua um espetáculo e um assunto que não tem aí o seu lugar.... O dissenso tem assim por objeto o que chamo de recorte do sensível, a distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos de que neles se trata ou não, e dos atores que têm ou não motivos de estar aí para deles se ocupar. (Rancière, 2006, p.373)

A partir deste ato político, um litígio foi causado, desestabilizando a partilha do sensível e a divisão de suas partes, subvertendo, ainda que de maneira fugaz e transitória, a relação dos contados/não-contados, publicizando um discurso rechaçado pela lógica vigente (o sistema capitalista não sobreviveria em meio a uma partilha do sensível sustentada pelos princípios da sustentabilidade, em que o meio ambiente, e não mais o acúmulo de riquezas, estaria no cerne do sistema).

Em abril de 2009, ativistas do Greenpeace escalaram de rapel a ponte Rio-Niterói, a principal ponte desta cidade, interrompendo o tráfego, provocando um trânsito, e estenderam uma grande faixa com a mensagem: *“World leaders: climate and people first”*- Líderes mundiais: climas e pessoas em primeiro lugar! O objetivo era chamar a atenção da sociedade e do G-20, já que neste dia ocorreria a reunião dos 20 países mais ricos do mundo nesta cidade. Esta ação foi executada por 20 ativistas, brasileiros e estrangeiros, em que todos, assim como os carros utilizados pela organização, foram detidos (VIDE ANEXO N).

A primeira foto a seguir retrata o momento em que os ativistas/escaladores penduram-se na ponte estendendo uma imensa faixa, buscando tornar visível e audível a questão climática. Dessa forma, há uma desregulação na partilha do sensível, pois, por meio de uma perturbação da vida ordinária da ponte Rio-Niterói, o Greenpeace litigia a relação dos contados/não-contados, questionando e (re)delimitando um dentro-fora: afinal, quem faz



parte da reunião do G-20? Por quais atores e discursos o G-20 toma suas decisões? Quem e o quê está dentro e fora do G-20?



Uma ação como esta inscreve na ordem simbólica do Rio de Janeiro um elemento que é, em geral, “esquecido” nas conferências econômicas mundiais. Podemos considerar que se trata de uma cena que busca revelar um dano existente no universo dos ambientalistas e inexistente no mundo capitalista, intervindo na esfera pública, de

forma escandalosa e exagerada, para chamar atenção sobre o dissenso e o desentendimento entre estes dois mundos.

hay política en general, siempre que exista un modo propio de la subjetivación de esta institución polémica en la comunidad. La política requiere, por ende, sujetos muy específicos: sujetos que no son partes reales de la comunidad o del Estado... sino instancias polémicas que reinscriben el alejamiento/la distancia de la comunidad política en toda comunidad del arjé. (Rancière, 2012b, p.47)

Conforme Rancière (1996), é preciso inscrever uma cena que denuncia o litígio, que presentifica e visibilize um processo argumentativo para que o seu interlocutor, ainda que não queira, tenha que reconhecer a presença deste que, até então, era inexistente. Neste sentido é que um ato político, para que seja visibilizado, tenha que encenar de forma exagerada para ser visto e ouvido pelo seu interlocutor. Esta perturbação na ponte Rio-Niterói revela as funções e competências de cada um, mostrando que a reunião do G-20 pode ser compreendida como um dispositivo de ordenação, classificação e nomeação, e, neste ato, o Greenpeace opera como um sujeito do litígio, que desordena, desclassifica e desnomeia, configurando o privilégio da palavra a um, e o ruído ao outro.

Ao inscrever a universalidade singular e polémica de uma demonstração, revelando o dano da *arkhé* que, contingencialmente, institui a parte/sem parte, visíveis/invisíveis, audíveis/ruídos. O Greenpeace escancara o litígio entre um modo de vida pautado em uma lógica sustentável e outra em uma lógica capitalista/desenvolvimentista, buscando deslegitimar o dentro-fora instituído pelo G-20. Assim, busca instaurar novas possibilidades de inteligibilidades e sentidos que, para o Greenpeace, deveriam estar no dentro, mas estão no fora.

O dano revelado pelo Greenpeace – o não lugar da preocupação ambiental na reunião do G20-, não diz respeito a uma demanda por um conserto ou reparo, mas buscam justamente denunciar a própria partilha sensível, ou seja, a forma com que esta é instituída hegemonicamente que, - por isso que Rancière afirma que a política é pré-política (1996)- por condição, rompe com o

princípio da igualdade. A revelação do dano rompe com a “bela harmonia dos axiais da *arkhé*”- como ironiza Rancière- perturbando a experiência na polis:

O dano pelo qual existe política não é nenhum erro pedindo reparação. É a introdução de um incomensurável no seio da distribuição dos corpos falantes. Esse incomensurável não rompe somente a igualdade dos lucros e das perdas. Ele arruína também por antecipação o projeto da polis ordenada segundo a proporção do *cosmos*, baseada na *arkhé* da comunidade (Rancière, 2006, p.33).

Neste sentido, as ações diretas do Greenpeace revelam-se como sujeitos políticos que operam como dispositivos de subjetivação, redefinindo os territórios, o dentro-fora, as (in)competências e (in)visibilidades dos corpos e vozes que partilham o sensível. Por meio de atos de efeito surpresa, o Greenpeace revela a fragilidade da *arkhé*, inscrevendo novas comunidades de sentidos, novos agenciamentos de palavras e novas gramáticas interpretativas da vida comum.

Notamos nas ações do Greenpeace algumas semelhanças com os grupos pertencentes à guerrilha da comunicação, pois, em certo grau, utilizam a comunicação como um possível instrumento político que possa romper com naturalização da hegemonia, inscrevendo no espaço público uma interpretação discordante e dissidente dos signos que compõem a gramática cultural, podendo “introducir interferencias y confusiones en este consenso social que existe a respecto del poder” (Blisset & Brunzels, 2006, p.14).

A proposta da guerrilha da comunicação é construir fluxos de contra-informações de maneira recíproca e igualitária, de modo que a gramática cultural hegemônica possa ser interpelada e atrapalhada por novos códigos interpretativos. Podemos pensar que há uma tentativa de inscrever uma “contra-informação” na ponte Rio-Niterói de modo a tornar audível um discurso que não tem o seu lugar ou está inscrito de forma precária na ordem vigente, transformando o ato de comunicação em um ato político. Estos momentos comunicacionais que perturbam os regimes de percepção “aunque durante un breve instante se consiga ganar un espacio y

anular las estrategias del poder, eso contribuye también a hacer más soportable las relaciones de poder- que siguen en vigor- y hacer la vida cotidiana más visible” (Blisset & Brunzels, 2006).

Essa maneira peculiar que o Greenpeace possui de encarnar o *demos*, como já citado anteriormente, pautada por ações de caráter performático que abusam da irreverência, ironia e criatividade nos leva a mais um atravessamento entre a estética e a política. Rancière se posiciona contrário ao postulado que a política sofreu “a desgraça de ser estetizada ou espetacularizada”, pois, “a configuração estética na qual se inscreve a palavra do ser falante sempre constituiu o próprio cerne do litígio que a política vem inscrever na ordem policial” (1996, p.68), ressaltando o caráter eminentemente estético da política.

A multiplicidade de operações e dispositivos de argumentação política presente na contemporaneidade, reconhecida por Rancière (1996), pode estar atrelada a uma própria demanda da atual configuração da experiência comum no cenário político. Desde a teoria dos movimentos sociais e novos movimentos sociais, inúmeros estudos (Bacelar, 2009; Blisset & Brunzels, 2006; Gomes & Maheirie, 2009; Hinkel, 2013; Maheirie, *et.al.* 2011; Maheirie, *et.al.* 2012; Mayoraga, *et.al.* 2012; Menezes & Castro, 2006; Oliveira, 2006; Vinade & Guareschi, 2007; Zanella, *et.al.* 2012a; Zanella, *et.al.* 2012b) vêm apontando a proliferação e diversificação das lutas, causas e estratégias de resistência, convocando as teorias a se reinventarem para abarcarem a complexidade destas transformações. Segundo Sherer-Warren (1996), esta tentativa nunca se concretiza de forma efetiva, já que a dinamicidade, velocidade e complexidade dos fenômenos empíricos são maiores do que as teorias dão conta de alcançar.

Estas transformações das formas de resistência estão articuladas, em grande parte, a um desencantamento por formas mais institucionalizadas e tradicionais de práticas políticas, ocasionando um desinteresse pelos canais mais tradicionais de participação política como os partidos, associação de moradores, sindicatos...

Um canal de participação política que está bastante evidente desde a entrada do Partido dos Trabalhadores no Estado, em 2002, são as conferências (municipais, estaduais e federais) que, embora causem fascínio pela possibilidade de se efetivar uma democracia participativa, apresentam inúmeras ambiguidades enquanto um canal de oportunidade política e participação efetiva da sociedade civil (Machado, 2013).

Todos estes canais de participação política revelam ambiguidades e paradoxos que têm provocado tanto as teorias como os próprios militantes, que buscam reinventar suas formas de engajamento de tal forma a atender suas expectativas, bem como superar as contradições e limites que cada um deles historicamente vem apresentando na cena política.

O Greenpeace, neste cenário, tem se revelado, em alguns momentos, como uma alternativa nas formas de inserção e transformação do espaço público em político, criando aberturas no campo dos possíveis das formas de contestação, reinventando e recriando formas de militância mais fluidas e leves na contemporaneidade que, em alguma medida, desestabilizam a gramática discursiva hegemônica da ordem vigente.

O efeito surpresa, as fantasias, as escaladas, os grandes objetos, as ironias e o lúdico tornam as ações diretas do Greenpeace, de fato, uma experiência, pois, elas redescrem a partilha do sensível de tal maneira. Por serem extremamente sensoriais, imprevisíveis, escandalosas e amplamente veiculadas na mídia, torna-se difícil não vê-las, senti-las ou percebê-las. O uso do exagero se faz necessário para que algo (i)rompa no sensível, receba existência, incorpore um *aisthesis*, e desregule a forma da partilha até então instituída. Quando questionado sobre esta forma “diferente” de realizar a ação direta, Saulo diz:

*“Elas têm um tom de ironia... eu acho que sempre foi assim... não sei, nunca havia pensado nisso antes, pode ser que esteja falando bobagem... Se você pensar, a primeira ação que o Greenpeace fez foi para barrar um teste nuclear nas ilhas Antikas, no Alaska. Ou seja, você tem um ambiente sistino, extremamente conservado, sem nunca ter tido nenhuma presença... você joga uma bomba atômica*

*pra testar!? (em tom de indignação). Você estraga, estoura um pedaço grande de espécies que você nem sabia que existiam, enfim... Então, talvez, a disparidade entre o que tá acontecendo e a consciência humana é tão grande, que uma das maneiras de tratar isso é com ironia. Uma coisa é você fazer uma coisa errada e falar, ‘ó gente, não pode fazer isso...’ Outra coisa é você estourar uma bomba atômica em um parque Nacional... Uma distância tão grande daquilo que é razoável, que acho que a gente precisa trazer a ironia pra tratar de um assunto pra que não vire uma coisa bélica, entendeu? Acho que a ironia serve um pouco pra curva que a gente tomou pra não ir pro lado da violência”. (Saulo)*

Por meio das ações performáticas, o Greenpeace possibilita o ensino de novas experiências sensoriais, revelando a animosidade que há entre a arte, o poético e política. Tanto a arte como a política configuram-se como “maneiras de fazer que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade”, revelando sua condição estética por produzirem novos dados para a experiência sensível. A arte e a política são linguagens estéticas que organizam o sensível, “são maneiras de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos” (Rancière, 2010b, p.3).

De acordo com Rancière (2005a, 2005b, 2009 a, 2010a, 2010b, 2012a, 2012b,) a arte e a política embaralham as concepções tradicionais sobre estes termos, pois, ao compreender que elas não possuem um conteúdo em si mesmas, mas, que, o que as fundam é uma forma específica de operar na partilha do sensível – desregular e reconfigurar os dados do sensível-, Rancière (2012) defende o caráter não prescritivo do que seria arte e política. Conforme ele, uma greve de operários pode não ser política e um poema pode não ser arte. Trazemos a discussão sobre arte e política em nossas análise, pois, as ações diretas do Greenpeace são intensamente marcadas pelo aspecto metafórico, alegórico e performático.

Para refletir esta questão, trazemos uma intervenção, ocorrida em agosto de 2013 no centro da cidade de São Paulo, que tinha o intuito de chamar a atenção pública para os riscos da exploração do polo Ártico (extinção de espécies, degelo das calotas polares...)- (VIDE ANEXO O). O Greenpeace monta uma cena de

caráter dramatúrgico em que representam simbolicamente o litígio entre os universos disensuais atrelados à questão da exploração de petróleo no Polo ártico:



Por meio de uma cena performática, o Greenpeace realiza uma demonstração argumentativa de maneira estética já que cria uma “redispersión de los objetos y de las imágenes que forman el mundo común ya dado, o la creación de situaciones adecuadas para modificar nuestra perspectiva y nuestra actitud en relación con este entorno colectivo” (Rancière, 2012). A pluralidade das atuais formas de resistência são marcadas, conforme Zanella, *et.al.* (2012b), em alguns casos, por elementos estéticos-artísticos que inscrevem novas marcas no corpo da cidade, reiventando a própria maneira de “reXistir” e viver no coletivo, revelando-se, dessa maneira, como intervenções capazes de potencializar a vida.

Na medida em que realiza esta ação, objetiva uma *aesthesis* de um dado que, cotidianamente, não é perceptível, evidente e inteligível. Neste ato, o Greenpeace, além de “recortar os campos e os poderes do *logos* e da *phonê*”, instaurando novos modos discursivos na partilha do sensível, constitui “a relação entre coisas

que não têm relação, é fazer ver junto, como objeto do litígio, a relação e a não-relação” (1996, p.51).

De alguma maneira, o Greenpeace dá uma *aesthesis* à relação petróleo-urso polar, pois, quem se lembra da biodiversidade do Polo Ártico quando paramos em um posto de gasolina para abastecer o carro? Esta junção de evidências que não eram aparentemente articuladas é uma das características que Rancière (1996) entende como constituinte de um ato político, pois, por meio dele, alguns dados são articulados e produzem uma visibilidade que antes não era possibilitada.

A produção de visibilidades e de novas conexões de significantes e enunciados são efeitos dos atos políticos que quando “intenta hacer visibles y conscientes unas relaciones de poder naturalizadas y no expresadas, unen aspectos reprimidos o normalizados de las relaciones sociales” (Blisset & Brunzels, 2006, p.49), como a atividade de exploração do Ártico e seus possíveis efeitos desastrosos, fazendo destas situações cotidianas possibilidades de atos críticos e subversivos.

A intensidade da experiência performática realiza um ato de ficção que, para Rancière (2011b), é o ponto de início de uma ação política. A ficção não significa criar algo que está oposto à realidade, mas sim, esculpi-la a partir de outra posição sensorial, definido-a como “el vuelo de la imaginación que se inventa un mundo de ensueño” (p.55), conferindo ao ato estético e político à imaginação, criação e sensação. As ações performáticas com caráter de resistência, conforme Oliveira (2006), criam:

A violação de fronteiras previamente estabelecidas e a exposição dos nervos da sensibilidade funcionam como agentes catárticos que põem à mostra as normas socialmente aceitas. Como poéticas da ação, as performances visam a radicalização das emoções em uma espécie de ritual em que seus participantes são confrontados com seus próprios limites a fim de experienciar a vida de forma alargada (p. 154)

Trazemos outra ação do Greenpeace que se assemelha a esta pelo fato de também ser marcada por um forte apelo performático e dramático. Ela foi realizada em caráter mundial, em quase 80 cidades de 19 países, com o objetivo de denunciar as empresas que não



aderiram à campanha “Detox”. Esta campanha tem como objetivo denunciar as empresas do universo da moda que utilizam produtos químicos tóxicos em sua cadeia produtiva, apresentando riscos para a saúde da população e para o meio ambiente.

Com o objetivo de alertar a população e pressionar estas grandes empresas a ingressarem na campanha denominada Detox, e renunciarem o uso de elementos agrotóxicos em sua cadeia produtiva, o Greenpeace vem realizando protestos de diversas naturezas em todo o mundo, sendo que já obteve o apoio de grandes marcas como Zara, Levis & C&A que assinaram um termo se comprometendo a estancar o uso destas substâncias.

Mais de 700 ativistas encenaram um desfile de moda em frente a estas empresas que, segundo relatado no site do Greenpeace (VIDE ANEXO P), foi constituído por modelos que estão revoltados com o uso destas substâncias e pedem para que os mesmos sejam abandonados na cadeia de produção desta mercadoria.

Esta ação também revela uma mutação nas formas clássicas de resistência, revelando-se em um ato eminentemente estético na medida em que afeta as pessoas pelo seu forte impacto visual, possibilitando a reconfiguração da experiência. Ao modificar a partilha do sensível, por meio da inscrição de uma cena performativa, há a criação de novas formas de inteligibilidades, litigiando o consenso e transformando a esfera pública em política de uma maneira criativa.



Rancière entende que há um vínculo essencial entre o teatro e a política que “siempre ha sido hermana del teatro” (2011, p.58), pois a dramaturgia não é um tipo de arte representativa, mas estético (2005), não reproduz, mas recria a realidade (2011). O autor retoma o pressuposto de Platão de que há 2 maneiras de efetivar a prática da palavra e do corpo: o “signo mudo” (pintura, escrita...) e o “movimento dos corpos”, entendida como “uma forma coreográfica que possibilita as identificações com o público, por meio de simulacros ou por meio de corpos comunitários” (2005, p. 17), embaralhando a partilha dos corpos, atividades e espaços.

Esta ação da Campanha Detox pode ser entendida como este movimento coreográfico que busca identificar o público a um dado que, até então, era inexistente na partilha do sensível, não estava inscrito no campo do visível do viver em comum- quem se questiona sobre a cadeia produtiva e uso de agrotóxicos quando vai a uma destas lojas comprar roupas?

O Greenpeace metaforiza uma questão ambiental, imprimindo uma comunidade de sentidos no simbólico e elaborando uma nova realidade, pois cenas como estas possuem a potência “(...) de agregarle nombres y personajes, escenas e historias que la multiplican y la privan de su evidencia unívoca” (2011, p.54), fazendo personagens, que foram esquecidos na conta da comunidade, serem presentificados e alegorizados.

Se, de acordo com Lycarião (2008, 2010), por meio desses atos espetaculares, o Greenpeace não atrai somente o olhar, mas também “o coração de uma audiência ampliada, então, é plausível pensar que esse tipo de comunicação fomenta interesse político<sup>18</sup>, algo absolutamente precioso para uma democracia forte e uma esfera pública vibrante, ainda mais em tempos de cinismo político e apatia política generalizada” (Lycarião, 2010, p. 70).

Podemos apreender, a partir da perspectiva de Lycarião (2008, 2010) que, esta espetacularização do poder- assim chamado

---

<sup>18</sup> A política neste trecho é compreendida como a esfera institucional de deliberações do espaço público.

por Rancière (1996)-, não esvazia o debate público, ao contrário, torna-se um elemento atrativo e mobilizador em tempos de desinteresse por formas mais tradicionais de se fazer política. A partir da inclusão de elementos criativos e irreverentes, encontramos as estratégias estéticas como possíveis mediadoras da mobilização política na esfera pública.

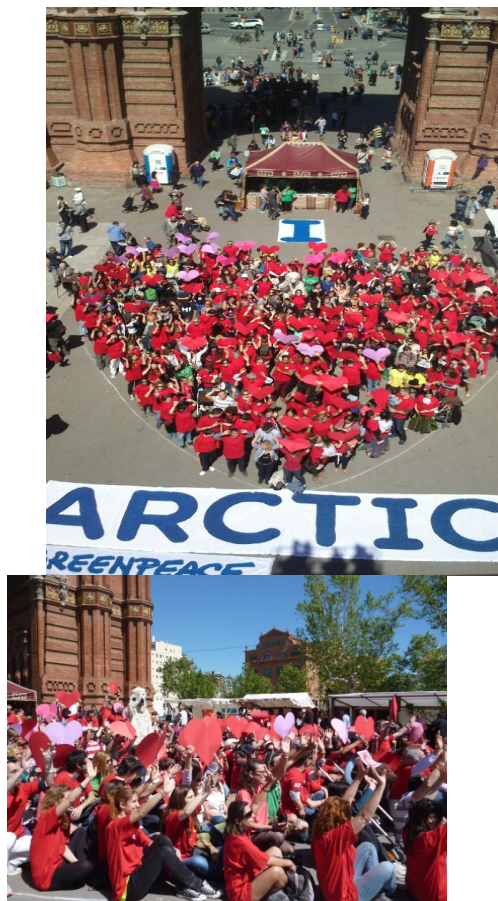
Neste sentido, Lycarião (2010) argumenta que a riqueza comunicativa das práticas espetaculares, como as que o Greenpeace realiza, reside na potência das imagens que quebram com as expectativas cognitivas ordinárias, excelentes para capturar o olhar e cativar a memória, desligando o ‘piloto automático’. Ao criar ‘surpresas’ ou ‘choques’, tais ações estético-expressivas assumem o poder de desestabilizar formas convencionais de interpretação (Lycarião, 2010), rompendo modelos prescritivos de percepção, possibilitando criar rupturas nos códigos simbólicos imperantes (Blisset & Brunzels, 2006).

Em outras palavras, as ações espetaculares do Greenpeace não esvaziam, necessariamente, o conteúdo político de seus atos. Por meio dessas surpresas espetaculares, há a inscrição, de forma chocante e imprevisível, de novas imagens e palavras no simbólico, elaboradas de forma metafórica, estética e poética, que suspendem, ainda que temporariamente, o regime estético hegemônico. Neste sentido, possibilita fissurar aberturas de novas formas de significação que rompem o curso ordinário das coisas, desnaturalizando alguns agenciamentos discursivos e criando novas relações entre os dados da realidade.

Outra ação política, destinada à proteção do Ártico, ocorreu em abril de 2013, em 280 cidades, em todos os continentes, de forma simultânea. Esta foi a única ação de que pude participar presencialmente, desde o início da elaboração, sua execução e desfecho. Uma das organizadoras da ação relata em entrevista que:

*“En el caso de Ártico, nuestro objetivo es que sea algo global, que se vea que todo el mundo queremos, todos del Greenpeace, que toda la gente que quiere un planeta mejor, que todos los países del mundo, desde Argentina hasta la India, desde Suecia hasta sur de la África, queremos que se proteja el Ártico”.* (Pâmela)

A ação ocorreu no centro de Barcelona onde, em média, 300 pessoas, em sua maioria, voluntários e funcionários do Greenpeace, vestiram uma camiseta vermelha, seguraram um coração em suas mãos e pousaram para uma foto- *photo opportunity*- em forma de coração (VIDE ANEXO Q):



*“Nosotros estamos haciendo 280 corazones en todo el mundo para cuestionar las políticas del Ártico, estamos diciendo que nos*

*es un negociado exclusivo de los 8 países, ni de las empresas, si no que para todo en el mundo la desaparición del Ártico es un desastre. Y que todo el mundo con sus corazones unidos, pedimos que se proteja el Ártico". (Pâmela)*

No discurso de Pâmela, notamos uma tentativa de criar um novo campo de evidências, bem como suas possíveis articulações, de modo a tornar viável a elaboração de uma inteligibilidade específica. Pâmela nos diz que esta *photo opportunity* é elaborada com a tentativa “*traer para toda la gente algo que está mucho lejos de su realidad... entonces este corazón es para traer el Ártico, que está a millones de kilómetros, para nuestra realidad local*”.

Nesta ação, a forma de agenciar estes dados e palavras (exploração de petróleo, Ártico, urso polar...) não se deu de maneira litigiosa, mas de maneira amigável, já que não ultrapassava a linha vermelha apontada por Martin, e, também, não provocava uma perturbação no cotidiano do viver comum de Barcelona.

Neste sentido, podemos entender que esta ação esteve mais voltada a uma visibilização do que a uma encenação dissensual- como ocorreu na ação citada anteriormente- operando mais como um dispositivo de representação (formar um coração para expressar o sentimento destinado ao Ártico), do que de metaforização (processo que possui uma polissemia mais ampla de enunciados e significações). Sendo assim, podemos entender que esta intervenção se caracteriza mais como uma experiência estética do que política, pois não se vivenciava um litígio, um desentendimento, uma perturbação ou uma desregulação, mas, sim, a inscrição de uma cena estética no cotidiano da cidade. Supomos que há a inscrição de uma cena nova no simbólico que altera a partilha do sensível, contudo, não de forma política.

De acordo com Pâmela, esse tipo de ação- *photo opportunity* - são “*más amables y artísticas*” e é uma forma de trazer o global para o local, criando novas articulações de palavras, dados e objetos, reconfigurando a experiência sensível e possibilitando às pessoas criarem novas inteligibilidades, sensibilidades e visibilidades sobre a

exploração no Ártico. O Coordenador de logística desta ação, Martin, explica que a ideia da *photo opportunity* é

*“aprovechamos las circunstancias, ocupar un sitio que es legal y llevar nuestra mensaje para el mundo... estas acciones no son conflictivas, son maneras de alertamos la población las maneras que el Gobierno, las grandes empleas están matando la madre naturaleza... mostrar que ellos solo quieren extraer, recibir dinero, no hay espacio para preservar el medio ambiente en nuestro sistema capitalista. Y este es nuestro papel, nosotros del Greenpeace queremos que la gente tenga consciencia de eso y de los efectos que los desastres naturales, mismo lejos de sus sitios, van traer para sus vidas”.* (Martin)

Estes dois tipos de ação- realizada no viaduto do Chá (São Paulo/Brasil) e esta em Barcelona (Catalunha/Espanha)- com um caráter mais poético e menos litigioso- como foram as intervenções destinadas à OGX e à reunião do G-20- são ações, como relata Pâmela, *“más amables”*, que não ultrapassam a *“línea roja entre el legal y no legal...”* (Martin). Ou seja, são ações que trazem uma nova inscrição no sensível da *polis* de uma maneira mais poética, mas, não, necessariamente, política. O Greenpeace busca expressar e inscrever uma mensagem de tal modo que consiga alcançar uma audiência ampliada e, dessa maneira, realizam uma ação esteticamente atrativa para os meios de comunicação, com intuito não de manifestar um litígio, mas de expressar uma mensagem, operando mais como um formador de opinião e menos como um sujeito político.

Ainda que as duas ações não instaurem um litígio propriamente dito, a primeira ação chega a metaforizar uma mensagem que denuncia um litígio (proprietários das empresas que exploram o petróleo X a biodiversidade representadas pelo urso polar), o que não notamos na segunda, a qual nos parece algo muito mais midiático do que litigioso, fazendo-nos pensar que ela, ainda que estética, não apresenta elementos suficientes para ser considerada política. Por meio da observação participante, foi possível vivenciar o planejamento, prescrição e seu ordenamento, os quais a distancia de um ato político, funcionando mais como uma estratégia propagandística que venha ter efeitos nos modos de

inteligibilidades da sociedade, do que um dispositivo desregulatório e dissensual.

Outra ação política que destacamos é a manifestação contra a instalação da usina hidroelétrica em Belo Monte, localizada rio Xingu, no estado do Pará, região norte do Brasil (VIDE ANEXO R). A instalação desta usina é entendida, sob a perspectiva do Greenpeace, como algo prejudicial ao meio ambiente e às pessoas, em especial, tribos indígenas que serão desalojadas deste espaço, reivindicando o investimento em outras fontes renováveis de energia, como a eólica e a biomassa.

Para protestar contra instalação desta usina hidroelétrica, o Greenpeace despejou 3 toneladas de esterco em frente a ANEEL, no dia em que iria ocorrer o leilão da licitação da empresa que iria executar esta obra. Sobre um monte formado de esterco, os ativistas inseriram duas placas, com as mensagens: “Belo Monte de... problemas” e “Belo Monte de Merdas”. De maneira literal- 3 toneladas de esterco- e metafórica, o Greenpeace institui uma cena que revela e provoca o “mal estar”- constitutivo de um ato político (Rancière, 2012b), pois, o sujeito político é entendido como “un ser hecho de palabras, que además viene a imponer su escena de apariencia y de malestar en lugar de la correcta distribución de las funciones sociales” (p.57)





Durante a entrevista, Paulo narra o *brainstorm* realizado para elaborar a ação de “Belo Monte”. No caso, a ideia era impedir que o leilão sobre a instalação da usina de Belo Monte ocorresse. Dentre as ideias de se acorrentarem, cortar a luz e outras, optaram por despejar toneladas de estrume em frente ao local onde ocorreria o leilão, pois, assim, o atrasaria, o qual tinha de ser realizado dentro de um determinado prazo. A dificuldade em permanecer no local, por causa do forte cheiro, bem como da demora em retirar o esterco, fez com que o leilão fosse adiado.

No processo de criação de uma ação direta, Paulo relata que há um cuidado em não realizar uma ação de “*mau gosto*” que

acabaria repelindo os colaboradores desta ONG. Ele cita como exemplo esta ação, apontando que foi a que recebeu maior destaque na mídia em 2012, assinalando que foi uma ação “*superpolêmica*” tanto entre os funcionários como entre os colaboradores do Greenpeace.

Destaca que esta ação, “*do ponto de vista da comunicação foi do caralho, foi a maior repercussão dos últimos anos*”. Paulo conta que o Greenpeace possui um sistema de monitoramento que quantifica as aparições do signifiante “Greenpeace” nos principais meios de comunicação e que, esta ação em especial, foi extremamente relatada (“*o gráfico disparou*”- diz Paulo). Este participante acredita que a

*“mídia adorou! Era estrume, palavrão, merda, né? Era tudo o que eles queriam do ponto de vista midiático. Mas, internamente, muita gente do Greenpeace achou um absurdo... pô, não precisa falar merda, tem tanto jeito de você se comunicar...não tinha uma frase melhor?”* (Paulo)

Seria ingênuo acreditar que o “gráfico disparou” apenas pela irreverência desta ação, mas, também, pelo propósito de alguns veículos de comunicação de buscarem fatos para denegrir a imagem do Estado. A estratégia midiática é amplamente utilizada, conforme Castells (2005), para denegrir determinados partidos políticos e autoridades do Governo na chamada era da informação. Mas, um ponto importante a ser destacado é que estas ações de caráter performático, as quais instauram um litígio de forma inesperada, ganham atenção nos veículos de comunicação, os quais buscam e dependem da novidade para se autogerirem e autossustentarem sua rede de comunicação.

Outra ação polêmica citada por Paulo foi uma realizada em frente à empresa Eletronuclear (empresa pública de energia) onde depositaram “*200 cadáveres fakes, mas são iguais a cadáveres de verdade. Eram corpos com má formações (sic), para chocar as pessoas, e mostrar como elas podem ficar diante de um acidente nuclear*”. Ele conta que muitas pessoas do Greenpeace (colaboradores e funcionários) avaliaram essa ação como de “*mau gosto*”, mas que ele, particularmente, não entende que seja de mau

gosto, isso seria se

*“ofendesse alguém, aí perderia a decência e a noção de justiça... jogar um monte de merda não é humilhar alguém... acho que faz parte de um certo espetáculo, é pra chocar mesmo! Mas aí é o conflito, né? Você quer chocar mas quer atrair o colaborador e quer atrair mídia... este jogo é muito difícil...”* (Paulo)

Jogar três toneladas de esterco na rua é uma forma de inscrever uma cena com forte impacto visual e olfativo na vida ordinária, configurando-se em um ato não apenas estético, mas, talvez, também político, na medida em que desregula e experiencia comum, possibilitando a emergência do chamado espectador “emancipado” que, conforme Rancière (2010b, 2012), há aí, entre o sujeito e a cena, uma relação forte, uma experiência impactante a tal ponto que suspende, ainda que temporariamente, a lógica vigente.

Neste sentido, as ações diretas do Greenpeace tornam-se frutíferas nesse processo de tentar levar questões para a esfera pública, muitas vezes transformando-as em políticas, sedimentando cenas, corpos e vozes que, por vezes, fomentam processos de subjetivação política, pois “as situações de desconforto que propicia visam exatamente à erupção de eventos que rompam barreiras e levem a confrontos com valores previamente determinados” (Oliveira, 2006, p.155), funcionando como agentes transformadores, convidando a plateia refletir sobre o assunto protagonizado.

Outra ação realizada em frente ao Ministério de Minas e Energia, em Brasília, contra o retorno das térmicas a carvão e aos leilões de energia que iriam acontecer naquela semana em que a ação direta do Greenpeace foi executada (agosto de 2013). Com o *slogan*: “Lobão, carvão no leilão não!”- referindo-se ao nome do Ministro de Minas e Energia do Brasil neste período histórico-, um grupo de ativistas encenaram o leilão em meio a um monte de carvão despejado em frente a este Ministério (VIDE ANEXO S).



Elegemos estas duas ações pelo fato de elas utilizarem os recursos estético-expressivos que, de acordo com Lycarião (2010), podem gerar “perturbações cognitivas” (p.96) e “desestabilizam as formas convencionais de comunicação” (p.96), ganhando visibilidade e atraindo a atenção pública. Neste sentido, as ações políticas executadas de forma espetacular podem fazer vibrar e incrementar o debate ambiental na esfera pública, já que possuem a possibilidade de provocar “uma desestabilização que ataca de frente o problema da justiça política, já que tem o poder de incluir novas perspectivas e discussões no centro de visibilidade pública” (p. 96-97).

A respeito das possíveis formas de transformar a sociedade, Rancière (2010b) destaca uma carta de Marx de 1848, na qual afirma que as revoluções não funcionam como os fenômenos científicos, que são previsíveis, mas, sim, como fenômenos imprevisíveis, tais como os terremotos. Acredita que a mudança ocorre por meio de uma reconfiguração estética da vida política, ou

seja, a maneira de pensar e entender a realidade, que se efetiva a partir de acontecimentos revolucionários que se caracterizam por romper a ordem do que é visível, pensável e realizável. Na leitura de Rancière (2010b), os “acontecimentos revolucionários” funcionam como uma “bola de neve”(p.5) que realizam “uma ruptura do universo sensível que cria uma miríade de possibilidades” (p.6), provocando uma desordem na partilha do sensível.

Sendo assim, o autor não entende a revolução como uma etapa de um processo histórico em que há a ascensão de uma classe e que seja possível prevê-la ou conduzi-la, mas, sim, que “podemos prepará-las, mas não antecipá-las” (p.12). Talvez isso seja algo que o Greenpeace busca concretizar no planejamento de suas ações diretas. Justamente por serem cuidadosamente planejadas, conseguem, de forma inesperada, exalar a ironia, o poético e a sátira, inscrevendo novas cenas e agenciamentos discursivos na esfera pública, de forma a politizar estes espaços de maneira estética, criativa e irreverente.

A política, além de ser um ato raro, pode ocorrer em lugares que tradicionalmente não atrelamos ao político, onde mais pensamos ser um ato político pode não ser político, e onde menos esperamos que haja algo de político, pode se configurar uma “revolução” cotidiana emancipatória. Por isso, para Rancière (2009), “é preciso não fazer arte para fazer arte e não fazer política para fazer política”, pois, “no siempre hay política, a pesar de que siempre hay formas de poder. Del mismo modo no siempre hay arte, a pesar de que siempre hay poesía, pintura, escultura, música, teatro o danza” (p.7), configurando a política não como conteúdo, mas sim como uma forma.

Neste sentido, pensamos que as ações do Greenpeace são maneiras de construir e preparar as “revoluções” que, para Rancière (2009, 2010b, 2011b), ocorrem no cotidiano da sociedade a partir da (re)configuração estética de partilhar o sensível, criando novas fronteiras entre o dentro-fora, contados/não contados, ruídos-vozes. A partir desta leitura, cremos que só podemos pensar em “revolução” a partir de uma lógica estética que cria novas possibilidades de inteligibilidades e agenciamentos outros que venham fissurar a

lógica vigente, constituindo movimentos emancipatórios e intensificando os espaços democráticos.

A partir do momento em que um poder legítimo se encontra deslegitimizado, parece que não está em condições de reinar pela força... Criam-se cenas inéditas, aparecem pessoas que não eram visíveis, pessoas na rua, nas barricadas. As instituições perdem a legitimidade, aparecem novos modos de palavra, novos meios de fazer circular a informação. (Rancière, 2010b, p.8)

Neste sentido, apostamos junto com Rancière (2010b), que o substrato de uma transformação política ancora-se na ruptura de modos tradicionais de perceber e sentir a realidade, ou seja, é necessário que possibilidades inéditas sejam vislumbradas pelas pessoas “para que sejam capazes de inscreverem novas maneiras de pensamento e ação no mundo em que vivem, transformando o universo de possíveis da percepção e da ação” (p.12).

es la propia insurrección, no la multitud hambrienta y furiosa, la que se lanza a la calle como un torrente. Es una manera de ocupar la calle, de apropiarse de un espacio que por lo general se entrega a la circulación de individuos y mercancías, para situar allí una escena y redistribuir los papeles... se convierte en un espacio de un personaje olvidado en las cuentas del gobierno... (Rancière, 2011, p.54)

O Greenpeace, assim, cria atos de insurreição, ainda que com poucas pessoas e em um formato aparentemente pouco político, mas, talvez, justamente por isso, é que a ONG se inscreve no simbólico de maneira política, pois, como afirma Rancière (2005b), “é preciso não fazer política para fazer política”. Estes atos, ao se apropriarem de forma irreverente e criativa do espaço público, fazem circular novos agenciamentos de palavras, gramáticas interpretativas, personagens esquecidos e histórias não contadas. Em um misto de performance, estética, ironia e exagero, instauram novas possibilidades de se encarnar e encenar o *demos* no cenário contemporâneo, contribuindo com as inscrições de espaços potencialmente políticos, irreverentes e criativos na esfera pública.

A polifonia e polimorfose das atuais práticas políticas surgem, então, como maneiras de dissensualizar o espaço público,

visibilizando e reconfigurando um mundo paradoxal e litigioso onde seja possível vivermos, por meio do princípio da igualdade, a coexistência de mundos paradoxais. Pensamos que a hibridez das atuais formas de resistência presentes em nossa sociedade vem nos revelando a importância de criarmos cenas inéditas para que possamos reinventar a própria política, por meio da revolução estética do nosso cotidiano, inscrevendo espaços e momentos emancipatórios, de modo a fortalecer e intensificar os processos democráticos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as questões políticas no contemporâneo é tarefa complexa que não pressupõe um possível fechamento para seu debate. Longe de querer produzir respostas ou um modelo analítico prescritivo para compreender a política na atualidade, esta pesquisa teve como intuito problematizar a própria noção de política na cena contemporânea, buscando construir alguns olhares frente aos processos de democratização na sociedade, bem como, contribuir com os avanços dos estudos acerca dos processos políticos.

Partindo do pressuposto de que, o contemporâneo tem revelado uma heterogeneidade das formas de ativismo e resistência, escolhemos como objeto de estudo a ONG Greenpeace com o intuito de analisar suas diferentes ações na esfera pública na atualidade. A partir deste estudo, percebemos que o Greenpeace imprime no social uma maneira peculiar de ação que, ora se aproxima de uma esfera política, ora midiática e ora empresarial.

Dentre diversos olhares, buscamos analisar as potencialidades, desafios e paradoxos apontados pelos participantes deste estudo; a relação estabelecida com a mídia e com o campo virtual (*cyberativismo*); a posição ocupada pela ONG na esfera pública, a saber, o hiato entre o litígio e o consenso; e, por fim, trazemos o profícuo debate entre a política e a estética, discorrendo sobre o uso do exagero, do escândalo e da dramaturgia como formas de inscrever cenas políticas na esfera pública. A partir desta análise,

ressaltamos a dimensão estética contida em todo ato político que, ao invés de se efetivar por meio de um processo de “conscientização”, surge por meio de uma reconfiguração estética a qual permite emergir outros modos de experiência e subjetivação no espaço coletivo.

Os participantes deste estudo significaram o Greenpeace, em alguns momentos, de forma positiva pelo seu caráter independente e internacional, possibilitando que suas campanhas e ações se alastrem e alcancem resultados mais amplos e efetivos. Além disso, alguns deles significam o Greenpeace como um rico campo intersubjetivo onde sujeitos, os quais se identificam pelo mesmo ideal, possuem a possibilidade de conhecer pessoas e ampliar sua rede social de relacionamentos. O sentimento de pertença, de solidariedade e de acolhimento foram destacados como marcantes na rede Greenpeace, conectando, de forma afetiva e indentitária, alguns destes voluntários, ativistas, *cyberativistas* e funcionários em uma escala mundial.

O Greenpeace também foi significado como um lugar de aprendizagem e capacitação teórica sobre os assuntos ambientais, servindo como um possível espaço profissional para os integrantes desta rede. Por fim, destacamos que o elemento “aventura”, “heroísmo” e “frio na espinha” foram significados como mobilizadores e atrativos para a militância nesta organização, operando como um lugar onde a “audácia” e a política se misturam e, desse modo, favorece o convite à militância.

Por outro lado, lançamos olhares críticos em relação ao Greenpeace que, ora se revelaram como desafiadoras, ora como “*desapontamentos*”, ora como o próprio esvaziamento do que deveria ser o objetivo desta ONG ativista. Uma das críticas citadas é o declínio do monopólio do estilo irreverente e criativo de ação do Greenpeace que, outrora, fazia desta ONG um ator coletivo excêntrico e original. O fato de outros atores coletivos terem se apropriado deste estilo de ação na esfera pública faz com que, muitas vezes, as ações do Greenpeace sejam neutralizadas e desqualificadas, perdendo seu caráter de irreverência e impacto na sociedade e na



mídia. Adicionado a isso, este modelo irreverente de ação tem sido questionado por alguns participantes deste estudo por, tendo em vista o incremento na segurança nos aparelhos públicos e privados, diante da violência e ataques terroristas, colocarem os ativistas em situações de riscos mais severas do que em outros momentos históricos.

A marca “Greenpeace” se, por um lado, traz um poder simbólico de legitimação frente ao Estado e às grandes incorporadoras, por outro, se tornou uma mercadoria na qual muitos querem “comprar”, tornando a “militância” no Greenpeace mais um modismo, e menos um espaço de luta política. Por um lado, a ONG instaura espaços conflitivos frente ao sistema capitalista, por outro, gerencia sua marca aos moldes deste sistema, operando de forma mercadológica e propagandística.

Outro aspecto criticado é a forma com que o Greenpeace, em alguns momentos, opera, funcionando não somente junto, mas exatamente como o Estado. Neste caso, a ONG se transformaria mais em um aparelho do Estado, e menos em uma ONG ativista. Nos momentos nas quais opera de forma semelhante ao Estado, a ONG, perde seu “DNA” na medida em que sucumbe ao trabalho de acordos e moratórias, as quais nem sempre são viáveis de serem efetivados, perdendo seu caráter litigioso e de resistência frente ao Estado.

A partir deste estudo, notamos que o Greenpeace é uma ONG extremamente ampla e complexa, tanto em termo de sua operacionalidade, de seus participantes, como nas diferentes estratégias e ferramentas utilizadas para se inserir e se apropriar do espaço público. A mistura de ciência, política e performance mostrou-se um tripé fundamental para a ONG como um todo, pois, busca agir na sociedade por meio do saber, do litígio, assim como da dramaturgia (ação direta).

Podemos localizar o Greenpeace, como conceitua Rancière, em um *in between*, em um hiato entre uma posição política e outra policial: uma ONG que instaura cenas paradoxais revelando o litígio entre os discursos ambientalistas x capitalistas, bem como, um ator que atua de forma consentida e amigável junto ao Estado,

participando na elaboração das políticas públicas e legislações ambientais.

A tênue fronteira entre a política e a polícia se revela de forma evidente no Greenpeace, pois, nos parece que quando o mesmo alcança um ponto máximo da política- de desordem, desnomeação, desregulação e perturbação-, esta lhe escapa e é capturada pela polícia, deslocando o Greenpeace da posição de sujeito político- que instaura novas formas de visibilidades, sensibilidades e inteligibilidades-, para o lugar da polícia- sentando junto ao Ministério do Meio Ambiente para discutir e criar acordos na esfera ambiental. Isso não descredencia o efeito político de seus atos já que, para Rancière, o político se institui a partir do encontro destas duas lógicas de partilhar o sensível, uma mais política e outra mais policialesca.

Embora as ações de caráter irreverente e criativo já sejam questionadas pelos próprios participantes da organização, contudo, ainda são significandos como o “DNA” da ONG. Partimos da compreensão que estas intervenções performáticas são formas de inscrever novas cenas no simbólico, possibilitando uma redistribuição dos agenciamentos discursivos, podendo, dessa forma, conferir um outro lugar de legitimidade ao argumento ambientalista na cadeia discursiva da lógica vigente. A mistura da sátira, da dramaturgia, do exagero, do escândalo, da poesia e do inesperado instaura cenas chamativas e argumentativas, podendo ensejar modos de subjetivação mais políticos e dissensuais, transformando a experiência coletiva e as formas de tomar parte nesta partilha por parte dos diferentes grupos sociais.

A produção de novas sensações por meio destas cenas provocam a imaginação do espectador, podendo, em alguma medida, o inserir em um processo de resignificação e questionamento, operando como mediadoras de processos criativos e (re)inventivos de si e do espaço público. Entendemos que estas cenas são, potencialmente, políticas, pois, possuem a capacidade de desregular e embaralhar a distribuição dos papéis e das competências, fissurando e interpelando o instituído cristalizado. Por outro lado, há

também intervenções que possuem um caráter eminentemente midiático, operando de uma forma mais propagandística e mercadológica, neutralizando sua capacidade política.

Neste sentido, entendemos que não é possível definir o Greenpeace como uma ONG puramente política, ou midiática ou capitalista, já que suas ações são atravessadas por todos estes elementos, revelando o paradoxo e a complexidade da esfera social no contemporâneo. Entendemos que o Greenpeace nos mostra uma miríade de possibilidades de interpelar o *arkhé* e manejar o mal-estar inexorável da convivência coletiva, inscrevendo espaços que buscam romper, mesmo que de forma fugaz, um determinado modelo congelado de existência. E, também, notamos a presença de ações e configuração de espaços consensuais, operando de forma a reforçar o esquema de referenciais do *arkhé*.

Em síntese, podemos pensar que o Greenpeace se configura, em alguns momentos, como um dispositivo de subjetivação política no campo das lutas ambientais; em outros, como uma organização midiática que se utiliza de ações espetaculares para atrair colaboradores e participar ativamente na formação da opinião pública; e, ainda, como um interlocutor do Estado operando como um parceiro na elaboração da legislação e políticas públicas ambientais.

Investigar os processos de apropriação por parte do espectador com relação às ações do Greenpeace pode se revelar um estudo interessante, pois, de alguma maneira, pode sinalizar de que forma esta ONG tem sido tomada na partilha do sensível por parte da população. Outra questão interessante que não foi trabalhada nesta tese de forma aprofundada é a composição virtual dos *cyberativistas*: de que maneira eles participam? Há um relação da esfera *off-line* e *on-line* entre estes ativistas? É possível pensar neste campo virtual como uma esfera política? Por fim, deixamos como sugestão uma pesquisa que abordasse a relação do Estado com o Greenpeace. Nesta tese, partimos do olhar de alguns participantes desta ONG, mas, como seria a perspectiva do Estado? Será que esta visão de “parceiros” e “co-dependência” também é partilhada pelo Estado?

Alguns questionamentos teóricos também se encontram em aberto indicando a necessidade de maiores leituras e discussões sobre estas temáticas. Qual o limite da fronteira entre o político e o não-político no contemporâneo sob a leitura de Rancière? Quais são os critérios para configurar uma cena em exclusivamente estética, ou, também, política? São seus modos de operacionalização ou os seus efeitos? A política, para existir enquanto tal, necessita alterar a governança policial? Como pensar o processo de verificação de igualdade nos diversos coletivos políticos presente no contemporâneo? De que maneira a obra de Rancière pode nos auxiliar a analisar as diferentes tecnologias da comunicação e seus efeitos na partilha do sensível?

Estes e outros tantos questionamentos indicam a necessidade de novos debates e pesquisas que tragam para seu cerne o político, nos auxiliando não apenas a compreender esta esfera no contexto social, como também pensarmos em alternativas para construirmos, cada vez mais, espaços democráticos. Torna-se importante destacar o papel nas quais as pesquisas e a emergência de sujeitos políticos possuem para instaurar espaços e momentos onde a igualdade não se restrinja somente ao campo discursivo demagógico, mas, fundamentalmente, que seja experienciada de forma estética no viver coletivo.

Desejamos que a esfera pública seja inscrita por novos e antigos sujeitos políticos que venham polemizar a naturalização do instituído, descristalizando um determinado modelo congelado de ser e estar no mundo, criando aberturas de novos modos de subjetivação que proteja o respeito à diversidade. Entendemos que a garantia da existência dos espaços dissensuais com base no respeito à alteridade, não apenas favorece os processos democráticos, como, fundamentalmente, preserva e respeita uma das maiores riquezas da condição humana: as diferenças e sua pluralidade.

## REFERENCIAS

American Psychological Association. (2010). *Publication manual* (6<sup>a</sup> ed.). Washington, DC: Author.

Amorin, M. (2003). A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. In: Kramer, Sônia; Souza, Solange Jobim; Freitas, Maria Teresa. (Orgs.). *Ciências Humanas e pesquisa*. Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez.

Bacelar, R.P. (2009). *Onde o político tradicional vai, o ambiental vai muito mais profundo*: ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Bakhtin, M. (2010). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 14 ed. São Paulo: Hucitec.

Bartmanovicz, L.L. (2010). *Os significados dos discursos ecologicamente corretos*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

Bell, D.V.J. (2000). A cultura da sustentabilidade. In: P.J. Kriskhke (Org.), *Ecologia, juventude e cultura política*. (pp. 27-58). Florianópolis: EDUFSC.

Blisset, L., Brunzels. (2006). *Manual da guerrilla de la comunicación*. Virus: Madrid.

Campos, E.O. (2006). *Ativismo na rede: informação, organização e espetáculo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social, Rio de Janeiro.

Carvalho, I.C.M. ( 2002). *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Castells, M. (1999). A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, M. (2010). *Comunicación y poder*. Alianza: Madrid.

Castells, M. (2002). O poder da identidade. In: *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Chaves, G.M. (2012). A aplicabilidade do conceito de “partilha do sensível” de Jacques Rancière nas culturas políticas. In: Rangel, M. M.; Pereira, M. H. F.; Araujo, V. L. (Orgs). *O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP.

Fernández, B. (1999). *Nuevos lugares de intención: intervenciones artísticas en el espacio urbano como una de las salidas a los circuitos convencionales Estados Unidos 1965-1995*. Tese de Doutorado, Faculdade de Belas Artes, Universidade Complutense de Madrid.

Freitas, M. T. (2003). A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: Kramer, Sônia; Souza, Solange Jobim; Freitas, Maria Teresa. (Orgs.). *Ciências Humanas e pesquisa*. Leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez.

Freitas, A. (2006). O sensível partilhado: estética e política em Jacques Rancière. In: *História: Questões & Debates*, (pp. 215-220). Curitiba: Editora UFPR.

Freitas, H., Janissek-Muniz., R., Andriotti, F.K., Freitas, P., Costa, R.S. (2004). Pesquisa via internet: características, processo e interface. *Revista Eletrônica Gianti*, Porto Alegre.

Gabeira, F. (1988). *Greenpeace: verde guerrilha da Paz*. São Paulo: Clube do livro.

Gohn, M.G. (2005). *O protagonismo da sociedade civil*. São Paulo: Cortez.

Gohn, M.G. (2000). *Os sem terra, ONGs e cidadania*. 2.ed. São Paulo: Cortez.

Gomes, M. A; Maheirie, K. (2009). *Novas formas de fazer política: o processo de estetização nos movimentos sociais*. In: Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO: Psicologia Social e políticas de existência: fronteiras e conflitos. Rio de Janeiro.

Gomes, M. A. (2008). *Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Gomes, M. A. (2010). Relações ético-estéticas e participação política: um diálogo necessário. Em: Zanella, A,V; Maheirie, K. (Orgs.), *Diálogos em psicologia social e arte*. (pp.239-254). Curitiba: CRV.

Gracia, T. I. (2011). El giro lingüístico. In: Rueda, L.I. (Org.), *Análisis del discurso*. Manual para las ciencias sociales. Barcelona: UOC.

Gramsci, A. (1987). *Concepção dialética da história*. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Groff, A.P., Maheirie, K., Zanella, A.V. (2010). *Constituição do pesquisador em Ciências Humanas*. Arquivos brasileiros de psicologia, 62,1.

Gruppi, L. (1978). *Conceito de hegemonia em Gramsci*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal.

Hinkel, J. (2013). *Música(s), sujeito(s) e cidade(s)... diálogos: o rap em Blumenau*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Krischke, P. J. (2000). Ecologia, juventude e cultura política. In: P.J. Krischke (Org.), *Ecologia, juventude e cultura política*. (pp. 11-26). Florianópolis: EDUFSC.

Lemos, M.R., Amorim, M.O.F., Ribeiro, P.M.A. (2008). O movimento social Greenpeace. In: Anais da IV Semana do Servidor da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

Lima, M.J.G.S. (2010). A educação ambiental crítica e o conceito de sociedade civil em Gramsci: estratégias para o enfrentamento da crise socioambiental. *Sinais Sociais*, 4, 12, 58-89.

Lima, V.A. (2013). Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: Marciato, E. et.al.(Orgs.), *Cidades Rebeldes*.(pp. 89-94). São Paulo: Boitempo.

Lopes, J.R. (2004). Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *Perspectiva*, 18, 3, 57-66.

Loureiro, C.F.B. (2003). *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet.

Lycarião, D. (2010). *Greenpeace, espetáculo e internet: o intercruzamento entre diferentes modos de comunicação para a sustentação de debates na esfera pública*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Lycarião, D. (2008). O Greenpeace e os media: pode tanto espetáculo não degradar a esfera pública? *Comunicação e política*, 26(3), 55-77.

Machado, F.V. (2013). *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Maheirie, K. (2010 ). A música como foco nas pesquisas: alguns acordes na partitura da Psicologia Social. In: A.V. Zanella; K. Maheirie. (Orgs), *Diálogos em Psicologia Social e Arte* (pp. 39-49). Curitiba: CRV.



Maheirie, K. (1997). Contribuições da psicologia social na análise dos movimentos sociais. In: Camino, L; Lhullier, L & Sandoval, S. (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político* (pp.161-173). Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Maheirie, K. (2006). Subjetividade, imaginação e temporalidade: a atividade criadora em objetivações discursivas. In: S.Z.Ros; K. Maheirie; A.V.Zanella. (Orgs.), *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e/em experiência* (pp. 145-155). Florianópolis: NUP/CED/UFSC.

Maheirie, K., Hinkel, J., Groff, A.,R., Muller, F. L., Gomes, M.A., Gomes, A. (2012). Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In: Mayorga, C., Castro., Prado, M.A.M.P. *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Maheirie, K; Muller, F.L; Gomes, M.A; Gomes, A; Hinkel, J. (2011). Formações conectivas e coletivas em fotografia: pensando apolítica na esfera estética. In: Zanella,A; TittoniJ. (Orgs.), *Imagens no pesquisar: experimentações* (pp.227-248). Porto Alegre: Dom Quixote.

Mayorga, C., Castro, L.R., Prado, M.A.M. (2012). Juventude e os paradoxos da política. In: *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Marteletto, R. M. C. (2001). Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. *Revista de Ciência da Informação*, 2,1, 1-19.

Martínez, M.M. (2002). *Poder y resistencia en entornos virtuales: notas para un debate sobre el fetichismo de las TIC y la desmovilización política*. In: Anais do I Congreso Online del Observatorio para la ciberSociedad.

Marzochi, S. F. (2009). *Metamodernidade e Política - A ONG Greenpeace*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Campinas: Universidade de Campinas.

Mazetti, H.M. (2007). *Ativismo midiático, redes sociais e novas tecnologias de informação e comunicação*. In: Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Minas Gerais.

Melucci, A. (1991). Para uma teoria dos movimentos sociais. In: Melucci, A. (Org.), *A invenção do presente nos movimentos sociais nas sociedades complexas* (pp. 29-60). Petrópolis: Vozes.

Mendes, C.M., (2009). Apesquia on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa da pesquisa virtual. *Revista Digital Hipertextus*, 2, pp. 1-9.

Menezes, J. A. & Castro, L. Rabelo (2006). Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade. *Psicologia Política*, 6, 11, 13-34.

Neves, P.S.C. (2004). *Ação política entre reconhecimento e redistribuição: os dilemas da luta anti-racista no Brasil*. In: Anais do XXVIII Encontro Nacional da ANPOCS.

Oliveira, L.M.B. (2006). *Corpos indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica*. Tese de Doutorado, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo. Universidade de São Paulo.

Oliveira, A.S.M., Medeiros, C.M.T., Souza, G.R., Rios, R. (2010). *Os conceitos de ciberativismo a partir de uma análise do site Greenpeace Brasil*. In: anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio Grande do Sul.

Pallamin, V. (2010). Aspectos da relação entre o estético e o político em Jacques Rancière. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, 12, 2, 6-16.

Pellejero, E. (2009). A lição do aluno: uma introdução a obra de Jacques Rancière. *Saberes*, 2,3, 1-13.

Pino, A. (2006). A produção imaginária e a formação do sentido estético. Reflexões úteis para uma educação humana. *Pro-posições*, 7, 2, pp.47-69.

Prado, M.A.M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8, 11, 59-71.

Prado, M. A. M. (2005). Movimentos de massa e movimentos sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas. *Revista de Ciências Humanas*, 37, 47-65.

Prado, M.A.M. (2006). Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: Maia, R. & Castro, M.C.P.S. (Orgs.), *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (pp. 193-212). Belo Horizonte: UFMG.

Prado, M.A.M. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva. *Revista de Psicologia Política*, 1,1, 149-172.

Prado, M.A.M; Costa, F.A. (2009). A raridade da política e a democracia: os movimentos sociais entre sujeitos e identidades. In: J. Bernardes; B. Medrado. (Orgs.), *Psicologia Social e Políticas de Existência: fronteiras e conflitos* (pp.71-83). Maceió: Abrapso.

Prado, M.A.M; Perucchi, J. (2011). Hierarquias, sujeitos políticos e juventudes: os chamados “movimentos” juvenis circunscrevem um sujeito político na contemporaneidade? Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades. In: *IV Simpósio Internacional sobre a juventude brasileira*. Dayrell, J; Moreira, M.I.C; Stengel, M. (Orgs.), *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades* (pp.347-359). PUCMinas: Belo Horizonte.

Rancière, J. (2010a). *A associação entre arte e política*. Entrevista para Revista Cult. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/>

Rancière, J. (2005a). A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: Eixo.

Rancière, J. (2005b). A política da arte. Entrevista. Disponível em: [www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/206.rtf](http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/206.rtf)

Rancière, J. (2010b). *El espectador emancipado*. Entrevista. Disponível em: <http://www.questaodecritica.com.br/2008/05/o-espectador-emancipado/>

Rancière, J. (2012 a). *El mal estar en la estética*. Madri: Clave intelectual.

Rancière, J.(2012c). *El ódio a la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu.

Rancière, J. (2011b). *El tiempo de la igualdad: diálogos sobre política y estética*. Barcelona: Herder.

Rancière, J.(2007). *En los bordes de lo político*. Buenos Aires: La Cebra.

Rancière, J. (2011a). *Momentos políticos*. Madri: Clave intelectual.

Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34.

Rancière, J. (2006). *O dissenso*. In: *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rancière, J.(2002). *O mestre ignorante: cinco lições para a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.

Rancière, J. (2012b). *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes.

Rancière, J. (2009). *Políticas estéticas*. In: *Sobre políticas estéticas*. Barcelona: Museu de Arte Contemporânea.

Ranciere, J. (1995b). *Politics, identification, and subjectivization*. In Rajchamn. J *The question of identity*. NY: Routledge.

Rigitano, M.E.C. (2003). *Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente*. In: *Anais do I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades*, na Universidade Federal da Bahia.

Rojo, M.L. (2011). El análisis crítico del discurso: fronteras y exclusión social en los discursos racistas. In: Rueda, L.I. , *Análisis del discurso*. Manual para las ciencias sociales. Barcelona: UOC.

Rueda, L. I. (2011). El análisis del discurso en las ciencias sociales: variedades, tradiciones y prácticas. In: *Análisis del discurso*. Manual para las ciencias sociales. Barcelona: UOC.

Rueda, L. I. (2003). Movimientos sociales: conflicto, acción colectiva y cambio social. In: *Psicología de la acción colectiva*. Barcelona: EDIUOC.

Sakamoto, L. (2013). Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: Marciato, E. *et.al.*(Eds.), *Cidades Rebeldes*.(pp.95-100). São Paulo: Boitempo.

Santos, N.F., Belinazzo, C., Macedo, J.C. (2013). As novas mídias e o ativismo digital na proteção do meio ambiente: análise do site Greenpeace.org. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria*, 8, 2, 27-39.

Sawaia, B. B. (1997). A legitimidade subjetiva no processo de participação social In: Camino, L; Lhullier, L & Sandoval, S. (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

Scherer-Warren, I. (2006a). *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. *Revista Sociedade e Estado*, 21, 1, pp.109-130.

Scherer-Warren, I. (1984). *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: EDUFSC.

Scherer-Warren, I. (1993). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Ed. Loyola.

Scherer-Warren, I. (2006b). *Redes sociais na sociedade da informação*. In: Maia, R. & Castro, M. C. P. S. (Eds.), *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (pp. 215-227). Belo Horizonte: UGMG.

Scherer-Warren, I., Luchman, L. H. (2003). *Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil*. Revista Política & Sociedade, 1,5, 11-24.

Touraine, A. (1999). *Novos movimentos sociais?* In: Touraine, A. Como sair do liberalismo? (pp. 65-101). Bauru: EDUSC.

Vazquez, S. (1991). *Convite à estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Vila, J.B. (2011). *El tempo de la igualdad*. In: Rancière, J. *El tempo de la igualdad* (pp.9-22).

Vinade, T.F. & Guareschi, P. A. (2007). Possibilidades militantes na liquidez contemporânea. *Revista psicologia política*, 7, 14, 1-20.

Vygotsky, L. S. (1998). Arte e Vida. Em: *Psicologia da arte* (pp. 304-337). São Paulo, Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (2001). A educação estética. Em: *Psicologia pedagógica* (pp. 323-363). São Paulo: Martins Fontes.

Zanella, A.V; Cabral, Marcelo Grimm; Maheirie, Katia; Da Ros, Sílvia Zanatta (2006). Relações estéticas, atividade criadora e constituição do sujeito: algumas reflexões sobre a formação de professores(as). *Caderno de Psicologia*, 6, 10, 1-17.

Zanella, A.V., Furtado, J.R., Assis, N., Bueno, G., Levitan, D. (2012a). Jovens na cidade: arte, política e resistências. In: Mayorga, C., Castro., Prado, M.A.M.P. *Juventude e a experiência da política no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Zanella, A.V., Levitan, D., Almeida, G.B., Furtado, J.R. (2012 b). Sobre Resistências. *Psicologia Política*, 12, 24, 247-262.

WEB:

Greenpeace. **Arte e protestos no Ártico**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Arte-e-protesto-pelo-Artico/>, cessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **¡Baila por la Amazonia!**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/espana/es/Blog/flashmob-baila-por-la-amazonia/blog/39993/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Baleias se acorrentam em petroleira**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Baleias-ocupam-sede-da-OGX/>, acessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **Climate emergency**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/en/multimedia/photos/heathrowaction/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Código Florestal: outro capítulo infeliz**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/espana/es/Blog/codigo-forestal-otro-captulo-infeliz/blog/40665/>, acessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **Dia de ação global pelos 30 do Ártico**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Dia-de-acao-global-pela-liberdade-dos-30-do-Artico/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **En bikini, exigen miembros de Greenpeace playas limpias**.

Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/358567.html>, acessado em maio de 2012.

Greenpeace. **Fim das investigações para os 30 do Ártico**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Investigacoes-encerradas-para-os-30-do-Artico/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Fora da cadeia, mas presos na Rússia**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/fora-da-cadeia-mas-presos-na-rssia/blog/47600/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **G20: é preciso construir o futuro, não sustentar o passado**. Disponível em:

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/g20-e-preciso-construir-o-fut/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Greenpeace no Brasil**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Missao-e-Valores/>, acessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **Instalação em SP mostra degelo do Artigo**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/derretimento-a-olhos-nus/blog/47760/>, acessado em: janeiro de 2014.

GREENPAECE. **O surgimento do Greenpeace**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Greenpeace-no-mundo>, acessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **Ousadia e risco pelo atum azul**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Ousadia-e-risco-pelo-atum-azul/>, acessado em : janeiro de 2014.

Greenpeace. **Playas limpias en Vallarta;Ahora!.** Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/358567.html>, acessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **Recapitulando o que aconteceu com os ativistas**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/recapitulando-o-que-aconteceu-com-os-ativista/blog/46875/>, acessado em janeiro de 2014.



## ANEXOS

### ANEXO A

GREENPAECE, **O surgimento do Greenpeace**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Greenpeace-no-mundo>, acessado em: janeiro de 2014.

O surgimento do Greenpeace

Página - 7 - abr - 2010

A história do Greenpeace começou em 1971, no Canadá, quando um grupo de ecologistas, jornalistas e hippies zarparam do porto de Vancouver, no Canadá, rumo ao Ártico.



zoom

O barco Phyllis Cormack entrando na baía de São Francisco. © Greenpeace / Rex Weyler

A bordo de um velho barco de pesca chamado Phyllis Cormack, os ativistas queriam impedir que os Estados Unidos levassem a cabo testes nucleares em uma pequena ilha chamada Amchitka, na costa ocidental do Alasca.

Para levar adiante tal empreitada, o grupo tentou arrecadar fundos com a venda de broches. Verde (Green) e Paz (Peace) eram as palavras de ordem, mas não cabiam separadas no broche. Nascia assim o nome Greenpeace.

Interceptados antes de chegar a seu destino, os ativistas não impediram os Estados Unidos de detonarem a bomba. Mas sua obstinação e coragem despertou a atenção do planeta. Após forte pressão popular, os testes nucleares foram suspensos em Amchitka, então declarada santuário de pássaros. O protesto pacifista teve ainda consequências muito além da esperada. A ideia de que alguns indivíduos podiam fazer a diferença por um planeta mais verde e pacífico se tornou realidade e arrebatou uma legião de seguidores. Foi também o embrião do que é hoje a maior organização ambientalista do mundo.

[Clique aqui para saber mais sobre nossas principais vitórias.](#)

Um dos tripulantes do Phyllis Cormack, o jornalista Robert Hunter, leu durante a viagem um livro sobre mitos e lendas indígenas. Um trecho impressionou a tripulação: ele narrava a previsão feita 200 anos antes por uma velha índia cree, chamada Olhos de Fogo, sobre o futuro do planeta:

*“Um dia a terra vai adoecer. Os pássaros cairão do céu, os mares vão escurecer e os peixes aparecerão mortos nas correntezas dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito. Mas vão recuperá-lo para ensinar ao homem branco a reverência pela sagrada terra. Ai, então, todas as raças vão se unir sob o símbolo do*

*arco-íris para terminar com a destruição. Será o tempo dos Guerreiros do Arco-Íris.”*

Alguns anos depois, o nome “Guerreiro do Arco-Íris” (Rainbow Warrior, em inglês) seria pintado no casco do mais famoso navio do Greenpeace e viraria sinônimo de ativismo ambiental.

Missão e Valores

Nesta página

NOSSOS VALORES

NOSSA MISSÃO

Página - 6 - ago - 2010

O Greenpeace é uma organização global e independente que atua para defender o ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos.

Marcha durante a Cúpula dos Povos, na Rio+20, cobrando dos governos justiça ambiental e social. © Rodrigo Paiva / Greenpeace

Investigando, expondo e confrontando crimes ambientais, desafiamos os tomadores de decisão a reverem suas posições e adotarem novos conceitos.

Também defendemos soluções economicamente viáveis e socialmente justas, que ofereçam esperança para esta e para as futuras gerações.

NOSSOS VALORES

Independência O Greenpeace é uma instituição sem fins lucrativos e

independente, que não aceita doações de governo, empresas ou partidos políticos. Seu trabalho é integralmente financiado por milhões de colaboradores de todo o mundo. A independência econômica do Greenpeace garante transparência, liberdade de posicionamento e expressão, permitindo que assuma riscos e confronto alvos e comprometendo-se exclusivamente com os indivíduos e com a sociedade civil.

**Não violência** A não violência é requisito fundamental em todas as atividades que o Greenpeace promove. Ela está embutida em ações, palavras e na forma de atuação em geral – seja com governantes, empresários, outras instituições ou com a população.

**Confronto pacífico** O Greenpeace trabalha usando confrontos não-violentos e criativos para chamar a atenção do público para determinado problema ambiental, mostrando que essa postura é alternativa eficaz de comportamento. Todas as ações que desafiam empresas e governos a mudarem de atitude, pressionando-os a encontrar novas soluções para antigos problemas, são pacíficas.

**Engajamento** Nós acreditamos que a mudança de atitudes individuais pode fazer uma grande diferença para o futuro do planeta. Juntos, nós podemos enfrentar os problemas e promover soluções. Um pequeno grupo de pessoas teve a iniciativa de agir e, assim, o Greenpeace surgiu. Nós incentivamos todos aqueles que se preocupam com o futuro a fazer o mesmo: a agir. Conectando milhões de pessoas que têm os mesmos valores ao redor do mundo, o poder de mudança torna-se global.

## NOSSA MISSÃO

- Proteger a floresta amazônica, bioma de grande biodiversidade, habitat de milhares de espécies, milhões de pessoas e fundamental para o equilíbrio climático do planeta.
- Estimular o investimento em energia renovável e eficiência energética, reduzindo as emissões de gases do efeito estufa, que

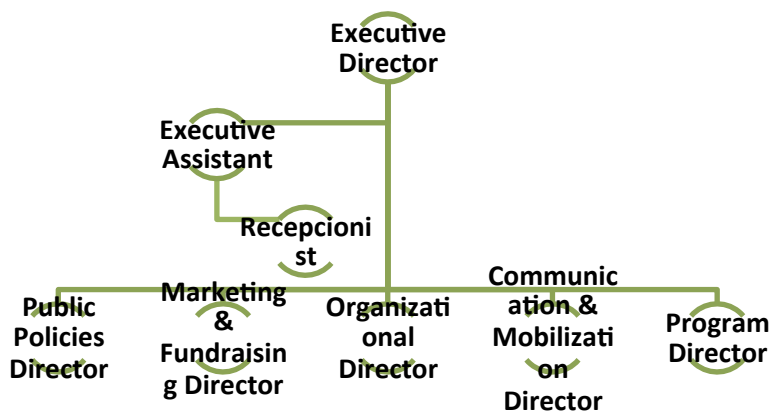
causam aquecimento global.

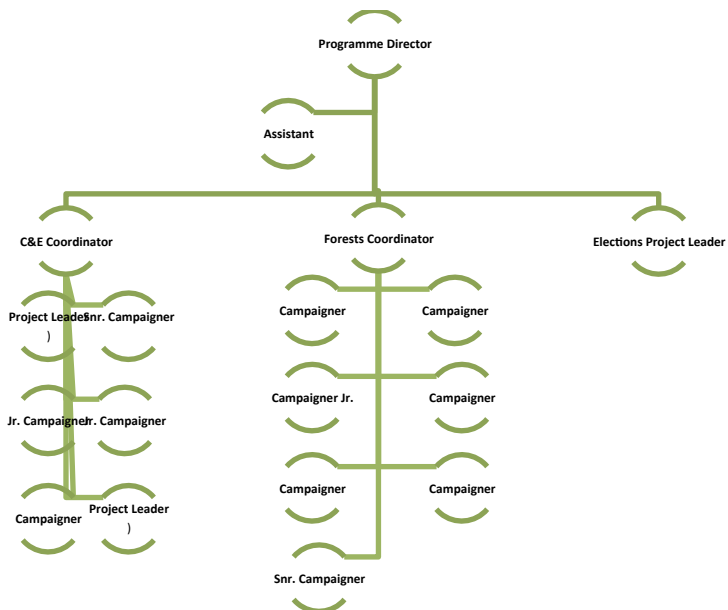
- Defender os oceanos com a criação de uma rede de unidades de conservação e o estímulo da pesca sustentável.
- Trabalhar pela paz, enfrentando as causas de conflito e eliminando a produção de energia e armas nucleares.
- Incentivar a agricultura segura e sustentável, rejeitando os organismos geneticamente modificados.

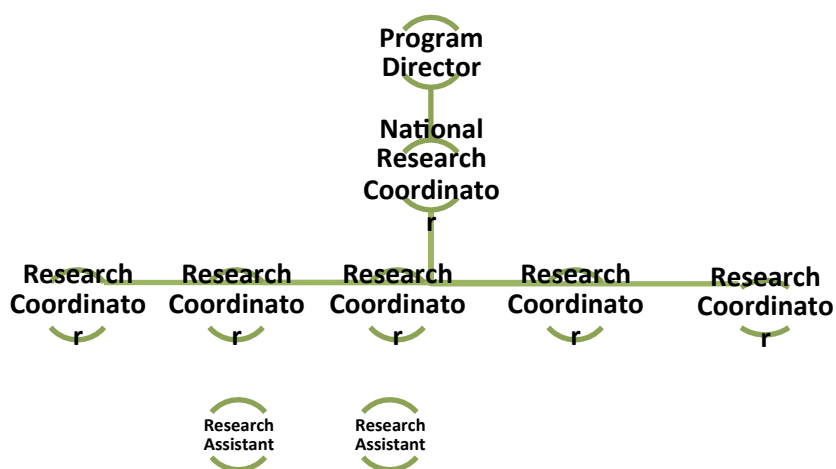
## ANEXO B

Rede de escritórios: África, Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Europa Central, Leste Europeu, Chile, República Checa, Dinamarca, Este Asiático, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Índia, Itália, Japão, Luxemburgo, Mediterrâneo, México, Nova Zelândia, Portugal, Rússia, Sudeste Asiático, Espanha, Suécia, Estados Unidos.

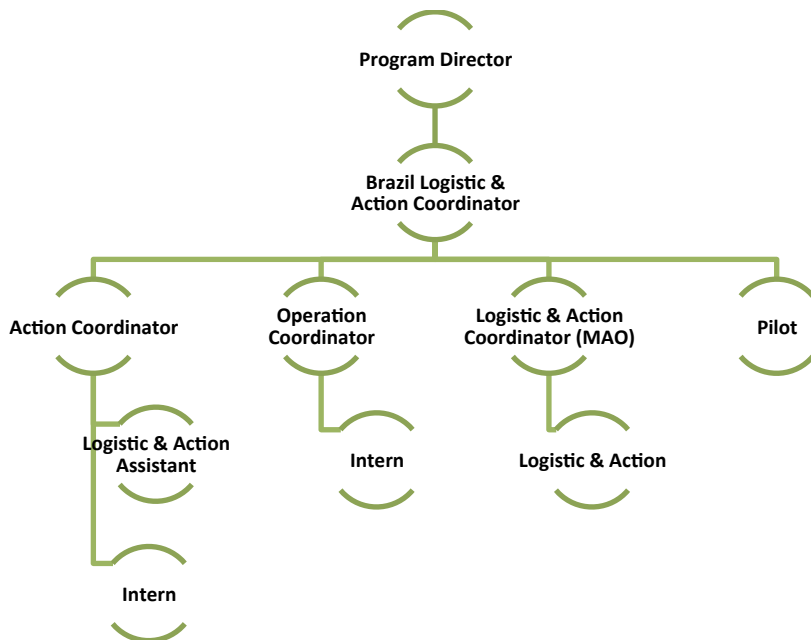
### *Organograma Greenpeace Brasil*











## ANEXO C

Greenpeace. **Greenpeace no Brasil**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Missao-e-Valores/>, acessado em: janeiro de 2014.

### Greenpeace no Brasil

Página - 7 - abr - 2010

O Greenpeace chegou ao Brasil no mesmo ano em que o país abrigou a primeira e mais importante conferência ambiental da História, a Eco-92.

O protesto que marca a fundação da organização por aqui foi uma ação contra a usina nuclear de Angra. Chegando por mar, ao bordo do navio Rainbow Warrior, os ativistas fixaram 800 cruzeiros no pátio da usina, simbolizando o número de mortos no acidente de Chernobyl.

A primeira grande vitória no Brasil se deu um ano após a inauguração do escritório, com a proibição da importação de lixo tóxico. Ainda na década de 1990, tiveram início as campanhas contra o uso dos gases CFC – que atacam a camada de ozônio – e de transgênicos, que levou à aprovação de uma lei para a rotulagem de alimentos com organismos geneticamente modificados. De olho na proteção da maior floresta tropical do mundo, em 1992 começou a investigação sobre a exploração ilegal e predatória de madeira na Amazônia. Para a redução das emissões de gases do efeito estufa, o Greenpeace trabalha em um cenário de [R]evolução Energética, para pressionar o governo a incentivar o setor de energia eólica, solar e biomassa.

O Greenpeace ajudou o Brasil a levar mais a sério o debate

ambiental, enquanto a realidade do país mostrou à organização que os problemas ambientais e os sociais caminham juntos.

Os desafios da organização cresceram com o país. O ritmo do desmatamento na Amazônia vem caindo, mas ainda é alarmante, sem que os problemas tenham sido resolvidos. Por outro lado, o Brasil, que tinha tudo para aproveitar seus recursos naturais para se tornar uma potência energética de matriz quase 100% limpa, ainda quer investir em energias sujas e perigosas como petróleo e nuclear – e por isso a organização faz campanha pelo incentivo e pelo investimento em fontes renováveis de energia, como eólica, solar e biomassa.

## ANEXO D

Greenpeace. **Instalação em SP mostra degelo do Ártico.**  
Disponível em:  
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/derretimento-a-olhos-nus/blog/47760/>, acessado em: janeiro de 2014.

Instalação em SP mostra degelo do Ártico

Adicionar comentário

Notícia - 18 - dez - 2013

Parede de gelo exposta na av. Paulista, em São Paulo, alerta para os perigos do derretimento do Ártico



zoom

Paredão de gelo de 4x2 metros montado na av. Paulista, em São Paulo, alerta para o iminente derretimento do Ártico. (©Otávio Almeida/Greenpeace)

Em plena Avenida Paulista com a Alameda Rio Claro uma instalação de gelo de dois metros de altura por três de comprimento

traz ao público uma experiência visual de derretimento de gelo, fazendo referência à região ártica. Dentro do enorme bloco de gelo, uma alegoria de um urso polar reproduz de forma plástica um alerta: o derretimento do Ártico já é uma realidade e a exploração de petróleo na região poderá agravar ainda mais o que já não vai nada bem. A mensagem “Não deixe o seu futuro derreter”, aplicada na estrutura, busca personificar nos cidadãos os impactos da destruição do Ártico, uma vez que seus efeitos serão globais.

A expansão de grandes empresas petrolíferas na região é cada dia mais evidente e os riscos de exploração econômica no frágil ecossistema do Ártico já demonstram seus primeiros efeitos: cientistas alertam que o gelo do Polo Norte nunca esteve tão escasso. “As pessoas não percebem que a extinção do Ártico significa a perda de mais um ecossistema na terra. Vidas animais e humanas serão diretamente prejudicadas pela ação irresponsável do homem em busca do lucro”, afirma Fabiana Alves, da campanha de Clima e Energia do Greenpeace.

No dia 19 de setembro um grupo de 28 ativistas do Greenpeace e dois jornalistas foram presos na Rússia, suspeitos de vandalismo e pirataria. A acusação veio depois de um protesto pacífico contra a exploração de petróleo no Ártico em uma plataforma da Gazprom. Entre eles estava a bióloga brasileira Ana Paula Maciel. Hoje, o parlamento russo votou pela anistia dos 30, colocando um fim no processo de investigação e na acusação de vandalismo. Os ativistas poderão voltar para seus países de origem assim que um visto for concedido a eles.

No Brasil e por todo o mundo, milhares de pessoas se manifestaram em apoio aos ativistas. Após 60 dias, a justiça russa concedeu o direito de resposta ao processo em liberdade, sob fiança. Para além da retirada das acusações e direito ao protesto pacífico, o Greenpeace pede proteção ao Ártico, defendendo a criação de um santuário que transforme toda a região em áreas unicamente destinadas à pesquisa e preservação. Dessa forma, ficaria garantida a manutenção desse sistema frágil e único, valorizando não só fauna e flora, mas também a existência de povos locais e de seus costumes.

## ANEXO E

Greenpeace. **Código Florestal: outro capítulo infeliz**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/espana/es/Blog/codigo-forestal-otro-captulo-infeliz/blog/40665/>, acessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **¡Baila por la Amazonia!**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/espana/es/Blog/flashmob-baila-por-la-amazonia/blog/39993/>, acessado em janeiro de 2014.

### **Código Forestal: otro capítulo infeliz**

La Amazonia se merece más y los brasileños y brasileñas también. Después de 15 agonizantes días de espera y de actividad frenética e incesante para que la presidenta Dilma Rousseff vetase íntegramente el nuevo Código Forestal, ayer la presidenta hizo un anuncio que ha defraudado no sólo las expectativas de su pueblo (el 80% de los brasileños y brasileñas están en contra de los cambios introducidos en el nuevo Código Forestal) sino también de la población mundial que ha mostrado el deseo de que la presidenta proteja eficazmente el pulmón verde del planeta. ¡Más de 2 millones de personas han pedido a la presidenta un veto total del nuevo Código Forestal! Pero la presidenta no nos ha escuchado o no nos ha querido escuchar. Sin embargo, en una tentativa de apaciguar a las personas que han visto cómo esta reforma puede ser el hachazo final para la Amazonia, ha vetado 12 partes de la futura ley y ha introducido 32 modificaciones. Pero lo que supone esto solo se sabrá el lunes, cuando el Gobierno de Brasil revele los detalles.

Brasil acogerá dentro de unas semanas la Cumbre de Río+20 sobre desarrollo sostenible y es muy probable que quiera mostrar en ella su valía en materia de medio ambiente, pero ¿quién le va a creer

después de dar luz verde al nuevo Código Forestal y de no haber sido capaz de proteger totalmente la Amazonia? Esperamos que esta no sea la Cumbre de Río -20...

La presidenta tiene una otra oportunidad y se llama Ley de Deforestación Cero. Se trata de una iniciativa ciudadana que ya ha conseguido el apoyo de cerca de 300.000 brasileños y brasileñas en apenas dos meses (hacen falta 1,4 millones de firmas para que se acepte a trámite en el Congreso), y que con el apoyo de la presidenta Dilma se podría convertir en ley. De ser así, esta ley sería la solución definitiva y permanente para evitar la deforestación en la Amazonia.

¿Ya has firmado? Se aún no lo has hecho pincha aquí, y difunde la petición entre todos tus amigos y amigas. Además, también puedes usar nuestro buscador de [amig@s](#) brasileños para pedirles que firmen, y... si surge algo más nos lo cuentas ;-)

Queremos que esta historia acabe con un final feliz, para nuestro bien y para el bien de las generaciones futuras. ¡Puedes estar segur@ que vamos a hacer todo lo que esté a nuestro alcance para que así sea!

Si luchamos por aquello en lo que creemos puede que perdamos, pero si ni siquiera luchamos ya hemos perdido.











Flashmob/ **¡Baila por la Amazonia!**

Entrada de blog por Amazonas - abril 17, 2012 a las 21:00

Agregar un comentario



El próximo domingo ¡vente a bailar por la Amazonia! Junto a Dani Mateo (presentador de El Intermadio -programa de La Sexta) y grupos de samba brasileña haremos un flashmob en Barcelona con motivo del Día de la Tierra. Desde Greenpeace hemos lanzado una iniciativa ciudadana para pedir una ley de Deforestación Cero en Brasil a la que ya se han unido, entre otras celebridades, los futbolistas brasileños Dani Alves (del Fútbol Club Barcelona) y Kaká (del Real Madrid). La iniciativa necesita 1.400.000 firmas de brasileños y brasileñas con el fin de proteger la Amazonia, el bosque primario más grande que queda en el planeta, donde se encuentra ahora el Rainbow Warrior, buque insignia de Greenpeace. Para participar en el flashmob (recordad! domingo, barcelona, arco del triunfo) tendréis que venir vestidos con una prenda de color verde y que poner os una de las caretas de jaguar que repartiremos a todos los asistentes.

Por la mañana, también haremos un taller creativo de peluquería amazónica, que se realizará en la carpa que Greenpeace tendrá situada en la Fira de la Terra (Parc de la Ciutadella). Una vez listos, a partir de las 14.00 h., comenzará el flashmob con una rueda de capoeira y una batukada pondrá la música para danzar por la Amazonia. El evento finalizará con una exhibición de samba.

Cuándo: domingo 22 de abril de 2012 Hora: A partir de las 14.00 h. Dónde: Arco del Triunfo - Barcelona *Equipo online y offline de Amazonas de Greenpeace Imagen: Cedida por Samba fun for everyone*

Flashmob/ Balla per l'Amazònia! El proper diumenge, vine a ballar per l'Amazònia! Al costat de Dani Mateo (presentador de El Intermedio -programa de La Sexta) i de grups de samba brasilera farem un flashmob a Barcelona amb motiu del Dia de la Terra. Des de Greenpeace hem llançat una iniciativa ciutadana per demanar una llei de Desforestació Zero a Brasil a la que ja s'han unit, entre d'altres celebritats, els futbolistes brasilers Dani Alves (del Futbol Club Barcelona) i Kaká (del Reial Madrid). La iniciativa necessita 1.400.000 signatures de brasilers i brasileres amb la finalitat de protegir l'Amazònia, el bosc primari més gran que queda al planeta, on es troba en aquests moments el Rainbow Warrior, vaixell insígnia de Greenpeace. Per participar en el flashmob (recordeu! diumenge, Barcelona, Arc del Triomf) heu de venir vestits amb una peça de roba de color verd i posar-vos una de les caretes de jaguar que repartirem a tots els assistents. Al matí, també farem un taller creatiu de perruqueria amazònica, que es realitzarà a la carpa que Greenpeace tindrà situada a la Fira de la Terra (Parc de la Ciutadella). Una vegada estiguem preparats i preparades, a partir de les 14.00 h., començarà el flashmob amb una capoeira i, una batukada posarà la música per dansar per l'Amazònia. L'esdeveniment finalitzarà amb una exhibició de samba. Quan: diumenge 22 d'abril de 2012 Hora: a partir de les 14.00 h. On: Arc del Triomf - Barcelona Equip online i offline d'Amazones de Greenpeace Imatge: Cedida per Samba fun for everyone

INFORMACIÓN: - Post 19/04/2012: Busca un amigo@ brasileño, pídele que firme y lo que surja... - Post 17/04/2012: Flashmob/ ¡Baila por la Amazonia! - Post 12/04/2012: Nueva misión de los estorninos por la Amazonia - Post 11/04/2012: Kaká 1 - 0 Deforestación - Post 09/04/2012: Estorninos por la Amazonia - Post 21/03/2012: Fotoblog: la Amazonia se merece más que palabras, se merece acciones - Post 23/03/2012: ¡Únete a la travesía del Rainbow Warrior por la Amazonía! - Post 30/03/2012: A toda vela por la selva amazónica - Post 03/04/2012: ¡Advertencia! madera ilegal de la Amazonia.

## PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR N.º

Institui o DESMATAMENTO ZERO no país e dispõe sobre a proteção das florestas nativas.

Artigo 1º. - Fica instituído o desmatamento zero no Brasil, com a proibição da supressão de florestas nativas em todo o território nacional. A União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal não mais concederão autorizações de desmatamento das florestas nativas brasileiras.

Artigo 2º. - A proibição de que trata esta lei não se aplica em questões consideradas de segurança nacional, defesa civil, pesquisa, planos de manejo florestal, atividades de interesse social e utilidade pública especificadas em resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e atividades de baixo impacto a serem regulamentadas por ato do poder executivo.

Artigo 3º - As proibições de desmatamento de que trata esta lei terão exceção para os imóveis rurais da agricultura familiar (Lei 11326/2006) por um período de cinco anos contados a partir de sua aprovação, condicionadas à implementação, por parte do poder público, nestes imóveis, de programas de assistência técnica, extensão rural, fomento à recuperação de florestas nativas, transferência de tecnologia e de geração de renda compatíveis com o uso sustentável da floresta.

Artigo 4º. – Para efeitos desta lei, os desmatamentos em terras indígenas e populações tradicionais continuarão sendo regidos por legislação específica.

Artigo 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Disponível em: <http://ligadasflorestas.org.br>, acessado em janeiro de 2014.

## ANEXO F

Greenpeace. **Baleias se acorrentam em petroleira.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Baleias-ocupam-sede-da-OGX/>, acessado em: janeiro de 2014.

### Baleias se acorrentam em petroleira

4 comentários

Notícia - 31 - ago - 2011

Saga das baleias pela proteção de Abrolhos continua: ativistas estão dentro da sede da OGX, empresa de Eike Batista, há horas, exigindo fim da exploração de petróleo na região.



zoom

Ativistas vestidos de baleias aguardam acorrentados na entrada do prédio da OGX por uma resposta de Eike Batista. Greenpeace  
Alexandre Cappi

Na sequência da cruzada contra a exploração de petróleo em Abrolhos, hoje foi a vez da OGX, uma das tantas empresas do bilionário Eike Batista, a receber a visita das baleias do Greenpeace. Em protesto, elas exigiram que a petroleira abandone suas atividades

na região e livre o santuário ecológico, e maior banco de corais do Brasil, dos perigos da atividade petrolífera.

As baleias chegaram à sede da empresa, no centro do Rio, por volta das 10h vestindo coleiras com o nome de Eike. Nem assim o empresário atendeu aos pedidos dos ativistas. Ao contrário, a recepção foi truculenta. Sete carros da Polícia Militar chegaram para tentar desocupar o edifício. A tropa de choque também foi chamada e bloqueou as duas entradas. Representantes da imprensa foram impedidos de entrar. Um plástico preto cobriu os vidros do saguão para impedir que imagens fossem tomadas dentro do recinto.

Após três horas de resistência, a empresa decidiu se manifestar. Em nota assinada por Paulo Mendonça, diretor geral da OGX, a empresa alega que suas operações respeitam a legislação ambiental vigente e as regulamentações da ANP (Agência Nacional de Petróleo). Resposta vaga, já que não poderia ser diferente. O Greenpeace pede que a OGX abandone suas operações na área para evitar que qualquer vazamento destrua a maior biodiversidade do Atlântico Sul.

Insatisfeitos com a carta da empresa, os ativistas resistem, sem previsão de deixar o local até que a empresa ofereça uma resposta contundente.

A OGX foi uma das dez empresas que receberam cartas do Greenpeace explicando a necessidade de estabelecer uma moratória da exploração de óleo e gás em Abrolhos. O descaso de Eike Batista com a região, considerada a maior biodiversidade do Atlântico Sul, contrasta com a imagem de sustentabilidade que a empresa tenta passar ao público.

“As empresas de Eike Batista apoiam 400 mil hectares de Unidades de Conservação Ambiental em todo o Brasil”, afirma Leandra Gonçalves, da campanha de Clima e Energia do Greenpeace. “Poderia, então, aderir a mais esta causa e proteger Abrolhos também.”

A OGX é a segunda empresa a receber o Greenpeace em sua porta.



Ontem, a franco-britânica Perenco, sócia de Eike Batista em sua garimpagem de petróleo no mar de Abrolhos, foi surpreendida por um confronto entre “baleias” e “petroleiros” na entrada de sua sede, no Rio. As baleias tentaram falar com representantes da Perenco, mas os petroleiros as impediram com jatos de óleo.

#### O petróleo de Abrolhos

O Greenpeace pede o estabelecimento de uma moratória da exploração de gás e petróleo por 20 anos em uma zona de 93 mil quilômetros quadrados na região de Abrolhos. Segundo recentes estudos científicos, esta área é o limite mínimo para evitar que acidentes de qualquer tipo contaminem a biodiversidade da região. A área de moratória afeta treze blocos de exploração de petróleo atualmente concedidas a dez empresas nacionais e estrangeiras: Perenco, Petrobras, Shell, Vale, OGX, Cowan, Sonangol, Vipetro, HRT e Repsol.

A proposta é uma tentativa de barrar o avanço da exploração petrolífera no entorno de Abrolhos. Ano passado, o governo derrubou uma liminar do Ministério Público Federal, de 2003, que impedia a ANP (Agência Nacional de Petróleo) de licitar blocos num raio de 50 km do Parque Nacional.

Lar de mais de 1.300 espécies de aves, tartarugas, peixes e mamíferos marinhos — dentre as quais, 45 em risco de extinção — Abrolhos é a região de maior biodiversidade da região sul do Atlântico. Seus recifes de corais, os maiores e mais exuberantes do Brasil, e seus extensos manguezais contribuem para fazer desta a zona mais importante de pesca no Estado da Bahia.

## ANEXO G

Disponível em: [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)

Acessado em: janeiro de 2014.

### **Rainbow Warrior**

Nesta página

Rainbow Warrior II

O novo Rainbow Warrior

Página - 7 - abr - 2010

A história do Rainbow Warrior, um navio que o Greenpeace comprou para ser usado sobretudo em campanhas contra a caça de baleias, ganhou ares de mito em 1985, quando foi afundado pelo serviço secreto francês enquanto estava ancorado no Porto de Auckland, na Nova Zelândia.



zoom

20/06/1995 - Rainbow Warrior navega para o Atol de Moruroa, para protestar contra testes nucleares. © Greenpeace / Steve Morgan

O atentado, que empregou bombas para abrir um buraco no casco do barco, aconteceu dias antes de o Rainbow Warrior zarpar, na liderança de uma pequena força naval pacifista, rumo ao atol de Muroroa, onde a França realizava testes nucleares. O ataque causou uma morte, do fotógrafo português Fernando Pereira, que estava a bordo.

O Rainbow Warrior foi adquirido pelo Greenpeace em 1977. Na época, ele se chamava Sir William Hardy e estava encostado num atracadouro em Londres. Primeiro navio diesel-elétrico construído na Inglaterra, em 1955, foi usado como navio de pesquisa pelo Ministério da Agricultura e Pesca do país. Ele custava 44 mil libras, muito dinheiro para o Greenpeace na época, o que levou ao lançamento de uma campanha de arrecadação de fundos. Em oito meses, a organização conseguiu juntar 10% para a entrada. Faltava o resto, e o World Wildlife Fund (WWF) veio em socorro do Greenpeace, com uma doação de 40 mil libras.

Totalmente remodelado, o navio ganhou o nome de Rainbow Warrior – ou Guerreiro do Arco-Íris. Era uma referência à profecia da índia cree Olhos de Fogo, que previu a destruição do ambiente pela ação dos homens e o surgimento de uma raça de guerreiros defensores do planeta, os Guerreiros do Arco-Íris. Em 1978, pintado de verde, com um arco-íris na proa e ostentando orgulhosamente as bandeiras do Greenpeace e das Nações Unidas – para caracterizar o internacionalismo de sua tripulação de 24 pessoas –, ele levantou âncora.

O Rainbow Warrior esteve envolvido em várias campanhas baleeiras. Uma das mais famosas foi no Peru em 1982, quando cinco ativistas se prenderam ao arpão do baleeiro Victoria 7 logo após descarregar uma baleia morta, para ser processada no porto de Paita, no Peru. Os ativistas e o capitão, acorrentado a outra parte do baleeiro, foram presos e o navio foi ocupado por guardas peruanos. Na época, o Greenpeace afirmava que voltaria a ocupar baleeiros até o Peru respeitar a moratória da caça de baleias, que no mesmo ano proibiu a caça comercial entre os países signatários da Comissão

Internacional da Baleia (CIB). Como resultado direto dessas ações, o governo peruano fez um acordo para que fosse interrompida a caça desses cetáceos.

## Rainbow Warrior II

O navio, construído em 1957, foi comprado pelo Greenpeace em 1987 e passou dois anos em reforma para se tornar uma embarcação própria para ações. Logo após seu lançamento, em 1989, o Rainbow Warrior II iniciou um longo tour de informação por toda a Europa, seguido por viagens para Nova York e Auckland. Sua primeira e única visita ao Brasil aconteceu em 1992, durante a Eco-92, para a abertura do escritório da organização no Brasil.

Veja a câmera ao vivo do Rainbow Warrior.

## O novo Rainbow Warrior

Em 2011, a frota de navios do Greenpeace terá um novo membro, o Rainbow Warrior III. O navio foi projetado com a última tecnologia ecologicamente correta disponível para ser um exemplo de como lidar com o maior desafio imposto à humanidade nos últimos tempos: o combate ao aquecimento global.

É a primeira vez que a organização opta pela construção de um novo navio, em vez de reformar uma embarcação já utilizada. Isso porque, mesmo em épocas de crise financeira global, o Greenpeace acredita que vale a pena investir em uma embarcação de alta tecnologia e desempenho, que tenha como prioridade a proteção do ambiente.

Ele será prioritariamente um veleiro (usando energia dos ventos no lugar de combustíveis fósseis), com a opção de mudar suas operações para motor, no caso de condições climáticas adversas, por exemplo. Toda a engenharia foi projetada para ser eficiente energeticamente e o casco foi desenhado para proporcionar o máximo de aproveitamento do combustível. O calor criado pelos geradores será reaproveitado no aquecimento da água utilizada a bordo e para o preaquecimento das máquinas.

## **Arctic Sunrise**

Nesta página

Brasil

Informações técnicas do Arctic Sunrise

Página - 7 - abr - 2010

O Arctic Sunrise é um navio quebra-gelo de pesquisa, próprio para navegação nos polos.

13/08/2013 - Navio Arctic Sunrise em ação no mar de Barents ao norte da Rússia. © Will Rose / Greenpeace

Ele começou como inimigo: foi construído em 1975 para caçar focas. Navios como esse eram o alvo do Greenpeace nos anos 1980. Lançado em junho de 1996 como integrante da frota do Greenpeace, começou um tour pelas plataformas de petróleo inglesas e norueguesas no mar do Norte. Em 1997, conduziu o Tour Ártico, com ações diretas contra companhias petrolíferas e documentação dos efeitos do aquecimento global.

No ponto oposto do planeta, o Arctic Sunrise foi atrás de baleeiros japoneses, que caçam comercialmente na Antártida sob a desculpa de pesquisa científica, e de piratas que pescavam ilegalmente na Patagônia. Em 2000, o navio entrou na campanha contra o sistema de defesa Star Wars, do governo norte-americano, que poderia dar início a mais uma corrida armamentista nuclear.

No ano seguinte, ele veio para a América Latina em campanha contra o lixo tóxico. Em janeiro, esteve no Brasil para a “Expedição das Américas: chega de poluição”, que serviu de plataforma para protestos, denúncias e trabalhos com comunidades vítimas da poluição industrial.

## Brasil

O Arctic Sunrise retornou ao país em setembro de 2001 para uma expedição na Amazônia, onde permaneceu por três meses denunciando a exploração ilegal de madeira, promovendo o manejo sustentável da floresta e realizando trabalhos com grupos locais vítimas da violência de madeireiros.

A campanha de transgênicos recebeu o Arctic Sunrise em 2004, com a expedição “Brasil melhor sem transgênicos”. O objetivo era divulgar os riscos oferecidos pelos alimentos geneticamente modificados e promover a produção de não transgênicos na economia brasileira.

Em 2006, o navio voltou com a expedição “Viva Amazônia”, que em dois meses passou, respectivamente, por Porto Alegre (RS), Santos (SP), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belém (PA) e Manaus (AM) e recebeu mais de 25 mil pessoas. Propondo ações de proteção à floresta, como a implementação de uma rede de áreas protegidas e de uso sustentável e o consumo responsável de produtos florestais, foi possível levar a realidade de regiões remotas da Amazônia para grandes centros urbanos do nosso litoral.

Veja a câmera ao vivo do Arctic Sunrise.

A última visita do Arctic Sunrise ao país foi em 2009, com a expedição da campanha de clima “Salvar o planeta. É agora ou agora”. Em um tour de três meses pela costa brasileira, foram sete cidades visitadas e 22 mil visitantes. Durante sua passagem por Manaus (AM), Santarém, Porto de Moz e Belém (PA), o foco da expedição foi o fim do desmatamento na Amazônia. Ao longo da costa brasileira, de Fortaleza a Santos, a expedição contribuiu para o debate sobre a preservação dos oceanos, a necessidade urgente de investimentos para fontes renováveis de energia e os perigos da aventura nuclear brasileira, todos entrelaçados com a temática do aquecimento global.

## **Esperanza**

Nesta página

História

Informações técnicas do Esperanza

Página - 7 - abr - 2010

O Esperanza é o mais novo e maior navio da frota do Greenpeace. Seu nome foi escolhido pelos ciberativistas da organização.

26/03/2013 - Vista aérea do Esperanza durante navegação pelo oceano Índico. (© Jiri Rezac/ Greenpeace)

Construído na Polônia em 1984, o Esperanza fazia parte de um grupo de 14 navios de combate a incêndio encomendados pelo governo russo entre 1983 e 1987. Sofrendo com a falta de recursos para sua manutenção no fim dos anos 1980, ele passou por vários donos até se transformar em um navio de abastecimento na Noruega.

Com 72 metros de comprimento e uma velocidade máxima de 16 nós, o navio é ideal para missões que exijam rapidez de resposta ou uma permanência longa em campo – inclusive no gelo. Até 40 pessoas podem ficar a bordo, incluindo pesquisadores, ativistas e cientistas.

Assim que o adquiriu, o Greenpeace preocupou-se em aperfeiçoá-lo tecnologicamente. Foram meses de reforma para que ele respeitasse o ambiente o melhor possível, com mudanças como:

- eliminação do máximo possível de material feito de amianto e confinamento seguro do restante;
- adaptação do sistema de combustível para evitar derramamentos;
- instalação de propulsão eletrônica a diesel, mais eficiente;
- câmara de reciclagem de águas residuais, bombardeando apenas água limpa ao mar;
- sistema de aquecimento alimentado por resíduos produzidos no navio;
- purificadores de água de esgoto, quinze vezes mais eficazes do que

exige a legislação internacional; - pintura com tinta sem TBT, substância de elevada toxicidade; - refrigeração e ar-condicionado à base de amônia em vez dos gases CFC, que reduzem a camada de ozônio e são tóxicos; - sistema de propulsão mais eficiente para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>.

Além disso, foram instalados equipamentos operacionais padrão para o Greenpeace, como um heliporto e guindastes especiais para o lançamento de barcos infláveis.

Veja a câmera ao vivo do Esperanza.

## História

A primeira atividade do Esperanza aconteceu em 2002, para a campanha global “Save or delete”, que denunciava a destruição das florestas tropicais. O navio tem uma conexão especial com a campanha de Oceanos da organização. Em 2005, ele participou de ações contra a técnica de pesca de arrasto, que destrói a biodiversidade, e pela promoção de reservas marinhas.

No fim de 2007, o Esperanza conduziu uma expedição rumo ao Santuário de Baleias da Antártida. Com uma tripulação internacional, inclusive a coordenadora da campanha de Oceanos no Brasil, a expedição tinha por objetivo o fim da caça de baleias pelo Japão, expondo a possibilidade de fazer pesquisa científica sem matá-las. O Japão se utiliza do argumento científico para justificar a caça anual de baleias na região. O Greenpeace já comprovou que o destino dessas baleias é o prato e não as lâminas de microscópio.



## ANEXO H

Greenpeace. **Climate emergency.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/international/en/multimedia/photos/heathrowaction/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace activists climbed onto the top of a Manchester to London plane after it parked at London Heathrow Airport's Terminal One. The activists covered the tail fin with a banner reading 'Climate emergency NO 3rd Runway' in protest against the airp...



## ANEXO I

Greenpeace. **Recapitulando o que aconteceu com os ativistas.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/recapitulando-o-que-aconteceu-com-os-ativista/blog/46875/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Dia de ação global pelos 30 do Ártico.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Dia-de-acao-global-pela-liberdade-dos-30-do-Artico/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Fora da cadeia, mas presos na Rússia.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Blog/fora-da-cadeia-mas-presos-na-russia/blog/47600/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Fim das investigações para os 30 do Ártico.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Investigacoes-encerradas-para-os-30-do-Artico/>, acessado em janeiro de 2014.

Recapitulando: o que aconteceu com os ativistas Postado por  
Juliana Costa - 3 - out - 2013 às 12:31 4 comentários



Muito se fala dos ativistas do Greenpeace lá na Rússia, mas você sabe como tudo começou e o que aconteceu até agora? A Gazprom, uma gigante petrolífera, se uniu a Shell para que juntas pudessem explorar o Ártico em busca de petróleo. O problema é que o Ártico é um ecossistema muito frágil e qualquer vazamento de petróleo seria devastador. Para quem não sabe, a Gazprom tem um longo histórico de vazamentos na Rússia, e se apenas um acontecesse no Ártico, seria praticamente impossível reverter os impactos. Por isso, no dia 18 de setembro, fizemos um protesto pacífico contra a plataforma de petróleo da Gazprom. Dois ativistas tentaram escalar a lateral da plataforma para estender um banner e chamar atenção para os riscos dessa exploração na região. Eles foram presos. No dia seguinte, a guarda costeira russa ocupou ilegalmente o navio Arctic Sunrise, que se encontrava em águas internacionais, e prendeu toda a tripulação. Desde a ocupação ilegal, os 30 tripulantes do navio ficaram presos aguardando a investigação. Desde ontem, 23 tripulantes foram acusados de pirataria. A situação é tão absurda que o próprio presidente da Rússia, Vladimir Putin, fez uma declaração pública sobre o assunto: “É absolutamente evidente que eles não são piratas”, disse ele no dia 25 de setembro, durante um fórum internacional sobre o Ártico. O diretor-executivo do Greenpeace Internacional, Kumi Naidoo, também afirmou que “qualquer alegação de que estas pessoas são piratas é absurda e abominável. Isso é absolutamente irracional e tem como objetivo nos silenciar. Mas não nos intimidaremos.” Sabe o que você pode fazer para ajudar os ativistas? Mande um email à embaixada russa

pedindo a libertação deles. Acesse: [bit.ly/LibertemOs30](http://bit.ly/LibertemOs30). E você também pode participar conosco do Ato em apoio aos ativistas que acontece em São Paulo. Acesse e participe: [on.fb.me/GA8Zlu](https://on.fb.me/GA8Zlu).

## **Dia de ação global pelos 30 do Artigo**

Adicionar comentário

Notícia - 16 - nov - 2013

Milhares de pessoas em todo o mundo saíram às ruas para pedir a liberdade dos ativistas. No Brasil, atividade aconteceu em Porto Alegre, cidade natal de Ana Paula Maciel



zoom

Rosângela Maciel, mãe da ativista Ana Paula Maciel, presa há dois meses na Rússia com mais 29 pessoas, participa de atividade em Porto Alegre pelo Dia de Ação Global. (©Greenpeace/Marco Antonio Filho)

Prestes a completar dois meses da prisão dos 28 ativistas e dois jornalistas na Rússia, um ato de solidariedade global tomou neste

sábado, 16, as ruas de 265 cidades de 45 países do mundo.

No Brasil, a atividade aconteceu em Porto Alegre, cidade natal da ativista brasileira Ana Paula Maciel, que faz parte do grupo detido após protesto pacífico contra a exploração de petróleo no Ártico. No Parque da Redenção, região central da capital gaúcha e um dos preferidos de Ana Paula, ativistas do Greenpeace montaram uma cela para mostrar o absurdo das prisões. As pessoas da rua se algemaram dentro da cela em solidariedade aos 30 presos. Esta é uma semana decisiva para os 30 do Ártico. Ontem, o Comitê de investigação russo pediu a extensão da prisão preventiva do grupo por mais três meses, mas o pedido ainda precisa ser aceito por um juiz em audiências que deverão ocorrer ao longo da próxima semana. O Greenpeace vai questionar o pedido, solicitando a liberdade mediante fiança. Eles estão sendo acusados de vandalismo e pirataria, crimes que podem render até sete e 15 anos de prisão respectivamente.

“Esses 30 homens e mulheres não são vândalos, nem piratas. Eles estavam defendendo de forma pacífica o Ártico da exploração irresponsável de petróleo. Os crimes pelos quais eles estão sendo acusados simplesmente não existem e eles devem ser libertados”, disse Fabiana Alves, da campanha de clima e energia do Greenpeace. “Os eventos de hoje são importantes porque mostram que milhares de pessoas em todo o mundo querem a proteção do Ártico e liberdade de expressão.”

### **Fora da cadeia, mas presos na Rússia**

Postado por Alan Azevedo - 4 - dez - 2013 às 15:16

Adicionar comentário

Durante visita do presidente russo, Vladimir Putin, ao Papa Francisco, ativistas pedem a liberdade dos '30 do Ártico'.  
(©Tommaso Galli/Greenpeace)

Os advogados do Greenpeace entraram com pedidos de vistos de

saída para todos os membros do grupo dos 30 do Ártico que não são de nacionalidade russa. Caso o pedido seja aprovado pelo comitê de investigação, eles terão permissão de deixar o país antes da conclusão das investigações.

Todos os estrangeiros, 26 pessoas de 17 nações, receberam seus passaportes de volta após habeas corpus mediante fiança. Entretanto, eles não têm o visto que permite deixar o território russo e por enquanto ficam hospedados num hotel em São Petersburgo.

“Essa é uma situação ímpar onde os 30 do Ártico foram encriminhados e depois libertados provisoriamente sob fiança após serem detidos em águas internacionais. Estamos confiantes de que isso se resolverá logo”, explica Jasper Teulings, advogado do Greenpeace Internacional.

Referente ao navio Arctic Sunrise, o Tribunal Internacional de Direito do Mar ordenou a liberação do barco de bandeira holandesa frente a um pagamento de 3,6 milhões de euros por parte da Holanda. Ben Ayliffe, coordenador de campanha do Ártico, declarou que “já pagamos um preço absurdo por um protesto pacífico e justificado contra a exploração de petróleo no Ártico”.

A Holanda e a Rússia foram obrigadas a se manifestar perante ao Tribunal sobre a questão. O Ministro de Relações Exteriores holandês disse ter finalizado a operação bancária na última semana, e agora envia uma posição ao Tribunal.

“Nós, do Greenpeace, reconhecemos os esforços da Holanda para cumprir sua parte frente ao Tribunal Internacional. A Rússia é obrigada a liberar tanto o navio quanto os ativistas, e acreditamos que esse seja o desfecho”, adicionou Teulings.

## **Fim das investigações para os 30 do Ártico**

8 comentários

Notícia - 25 - dez - 2013

Em dia de Natal, Comitê de Investigação russo convoca ativistas do Greenpeace em massa para encerrar as investigações de vandalismo.

O grupo conhecido como os 30 do Ártico em São Petersburgo (©Dmitri Sharomov/Greenpeace)

O capítulo final das investigações contra os 30 do Ártico – grupo de 28 ativistas do Greenpeace Internacional, incluindo a brasileira Ana Paula, e dois jornalistas – aconteceu hoje, no dia de Natal, quando o Comitê de Investigação russo convocou o grupo em massa para encerrar o caso.

Ontem, o britânico Anthony Perrett foi o primeiro a ser convocado pelo Comitê de Investigação para ter encerrada a investigação contra ele. O grupo estava sendo acusado de vandalismo após ter participado, dia 18 de setembro, de um protesto pacífico contra a exploração de petróleo no Ártico.

Agora, os 26 integrantes do grupo de nacionalidade não russa vão entrar com pedido de vistos de saída para finalmente poderem deixar o país. Uma reunião com o Serviço de Migração Federal está marcada para hoje. Os ativistas devem deixar o país já nos próximos dias.

“Este é o dia que estávamos esperando desde que nosso navio Arctic Sunrise foi ocupado por forças armadas mais de três meses atrás. Estou feliz e aliviado que as acusações tenham sido derrubadas, mas não deveríamos ter sido acusados de nada”, disse o norte-americano Peter Willcox, capitão do navio Arctic Sunrise. “Nós [a humanidade] já descobrimos petróleo suficiente para aquecer perigosamente o planeta e nós tomamos uma atitude para prevenir isso. Oferecer o planeta para as empresas de óleo e gás não é uma opção.”

“A nossa saga deve acabar logo, mas não existe anistia para o Ártico. A Gazprom acabou de começar a perfurar outra vez. Então, quando isso acabar, nós continuaremos nossa missão de proteger o Ártico

das petrolíferas gananciosas”, disse a ativista brasileira Ana Paula Maciel. “É um absurdo que tenhamos sido perdoados de um crime que não cometemos. Não sou culpada e nunca fui. Estou triste de deixar a Rússia enquanto nosso navio Arctic Sunrise permanece aqui. Metade de meu coração vai permanecer com ele, atracado em Murmansk



## ANEXO J

### Roteiro de Entrevista

1. Dados de identificação
  - 1.1 Nome, idade, nacionalidade, ocupação  
“Me conte um pouco sobre quem é você, o que você faz, onde você mora...”
  
2. Relação com o Greenpeace
  - 2.1 Vínculo com o Greenpeace
  - 2.2 História pessoal com o Greenpeace  
“Me fale como começou sua relação com o Greenpeace: de que maneira o conheceu, como e por que começou no Greenpeace, o que vivenciou durante sua trajetória no Greenpeace...”
  
3. Processos de significação acerca do Greenpeace
  - 3.1 De que maneira significa o objetivo, valores e ideais do Greenpeace  
“No seu ponto de vista, o que é o Greenpeace? Quais são os objetivos, valores, ideais desta organização? Você concorda com os mesmos?”
  - 3.2 Quais os aspectos mobilizadores e incentivadores do Greenpeace  
“O que te atraiu no Greenpeace? O que te mantém/mantinha vinculado ao Greenpeace? Quais os aspectos que você destacaria como positivos no Greenpeace?”
  - 3.3 Quais os aspectos desmobilizadores e frustrantes do Greenpeace

“Você acha que algo poderia mudar para melhor no Greenpeace? Quais aspectos você destacaria como desafiadores ou negativos do Greenpeace?”

3.4 De que forma significa a (des) importância do Greenpeace para si e para a sociedade

“O Greenpeace é importante para a sua vida?”

“Você acha o Greenpeace importante para a sociedade?”

4. Finalização: “Você gostaria de dizer mais alguma coisa? Gostaria de deixar alguma mensagem?”

## ANEXO I

Greenpeace. **Ousadia e risco pelo atum azul**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Ousadia-e-risco-pelo-atum-azul/>, acessado em : janeiro de 2014.

### **Ousadia e risco pelo atum azul**

8 comentários

Notícia - 5 - jun - 2010

Ativistas do Greenpeace tentam liberar peixes ameaçados de extinção de rede no Mediterrâneo e são atacados por pescadores armados com ganchos, arpões e rojões.



zoom

Pescadores respondem com violência a ação no Mediterrâneo contra pesca de atum azul ©Greenpeace

*Numa manhã no início desta semana, o coordenador de ações parou*

*do lado da mesa do brasileiro João Talocchi no escritório do Greenpeace Internacional, em Amsterdam, e perguntou se ele poderia ir para Malta à noite, para se juntar à tripulação do navio Arctic Sunrise e participar das ações da campanha de oceanos.*

*Ele aceitou e 12 horas mais tarde pousou em Malta, sem sabe direito o que o aguardava. Hoje, 4 de junho, João descobriu que havia sido chamado para um embate com a turma que pesca atum azul, uma espécie à beira da extinção, no Mediterrâneo. Foi uma dura refrega. Eis o seu relato.*

(Veja um vídeo aqui.)

4 de junho de 2010. Mediterrâneo, em algum lugar próxima a Malta.

Uma cavalaria. Eram seis botes do Greenpeace, navegando juntos e rápido, em direção aos navios de pesca. Na popa de cada um deles, tremulava um banner com mensagens contra a extinção do atum azul. Estão escritas em três línguas. Queremos que todos saibam por que estamos aqui.

Nos barcos, quase 20 ativistas vestidos com macacões laranjas, capacetes, óculos de proteção e coletes salva-vidas. A bordo, levamos sacos de areia e escudos feitos de compensado de madeira. Nós sabíamos que a recepção não seria das melhores.

O objetivo da ação era afundar uma parte da rede de pesca com os sacos de areia, para que os atuns pudessem fugir. À medida que chegamos perto, percebi que não ia ser nada fácil. Eram 7 navios de pesca (grandes) e mais de 10 barcos pequenos amarrados na rede, para mantê-la aberta. As embarcações são francesas, mas os pescadores vêm de diversas regiões do planeta, movidos pela ganância. Um atum azul já foi vendido no Japão por mais de 100 mil euros. Cheia, uma rede pode valer até 1 milhão de euros.

Eu estava no maior barco, o Delta. Tudo o que aconteceu a partir

daqui ainda passa na minha cabeça como se fosse um filme. Mas foi real. (Mãe, se você estiver lendo, recomendo parar por aqui).

Foram menos de três minutos de navegação até a rede, com a água do mar borrifando na nossa cara. Através da lente gotejada dos óculos de proteção tudo o que eu conseguia ver eram os barcos dos pescadores e os pescadores, que gritavam em várias línguas coisas que eu não posso escrever.

Em uma manobra rápida, John, piloto do barco, encontrou uma brecha e nos colocou bem na beirada da rede, entre dois barcos dos pescadores. A rede devia ter uns 100 metros de diâmetro e bóias circulando a sua volta. Comecei a jogar os sacos de areia com a ajuda do Marcelo, médico e ativista. Cada um deles pesava em torno de 20 quilos e eles estavam unidos uns aos outros por um pedaço de corda. Em dois ou três minutos conseguimos jogar seis ou sete pares sobre as bóias, enquanto nos equilibrávamos no barco. Já dava para ver que um pedaço da rede ia afundar e que alguns dos nossos outros barcos estavam fazendo o mesmo, em vários lugares. Mas a felicidade durou pouco.

De repente o barco começou se mexer rápido. John tentava evitar que um dos barcos dos pescadores passasse por cima da gente. Me segurei no que deu e, quando fiquei em pé de novo, vi que eles não estavam muito felizes com a nossa presença. Os caras estavam armados com arpões e ganchos afiados e não pensam duas vezes antes de tentar furar o barco. Conseguimos fugir, navegando rápido para dentro da rede, já que nosso bote era movido a jato propulsão, o que evitava que as hélices ficassem presas.

Infelizmente, nem todos tiveram a mesma sorte.

Quando navegamos para fora da rede e ao redor dos pescadores, estava tudo meio caótico. Dois dos nossos barcos estavam presos na rede e sendo atacados pelos arpões. Já dava para perceber que um deles ia afundar. Os outros barcos desviavam dos pescadores e tentavam ajudar quem precisava. Nessa hora, nós fomos em direção

ao “gray whale”, mas estava impossível chegar perto. Tudo o que podíamos fazer era olhar um dos navios esmagando o bote contra outro barco de pesca. As duas bananas já estavam murchas e, com a hélice presa, não havia muito o que os quatro ativistas podiam fazer a não ser tentar se defender.

Da popa do navios que acabou de esmagá-los vi um mergulhador que parecia que ia pular em cima deles. Ele pulou, mas caiu na água e começou a cortar os sacos de areia e, depois, o que restou do inflável. Agora, eles estavam afundando bem rápido. Para completar o cenário surreal, a tripulação do navio começou a jogar cebolas nos ativistas. Algumas delas os acertam, mas eles tinham os capacetes e escudos. (Franceses jogando cebolas... meio estereótipo... só faltou jogarem croissants...)

Circulamos por trás de um dos navios para tentar ajudá-los e nos deparamos com outro, vindo direto para cima da gente. Os pescadores estavam loucos! John virou o barco e desviou. Nessas horas é bom ser menor e mais ágil. Mas outro barco deles começou a nos perseguir e novamente tivemos de abortar o plano de ajudar o pessoal do outro bote.

Nesse momento o helicóptero com nosso fotógrafo chegou, mas ele também não foi muito bem recebido. De um dos navios os pescadores atiraram com o sinalizador, que é um tipo de rojão. O tiro passou perto, mas não acertou. Eles atiraram de novo, mas passou longe. Só que, quando olhamos para o navio, deu para ver que dessa vez a pistola do sinalizador não estava mais mirando para cima e sim para nós. Deu tempo de abaixar e nos proteger com o “escudo” antes de ouvir o zunido do sinalizador passando há alguns metros das nossas cabeças. Nós jogamos sacos de areia na rede e eles atiram bolas de fogo na gente.

Foram dois tiros, mas nenhum acertou. Quando eles pararam, deu para ver que os ativistas de um dos botes presos já haviam pulado na água e nadado para outro inflável, que os levou embora. Os pescadores já tinham até dominado o bote e o levavam para um dos

navios.

Felizmente, a partir daí as coisas começaram a ficar um pouco menos piores. Todos os nossos barcos já haviam parado de tentar afundar a rede e os que estavam afundando pelo menos não eram mais tão atacados. Conseguimos (finalmente!) ir até um deles, que estava sendo puxado para fora da rede por um dos barcos de pesca. As pessoas estavam penduradas no que restava do bote e passaram para o nosso barco alguns segundos antes da embarcação afundar. E lá se foi um dos botes que mais fez ações pelo Greenpeace – mas foi com dignidade, lutando até o fim. Obviamente, enquanto puxávamos as pessoas para dentro, um pescador tentava furar o nosso barco com um gancho e os outros continuavam a gritar coisas que não pareciam elogios.

Contamos todas as pessoas e voltamos para o Arctic. Quando chegamos descobrimos que um dos ativistas havia sido machucado pelos pescadores. Um gancho que foi lançado para dentro do bote perfurou a batata da perna dele, mas por sorte não pegou nenhuma artéria ou tendão. O detalhe é que os pescadores malucos continuaram a puxar o cabo que estava preso ao gancho, mesmo vendo o que tinha acontecido. Ele foi levado para Malta no helicóptero e está no hospital, bem.

Foi triste ver a violência com que nosso protesto foi recebido e a ganância que move aqueles pescadores, que não estão ali fazendo uma pesca sustentável e artesanal. Eles estão ali para encher o bolso de dinheiro de alguns poucos que querem encher a barriga de atum azul e para isso quase já dizimaram a espécie inteira.

O Greenpeace luta para que o atum azul seja incluído na lista das espécies em extinção, para que a pesca dessa espécie seja proibida e para que sejam criadas áreas marinhas onde eles possam se reproduzir, em um ambiente saudável. Afinal, o que vale mais: oceanos saudáveis ou mercados cheio de atuns azuis no Japão?

## ANEXO M

Greenpeace. **Playas limpias en Vallarta;Ahora!.** Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/358567.html>, acessado em: janeiro de 2014.

Greenpeace. **En bikini, exigen miembros de Greenpeace playas limpias.**

Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/358567.html>, acessado em maio de 2012.



## PLAYAS LIMPIAS EN VALLARTA ¡AHORA!



Con la participación de activistas del grupo local, Greenpeace instaló un retrete gigante en la popular Playa de los Muertos de Puerto Vallarta para denunciar el riesgo sanitario que existe en ese y otros destinos turísticos del país donde aún se vierten aguas negras directamente al mar.

Un análisis reciente reveló que, en playas colindantes con la desembocadura del Río Cuale, la contaminación rebasa 16 veces los límites de sanidad establecidos por la Organización Mundial de la Salud (OMS), lo cual representa un grave riesgo para turistas y vallartenses.

Demandan activistas a la Semarnat informe sobre la calidad de las playas antes del inicio de las vacaciones de verano, pues muchos lugares pueden estar contaminados con virus, protozoarios y lombrices

Notimex

El

Universal

Ciudad

de

México

Jueves 29 de junio de 2006

**15:50** En bikini y trajes de baño, activistas de Greenpeace-México se presentaron en la Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales (Semarnat), para exigir que se informe de la calidad de las playas antes de que comience el próximo periodo vacacional.

Durante esa manifestación dos hombres y dos mujeres se colocaron con trajes de baño en tumbonas frente a las instalaciones de la dependencia, para exigir la información de la calidad sanitaria de las playas mientras que otros activistas mostraban carteles que decían "Playas Limpias Ahora".

Según Alejandro Olivera, coordinador de la campaña de Océanos de Greenpeace-México, los destinos turísticos más contaminados durante el año pasado fueron, de acuerdo con los muestreos de la Semarnat, Rosarito, Baja California; Ciudad del Carmen, Campeche; Manzanillo, Colima, y Acapulco, Ixtapa y Zihuatanejo, en Guerrero.

El activista destacó que es importante que la población tenga la información actualizada antes de salir de vacaciones, porque las aguas negras que llegan a los mares pueden tener bacterias, virus, protozoarios y lombrices que pueden ocasionar enfermedades de la piel y gastrointestinales.

La información debe ser actualizada, debido a que la calidad del agua puede cambiar fuertemente en 30 días, debido no sólo a los vertidos y a la carencia de plantas de tratamiento, sino a fenómenos naturales como las corrientes oceánicas.

Por su parte, la Semarnat aseveró que desde el 7 de junio pasado recibió el último reporte sobre el monitoreo del Programa Integral de Playas Limpias con resultados del mes de mayo, mismo que fue publicado en la página de Internet de la dependencia.

Los últimos muestreos corresponden a 14 estados, de los cuales se reportaron siete playas fuera de la norma, todas ellas en el estado de Sonora, cuatro de ellas en Guaymas: El Veneno, Piedras Pintas, Algodones y San Francisco, y las tres restantes en Huatabampo: Las Bocas, Huatabampito y Camahuiroa.

En este sentido, la Semarnat aclaró que son los laboratorios de Salud estatales los que realizan el muestreo y análisis de las aguas de mar de acuerdo con estándares internacionales, y con los criterios de la Organización Mundial de Salud (OMS).

## ANEXO N

Greenpeace. **G20: é preciso construir o futuro, não sustentar o passado.** Disponível em:

<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/g20-e-preciso-construir-o-fut/>, acessado em janeiro de 2014.

Notícia - 31 - mar - 2009

Para o Greenpeace, líderes mundiais precisam adotar medidas sustentáveis para salvar a economia e o planeta “ao-mesmo-tempo-agora”



Greenpeace action in Rio de Janeiro Brazil.

Os líderes dos G20, o grupo dos 20 países mais ricos do mundo, se reúnem em Londres amanhã para discutir a crise financeira global. No entanto, esta não é a única - e nem a mais importante - crise a assombrar o planeta. Só que, pior do que não falar, é não fazer nada para combater as mudanças climáticas. "O G20 têm uma oportunidade única de resolver a crise econômica e a crise climática simultaneamente: basta investir na construção de uma economia sem carbono", disse Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia, no Rio de Janeiro

Trinta ativistas abriram hoje uma faixa de 50m x 30m no vão principal da ponte Rio-Niterói para enviar uma mensagem clara ao G20: "Líderes mundiais: o clima e as pessoas em primeiro lugar".

Leia o pedido de desculpas à população carioca e niteroiense pelo transtorno causado durante nossa atividade na ponte Rio-Niterói.

Leia aqui a nossa avaliação da ação realizada na Ponte Rio-Niterói e das críticas que recebemos

Para o Greenpeace, as nações do G20 devem comprometer pelo menos 1% de seu PIB em medidas econômicas sustentáveis, além de abandonarem os subsídios e outros incentivos econômicos que contribuem com as mudanças climáticas. Os demais países devem fazer tudo o que tiver ao seu alcance para sair do modelo de desenvolvimento baseado em carbono por um futuro de energias renováveis. Além de reduzir emissões, tais iniciativas vão fortalecer os esforços em direção a um acordo global forte e efetivo na Convenção de Clima que acontece em Copenhague, em dezembro.

## ANEXO O

Greenpeace. **Arte e protestos no Ártico**. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Arte-e-protesto-pelo-Artico/>

Acessado em: janeiro de 2014.

### **Arte e protesto pelo Ártico**

3 comentários

Notícia - 17 - ago - 2013

Greenpeace protesta no centro da capital paulista integrando mobilização global contra a exploração de petróleo no Ártico



zoom

Ativistas do Greenpeace no Viaduto do Chá, em São Paulo, mostrando as pessoas as consequências da exploração de Petróleo no Ártico. ©Greenpeace/Otávio Almeida

Manhã de sábado no centro da capital paulista. Um caricato milionário em cima de uma bomba de gasolina banha um urso polar com petróleo, em pleno Viaduto do Chá. Pode parecer cenário artístico e é isso mesmo. Ativistas do Greenpeace realizaram uma intervenção para mostrar que as ameaças ao Ártico são um problema global e suas consequências estão muito mais próximas do que se imagina.

A imagem foi realizada com a colaboração do artista Bonga, que confeccionou uma bomba de gasolina estilizada com referências à fauna do Ártico e à exploração de petróleo que tanto ameaça a

região. Bonga e Feik, ambos grafiteiros, realizaram na mesma manhã a criação de um painel grafitado, enquanto Ursos "sem lar" completavam o cenário que chamou a atenção de quem passava por ali.

"O aquecimento global provoca o derretimento do gelo nos polos e vem desafiando a sobrevivência da fauna e de comunidades locais", afirma Cristine Rosa, coordenadora da campanha de Clima e Energia. Nos últimos 30 anos, foram perdidas 75% das calotas de gelo flutuantes. Em um ciclo vicioso, a exploração de petróleo é uma das causas desse aquecimento e grandes corporações, como a Shell, tem interesse em explorar a região. Apesar de ter suspenso suas atividades na área esse ano, a empresa ainda possui planos para reiniciar as tentativas de exploração em 2014.

O navio quebra-gelo do Greenpeace, Arctic Sunrise, está no mar de Barents, ao norte da Rússia, também protestando contra a gigante petrolífera Rosneft. A estatal russa, maior empresa de petróleo do mundo, tem uma embarcação preparada para realizar testes sísmicos no local, primeira etapa para a exploração do óleo negro em alto mar.

Atividades como a realizada hoje em São Paulo também aconteceram em outros países, mostrando que a mobilização possui caráter global: mais de três milhões de pessoas assinaram a petição Salve o Ártico, que pede a criação de um santuário na região, para que o ecossistema não possa mais ser explorado e seja destinado apenas para pesquisa, como é o caso da Antártida. O pedido estende-se também ao fim da pesca industrial e da exploração de petróleo no Polo Norte. Sendo essa última uma atividade de alto risco devido às condições climáticas severas, os derramamentos tornam-se ainda mais suscetíveis.

O ciclo da exploração de petróleo a qualquer custo pode ser parado por meio da alteração nas matrizes energéticas mundiais. O Greenpeace acredita em fontes alternativas de geração: as



renováveis. As energias eólica, solar e dos mares possuem forte potencial de desenvolvimento, mas ainda faltam políticas públicas para que a transformação seja plena e eficiente.

Acesse, saiba mais e assine a petição em: [www.salveoartico.org.br](http://www.salveoartico.org.br)

## ANEXO P

Greenpeace. **Zara aceita lavar a roupa suja.** Disponível Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Zara-proibe-moda-toxica/>

Acessado em: janeiro de 2014

### **Zara aceita lavar a roupa suja**

5 comentários

Notícia - 28 - nov - 2012

Após campanha global do Greenpeace, a Zara assumiu compromisso de eliminar todas as substâncias químicas perigosas de sua cadeia de produção.



zoom

Ativistas do Greenpeace vestidos como esqueletos de manequim na

loja da Zara em Genebra. © Greenpeace / Alban Kakulya

O maior varejista de moda do mundo, o grupo têxtil Inditex, do qual a Zara faz parte, assumiu hoje o compromisso de eliminar todas as substâncias químicas perigosas de sua cadeia de produção, incluindo a de fornecedores, até 2020. A decisão é uma resposta à pressão pública que a Zara recebeu com a campanha Detox do Greenpeace Internacional.

Como parte do compromisso, a Inditex exigirá que seus 20 fornecedores divulguem informações sobre as substâncias utilizadas já em março de 2013, fazendo com que aqueles que moram perto das fábricas finalmente tenham acesso às informações sobre os descartes de resíduos no ambiente.

“O Greenpeace parabeniza a Zara pelo compromisso de fazer moda sem poluir. Se a maior varejista de moda do mundo pode mudar, não há desculpa para que as outras marcas não limpem suas cadeias de produção”, afirmou Martin Hojsik, Coordenador da Campanha Detox do Greenpeace Internacional. Ele ainda disse que “as pessoas se manifestaram em todo o mundo contra a moda tóxica e agora é o momento para que outras marcas, como a Esprit, Gap, Levi’s e a Victoria Secret ouçam seus clientes e se ‘desintoxiquem’ também”.

O compromisso e a resposta da Zara vieram apenas oito dias depois de o Greenpeace ter lançado o relatório “Fios tóxicos: o grande remendo da indústria da moda”, em Pequim. Desde então, mais de 300 mil pessoas se juntaram à campanha, com dezenas de milhares de pessoas compartilhando a mensagem de que a Zara precisava limpar sua cadeia de produção no Facebook e no Twitter. Sem deixar de mencionar as mais de 700 pessoas que foram às ruas protestar nas fachadas das lojas da Zara em todo o mundo.

A Zara é a oitava marca a se comprometer a eliminar o descarte de produtos químicos perigosos em toda sua cadeia de fornecimento e em seus produtos desde que o Greenpeace lançou a campanha Detox, em 2011.

Além disso, a Zara exigirá que pelo menos 20 fornecedores comecem a divulgar os dados sobre poluição até o final de março de 2013 e pelo menos cem fornecedores até o final de 2013, incluindo informações sobre os corantes azóicos que são cancerígenos.

“As pessoas têm o direito de saber com o que os seus rios estão sendo poluídos e quais são os produtos químicos perigosos em suas roupas. O compromisso da Zara de agir de forma mais transparente é um marco na maneira como as roupas são fabricadas e será a chave para forçar que mais marcas se comprometam com a poluição ‘zero’ por substâncias químicas perigosas até 2020”, disse Li Yifang, da campanha de Tóxicos do Greenpeace Sudeste Asiático.

A campanha Detox do Greenpeace exige que as marcas de moda se comprometam a não descartar nenhum resíduo químico perigoso no ambiente até 2020 e que exijam que seus fornecedores divulguem todas as substâncias tóxicas descartadas nos rios para as comunidades locais.

## ANEXO Q

### **Greenpeace. España se llena de corazones humanos para salvar el Ártico**

Disponível em: <http://www.greenpeace.org/espana/es/Blog/un-corazn-humano-gigante-en-la-fira-per-la-te/blog/44843/>, acessado em: janeiro de 2014.

### **España se llena de corazones humanos para salvar el Ártico**

Entrada de blog por Nadia González

Hoy más de 10.000 personas, en 280 ciudades en todo el mundo, se han unido para formar una “pancarta humana” con forma de corazón para pedir la protección del Ártico. En España se han realizado corazones en 16 ciudades, el acto central ha sido en la Fira per la Terra, en el Arc de Triomf de Barcelona. La Alhambra de Granada, la playa de la Concha de San Sebastián o el Guggenheim de Bilbao también han sido algunos de los escenarios de este día de acción global. Desde Buenos Aires a Bangkok y desde Kiruna a Ciudad del Cabo, los ciudadanos se han unido para exigir a los líderes políticos que creen un Santuario Global en el Ártico. En Londres, se ha proyectado en 4D sobre un edificio un paisaje ártico; en Río de Janeiro, el emblemático Pan de Azúcar también ha sido telón de fondo del acto de Greenpeace; o en Washington D.C., cientos de personas han formado un gran corazón humano frente al Congreso de los EEUU.

## ANEXO R

Greenpeace. **Cheirando mal.** Disponível em <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Cheirando-mal-/>, acessado em janeiro de 2014.

Greenpeace. **Energia sim, Belo Monte não.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Energia-sim-Belo-Monte-nao/>, acessado em janeiro de 2014.

**Cheirando mal**

22 comentários

Notícia - 27 - jan - 2011

Decisão do Ibama autoriza desmatamento de 238 hectares para construção de canteiro de obras da usina de Belo Monte

Em mais uma trapalhada governamental, o Ibama concedeu ontem a licença de instalação parcial para o início do projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. O órgão, que deveria proteger o meio ambiente, jogou contra a natureza e a favor da usina ao autorizar o desmatamento de 238 hectares necessários para a montagem dos canteiros de obra e dos acampamentos nas localidades de Belo Monte e Pimental.

O amplo parque hidrelétrico brasileiro contribui para que o país tenha uma “poupança de água”, ou seja, um reservatório de energia controlável. Não é o caso de Belo Monte. Segundo o responsável pela campanha de energia do Greenpeace Brasil, Ricardo Baitelo, a previsão é que a geração da usina ficará a dever no período da seca, o

que fará com que a hidrelétrica tenha um aproveitamento muito abaixo da média das usinas no Brasil.

De acordo com o relatório Revolução Energética, lançado ano passado pelo Greenpeace, o que garantirá a segurança energética no país é o complemento da energia hidrelétrica com outras gerações, como a biomassa e a eólica, que têm capacidade de garantir fornecimento ao longo do ano, independente das chuvas. “Não precisamos de Belo Monte. Ela causará mais impacto ambiental do que benefícios”, diz Baitelo.]

Além das questões técnicas e do prejuízo social e ambiental que a obra causará, o documento emitido pelo Ibama, chamado "licença de instalação específica", não é reconhecido pelo Ministério Público Federal (MPF) como válido dentro do direito ambiental brasileiro, o que significa que ele pode ser questionado a qualquer momento na Justiça.

Contra a decisão do órgão ambiental, várias ONGs, entre elas o Greenpeace, aderiram ao abaixo-assinado produzido pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre contra a obra, que pode ser acessado clicando aqui

## **Energia sim, Belo Monte não**

47 comentários Nesta página

- Ataque ao coração da floresta

Notícia - 20 - abr - 2010

Um monte de estrume, encomendado especialmente pelo Greenpeace para o governo federal, é a melhor representação do que esse projeto simboliza para o país



zoom

Três toneladas de esterco foram despejadas na entrada principal do prédio da Aneel. © Greenpeace / Felipe Barra

Brasília (DF) - Pouco antes de o Sol despontar na capital federal na manhã desta terça-feira, ativistas do Greenpeace despejaram três toneladas de esterco na frente da entrada principal do prédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), onde o governo pretendia leiloar a concessão para construção e operação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Sobre o morro formado de estrume, os ativistas colocaram duas placas, com as mensagens: “Belo Monte de... problemas” e outra, mais explícita: “Belo Monte de merda”.

O protesto, é verdade, assumiu contornos escatológicos. Mas era a única maneira de resumir, em uma imagem, a herança maldita que o governo Lula deixa para o país insistindo nessa obra. Ontem, a Justiça Federal concedeu uma liminar que suspendeu novamente o leilão, a pedido do Ministério Público Federal. Mas o governo tentou reverter a decisão e conseguiu. Ao meio dia, Tribunal Regional Federal cassou a liminar da Justiça Federal e o leilão deverá ser realizado ainda hoje.



## ANEXO S

**Greenpeace. Sujeira no leilão de energia.** Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Sujeira-no-leilao/>, acessado em: janeiro de 2014.

### **Sujeira no leilão de energia**

3 comentários

Notícia - 28 - ago - 2013

Ativistas do Greenpeace protestam em frente ao Ministério de Minas e Energia, em Brasília, contra o retorno das térmicas a carvão aos leilões de energia



zoom

Ativista com máscara do ministro Edson Lobão faz leilão de energia sobre pilha de carvão, em protesto contra o retorno dessa fonte poluente (©Greenpeace)

Uma tonelada e meia de briquete de carvão foi derramada em frente ao prédio do MME (Ministério de Minas e Energia), em Brasília, na

manhã de hoje. Sujos dos pés à cabeça por uma poeira negra, ativistas abriram uma faixa com a mensagem: “Lobão, carvão no leilão não!”. Outro ativista, vestido com uma máscara do ministro Edson Lobão, escalou a pilha de carvão para leiloar, pessoalmente, uma das piores fontes energéticas que existem.

O protesto foi um recado do Greenpeace ao ministro contra a volta do carvão ao leilão de energia A-5 – empreendimentos com início de operação em até cinco anos –, que acontece nesta quinta-feira, 29. Para deixar claro o que a organização pensa sobre o uso dessa fonte de energia, uma grande pepita de carvão com uma carta a Lobão foi protocolada na entrada no edifício.

Leia aqui a íntegra da carta.

Há quatro anos sem serem ofertadas ao mercado elétrico, as usinas térmicas movidas por essa fonte voltam com força ao cenário energético brasileiro, em um retrocesso histórico do governo. De todos os combustíveis fósseis, o carvão é o que mais emite gases do efeito estufa. Para cada kWh de eletricidade produzida, um quilo de CO<sub>2</sub> é despejado na atmosfera. Para efeitos comparativos, a cadeia de produção da energia eólica emite 12 gramas de CO<sub>2</sub> para cada kWh produzido.

“A decisão de trazer o carvão de volta à matriz energética é injustificável. O governo insiste em retroceder a largos passos e evidencia uma visão míope e limitada ao curto prazo”, critica Renata Nitta, da campanha de Clima e Energia do Greenpeace. “Enquanto o mundo inteiro busca formas mais limpas de gerar energia, o Brasil ignora seu imenso potencial de fontes renováveis – como solar, eólica e biomassa – para optar pela fonte mais suja de todas.”

Recentemente, o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos anunciaram restrições ao financiamento de usinas a carvão. A recomendação era injetar dinheiro nessas plantas “somente em raras circunstâncias”, nos casos em que o país “não tenha alternativa”. Em 2009, o próprio governo brasileiro banuiu o carvão dos leilões energéticos, justamente pelos altos níveis de poluição do

ar e de emissões de gases estufa.

Agora, a fonte volta com tudo: 41% da energia oferecida no leilão do dia 29 é de carvão. A explicação oficial para a retomada dessa fonte é a segurança energética do país. Com uma matriz muito dependente de hidrelétricas, o governo decidiu diversificar a matriz com energia suja. Como se faltassem alternativas renováveis. Investimentos importantes para o desenvolvimento de fontes limpas já estão sendo desviados para financiar o carvão, como a recente decisão de zerar os impostos para a compra desta matéria prima. Junto com a poeira, a pergunta que fica no ar é: quem está ganhando com isso?

“É claro que o Brasil precisa diversificar sua matriz e reduzir a dependência das hidrelétricas. Mas usar térmicas a carvão é leviano, quando se tem um potencial mal explorado de outras energias renováveis”, diz Nitta. “Se aproveitarmos entre 5% e 10% do nosso potencial solar, já seria suficiente para atender à atual demanda nacional de energia. A cogeração a partir do bagaço de cana geraria o equivalente a três usinas de Belo Monte. E a recente explosão da produção eólica no país tornou o preço da fonte muito competitivo. No último leilão, seu preço atingiu R\$110 o MW. Agora, o carvão está saindo a R\$ 140”.

Ela acrescenta que essas fontes têm toda capacidade de complementar o atual sistema. Durante o período de seca, quando normalmente os níveis dos reservatórios caem, é quando se tem o maior volume de radiação solar e de ventos. Além disso, a possibilidade que as renováveis oferecem de geração perto dos centros consumidores torna mais segura e econômica sua distribuição, evitando o pesadelo dos apagões.

Este cenário de soluções o Greenpeace apresentou na véspera do protesto, em uma coletiva de imprensa onde foi divulgado o relatório [R]evolução Energética. O documento mostra que nas próximas quatro décadas, o país pode ter os setores elétrico, industrial e de transporte alimentados majoritariamente por energia limpa: 66,5% de sua matriz pode ser movida por fontes como vento, sol e biomassa.

Quando se considera apenas a matriz elétrica, essa possibilidade salta para 92%. “É uma questão de escolha: queremos olhar para o futuro e fazer uma revolução energética ou continuar presos a fontes sujas e ultrapassadas?”, questiona Nitta.

Acesse na íntegra o relatório [R]evolução Energética: <http://bit.ly/1aIXdlT>.